

EMBRIÕES DO PODER POPULAR?
UM ESTUDO COMPARADO DAS EXPERIÊNCIAS AGRÁRIAS DE
TRABALHO E EDUCAÇÃO NO BRASIL E VENEZUELA



VANESSA GONÇALVES DIAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

VANESSA GONÇALVES DIAS

EMBRIÕES DO PODER POPULAR?
Um estudo comparado das experiências agrárias de trabalho e
educação no Brasil e Venezuela

Porto Alegre
2021

VANESSA GONÇALVES DIAS

EMBRIÕES DO PODER POPULAR?

Um estudo comparado das experiências agrárias de trabalho e
educação no Brasil e Venezuela

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para obtenção do título de Doutora em Educação. Linha de pesquisa: Trabalho, Movimentos Sociais e Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Conceição Paludo.

Porto Alegre
2021



VANESSA GONÇALVES DIAS

EMBRIÕES DO PODER POPULAR?

Um estudo comparado das experiências agrárias de trabalho e educação no Brasil e Venezuela

Esta Tese foi analisada e julgada adequada para a obtenção do título de Doutora em Educação e aprovada em sua forma final pela Orientadora e pela Banca Examinadora designada pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Conceição Paludo

Aprovado em: 29/01/2021.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Magali Mendes de Menezes (UFRGS)

Profa. Dra. Maria Antônia de Souza (UTP)

Prof. Dr. Samuel Hilcías Carvajal Ruiz (UNESR)

Prof. Dr. Antônio Carlos Martins da Cruz (UFPEL)

CIP - Catalogação na Publicação

Dias, Vanessa Gonçalves
EMBRIÕES DO PODER POPULAR? Um estudo comparado das
experiências agrárias de trabalho e educação no Brasil
e Venezuela / Vanessa Gonçalves Dias. -- 2021.
321 f.
Orientadora: Conceição Paludo.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de
Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. Questão Agrária. 2. Desenvolvimento. 3. América
Latina. 4. Cooperação. 5. Poder Popular. I. Paludo,
Conceição, orient. II. Título.

Dedico esta tese:

À pequena Mathilda.

Ao Movimento Comunero venezuelano pela coragem e audácia em construir
cotidianamente uma alternativa anticapitalista. *¡Comuna o Nada!*

Por que cantamos?

*“Se cada hora vem com sua morte
se o tempo é um covil de ladrões
os ares já não são tão bons ares
e a vida é nada mais que um alvo móvel
você perguntará por que cantamos
se nossos bravos ficam sem abraço
a pátria está morrendo de tristeza
e o coração do homem se fez cacos
antes mesmo de explodir a vergonha
você perguntará por que cantamos
se estamos longe como um horizonte
se lá ficaram as árvores e céu
se cada noite é sempre alguma ausência
e cada despertar um desencontro
você perguntará por que cantamos
cantamos porque o rio está soando
e quando soa o rio / soa o rio
cantamos porque o cruel não tem nome
embora tenha nome seu destino
cantamos pela infância e porque tudo
e porque algum futuro e porque o povo
cantamos porque os sobreviventes
e nossos mortos querem que cantemos
cantamos porque o grito só não basta
e já não basta o pranto nem a raiva
cantamos porque cremos nessa gente
e porque venceremos a derrota
cantamos porque o sol nos reconhece
e porque o campo cheira a primavera
e porque nesse talo e lá no fruto
cada pergunta tem a sua resposta
cantamos porque chove sobre o sulco
e somos militantes desta vida
e porque não podemos nem queremos
deixar que a canção se torne cinzas”.*

(Mário Benedetti)

AGRADECIMENTOS

Esta tese foi feita a várias e várias mãos, foi realizada nos diferentes espaços que me constituíram enquanto pesquisadora/educadora: *desde os encontros do grupo de pesquisa, quanto o acompanhamento das reuniões junto ao setor de Educação do MST, os almoços na COCEARGS, os debates no MUP, as inserções no Coletivo Feminsita Classista Ana Montenegro até a ocupação realizada na Faculdade de Educação no ano de 2016*¹. Tais espaços foram substanciais para o desenvolvimento desta pesquisa;

Àos Técnicos e Técnicas administrativas em Educação do PPGEDU, da FACED e da UFRGS pelo trabalho de excelência que desenvolvem e pelas inúmeras lições que nos ensinam na luta pela *paridade* e pela ampliação da *democracia interna* na Universidade;

À Associação dos Pós-Graduandos (APG-UFRGS), e aos amigos do Coletivo Discente do PPGEDU pelos debates de altíssima qualidade, pela camaradagem no compartilhamento de materiais, pelas diversas vivências e construções que pudemos realizar na FACED, na UFRGS e na Região Sul ao longo destes quatro anos. (Em especial, destacar aqui a amizade dos camaradas: *Daniel Bruno Momomoli, Tanise Medeiros, Marta Alves e Pedro Winck* pelas ousadias em desafiar a ordem burguesa e aprofundar o debate sobre a Universidade Necessária);

À Linha de pesquisa Trabalho, Movimentos Sociais e Educação (TRAMSE), em especial aos professores/as *Jorge Ribeiro, Carmen Machado, Laura Fonseca, Paulo Albulquerque, Dilmar Lopes*, pelas experiências compartilhadas e pelo resgate do real sentido público da Universidade;

Na contramão da ciência positivista e do produtivismo, agradeço imensamente a professora Dra. *Conceição Paludo* pela orientação, pela amizade, pelos cafézinhos, pelas alegrias e pelas angústias partilhadas, e, também, pela liberdade que permite a seus orientandos “gozar da criação epistemológica”. E finalmente pela construção de tantos processos e espaços estratégicos que

¹ As ocupações aconteceram contrárias a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) de número 241 que estabeleceu um teto para os gastos públicos.

demarcam nossa opção política pela Extensão Popular, pela Ciência e Tecnologia a serviço da classe trabalhadora;

Ao Observatório da Educação Do Campo: Rede de Observatórios Regional (no nome da queridíssima coordenadora professora Dra. *Aline Reis Calvo Hernandez*);

Ao estimado “bloco histórico” constituído desde Pelotas: *Paulo Taddei e Magda Gisela dos Santos* (cujo, se não fosse sua contribuição financeira imprescindível, jamais haveria realizado a pesquisa na Venezuela – minha eterna gratidão pela solidariedade classista!);

Aos valorosos amigos: Dynara Martinez (minha dupla imbatível de tantas peleias), Francyele Melgarejo, Vanessa Prociuncula (as mina da vila fazendo pós-graduação), Ingrid Talita, Lucia Garcia, Franciele Soares, Valdirene Machado, Neilo Vaz, Catarina Machado, Diane Sbardelotto, Bruna Valsoler, Angela Saikoski, Maurício Malaszkievicz, Jussana Borges, Micaela Passarino, Mariana Rodrigues, Giovanni Frizzo, Alexander Córdoba, Lucia Nobre, Eder Dion, Vando Mackmilan, Amanda Kohls, Guilherme Franco, Antonio Escobar, Ulisses Arrieche, Marcos Aurélio, Aline Araújo, Telmo Machado, Elen Machado e Felipe Andreola;

À “família de Porto Alegre”, *Patrícia Rutz Bierhals e Ricardo Costa de Sousa* pela camaradagem, pelo carinho, pelos chás, pelo cuscuz, pelas mil e uma invenções e criações no nosso apê de “leitores e escritores”. Vocês foram indispensáveis nesta jornada!

Ao Diretório Acadêmico de Pedagogia (DAFE), e a Licenciatura em Educação do Campo (LEDOC), pelas diversas partilhas, andanças e articulações na defesa da educação pública;

À Andrea Wahalbrink (Judite querida), Joana Ludwig, Paula de Lima e Matheus Santos, pelas primeiras inserções e militância na Faculdade de Educação da UFRGS;

Ao “Macus”, por sua grandiosidade humana, pela paciência histórica, pelos incansáveis debates em torno da Venezuela e do MST e pelo auxílio na revisão, na transcrição e na tradução das entrevistas realizadas;

Aos amores da família “Zabótica” (*Loiracy, Domingos, Gustavo, Rosa, Victória e Mathilda*), que desde muito cedo me ensinam a mais importante das lições: “*somente a luta muda à vida*”;

Ao Bruno Xavier Silveira, por tudo o que significou e ainda significa desde 2008 compartilhando amor, lutas, ousadias e muita vida;

Aos companheiros do MST do Rio Grande do Sul, em especial a *Juliane Ribeiro, Daniel Piovisan, Diana Daros, Camila Celeste e Indiane Witcel* que desde o princípio contribuíram significativamente com as inserções nos assentamentos, nos eventos e atividades desenvolvidas pelo MST;

Aos companheiros do MST que estão em missão internacionalista na Venezuela (*em especial a camarada Vanessa Witcel*), que nos recebeu muito generosamente em sua residência e nos possibilitou conhecer as comunas e o Movimento Comunero na República Bolivariana;

Ao professor Samuel Ruiz pela sua generosidade e alegria em nos receber, nos apresentar a Venezuela, planejar parte das atividades desenvolvidas junto a Universidade e, sobretudo pela sua força e determinação na aposta e construção do projeto de libertação da classe trabalhadora;

Aos professores *Antonio Cruz e Maria Antonia*, que ainda no processo de qualificação trouxeram valiosas contribuições para a feitura desta tese. A vocês meu enorme carinho, admiração e agradecimento;

A professora Magali Mendes que aceitou integrar a banca final deste trabalho, cujo tenho enorme admiração e carinho por sua postura crítica, rigorosa e incansável na defesa da Universidade pública;

Às feministas do meu coração: *Karine Vicente, Gabriela Veloso e Fabiane Martins*, que tanto me ensinam *sobre o feminismo classista*;

Ao Movimento Por Uma Universidade Popular (MUP) e ao Partido Comunista Brasileiro (PCB);

E por fim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro, fundamental para a realização deste Doutorado.

RESUMO

Esta pesquisa se insere no debate sobre o projeto destrutivo do capital e as alternativas de trabalho e educação do campesinato latino-americano. A pesquisa se desenvolveu em dois países: Brasil e Venezuela, em territórios rurais, onde foram acompanhadas as práticas produtivas e educativas nos Assentamentos Rurais: *Capela e Filhos de Sepé*, na Região Metropolitana de Porto Alegre/RS, e nas Comunas Socialistas: *El Maizal e Che Guevara* na República Bolivariana da Venezuela. A pesquisa teve como objetivo principal analisar em que medida a luta política travada pelos trabalhadores e trabalhadoras desenvolve consciência de classe, auto-organização e experiência na organização política na perspectiva da *emancipação humana* (MARX, 2009), autogestão (MÉSZÁROS, 2011) e poder popular (MARX, 2004, 2011, 2013, 2018; LÊNIN, 1976, 1980, 1981; OSORIO, 2014; ZIBECHI, 2014, FAZZIO, 2019). A metodologia da pesquisa consistiu na perspectiva teórica do Materialismo Histórico Dialético (TRIVIÑOS, 1987; KOSIK, 2011), no campo da pesquisa qualitativa em educação (LÜDKE, 1986), delimitando-se um estudo comparado. Conclui-se que: a) embora as experiências pesquisadas não eliminem a alienação do trabalho, a propriedade e a posse dos meios de produção, o trabalho em seu sentido ontológico, a educação politécnica e a ciência agroecológica trazem para os trabalhadores/as a possibilidade de articular os saberes que a organização capitalista do trabalho fragmentou; b) os processos educativos com novas culturas do trabalho, novas matrizes produtivas forjam na práxis da produção coletiva novas relações de organização, produção, educação e insubordinação; c) de modo geral, pode-se evidenciar que o Movimento Comunero avança com a Ofensiva Socialista na construção do Estado Comunal na República Bolivariana da Venezuela. Enquanto o MST, em graus diversos, consegue se colocar como uma alternativa de “resistência ativa” para o campesinato gaúcho, a partir da experiência do “conglomerado de produção ecológica” (MARTINS, 2019). Dessa forma, concluímos que o cooperativismo, a autogestão, a agroecologia constituem-se enquanto elementos centrais para a construção do poder popular no século XXI.

Palavras-chave: Questão Agrária. Desenvolvimento. América Latina. Cooperação. Poder Popular.

RESUMEN

Esta investigación es parte del debate sobre el proyecto destructivo del capital y las alternativas de trabajo y educación del campesinado latinoamericano. La investigación se realizó en dos países: Brasil y Venezuela, en territorios rurales, donde se siguieron prácticas productivas y educativas en los Asentamientos Rurales Capela y Filhos de Sepé, en la Región Metropolitana de Porto Alegre / RS, y en las Comunas Socialistas El Maizal y Che. Guevara en la República Bolivariana de Venezuela. El objetivo principal de la investigación fue analizar en qué medida la lucha política librada por trabajadores y trabajadoras desarrolla la conciencia de clase, la autoorganización y la experiencia en la organización política desde la perspectiva de la emancipación humana (MARX, 2009), la autogestión (MÉSZÁROS, 2011) y el poder popular (MARX, 2004, 2011, 2013, 2018; LÉNIN, 1976, 1980, 1981; OSORIO, 2014; ZIBECCHI, 2014, FAZZIO, 2019). La metodología de investigación consistió en la perspectiva teórica del Materialismo Histórico Dialéctico (TRIVIÑOS, 1987; KOSIK, 2011), en el campo de la investigación cualitativa en educación (LÜDKE, 1986), delimitando un estudio comparativo. Se concluye que: a) si bien las experiencias investigadas no eliminan la alienación del trabajo, la propiedad y posesión de los medios de producción, el trabajo en su sentido ontológico, la educación politécnica y la ciencia agroecológica brindan la posibilidad a los trabajadores articular el conocimiento que la organización laboral capitalista se fragmentó; b) procesos educativos con nuevas culturas del trabajo, nuevas matrices productivas forjan en la praxis de la producción colectiva nuevas relaciones de organización, producción, educación e insubordinación; c) en general, se observa que el Movimiento Comunero avanza con la Ofensiva Socialista en la construcción del Estado Común en la República Bolivariana de Venezuela. Mientras que el MST, en diversos grados, logra posicionarse como una alternativa de “resistencia activa” para el campesinado gaúcho, a partir de la experiencia del “conglomerado productivo ecológico” (MARTINS, 2019). Así, concluimos que el cooperativismo, la autogestión, la agroecología son elementos centrales para la construcción del poder popular en el siglo XXI.

Palabras clave: Cuestión agraria. Desarrollo. América Latina. Cooperación. Poder popular.

ABSTRACT

This research is part of the debate about the destructive project of capital and the alternatives for the work and education processes of the Latin American peasantry. The research was carried out in two countries: Brazil and Venezuela, in rural territories, where productive and educational practices were followed in the Rural Settlements Capela and Filhos de Sepé, in the Metropolitan Region of Porto Alegre / RS, and in the Socialist Communes El Maizal and Che Guevara in the Bolivarian Republic of Venezuela. The main objective of the research was to analyze the extent to which the political struggle waged by male and female workers develops class consciousness, self-organization and experience in political organization from the perspective of human emancipation (MARX, 2009), self-management (MÉSZÁROS, 2011) and power popular (MARX, 2004, 2011, 2013, 2018; LÊNIN, 1976, 1980, 1981; OSORIO, 2014; ZIBECCHI, 2014, FAZZIO, 2019). The research methodology consisted of the theoretical perspective of Dialectical Historical Materialism (TRIVIÑOS, 1987; KOSIK, 2011), in the field of qualitative research in education (LÜDKE, 1986), delimiting a comparative study. It is concluded that: a) although the researched experiences do not eliminate the alienation of work, the ownership and possession of the means of production, work in its ontological sense, polytechnic education and agroecological science bring the possibility for workers to articulate the knowledge that the capitalist labor organization fragmented; b) educational processes with new cultures of work, new production matrixes forge in the praxis of collective production new relationships of organization, production, education and insubordination; c) in general, it can be seen that the Communist Movement advances with the Socialist Offensive in the construction of the Common State in the Bolivarian Republic of Venezuela. While the MST, to varying degrees, is able to put itself as an alternative of “active resistance” for the gaúcho, peasantry based on the experience of the “ecological production conglomerate” (MARTINS, 2019). Thus, we conclude that cooperativism, self-management, agroecology are central elements for the construction of popular power in the XXI st century.

Keywords: Agrarian Question. Development. Latin America. Cooperation. Popular Power.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Leis Habilitantes (1999– 2007).....	163
Quadro 2 - Ações desenvolvidas no território agrário (2000 – 2012).....	167

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Índices simples da utilização de insumos básicos pela agricultura no Brasil (1967 –1975).....	27
Tabela 2 - Assentamentos da Região Metropolitana de Porto Alegre – RS.....	64
Tabela 3 - Funções dos entrevistados, gênero e número de entrevistas em Viamão (2018-2019).....	70
Tabela 4 - Funções dos entrevistados, gênero e número de entrevistas em Nova Santa Rita (2019-2020).....	71
Tabela 5 - Funções dos entrevistados, gênero e número de entrevistas na Venezuela (2020).....	80
Tabela 6 - Regiões com acesso ao crédito rural (1960 –1999).....	119
Tabela 7 - Evolução da População Urbana e Rural do Brasil (1940 – 1980)	120
Tabela 8 - Número de cooperativas por unidades econômicas (1998 – 2005).....	177

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Número de Famílias Assentadas no Rio Grande do Sul (1975-2020)	63
Figura 2 - Localização dos municípios da Região Metropolitana Porto Alegre (2020)	65
Figura 3 - Imagem aérea do Assentamento Filhos de Sepé – Viamão, RS	67
Figura 4 – Imagem aérea atual do Assentamento Capela, Nova Santa Rita – RS ...	68
Figura 5 - Localização dos Assentamentos Pesquisados na	69
Figura 6 - Localização dos territórios pesquisados na Venezuela.....	74
Figura 7 - Localização das Comunas Agrárias na Venezuela	75
Figura 8 – Imagem da faixa Comuna Socialista El Maizal, Estado de Lara – Venezuela	76
Figura 9 – Imagem da faixa Comuna Che Guevara, Estado de Mérida – Venezuela	76
Figura 10 – Imagem do encontro com Movimento Comunero.....	77
Figura 11 – Imagem da ETAR Simón Bolívar	79
Figura 12 - Esquema do Projeto Nacional Simón Bolívar primeiro Plano Socialista (2007 – 2013).....	179
Figura 13 - Esquema Agremiações Comunais.....	182
Figura 14 - Reconstrução e tradução do organograma de formação da Rede de Comuneros.....	184
Figura 15 - Esquema dos planos de desenvolvimento econômico e social de (2001 a 2019)	186
Figura 16 - O arco mineiro venezuelano	192
Figura 17 - Imagens da Cooperativa de Produção Agropecuária de Nova Santa Rita	211
Figura 18 - Ciclo de coletivização do Assentamento Capela	212
Figura 19 - Imagens da Cooperativa de Produtores Orgânicos da	222
Figura 20 - Ciclo de coletivização do Assentamento Filhos de Sepé	223
Figura 21 - Imagens das Empresas Sociais e Cooperativas da Comuna Socialista El Maizal (2020).....	233
Figura 22 - Ciclo de poder popular da Comuna Socialista Maizal	234
Figura 23 - Ciclo de construção da Cidade Comunal	236

Figura 24 - Imagens da Empresa Social e da Cooperativa na Comuna Socialista Che Guevara Mesa Julia (2020)	240
Figura 25 - Ciclo de poder popular da Comuna Socialista Che Guevara Mesa Julia	241

LISTA DE SIGLAS

AD	Acción Democrática
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas.
ANPED	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação.
ATER	Assistência Técnica e Extensão
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BIRD	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CEPAL/ONU	Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.
COOPAN	Cooperativa de Produção Agropecuária de Nova Santa Rita Ltda.
COPERAV	Cooperativa de Produtores Orgânicos da Reforma Agrária de Viamão
CPT	Comissão Pastoral da Terra.
COCEARGS	Cooperativa Central dos Assentamentos da Reforma Agrária no Rio Grande do Sul
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CUT	Central Única dos Trabalhadores.
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ES	Economia Solidária
EPS	Empresas de Produção Social
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação.
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FCRSB	Frente Camponesa Revolucionária Simón Bolívar

FNCEZ	Frente Nacional Campesina Ezequiel Zamora
FENAPESCA	Federação que representa as Empresas envolvidas no ramo da Pesca Industrial
FUNDACOMUNAL	Fundación para el Desarrollo y Promoción del Poder Comunal
FALN	Fuerzas Armadas de Liberación Nacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
INT	Instituto Nacional de Tierras
ITCP	Incubadora de Cooperativas Populares – ITCP
LOOC	Ley Orgánica de los Consejos Comunales
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.
MAS	Movimiento al Socialismo
MBR-200	Movimiento Bolivariano Revolucionario – 200
MINEP	Ministério para a Economia Popular
NAFTA	Acordo de Livre Comércio da América do Norte
NERA	Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária.
ONG	Organização Não-Governamental.
ONU	Organização das Nações Unidas.
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PCV	Partido Comunista de Venezuela
PDV	Partido Democrático Venezolano
PDVSA	Petroleos de Venezuela S.A.
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PPGEDU	Programa de Pós-Graduação em Educação
PROCERA	Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária.
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar.
PT	Partido dos Trabalhadores.
SCA	Sistema Cooperativista dos Assentados.
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural.
SENIAT	Serviço Nacional Integrado de Administração Aduaneira e Tributária.

TAC	Técnico em Administração Cooperativista.
TERRA FORTE	Programa de Agroindustrialização em Assentamentos.
TRAMSE	Trabalho, Movimentos Sociais e Educação.
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE O CAMPESINATO: “DA SUBORDINAÇÃO À FABULAÇÃO DO FUTURO”	22
1. OS CAMINHOS SULEADORES DA PESQUISA	34
1.1 O método e os acúmulos epistemológicos: a práxis fetichista e o engendramento da pseudoconcreticidade	36
1.2 Os antecedentes, a delimitação e os critérios de pesquisa.....	50
1.3 Dos processos metodológicos do estudo comparado às imersões nos campos de pesquisa.....	56
1.3.1 Caracterização dos assentamentos pesquisados	62
1.3.2 Caracterização das comunas pesquisadas	73
2. O DEBATE EM TORNO DO PODER POPULAR E AS EXPERIÊNCIAS HISTÓRICAS DO CONTROLE OPERÁRIO	82
2.1. O cooperativismo e o trabalho livremente associado a partir dos escritos de Marx e Engels	83
2.2. Os trabalhadores tomam o céu de assalto, a experiência da Comuna de Paris	86
2.3. Todo poder aos sovietes: o que temos a aprender com o movimento dos comitês de fábrica russo?.....	90
2.4. As contribuições da pedagogia socialista para a auto-organização dos trabalhadores	94
2.5. Mudar o mundo sem tomar o poder? o debate do Estado e o Poder Popular ...	97
3. A QUESTÃO AGRÁRIA E O FEITIÇO DO DESENVOLVIMENTO: A MANUTENÇÃO DA DEPENDÊNCIA E DA SUPEREXPLORAÇÃO NO BRASIL E VENEZUELA	104
3.1 A modernização conservadora e a consolidação do capitalismo brasileiro.....	112
3.2 O projeto destrutivo do capital transnacional e a hegemonia do agronegócio: o acirramento da dependência	126
3.3 O agrário neodesenvolvimentista de Lula e Dilma e os movimentos sociais ...	131
3.3.1 “O agro é tech, agro é pop”, o agro e a ofensiva da direita: um golpe de novo tipo	140
3.3.2 “Passando a boiada”: o ultraneoliberalismo de jair messias bolsonaro	144

3.4 A conformação do moderno estado-nacional venezuelano: a descoberta de petróleo e o impacto no panorama agrário.....	148
3.5 O acirramento da agenda neoliberal e o caracazo.....	156
3.6 A Quinta República a constituição bolivariana e a participação protagônica.....	159
3.6.1 Desenvolvimento endógeno chavista: o cooperativismo, a economia social e o surgimento das comunas.	173
3.6.2 A guerra econômica internacional e a encruzilhada do modo de vida rentista no governo de Nicolás Maduro.....	189
4. A DIALÉTICA ENTRE PRODUÇÃO, COOPERAÇÃO E EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO PODER POPULAR NO SÉCULO XXI.....	195
4.1 O MST na região metropolitana de porto alegre: do monocultivo de arroz às experiências ecológicas nos assentamentos	196
4.1.1 A experiência do Município de Nova Santa Rita: do acampamento a construção da agrovila.....	198
4.1.2 A experiência do Município de Viamão: do acampamento à reserva ecológica	213
4.2. As comunas agrárias bolivarianas: do acúmulo das experiências das desapropriações da propriedade privada à construção do poder popular.....	224
4.2.1 Contra a oligarquia agrária surge a Comuna Socialista El Maizal na defesa da propriedade comunal	228
4.2.2 A produção de cacau e café nos altos da Colina de Tucaní: a experiência da Comuna Socialista Che Guevara Mesa Julia	237
4.2.3. Dos aprendizados nos processos técnico-produtivos e sócio-produtivos de trabalho e educação nos territórios investigados no Brasil e Venezuela.....	242
CONSIDERAÇÕES FINAIS:.....	257
REFERÊNCIAS.....	261
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO	286
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTAS	290
ANEXO B – DOCUMENTOS REFERENTES AOS CAMPOS INVESTIGADOS	299

NOTAS INTRODUTÓRIAS sobre o campesinato: “da subordinação à fabulação do futuro”

“[...] creo que hay otro mundo que nos espera: este 'otro mundo'. Este mundo de mierda está preñado de otro y contiene muchos embriones del nuevo mundo”.
(Eduardo Galeano, 2011)².

“No hay terea, mas revolucionaria que la de producir alimentos”. (Fidel Castro, 1966).

Historicamente, o trabalho representa a concretização da relação estabelecida entre *seres humanos* e *natureza* para a satisfação de suas necessidades. Foster (2005) retoma o conceito de *metabolismo homem-natureza* e salienta que, mediado pelo trabalho, o ser humano transforma a natureza e, nesse movimento, também se transforma. Para o autor:

[...] o trabalho é um processo entre o homem e a natureza. Um processo em que o homem, por sua própria ação, média seu metabolismo com a natureza. Ao mesmo tempo em que o homem se diferencia da natureza pelo trabalho, torna-se alienado diante do trabalho e em relação à natureza. (FOSTER, 2005, p. 32).

Diferente dos animais, que executam suas atividades de forma instintiva, o ser humano planeja sua intervenção, possuindo *consciência* de sua ação. O resultado de seu trabalho foi antecipado idealmente na imaginação de seu executor. Nesse processo, o ser humano produz seus meios de subsistência, construindo indiretamente sua vida material. Com isso, ultrapassa o determinismo natural, executando uma ação criadora frente à natureza (ANTUNES, 2004).

Assim, em seu sentido ontológico, “o trabalho é o intercâmbio entre seres humanos e natureza, em um processo onde ele a transforma teleologicamente, ao produzir valores de uso” (MARX, 2013, p. 211). Há, portanto, uma condição humano-social no trabalho e no processo que se expressa pela possibilidade de seu produto responder a uma necessidade motivadora do processo de transformação e por esse impulso de mudança, orientado pela necessidade, de ser alimentado pela busca de uma finalidade. Essa atividade orientada a um fim, ou ao trabalho mesmo, é um dos

² Galeano em uma conversa informal com ativistas durante uma manifestação na Praça Catalunya, em 2011.

elementos simples centrais do conceito de processo de trabalho seguido do próprio objeto e seus meios (ANTUNES, 2004).

Por isso, para Marx, o processo de trabalho e o de transformação de valor constitui uma *unidade do processo de produção capitalista*, na medida em que se apreciem as relações sociais que atravessam o processo de trabalho nos diferentes contextos históricos: as relações entre os trabalhadores, deles com o patronato, as condições técnicas, sociais e políticas em que o trabalho se desenvolve e, enfim, o modo como é garantido, a partir de certos *processos de trabalho*, essa *valorização ao capitalista*.

E a questão agrária³ como elemento do sistema do *sociometabolismo do capital*⁴ foi historicamente sendo submetida à lógica do capitalismo, como apontou Marx⁵: “*esta dolorosa, esta espantosa expropriação do povo trabalhador, eis as origens, eis a gênese do capital*”. As relações de produção no campo foram sendo proletarizadas e a grande maioria dos camponeses, dos trabalhadores assalariados que viviam no campo eram expulsos para as cidades. “A expropriação da base fundiária do produtor rural, do camponês, forma a base de todo o processo” (MARX, 2011, p. 8). O uso e a posse da terra foram sendo destinados historicamente para a produção de mercadorias: a lã nos campos ingleses a partir do século XV e XVI. Assim, o modo de produção capitalista submeteu a questão agrária à sua *intrínseca necessidade de produzir mercadorias*.

As bases do modo de produção capitalista se originaram no século XV e nas primeiras décadas do século XVI, a partir do cercamento, quando grande parte dos camponeses foram lançados no mercado de trabalho como trabalhadores livres. Dessa forma, é possível compreender que a desapropriação dos camponeses de suas terras proporcionou para a indústria nascente um número alto de operários livres e um alto exército industrial de reserva.

Além disso, como os ex-camponeses não teriam como produzir seus próprios alimentos, por não terem terra e nem os meios de produção, eles precisariam comprar seus meios de subsistência e os produtos manufaturados que eles mesmos

³ Ver em Karl Kautsky, com a publicação do livro “Questão Agrária” (1899), Vladimir Lenin (→através se usa com sentido de atravessamento)por meio da obra: “O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia” (1899) publicou o livro intitulado: “O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia” e Alexander Vasilovich Chayanov com o livro: “A organização da Unidade Econômica Campesina” (1925).
⁴ Mézáros, nos livros “O desafio e o fardo do tempo histórico” e “A crise estrutural do capital” (2007; 2011).

⁵ Marx, na introdução do livro: “A origem do capital a acumulação primitiva” (1978).

produziram. Conforme Stédile (2012, p. 142), “do ponto de vista da economia, a origem do proletariado rural depende da efetiva transformação do camponês em trabalhador livre assalariado, ou seja, em vendedor de força de trabalho”. Assim sendo, a expropriação dos trabalhadores do campo criou uma classe de operários assalariados e um mercado interno para venda de seus produtos.

Marx (2013) sinalizou que a descoberta e a exploração das colônias propiciaram o enriquecimento de uma parcela da burguesia importante para o desenvolvimento do capitalismo emergente. A descoberta das terras de ouro e de prata na América, o extermínio, a escravização e o enfurnamento da população nativa nas minas, o começo da conquista e a pilhagem das Índias Orientais e a transformação da África em um cercado para a caça comercial às peles negras marcam a era de produção capitalista. Esses processos “idílicos” são momentos fundamentais da acumulação primitiva (MARX, 2013, p. 804).

Obviamente que há inúmeras diferenças entre a forma da expropriação dos camponeses na Inglaterra⁶ e a forma de dominação da agricultura latino-americana pela burguesia internacional. Entretanto, a relação que é necessária a ser entendida é que a tendência histórica do capitalismo é a *expropriação dos meios de produção* e, como a terra é uma fonte de produção de riquezas, não resta outra opção para a burguesia a não ser *concentrá-la*.

Nesse sentido, o processo de mudança nos modos de trabalho humano não é um fenômeno natural, mas resultado de um processo sócio-histórico em que a terra deixa de ser “trabalho” e passa a ser “terra de negócio”. Ou, como apontava Marx (ano), o papel da propriedade fundiária em larga escala no monopólio ocasionou também a *alienação da terra*. Conforme Martins (1991, p. 60):

Quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em *exploração* do trabalho alheio; quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em *terra de trabalho*. São regimes distintos de propriedade, em aberto conflito um com o outro. Quando o capitalista se apropria da terra, ele o faz com intuito do lucro, direto ou indireto. Ou a terra serve para explorar o trabalho de quem não tem terra; ou a terra serve para ser vendida por alto preço a quem dela precisa para trabalhar e não tem. Por isso, nem sempre

⁶ Conforme Hobsbawm (2014, p. 284-285): “[...] a mudança social mais impressionante e de mais longo alcance da segunda metade deste século e que nos isola para sempre do mundo do passado, é a morte do campesinato”. Inúmeros são os exemplos que o autor da Era dos Extremos cita: “[...] No Japão, por exemplo, os camponeses foram reduzidos de 52,4% da população em 1947 a 9% em 1985, isto é, entre a época em que um jovem soldado voltou para as batalhas da II Guerra Mundial e aquela em que se aposentou de sua posterior carreira militar. Mas já em 1970 não havia na América Latina – fora dos mini Estados da tripa de terra centro-americana e do Haiti – um único país em que os camponeses não fossem a minoria. A situação era semelhante nos países do islã ocidental”.

a apropriação da terra pelo capital se deve à vontade do capitalista de se dedicar à agricultura.

É também nesse processo de exploração do trabalho que ocorre o processo de controle dos recursos naturais pelo capital, sendo o *metabolismo entre ser humano e natureza abalado* sob a lógica da acumulação capitalista. Esse abalo resulta da subtração do solo de seus elementos constituintes sem a preocupação de reconstituí-los, dado o objetivo na operação imediata de obter mais lucros. Conforme demonstra Vitória (2015, p. 137):

A objetivação do divórcio entre trabalho e propriedade faz emergir o conceito ou definição do capital, que se define por uma relação social-histórica de produção, e esta relação mesma faz o trabalho objetivado apresentar-se diante de si como uma personalidade estranha e oposta ao trabalho, como algo que não lhe pertence. *Esta cisão histórica via o estranhamento também se desdobra na relação entre a humanidade e a natureza.* (Grifos nossos).

No entanto, se para o capital a terra está ligada à exploração do trabalho alheio em troca de um salário e dos recursos naturais, a terra, por exemplo, para a família ou unidade camponesa, configura-se de modo diverso, mais propriamente como reprodução da vida e a produção de uma nova cultura de produção do trabalho. Conforme assinala Ianni:

[...] a relação do camponês com a terra põe em causa também a sua vida espiritual. A noite e o dia, a chuva e o sol, a estação de plantio e a da colheita, o trabalho de alguns e o mutirão, a festa e o canto, a estória e a lenda, a façanha e a inventiva, a mentira camponesa, o humorismo camponês, são muitas as dimensões sociais e culturais que se criam e recriam na relação do camponês com a sua terra, com o seu lugar. (IANNI, 2020, 57).

Assim, todo “progresso” da agricultura capitalista, além de sujeitar e invisibilizar os sujeitos camponeses, implica no progresso de despojar não só o trabalhador, mas também o solo. E todo aumento da fertilidade da terra num tempo dado significa esgotamento mais rápido das fontes duradouras dessa fertilidade.

Quanto mais se apoia na indústria moderna o desenvolvimento de um país, como é o caso dos Estados Unidos, mais rápido é esse processo de destruição. A produção capitalista, portanto, só desenvolve a técnica e a combinação do processo social de produção, exaurindo as fontes originais de toda riqueza: a terra e o trabalhador. (MARX, 1982, p. 579).

Assim, percebemos a expropriação enquanto um elemento fundamental para o crescimento, a expansão e a reprodução do capital. Ela ocorre quando o capital passa a subjugar o trabalho a si, separa o trabalhador dos instrumentos de produção

– a terra, a ferramenta, as máquinas, as matérias. No caso do trabalhador camponês, a terra, as ferramentas, os adubos e as sementes são as condições básicas para a manutenção de sua autonomia (MARTINS, 1991).

Ademais, é fundamental ressaltar que é nesse ínterim que o campesinato apresenta o paradoxo da sua constituição, pois ao mesmo tempo em que tem seu caráter subordinado ao modo de produção capitalista, o campesinato se apresenta enquanto sujeito histórico. Conforme aponta Ianni:

[...] a luta do campesinato constitui um obstáculo ao desenvolvimento da ordem burguesa. Ao lutar pela terra e pela posse da terra e pelo uso da terra e o produto do seu trabalho a seu modo, ele está se pondo como um obstáculo à ordem burguesa. E, nesse sentido, eu diria que essa luta frequentemente adquire conotação revolucionária, por duas razões: por um lado, o camponês resiste à proletarização no campo e na cidade e isto é contrário ao funcionamento do mercado da força de trabalho, aos fluxos e refluxos do exército industrial de reserva, à subordinação real do trabalho ao capital. Por outro lado, a luta pela terra impede ou dificulta a monopolização da terra pelo capital, a sua transformação em propriedade mercantil, o desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo na agricultura. (IANNI, 2020, p. 56).

Dessa maneira, dialogamos com a ideia de Octavio Ianni sobre a *utopia camponesa* na sua fabulação de futuro. Conforme demonstra o autor:

O caráter revolucionário desse movimento social está na afirmação e reafirmação da comunidade. A sua radicalidade está na desesperada defesa das suas condições de vida e trabalho. Os camponeses levantam-se em armas para corrigir males. Mas as injustiças contra as quais se rebelam são, por sua vez, manifestações locais de grandes perturbações sociais. Por isso a rebelião converte-se logo em revolução e os movimentos de massas transformam a estrutura social como um todo. Assim, a função do campesinato é essencialmente trágica: seus esforços para eliminar o pesado presente somente desembocam em um futuro mais amplo e incerto. Não obstante, ainda que trágico, está pleno de esperança. (IANNI, 2020, p. 56).

Na atualidade latino-americana, desde os anos 1960, está havendo uma ofensiva do capital no campo denominada pelos seus ideólogos de *revolução verde*. Como podemos observar, há o crescimento da dependência de sistemas econômicos não rurais por meio de alguns produtos industriais, como os insumos agrícolas, apresentados na tabela a seguir.

Tabela 1 - Índices simples da utilização de insumos básicos pela agricultura no Brasil (1967 –1975).

Ano	Tratores (nº)	Fertilizantes (ton.)	Defensivos (ton.)
1967	110	159	126
1968	121	214	178
1969	132	225	201
1970	146	356	195
1971	158	415	217
1972	181	622	314
1973	211	598	417
1974	246	704	500
1975	287	648	374

Fonte: Silva (1981)

Os dados mostram que o crescimento de insumos mecânicos e químicos em dez anos, os mais dinâmicos do processo de modernização da agricultura brasileira, deu-se num ritmo forte, multiplicando por até sete vezes a base do período, como é o caso dos fertilizantes. Assim, a economia “política verde”, conforme Novaes, Santos e Pires (2015, p. 210):

[...] configura-se: pelo novo ciclo de acumulação primitiva (roubo e grilagem de terras, assassinato de lideranças, roubo do conhecimento indígena); pela concentração ou domínio da terra por corporações transnacionais; pelas fusões e aquisições no ramo das sementes e dos agrotóxicos, com domínio quase que completo da produção e distribuição das sementes e dos agrotóxicos por algumas grandes corporações dos países do Norte; por uma “revolução” biotecnológica (novos agrotóxicos e sementes transgênicos) e pela ausência de autonomia dos pequenos produtores, cada vez mais trabalhando para bancos e atrelados a corporações agroindustriais.

Nesse momento, o desenvolvimento da engenharia genética estabeleceu um novo paradigma tecnológico para o melhoramento das plantas, derivado dos avanços nos estudos da biologia molecular. Corroborando com esse debate, o pesquisador Christoffoli (2009) aponta que:

O advento das técnicas de engenharia genética representou a possibilidade de se romperem barreiras consideradas anteriormente como insuperáveis, pelos seres humanos, como o cruzamento entre espécies diferentes e

distantes entre si. Seu uso tem sido dominado por grandes corporações capitalistas que utilizam tendo como objetivo primeiro a obtenção de maior lucratividade, à custa de apropriação de uma parcela maior da mais-valia gerada no trabalho da agricultura e da perda da já relativa autonomia dos agricultores. Para que isso acontecesse, foi necessário proceder à alteração na legislação internacional referente aos direitos de Propriedade Intelectual (Acordo TRIPS em especial). Tal fato, consolidado na criação da Organização Mundial do Comércio (OMC) representou um passo essencial no sentido da sujeição formal do trabalho na agricultura, e da natureza, ao capital. (CHRISTOFFOLI, 2009, p. 275).

Implicou, portanto, na perda da “relativa autonomia” historicamente desfrutada pelos agricultores de reproduzir suas próprias sementes e se assentaram as bases para a apropriação pela indústria de biotecnologia, de parcela crescente do valor-trabalho gerado nas atividades agrícolas. Dessa maneira, as instituições de ensino, pesquisa e assistência técnica foram progressivamente adequadas a esse modelo, com vistas à formação de agrônomos, pesquisadores, extensionistas e outros profissionais dentro da “política verde”. Esta é a condição em que se encontra a agricultura no capitalismo dependente. (CARCANHOLO, 2009).

Na Venezuela, a agricultura tem uma parcela muito menor da economia do que em qualquer outro país da América Latina. Após a descoberta de petróleo na Venezuela, do início do século XX até a década de 1940, a agricultura declinou rapidamente, dando início ao desenvolvimento industrial em larga escala na década de 1940. Desde 1999, durante a gestão de Hugo Chávez, a agricultura teve uma maior prioridade estratégica.

Logo, com a baixa do preço do barril do petróleo nos últimos anos e o bloqueio e o boicote econômico promovido pelos EUA, a economia colapsou e os trabalhadores rurais começaram a construir modelos de produção e de gestão produtiva que tentam transformar a matriz econômica do país e garantir a soberania alimentar. Conforme demonstraram dados da pesquisa, atualmente os camponeses venezuelanos chegam a abastecer 80% da população nacional com rede de comercialização de alimentos.

Assim, a nova ofensiva do capital das últimas décadas sustentadas pelo neoliberalismo e a reestruturação produtiva⁷, impõe à sociedade riscos reais para o caminho da barbárie e destruição, tanto no plano social, quanto no ecológico. Exemplo disso é o Brasil no ano de 2019, segundo dados do jornal El País⁸: “a

⁷ Ver em Chesnais (1996), Harvey (2005) e Mészáros (2002, 2007, 2011).

⁸ Disponível em:

https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/21/album/1566384483_259997.html#foto_gal_4

Amazônia ardeu em chamas e o país registrou 71.497 focos de incêndio florestal, o maior número para o período nos últimos sete anos”.

Além disso, ainda no ano de 2019, entre o dia 1º de janeiro e 27 de novembro, o Governo Federal brasileiro aprovou a utilização de 439 novos agrotóxicos, superando o recorde dos últimos anos. No atual momento histórico em que a população mundial passa por uma crise sanitária e econômica com a pandemia da Covid-19, o Governo Federal brasileiro continua a aprovar novos agrotóxicos para serem vendidos no mercado brasileiro⁹.

O relatório da Comissão Pastoral da Terra (CPT) de 2019 contabilizou 32 mortes e 1.254 por conflitos pela terra e conflitos pela água. O relatório sublinha ainda o aumento da violência contra os povos indígenas, comunidades tradicionais e acampamentos e assentamentos. O governo de Jair Bolsonaro é marcado pela “criminalização” de movimentos e a defesa de interesses ruralistas e latifundiários. Em contrapartida, na Venezuela os ataques imperialistas e as tentativas de desestabilização do Governo Bolivariano não cessam nem mesmo no contexto da pandemia.

Conforme dados do Boletim “Jornalistas Livres”¹⁰, no fim de março de 2020, enquanto todos os países do mundo tomavam medidas de emergência para combater a Covid-19, o governo dos Estados Unidos anunciou que enviaria forças navais para as proximidades da Venezuela e ofereceu uma recompensa de US\$15 milhões por informações que levassem à captura do presidente venezuelano Nicolás Maduro. A justificativa é a acusação de que o líder popular teria envolvimento com narcotráfico, além dos constantes ataques e do bloqueio econômico. Nos últimos períodos, os Estados Unidos da América (EUA) criaram sanções de maneira arbitrária, que congelam todos os seus bens venezuelanos nos EUA.

Assim, o giro regressivo atual na América Latina é incontestavelmente carregado de perigo, apesar disso, contendo ainda oportunidades para as “*resistências de abajo*”. Nesse sentido, as mais variadas formas de lutas dos *movimentos sociais*, como os camponeses venezuelanos e os sem-terra, podem ser interpretadas como táticas de enfrentamento a nova ofensiva do capital que tentam

⁹ Conforme dados do Jornal Publica, “desde março deste ano foi publicado o registro de 118 novos produtos, sendo 84 destinados para agricultores e 34 para a indústria”. Disponível em: <https://apublica.org/2020/05/em-meio-a-pandemia-governo-bolsonaro-aprova-96-agrotoxicos-em-dois-meses/>

¹⁰ Disponível em: <https://jornalistaslivres.org/boletim-1-venezuela-o-ataque-imperialista-dos-eua-durante-a-pandemia/>

apontar formas e percorrer caminhos antagônicos aos apresentados pelo capitalismo rentista.

Logo, as “soluções” encontradas pelos economistas, intelectuais e políticos da ordem capitalista na América latina são os receituários econômicos de austeridade fiscal, corte de direitos sociais e o lucro acima da vida, pois “o sistema metabólico do capital não tem limites para sua expansão que se converte cada vez mais em um processo incontrolável e destrutivo”. (MÉSZÁROS, 2007, p. 15).

Esse cenário de aprofundamento da crise do sistema capitalista revela, então, um espectro de questões relacionadas às possibilidades para os trabalhadores de efetivarem práticas de trabalho cooperados na perspectiva *do poder popular*. Desse modo, a problemática da pesquisa vai ao encontro do conjunto das reflexões tecidas ao longo desta introdução e na contramão das perspectivas fatalistas, que de forma perversa naturalizam as relações sociais, e tão pouco das concepções idealistas¹¹ que analisam a realidade de forma harmoniosa, a-histórica e aparente. Logo, temos¹² como horizonte ético, político e epistemológico a *emancipação humana*.

Colocado isso, a questão trabalhada no estudo é de que as experiências ligadas às cooperativas de produção do MST e os Conselhos Comunitários agrários da Venezuela possuem um potencial revolucionário, na medida em que a luta política travada pelos trabalhadores e trabalhadoras desenvolve consciência de classe, auto-organização e experiência na organização política na perspectiva da *emancipação humana* (MARX, 2009), da *autogestão* (MÉSZÁROS, 2011) e *do poder popular* (MARX, 2004, 2011, 2013, 2018; LÊNIN, 1976, 1980, 1981, 1985, 1919; KATZ, 2015; LOVATTO, 2016; OSORIO, 2014; ZIBECHI, 2014; FAZZIO, 2019). Importante destacar que esta tese é resultado da pesquisa realizada entre os anos de 2016 e 2020, no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU), na linha de pesquisa Trabalho, Movimentos Sociais e Educação (TRAMSE), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sob a orientação da Professora Dra. Conceição Paludo.

A metodologia da pesquisa consiste na perspectiva teórica do Materialismo Histórico Dialético (MARX; ENGELS, 2004; TRIVIÑOS, 1987; KOSIK, 2011; LÊNIN 1913; LUKÁCS, 2005; PALUDO; VITÓRIA, 2014) no campo da pesquisa em

¹¹ Cheptulin, na obra: “A dialética materialista”.

¹² O uso da terceira pessoa do plural, ao invés da primeira, tem a intencionalidade de que a produção do conhecimento é um ato coletivo.

educação (LÜDKE, 1986), delimitando-se no método de estudo comparado (FRANCO, 1992, 2004, 2009; SAVIANI, 2001; LAMARRA; MOLLIS; RUBIO, 2005). Tem como instrumentos metodológicos a realização de entrevistas semiestruturadas¹³ e observações participantes, além do diário de campo para o desenvolvimento da investigação nos países pesquisados.

Assim, no Capítulo 1, denominado “Os caminhos suleadores da pesquisa”, buscamos trazer o debate sobre o método de pesquisa e os acúmulos epistemológicos, partindo da contribuição de autores como Triviños (1987), Kosik (2011), Marx (2005), Silva (2017), Mészáros (2004), Lukács (1989), Konder (2020), Marini (1977), Bóron (2014), Manoel (2019), Salón (2019), Schneider (2001, 2004), Fao (1998), Sen (1996, 1999, 2000), Shiva (2001, 2019), Tortosa (2001), Gudynas e Acosta (2011), Escobar (2005) e Santos (2007; 2010).

Além das imersões nos campos de pesquisa, para os processos metodológicos do “estudo comparado” na América Latina partimos de Franco (1992, 2004, 2009), Saviani (2001), Lamarra, Mollis e Rubio (2005) e Thiollent (2003), no Brasil e na Venezuela. Por fim, o capítulo busca resgatar as contribuições da atualidade (estado da questão) sobre as questões agrárias e as experiências cooperativadas a partir das contribuições teóricas de Traspadini (2018, 2016), Tommasino (2014), Bóron (2014), Firmino (2020), Vendramini (2007), Medeiros (2011), Santos (2016), Chiariello (2012), Martins (2017) e Maingón (2005).

No Capítulo 2, “O debate em torno do poder e as experiências históricas do controle operário”, temos por objetivo discutir o papel do estado, do cooperativismo e da construção do poder popular e resgatar duas das principais experiências do chamado controle operário: a primeira experiência de poder da classe trabalhadora, a *Comuna de Paris* e a experiência dos *Soviets na Rússia*.

Partindo dos seguintes autores: Hobsbawm (1935, 2012), Marx (1982, 2004, 2011, 2013, 2018), Novaes (2011), Mészáros (2011), Rodrigues e Fiore (2010), Lênin (1976, 1980, 1981, 1985, 1919), Cruz (2006), Mazzeo (2007), Paludo; Beatrici (2007), Ouriques, (2014), Lovatto (2016), Osório (2014), Katz (2015), Zibechi (2014), Fazio (2019), Pomar (2017), Gomes (2006), Nascimento (2007), Almeida (2016), Coggiola (2011) e Nascimento (2019). Além do debate das experiências de

¹³ Como a tese envolveu um grande volume de entrevistas (total de 77 entrevistas), as entrevistas foram elencadas de 01 a 77 e serão citadas no corpo do texto com as iniciais A= Sujeitos do Assentamento Nova Santa Rita; B= Sujeitos do Assentamento Filhos de Sepé; C= Sujeitos integrantes dos processos organizativos República Bolivariana da Venezuela.

construção do poder dos trabalhadores, abordamos brevemente o papel da educação na construção da consciência socialista durante os processos revolucionários, a partir de Marx e Engels (2011), Krupskaya (2015), Shulgin (2013), Pistrak (2000, 2013), Freitas (2013), Manacorda (2010), Almeida (2016), Coggiola (2011) e Mészáros (2004).

No Capítulo 3, “A questão agrária e o feitiço do desenvolvimento: a manutenção da dependência e da superexploração no Brasil e Venezuela”, adentramos aos elementos da trajetória da questão agrária no Brasil e na Venezuela. Para isso, partimos de autores, como: Martins (1979, 1990), Traspadini (2014, 2016, 2018), Ianni (1978, 2004), Marini (1973, 1977, 2000), Bambirra, (1978, 20013), Chesnais (1996), Fernandes (1967, 1981, 2009), Stédile (2005), Maestri (2005), Mello (1998), Coutinho (1979), Santos (2016), Leite (2006), Perlman (1977), Antunes (2015), Braz (2017), Fagnani (2016), Skoczek (1978), Maingón (2004), Katz (2016, 2020), Caruso (2017), Cortés (2016) e Rosa (2014).

O capítulo 4, “A dialética entre produção, cooperação e educação para o desenvolvimento do poder popular no século XXI”, consiste nas análises dos espaços investigados no Brasil e na Venezuela. A pesquisa se desenvolve em dois países: Brasil e Venezuela, em territórios rurais, onde foram acompanhadas práticas produtivas e educativas de trabalho e de educação em dois Assentamentos de Reforma Agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no Rio Grande do Sul/RS: a) Assentamento Capela; b) Assentamento Filhos de Sepé; e duas experiências ligadas aos Conselhos Comunais na República Bolivariana da Venezuela: a) *Comuna Socialista El Maizal*; b) *Comuna Socialista Che Guevara Mesa Julia*. Para isso, tivemos a contribuição dos seguintes autores: Figueroa (1981), Maher (2016), Dell (2014), Obediente e Arena (2017), Curto, Freitez e Moreno (2019), Chelotti (2009), Martins (2017), Fernandes (2000) e Altieri (2009).

E, por fim, as conclusões e considerações finais desta investigação, onde ressaltamos que, embora permeadas de contradições, as experiências investigadas, indicam “janelas” que apontam alternativas viáveis para problematizar “as estratégias anticapitalistas e os instrumentos políticos que permitem construir o poder popular do século XXI”. Constroem, assim, na atualidade um importante farol de resistência dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo e da cidade.

As experiências de produção ecológicas de arroz do MST e as Comunas Agrárias República Bolivariana da Venezuela, inovam ao invocar na práxis do trabalho cooperativo, a agroecologia o poder popular e a auto-organização dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade.

As experiências revelam o caráter essencialmente contraditório do capital, demonstram a possibilidade da construção de resistências ao modelo do agronegócio e ao rentismo petrolífero, bem como engendram processos educativos que sinalizam saltos qualitativos no âmbito da formação humana e da autogestão, pelos processos de coletivização dos meios de produção, que envolvem múltiplas técnicas e o conhecimento relativo tanto ao planejamento quanto à execução das atividades, contribuem para a construção do poder popular nos territórios investigados.

1. OS CAMINHOS SULEADORES DA PESQUISA

*“A ciência só pode encontrar o seu verdadeiro papel na República do Trabalho”.
(Karl Marx; Friedrich Engels, 1978).*

*“O socialismo não é, certamente, uma doutrina indo-americana. Porém, nenhuma doutrina, nenhum sistema contemporâneo o é, nem pode sê-lo. E o socialismo, ainda que tenha nascido na Europa, como o capitalismo, não é tampouco específica nem particularmente europeu. É um movimento mundial ao qual não se subtrai nenhum dos países que se movem dentro da órbita da civilização ocidental.”
(José Carlos Mariátegui, 1928) ¹⁴.*

Este capítulo pretende discorrer sobre os caminhos percorridos que sulearam a presente pesquisa. Para isso, foram investigadas duas práticas produtivas e educativas de trabalho e educação em dois Assentamentos de Reforma Agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no Rio Grande do Sul/RS: a) Assentamento Capela e b) Assentamento Filhos de Sepé; e duas experiências ligadas aos Conselhos Comunais na República Bolivariana da Venezuela: a) *Comuna Socialista El Maizal* e b) *Comuna Socialista Che Guevara Mesa Julia*.

Partindo da necessidade de aprofundamento do debate entre trabalho, educação, cooperação e auto-organização no âmbito da América Latina, a hipótese trabalhada no estudo foi a de que tais experiências investigadas possuem um potencial emancipador, na medida em que a luta política travada pelos trabalhadores e trabalhadoras associados desenvolve consciência de classe, auto-organização e experiência na organização política na perspectiva da emancipação humana.

A partir dessa hipótese, levantamos diversas indagações, tais como: afinal, que tipo de educação é necessário para ir além do capital? De que forma tais experiências e estudos tentam romper com a conhecida cisão entre concepção e execução do trabalho? Como a auto-organização dos trabalhadores se relaciona a um projeto alternativo ao capitalismo? As experiências apontam para algo além do conhecido desenvolvimentismo?

¹⁴ Publicado na Revista "Amauta", Nº 5, Ano II, janeiro de 1917, no segundo Congresso Obrero de Lima.

Questionamos também quais são os aspectos e elementos que evidenciam que as experiências de produção ecológicas dos assentamentos do MST e das comunas agrárias bolivarianas, inseridas na proposta do dito *Socialismo do século XXI*, têm sido aquilo que se contrapõe: oposição aos modelos produtivos do agronegócio e do rentismo? Tais questões requerem uma apreensão, para além da aparência, do papel do cooperativismo na construção do poder popular na atualidade.

Para isso, utilizamos autores como Triviños (1987), Kosik (2011), Marx (2005), Silva (2017), Mészáros (2004), Lukács (1989), Konder (2020), Marini (1977), Bóron (2014), Manoel (2019), Salón (2019), Schneider (2001, 2004), Fao (1998), Sen (1996, 1999, 2000), Shiva (2001, 2019), Tortosa (2001), Gudynas e Acosta (2011), Escobar (2005) e Santos (2007; 2010). O capítulo apresenta um debate sobre as alternativas atuais para o meio rural latino-americano relacionado a isso, traz alguns elementos dos antecedentes da pesquisa e a apresentação da hipótese e dos objetivos da pesquisa.

Além das imersões nos campos de pesquisa, para os processos metodológicos do “estudo comparado” na América Latina, partimos de Franco (1992, 2004, 2009), Saviani (2001), Lamarra, Mollis e Rubio (2005) e Thiollent (2003), no Brasil e na Venezuela. Por fim, o capítulo busca resgatar as contribuições da atualidade (estado da questão) sobre as questões agrárias e as experiências cooperativadas a partir das contribuições teóricas de Traspadini (2018), Tommasino (2014), Bóron (2014), Firmino (2020), Vendramini (2007), Medeiros (2011), Santos (2016), Chiariello (2012), Martins (2017) e Maingón (2005).

1.1 O método e os acúmulos epistemológicos: a práxis fetichista e o engendramento da pseudoconcreticidade

“Ver as árvores e não perceber a floresta é uma forma equivocada de perceber a realidade. A totalidade (a floresta) é sempre muito mais rica que a soma das partes as árvores que a compõe”.
(Caio Prado Júnior apud Rummert, 2014).

A epígrafe de Caio Prado Júnior (apud RUMMERT, 2014) foi escolhida como metáfora para abordar a questão do método. Caio Prado Jr. nos coloca a reflexão do universal e particular, uma questão bastante latente nos tempos atuais, onde prevalece o culto exacerbado ao localismo, tão exaltado pelas correntes teóricas pós-modernas e pós-coloniais. O autor nos chama a atenção para o fato de que na euforia “em ver somente às árvores” ficamos impedidos de enxergar “a floresta” na sua totalidade. No entanto, a centralidade da questão agrária na América Latina, passado e presente, é mais complexa do que se tem projetado em algumas pesquisas das ciências sociais latino-americanas contemporâneas, cujo foco analítico ancorado na pós-modernidade tende a tratar o particular nos debates sobre o desenvolvimento agrário e as alternativas camponesas como uma dimensão de falsa universalidade (pseudoconcreticidade).

Nesse sentido, para Kosik (2011, p. 57), “o homem não pode conhecer o contexto do real a não ser arrancando os fatos do contexto, isolando-os e tornando-os relativamente independentes. Eis aqui o fundamento de todo o conhecimento: a cisão do todo.” A partir dessas considerações, viemos compreendendo o materialismo histórico dialético como um dos métodos possíveis de interpretação da realidade. O marxismo compreende, precisamente, três aspectos principais: o *materialismo dialético*, o *materialismo histórico* e a *economia política*.

O marxismo interpreta a realidade a partir da totalidade e da particularidade dos processos por meio do princípio da contradição dos fenômenos. Segundo Kosik (2011, p. 41), a categoria da totalidade (o todo) não significa todos os fatos, mas totalidade significa “realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classes de fatos, conjuntos de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido”.

Se a realidade é entendida como concreticidade, como um todo que possui sua própria estrutura (e que, portanto, não é caótico), que se desenvolve (e, portanto, não é imutável nem dado uma vez por todas), que se vai criando (e que, portanto, não é um todo perfeito e acabado no seu conjunto e não é mutável apenas em suas partes isoladas, na maneira de ordená-las), de semelhante concepção da realidade decorrem certas conclusões metodológicas que se convertem em orientação heurística e princípio epistemológico para estudo, descrição, compreensão, ilustração e avaliação de certas seções tematizadas da realidade, quer se trate da física ou da ciência literária, da biologia ou da política econômica, de problemas teóricos da matemática ou de questões práticas relativas à organização da vida humana e da situação social. (KOSIK, 2011, p. 46).

A realidade sendo objetiva, para Kosik (2011), um todo em permanente desenvolvimento, tem-se que a partir das transformações das partes, transformam-se, também, o todo. Assim, o óbvio nem sempre é óbvio e, portanto, parafraseando Karel Kosik (2011, p. 47), “a coisa em si (a realidade) não se manifesta imediatamente ao homem”. Para o autor, a experiência imediata do fenômeno não garante a cognoscibilidade da coisa em si. A totalidade concreta é, então, a categoria fundamental da realidade. Somente nesse contexto, que integra os diferentes fatos da vida social (enquanto elementos do devir histórico) numa totalidade, torna-se possível o conhecimento dos fatos como conhecimento da realidade.

Ou seja, por não atingirmos a essência dos fenômenos de imediato, que parte dos pesquisadores e das pesquisas sobre as alternativas ao campesinato latino-americano permanece nas formas fenomênicas da realidade e passam a considerá-las como sendo a realidade. É daí que resulta um falso conhecimento ou um conhecimento restrito (o mundo da pseudoconcreticidade). Kosik (2011) chama de pseudoconcreticidade:

O mundo da pseudoconcreticidade é um claro-escuro de verdade e engano. O seu elemento próprio é de duplo sentido. O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde. A essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo inadequado, parcial, ou apenas sob certos ângulos e aspectos. (KOSIK, 2011, p. 40).

Essa práxis fetichista (KOSIK, 2011), engendrada pelo modo capitalista de produção, tem gerado uma ciência acrítica e sujeitos cada vez mais ideologicamente dormentes - “o mundo sempre foi assim, e sempre será”. Por isso, a maioria vive inúmeros processos de práxis fetichizada ao longo da vida, na incapacidade de compreender o potencial revolucionário de transformação radical da sociedade. Na

obra *O Capital*, Marx demonstra metodologicamente sobre a distinção entre a falsa consciência e a compreensão real da coisa:

Fenômeno – essência; Mundo da aparência – mundo real; Aparência externa dos fenômenos – lei dos fenômenos; Existência positiva- núcleo interno, essência, oculto; Movimento visível – movimento real (interno); Representação – conceito; falsa consciência – consciência real; Sistematização doutrinária das representações (ideologia) – teoria e ciência. (MARX apud KOSIK, 2011, p. 160).

Segundo Konder (2020), para Marx a alienação e a ideologia estão ligadas a falsa universalização do capitalismo, na sua farsa em “somos todos iguais, somos todos livres”. A alienação como vendabilidade universal, em que tudo se transforma em mercadoria, no contexto da economia política, onde o trabalhador é reduzido a uma mercadoria qualquer. Deve-se enunciar o significado desse fato no que diz respeito à relação entre o trabalho, o trabalhador e o produto do seu trabalho:

Semelhante fato implica apenas que o objeto produzido pelo trabalho, o seu produto, se lhe opõe como ser estranho, como um poder independente do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, que se transformou em coisa física, é a objetivação do trabalho. A realização do trabalho constitui simultaneamente a sua objetivação. A realização do trabalho aparece na esfera da economia política como desrealização do trabalhador, a objetivação como perda e servidão do objeto, a apropriação como alienação. (MARX, 1964, p. 159).

Dessa forma, o trabalhador, ao invés de se reconhecer no produto do seu trabalho, o vê como algo que lhe é alheio e que o ameaça. Os objetos produzidos não servem para satisfazer as necessidades do trabalhador, mas as do capital. Assim, quanto mais objeto produz, mais pobre ele se torna e mais submisso a eles fica resultando disso que ele acaba pondo sua vida neles.

A alienação do trabalhador no seu produto significa não só que o trabalho se transforma em objeto, assume uma existência externa, mas que existe independentemente, fora dele e a ele estranho, e se torna um poder autônomo em oposição com ele; que a vida que deu ao objeto se torna uma força hostil e antagônica. (MARX, 1964, p. 160).

O trabalho se torna somente um meio de subsistência, ao qual o trabalhador deve recorrer se quiser garantir sua sobrevivência. Não é uma expressão, nem o resultado das capacidades humanas, mas é algo estranho àquele que o executa. Por isso, desumaniza e oprime o trabalhador.

A alienação do trabalhador no objeto exprime-se assim nas leis da economia política: quanto mais o trabalhador produz, tanto menos tem de consumir; quanto mais valores cria, tanto mais sem valor e mais indigno se torna; quanto mais refinado o seu produto, tanto mais deformado o

trabalhador; quanto mais civilizado o produto tanto mais bárbaro o trabalhador; quanto mais poderoso o trabalho, tanto mais impotente se torna o trabalhador; quanto mais brilhante e pleno de inteligência o trabalho, tanto mais o trabalhador diminui em inteligência e se torna servo da natureza. (MARX, 1964, p. 161).

Ainda no debate sobre a práxis fetichizada e a alienação, Ludovico Silva traz uma importante contribuição com a categoria da *mais-valia ideológica* como um produto necessário da *alienação ideológica*, que surge no seio das relações de produção. A alienação ideológica é o “[...] pertencimento ideológico, não consciente, a interesses que não são seus, mas são contra eles mesmos” (SILVA, 2013, p. 164).

Do operário descrito por Marx em O Capital era, ocultamente, subtraída a mais-valia material sem que ele o percebesse; do mesmo modo, da psique do homem médio do capitalismo é extraída a mais-valia ideológica que se traduz como escravidão inconsciente ao próprio sistema. Todas as lealdades que a indústria ideológica cria para o mercado de mercadorias – e, portanto, para a política capitalista – são pura e simples mais-valia ideológica. Não é consciente por um duplo motivo: por ser mais-valia e por ser ideológica. *Trata-se, em síntese, de um excedente de energia mental do qual o capitalismo se apropria.* (SILVA, 2013, p. 163. Grifos nossos).

Este excedente de energia mental apropriado pelo capitalista, conforme o autor se refere amplia-se principalmente nos momentos de “não trabalho”, nos momentos de falso “tempo livre”, por meio dos meios de comunicação, das rádios, da televisão do cinema, das mídias sociais, do comércio em geral e do mundo das mercadorias: *Homo Homini Mercator* (SILVA, 2013). Ainda conforme o autor:

Esse condicionamento que assedia o homem médio desta sociedade até em seus sonhos mais, mutila por completo todo impulso pra o livre desenvolvimento da personalidade, um desenvolvimento não marrado à roda do moinho do consumo. Que não é senão uma das formas sob as quais a exploração aparece. O tempo livre da sociedade capitalista-imperialista não é um tempo livre: *é o tempo da produção da mais-valia ideológica.* (SILVA, 2013, p. 2003. Grifos do autor).

Desta maneira, para Ludovico Silva, o estudo sobre a ideologia está intimamente ligado às condições materiais de produção e reprodução da classe trabalhadora. Conforme o autor:

Ser capitalista não é apenas ser dono do capital material, mas, também do capital ideológico. O capitalismo não apenas controla os homens economicamente, mas, além disso, os explora ideologicamente. Para dizê-lo como nosso vocabulário: coloca em seu pré-consciente a imagem do mundo como um mercado, o converte como um arsenal de valores de troca faz do trabalho espiritual uma mercadoria. (SILVA, 2013, p. 198).

Nesse sentido, segundo Mészáros (2004), as ideologias dominantes da ordem social estabelecida desfrutam de uma posição privilegiada em relação a todas as outras variedades ideológicas presentes nas classes subalternas. Para o autor, as classes dominantes assumem sempre uma atitude positiva para com as relações de produção dominantes, assim como os mecanismos auto-reprodutivos fundamentais da sociedade e, além disso, podem contar, em suas confrontações ideológicas, com todo o apoio das instituições econômicas, culturais e políticas da ordem social.

Por esses motivos, as mistificações ideológicas criadas pela classe dominante de cada época histórica são na maioria dos casos parciais, pois elas distorcem as proporções da visão de conjunto e deformam o sentido global do movimento da totalidade, no entanto, valorizam os fenômenos mais imediatos. Para Lukács (1989), essa concepção dialética da totalidade, que tanto se afasta em aparência da realidade imediata e que constrói essa realidade de um modo aparentemente “não científico” é, de fato, o único método que pode captar e reproduzir a realidade no plano do pensamento.

Nesse sentido, para Marx (1964, p. 14):

O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. No primeiro método, a representação plena volatiliza-se em determinações abstratas, no segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento. [...] o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto não é senão a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado. Mas este não é de modo nenhum o processo da gênese do próprio concreto.

Essa unidade do diverso expressa o caráter inevitavelmente contraditório de todo o social, negado sistematicamente por todas as variantes do pensamento burguês. Nessa linha de argumentação, trazemos outro elemento importante, algumas das atuais tendências e temas que têm animado o debate brasileiro recente sobre o “desenvolvimento e o rural” e sobre as alternativas do campesinato e dos *movimentos sociais do campo*¹⁵. A nova literatura sobre o *desenvolvimento* surge

¹⁵ De acordo com o pesquisador Grzybowski (1987, p. 62), “os movimentos sociais rurais no Brasil tiveram grande proeminência na década de 1950 com as Ligas Camponesas, notadamente no Nordeste, caíram na clandestinidade nos anos 1960 e 1970 e, nos anos 1980, voltaram a se manifestar, contando, sobremaneira, com a atuação da igreja católica e de partidos de esquerda, os

como reflexo de uma mudança mais ampla no plano político-ideológico marcada pelo keynesianismo e o ressurgimento da economia liberal.

As principais contribuições de parte desse campo entendem que a resolução de problemas dos países subdesenvolvidos depende fundamentalmente da “liberdade de mercado”, além da incorporação de novas temáticas, como a *equidade, a sustentabilidade, a justiça social e liberdade*.

Para a crítica do processo de industrialização que produz danos ambientais e desigualdades sociais, partimos de concepções teóricas, como: “Desglobalização” (SALÓN, 2019), “Ecodesenvolvimento” (FAO, 1998), “Pluriatividade Agrícola” (SCHNEIDER, 2001, 2004, 2006), “Desenvolvimento e Liberdade” (SEN, 1996, 1999, 2000), “Mau Desenvolvimento” (SHIVA, 2001, 2019; TORTOSA, 2001), Bem Viver (GUDYNAS; ACOSTA, 2011; ESCOBAR, 2005) e Epistemologias do Sul (SANTOS, 2007, 2010).

A maioria desses conceitos traz como base do debate a crítica às metanarrativas¹⁶ e às teorias da totalidade. No entanto, são permeadas de *slogans* salvacionistas, como: energia limpa, crédito e resgate de carbono, além dos transgênicos como propostas frente à crise alimentar no mundo. As novas epistemologias remontam as antigas propostas desenvolvimentistas, propostas que apresentam *superexploração do trabalho* e um *neoliberalismo verde* como salvação das mazelas ambientais e sociais para o campesinato latino-americano.

Obviamente que a fase atual do capitalismo periférico traz consigo novas e velhas formas de superexploração da força de trabalho e dominação dos territórios a partir da mundialização financeira. E no mundo rural, como veremos ao longo desta tese, as transformações acerca do trabalho afetam também as formas de vida e de trabalho no campo. No entanto, procuramos a partir da crítica marxista expor brevemente os limites dessas teorias, tendo como pano de fundo o conflito capital/trabalho.

As alternativas de correção ao capitalismo ou de sua humanização partem de alguns entendimentos para entender o rural, como o ambientalismo de mercado, partindo da tradição liberal e positivista, como keynesiana e o seu princípio de “quem

camponeses e as suas famílias, estavam vinculados à exploração e à marginalização decorrente da modernização agrícola no campo”.

¹⁶ Ver em Jean-François Lyotard. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013.

polui paga”; o **ecodesenvolvimento**¹⁷, com sua base epistemológica sistêmica frágil “de quanto mais desenvolvimento menos subdesenvolvimento”; a política de “gestão de recursos” para corrigir os problemas ambientais; e a desglobalização¹⁸, com sua defesa da autonomia de populações rurais e indígenas e uma análise centrada na crítica energética sem tocar nos ditames do capitalismo contemporâneo.

A pluriatividade¹⁹ **como alternativa ao desenvolvimento** tem em sua proposta o desenvolvimento de atividades múltiplas, definida como a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas no interior da propriedade rural. Tal proposta travestida de alternativa “de emprego, renda e reprodução social” (SCHNEIDER, 1994; 2004) aproxima ainda mais a unidade familiar rural da proletarização servindo o “novo rural” como forma de acentuar a flexibilização e precarização do trabalho na agricultura familiar. De acordo com os pesquisadores Werlang e Mendes (2016):

A pluriatividade constitui-se em espelho da exploração capitalista no campo, tornando-se expressão indelével dos tempos neoliberais. Estratégia do capital para continuar o seu processo de acumulação, abre fogo contra um espaço ótimo, um viveiro de mão de obra barata. Assim, a emergência da pluriatividade separa a produção da reprodução e aproxima a família, cada vez mais, a uma realidade de proletarização, cuja tendência seria a própria destruição enquanto unidade camponesa. (WERLANG, MENDES, 2016, p.158)

Já a proposta do **desenvolvimento com liberdade**²⁰ visa enfrentar a pobreza e o subdesenvolvimento pela ótica da economia com enfoque na justiça social. Para a autora, não se trata apenas de gerir a distribuição de renda e sim a *liberdade de uma distribuição equilibrada*, benefícios sociais, políticos e culturais. Enfatiza que a questão é mais social do que econômica (SEN, 2000). Assim, o desenvolvimento individual passa a ser atingido por meio do microcrédito, Amartya Sen demonstra o desenvolvimento como um movimento que permite a evolução das liberdades humanas, a partir de uma visão limitada do desenvolvimento sem propor

¹⁷ Aprofundar o debate em Fabrina Furtado. **Ambientalismo de espetáculo: a economia verde e o mercado de carbono no Rio de Janeiro**. Fundação Rosa Luxemburgo: 2012.

¹⁸ Aprofundar em Pablo Salón. **Alternativas sistêmicas**. Editora Elefante, 2019.

¹⁹ Aprofundar em: Sergio Schneider **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004; e Schneider, S.; MATTOS, E. J. de. **A pluriatividade no meio rural gaúcho: caracterização e desafios para o desenvolvimento rural sustentável**. Extensão Rural e Desenvolvimento Sustentável, Porto Alegre, v. 2, n. 1/2, jan./ago. 2006.

²⁰ Aprofundar em Amartya Sen. **Desenvolvimento com liberdade**. São Paulo: Companhia da Letras, 2000. Os textos originais que compõem a obra foram escritos em 1996, durante o período em que o autor foi membro da presidência do Banco Mundial.

mudanças na distribuição da riqueza, portanto, sua proposta segue nos limites na acumulação de capital.

Na mesma esteira de debates está a perspectiva do **mau desenvolvimento**²¹, que faz a crítica de que o desenvolvimento convencional desemboque no “mau desenvolvimento”, entendidos como um conjunto de processos de violação da integridade que geram exploração, desigualdade e violência, afetando principalmente as populações do Sul e as mulheres (SHIVA, 2019). Embora as obras da autora façam uma dura oposição a grandes multinacionais, como a Companhia Monsanto²², suas obras não sustentam uma alternativa real para o campesinato mundial. Ambas as autores SEN (2000); SHIVA (2019) desenvolvem uma visão simplista e maniqueísta do desenvolvimento, como se houvesse um “bom e um mau” desenvolvimento.

Nesse sentido, é válido lembrar que o desenvolvimento é sempre o desenvolvimento do capitalismo, conforme Marini (1977, p. 32):

A nação em desenvolvimento não é mais do que a burguesia em desenvolvimento e as promessas de melhora material, como consequência do desenvolvimento com participação dos trabalhadores nos frutos do progresso servem mesmo para ludibriar o proletariado e castrá-lo politicamente.

Logo, para que aconteça o desenvolvimento nos países centrais é necessário o subdesenvolvimento na periferia do sistema capitalista, como aprofundaremos mais especificamente no capítulo 3. Entendemos que há um conjunto de lutas importantes no continente latino-americano na atualidade, algumas dessas lutas seculares²³ da população camponesa, que têm sido revigoradas, como, por exemplo, os movimentos de luta contra a privatização da água no Peru e Brasil²⁴, as lutas contra a mineração e seus impactos socioambientais²⁵ e as recentes

²¹ Aprofundar em Shiva. **Mau Desenvolvimento**. In: Alternativas sistêmicas. Editora Elefante, 2019; e TORTOSA, M. **El juego global. Malesarrollo y pobreza en el capitalismo global**. Icaria, Barcelona: Uzeda V. A., 2001.

²² Ver em <https://www.brasildefato.com.br/2016/06/13/os-12-produtos-mais-perigosos-criados-pela-monsanto>

²³ De acordo com Paludo (2015, p. 222): “[...] criollos, que se destacaram na liderança, negros, mestiços, brancos das camadas mais pobres e indígenas. Nas lutas anteriores às da independência, pode-se lembrar da revolta dos índios descendentes dos incas, liderada por Túpac Amaru, no Peru, ocorrida no século XVI; e de Zumbi dos Palmares, brasileiro, que se manteve durante todo o século XVII. No período das lutas pela independência, no século XVIII e início do XIX, destacam-se Simón Bolívar (1783-1830), venezuelano, e José de San Martín (1778-1850), argentino”.

²⁴ Ver em Fórum Alternativo Mundial de Água, disponível em: <<http://fama2018.org/>>

²⁵ Ver em <https://andesufrgs.wordpress.com/2019/06/06/comite-estadual-de-luta-contr-a-mineracao-e-criado-no-rs>

mobilizações dos indígenas que por mais de cinco séculos marcam a trajetória de resistência do povo indígena Mapuche²⁶, que no ano de 2019 marcaram importantes rebeliões contra a dominação e subjugação.

A exploração-espoliação de bens da natureza produz uma enormidade de conflitos socioambientais. Vale citar, para exemplificar, aspectos relacionados à mineração, exploração de hidrocarbonetos (petróleo), à destinação de resíduos e ao desmatamento em zonas de reservas. Repetem-se os grandes ciclos de exportação de matérias-primas, nos quais as atividades extrativas debilitam o meio ambiente, violam direitos coletivos de comunidades tradicionais, enriquecem setores das elites nacionais e companhias transnacionais e não proporcionam o tão esperado mágico “desenvolvimento” para os países latino-americanos.

No entanto, essas rebeliões por si só não dão conta de resolver a realidade e a emancipação latino-americana, mas servem para evidenciar as contradições do próprio sistema, conforme aponta Mészáros (2005, p. 55): “as soluções não podem ser apenas formais: elas devem ser essenciais”. **A teoria do bem viver**²⁷ vem nesse sentido de resgate dos saberes dos povos originários Abya Yala²⁸, parte de concepções pós-desenvolvimentistas a partir de experiências comunitárias de cosmovisões construídas por meio da interculturalidade multicultural. Conforme Gudynas (2011, p. 23): “faz-se necessário superar a visão clássica do desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico perpétuo, progresso linear e antropocentrismo desmedido”.

Grande parte da crítica feita ao desenvolvimento pelos teóricos pós-desenvolvimentistas do *bem viver* é muito valiosa e converge com aspectos da teoria marxista latino-americana como a crítica ao desenvolvimento capitalista (MARNI, 1973, 1977, 2000; BAMBIRRA, 1978, 2013; CUEVA, 1986; KATZ, 2016, 2020; TRASPADINI, 2016, 2018; LUCE, 2018), a grave ameaça ecológica (FIDEL, 1992; KATZ, 2017; MALM, 2020), além da crítica ao eurocentrismo e as questões racias e étnicas que compõe os diversos fatores de exploração e opressão da

²⁶ Artigo completo disponível em: <https://movimentorevista.com.br/2019/12/olho-por-olho-em-santiago>

²⁷ Aprofundar em GUDYNAS, E; ACOSTA, A. La renovación de la crítica al desarrollo y el buen vivir como alternativa. **Revista Utopía y Praxis Latinoamericana**, p. 71-83, 2011; e ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas.** Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2005. p.133-168.

²⁸ De acordo com Traspadini (2014), expressão oriunda do povo Kuna, presente na região norte da Colômbia, tem como significado terra madura.

população indígena. Conforme os valiosos estudos inaugurados por José Carlos Mariátegui na obra “Sete ensaios de interpretação da realidade peruana”.

Segundo o autor:

A suposição de que o problema indígena é um problema étnico se nutre do repertório mais envelhecido das ideias imperialistas. O conceito de raças inferiores serviu ao Ocidente branco para sua obra de expansão e conquista. Esperar a emancipação indígena de um cruzamento ativo da raça aborígene com imigrantes brancos é de uma ingenuidade antissociológica, concebível apenas na mente rudimentar de um importador de carneiros merinos. [...] A degeneração do índio peruano é uma invenção vagabunda dos leguleios feudistas (MARIÁTEGUI, 2008, p. 57).

No entanto, no que se refere ao âmbito das “alternativas” à teoria do bem viver, não desenvolve “maior vitalidade”, pois sua narrativa se assenta prioritariamente *nos atores sociais*²⁹ *individuais isolados de organização de classe*, assim, tendem a tomar como economicismo o que em realidade é a *base material de dominação do modo de produção capitalista* (TRASPADINI, 2016). A proposta do bem viver parece-nos que não apresenta uma alternativa viável para o conjunto diverso da classe trabalhadora. Tal questão fica explícita na crítica realizada pelo pesquisador Katz:

Relativiza el impacto del subdesarrollo económico y pierde de vista las consecuencias de la exacción de recursos, el vaciamiento de riquezas, las transferencias de valor y la especialización productiva en exportaciones primarias. Esta desposesión determinó una escala de atraso semejante al padecido por otras zonas periféricas del planeta. Escobar rechaza las convocatorias usuales al desarrollo de América Latina. Considera que esos llamados recrean la “invención del subdesarrollo” que construyeron los colonialistas y repiten los colonizados (ESCOBAR, 2010a). Sin embargo, esa visión conduce a presentar el status objetivo del atraso latinoamericano como un simple imaginario, difundido por los poderosos y convalidado por los subordinados. Olvida que el subdesarrollo no es una creencia, un mito o un discurso, sino una terrible realidad de hambre, baja escolaridad y pobreza. Este desconocimiento conduce a evadir el grave problema que afronta una región relegada. Durante siglos los principales intelectuales latinoamericanos constataron ese atraso. No priorizaron la temática del desarrollo por atadura a un relato emanado de Occidente, sino por las duras vivencias experimentadas en todos los países. Escobar elude este dato. Se limita a evaluar discursos, sin conectar esos enunciados con el drama rector del subdesarrollo. Por eso divorcia la exposición verbal del problema de sus manifestación. (KATZ, 2015, p. 85)

A maioria dessas experiências se baseia em localismos multiculturais (comunas agrárias indígenas, comunidades quilombolas etc.), avançam no que se

29 Ver nos autores: SADER, E. **Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1988; HOLLOWAY, J. **Mudar o mundo sem tomar o poder**. São Paulo: Editora Viramundo. 2002; GOHN, M. **Sociologia dos Movimentos Sociais**. 2 ed. São Paulo: Editora Cortez. 2014.

refere às opressões sofridas por essas populações, avançam também na cultura de outras formas de trabalho que, em muitos casos, são balizadas pela solidariedade e coletividade. Entretanto, há limites nas experiências de resgate de ação comunitária, conforme adverte Katz (2015, p.84): “los emprendimientos sólo conquistan mayor relevancia cuando logran desbordar el ámbito inmediato. Si estas iniciativas no se inscriben en proyectos estratégicos de transformación social, pierden fuerza y consistência”.

Seguindo esta linha da critica o autor salienta o debate sobre o limite das experiências localistas e a necessidade da construção do poder pela classe trabalhadora, debate que aprofundaremos mais especificamente no capítulo 2 desta tese.

La visión comunitaria es afín al viejo utopismo cooperativista. Em su formato clásico esa visión promueve la progresiva disolución de las relaciones de explotación, al cabo de una prolongada expansión de empresas autogestionadas. Ese tipo de emprendimientos permite efetivamente prefigurar un futuro igualitario, pero sólo aporta algunas semillas dispersas de ese porvenir. Un florecimiento significativo de la economía solidaria exige superar las reglas de la rivalidad y del lucro que rigen bajo el capitalismo. La experiencia ha demostrado que una sociedad equitativa no puede construirse en torno a islotes cerrados en los poros del sistema actual.(KATZ, 2015, p. 84).

Assim, as experiências do bem viver denunciam acertadamente as consequências destrutivas do capitalismo contemporâneo. Mas, só isto não é o suficiente para desenvolver “saídas táticas” no centro e na periferia do capitalismo. Tão pouco toca na questão fundante que é “a questão da conquista do poder global” dos sujeitos do campo e da cidade para um giro na transformação social essa questão é secundarizada, esquecida e em muitos autores ignorada.

Por fim, analisamos essa proposta que se insere nas chamadas **Epistemologias do Sul**³⁰, que assim como outras tendências desse bojo buscam contrapor o “eurocentrismo epistemológico marxista” por meio da *descolonização* e de uma *nova emancipação*. É mister ressaltar que a crítica às ideologias colonialistas de superioridade eurocêntrica de negação da humanidade dos povos

³⁰ Aprofundar nas obras: SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007; e SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

originários faz parte das críticas que diversos dos teóricos anticolonialistas³¹ já realizam à América Latina. De acordo com Manoel (2019):

Marx e Engels souberam, no exame da questão colonial, redefinir de forma independente e original o próprio método que, reformulado a partir da dialética de Hegel, eles haviam construído no contexto das lutas políticas do continente europeu que culminaram na Primavera dos Povos de 1848. [...] Considerar a obra marxiana-engelsiana como essencialmente eurocêntrica é um erro que percorre dois caminhos. Primeiro, apegar-se a algum trecho ou texto de Marx e Engels – e como falamos acima, alguns deles, realmente, são terríveis, como os comentários de Engels sobre o México ou o pequeno panfleto de Marx sobre Simon Bolívar –, mas ignorando o conjunto de sua obra, uma análise da globalidade de sua produção teórica; ou tomar como premissa da crítica uma análise idealizada das formas sociais pré-colonização numa tentativa infantilizada de retornos a sociedades já destruídas (como o misticismo em torno de uma África pré-colonização, algo de muito sucesso no movimento negro brasileiro) (MANOEL, 2019, p. 19).

E, ainda, complementa o autor:

A partir dessa perspectiva de retorno idealizado, caricata o suficiente ao ponto de idolatrar monarquias de bases socioeconômicas feudais, Marx e Engels seriam por essência eurocêntricos dado que partem da realidade europeia: seu objeto de análise, dado ser nesse continente que o modo de produção capitalista apresentava maior desenvolvimento. Ora, é evidente que os autores do Manifesto Comunista são europeus e, mesmo produzindo a contrapelo das tendências ideológicas dominantes de sua época, não escapam às determinações histórico-culturais e subjetivas de seu tempo. A grande questão, porém, é que a obra marxiana-engelsiana é acima de tudo uma crítica da economia política; uma análise do modo de produção capitalista em suas formas mais elementares com vistas à superação revolucionária dessa sociedade. Nesse sentido, usando uma linguagem hegeliana, podemos dizer que o capitalismo é um sistema universal que se realiza na particularidade de cada país/região. Ou seja, enquanto existir capitalismo, a crítica da economia política de Marx e Engels, e, portanto o materialismo histórico, serão a filosofia insuperável do nosso tempo – mas isso não significa que essa crítica seja um universal-abstrato coagulado de determinações mais concretas; o universal se realiza no particular. (MANOEL, 2019, p. 19).

Assim, a grande tarefa do marxista na periferia do capitalismo é analisar essa *totalidade* desde o ponto de vista da sua realidade nacional. (Manoel, 2019) O que não implica dizer, que não tenha existido e haja até hoje marxistas eurocêntricos, economicistas e dogmáticos oriundos ou não do marxismo vulgar. No entanto, fica evidente que epistemologias, como a “Epistemologias do Sul”, são o reflexo do *mainstream* no conhecimento científico, cuja pretensão da leitura hegemônica é tornar anacrônicas as concepções que reforçam a dinâmica de dominação, ou seja, *a crítica da economia política*. (Manoel, 2019) e, ainda conforme salienta (MANOEL,

³¹ Ver em MARIÁTEGUI (2008), na obra: “Sete ensaios de interpretação da realidade Peruana”, MANOEL, FAZZIO (2019) “A Revolução Africana” e MANOEL, LANDI (2021) em: “Raça, Classe e Revolução”.

2020, p. 51), “não se trata de uma reavaliação que qualifica a crítica, mas de revisionismo e apagamento histórico determinado pela conjuntura política da luta de classes desde a vitória da contrarrevolução neoliberal e neocolonial”.

A grandeza dos desafios que a classe trabalhadora tem enfrentado na atualidade latino-americana e mundial encontra-se sem precedentes históricos, há uma multiplicidade de conflitos, que exigem um embasamento teórico consistente que possibilite compreender as relações sociais em sua concreticidade, indo além do imediato, do aparente, das manifestações subjetivistas e dos interesses individuais. Por isto, a importância do resgate e do debate em torno do Poder popular, considerando a *diversidade dos sujeitos e das lutas sociais* na luta pelo fim das opressões articulados ao debate e as estratégias antisistêmicas da tomada do poder global, ou como diria Gramsci (2004) “*a hegemonia do trabalho sob a hegemonia do capital*”. Logo um dos desafios atuais é **articulação no plano da produção e no plano da reprodução social** para a efetivação real da democracia socialista e da igualdade substantiva.

A partir dessas questões, trazemos algumas indagações: de qual emancipação estamos falando, quando falamos em opressões, autonomia e liberdade? Emancipação em que sentido? O que impede a emancipação humana na sociedade regida pelo capital? O que queremos quando lutamos contra o *modus operandi* do capitalismo? De que liberdade estamos tratando?

Por isso, a importância de resgatar a crítica ontológica do pensamento marxista e suas intersecções entre *consciência e produção*, para que se “caminhe” para soluções efetivamente substantivas onde o fim da exploração é o fim também do estranhamento ou da alienação e o *proletariado seja classe dirigente da revolução*. Por isso, é útil recordar a proposta da emancipação humana idealizada por Marx e Engels como ponto de partida para a **transformação radical do modo de produção capitalista**. Em Marx (2009), emancipação é um projeto que insere a libertação de todos os seres humanos, através do reconhecimento *do reino da liberdade*.

Para Marx (2009), emancipação difere da perspectiva liberal, para a qual liberdade significa ação individual. No marxismo, ser livre é ser autodeterminado, logo, a emancipação é sempre *um processo coletivo, de classe e da classe proletária*. Conforme apontam Marx e Engels, em O manifesto do Partido Comunista,

Todos os movimentos históricos têm sido, até hoje, movimentos de maiorias ou em proveito de minorias. O movimento proletário é o movimento autônomo da imensa maioria em proveito da imensa maioria. O proletariado, a camada inferior da sociedade atual, não pode erguer-se, pôr-se de pé, sem fazer saltar todos os estratos superpostos que constituem a sociedade oficial. [...] Esboçando em linhas gerais as fases do desenvolvimento proletário, descrevemos a história da guerra civil, mais ou menos oculta, que lavra na sociedade atual, até a hora em que essa guerra explode numa revolução aberta e **o proletariado estabelece a sua dominação pela derrubada violenta da burguesia**. (MARX; ENGELS, 2005, p. 50 - Grifos nossos).

Ademais, compreender Marx e seu legado implica ainda em recusar as posições dogmáticas e ilusórias, de modo a buscar uma consciência crítica para que, mediada pela conjuntura histórica, permita analisar os oportunismos do momento que apontam o marxismo como uma concepção ultrapassada, que não responde às necessidades de um período de capitalismo mundializado.

Contudo, a economia política marxista pode ajudar a superar a fragmentação das experiências de exploração e demonstrar que a produção capitalista necessariamente envolve conflitos sociais na produção e na distribuição. Também pode construir ações práticas para superação desse modo de produção, não apenas através do trabalho teórico, mas especialmente articular a possibilidade real da liberdade humana e da sobrevivência frente à catastrófica degradação promovida pelo capitalismo. Cruz (2006) contribui para o debate do resgate da economia política, destacando que

[...] o fundamento da economia política, portanto, reside em considerar as relações econômicas que se estabelecem na sociedade como parte inter-relacionada de um processo histórico mais geral, resultante não apenas das configurações relativas aos processos de produção-consumo-distribuição-acumulação da riqueza, mas também da ação social e política dos sujeitos sociais. Estes, por sua vez, constroem tais relações a partir de condições históricas herdadas do passado e que não são “determinadas” no sentido de um “destino transcendente”, inescapável, mas apenas como o resultado histórico de uma dada correlação entre estruturas e forças (econômicas, sociais, políticas, culturais... que se deslocam em meio à dinâmica da economia e da sociedade. (CRUZ, 2006, p. 300).

Nesse sentido, ao invés de produzirmos “desenvolvimentos alternativos”, é necessário produzir “alternativas ao desenvolvimento capitalista”. Como já anunciava Borón (2014, p. 62): “integrar-nos para entregar-nos como foi o intento da ALCA e dos TLCs, ou integrar-nos para defender outros modelos de sociedade e outras formas alternativas ao capitalismo globalizado”.

Nesse aspecto, o marxismo tem se colocado como **alternativa radical de transformação da ordem atual**. Dessa maneira, nos dá pistas para um novo fazer

educativo dentro da ideia de forjar as condições para o desenvolvimento e fortalecimento da emancipação humana a partir dos duros processos de luta, conforme já apontavam Marx e Engels (2005, p. 125): “os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade, em circunstâncias escolhidas por eles próprios, mas nas circunstâncias imediatamente encontradas, dadas e transmitidas”.

Partindo dessas reflexões é que organizamos a tese de modo a aprofundar o debate sobre as peculiaridades da realidade concreta dos países pesquisados para compreender o campesinato e suas correlações com a totalidade, como, por exemplo, como a questão agrária se articula ao trabalho nas cooperativas e como elas se sustentam no plano macro, “alternativas de poder popular para a América Latina”. A metodologia utilizada para realização da pesquisa proposta se situa numa abordagem qualitativa e se baseia no *estudo comparado e tem como* o referencial teórico que a fundamenta o *materialismo histórico dialético*³².

1.2 Os antecedentes, a delimitação e os critérios de pesquisa

Partimos do princípio de que a auto-organização e a cooperação dos trabalhadores e trabalhadoras é parte fundamental da discussão para o projeto de poder da classe trabalhadora. Por isso, nossa pesquisa tem como delimitação os assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e as Comunas agrárias da Venezuela como *locus* da pesquisa. Mas o que há em comum entre Brasil e Venezuela? Porque a escolha da Venezuela, se essa não se trata de um país tipicamente agrário? Quais paralelos comparativos seriam possíveis entre Assentamentos e Conselhos Comunais?

O critério que nos levou a escolha dessas experiências foram algumas razões: a primeira dá-se pela expressão do que a experiência do MST e os Conselhos Comunais Venezuelanos vêm representando nos últimos anos e a segunda porque ambas as experiências populares partem de concepções chave

³² O materialismo histórico é a ciência filosófica do marxismo que estuda as leis sociológicas que caracterizam a vida da sociedade, de sua evolução histórica e da prática social dos homens, no desenvolvimento da humanidade. O materialismo histórico significou uma mudança fundamental na interpretação dos fenômenos sociais que até o nascimento do marxismo se apoiava em concepções idealistas da sociedade humana. (TRIVIÑOS, 1987, p. 148).

desta pesquisa, quais sejam: a *soberania alimentar*, a *autodeterminação dos povos* e o *poder popular*. Além disso, ainda é possível destacar os seguintes aspectos:

- a) O MST tem sido o principal mobilizador na luta pela Reforma Agrária Popular no país, organizando em seus assentamentos várias formas associativas e cooperativas de trabalho e organização social, em especial as denominadas cooperativas de produção. Conforme reportagem da *BCC News*: “o MST se tornou o maior produtor de arroz orgânico da América Latina”³³, aglutinando a luta pela terra com a luta ecológica.
- b) A Venezuela, por sua vez, interessa-nos pela experiência das comunas e dos conselhos comunais. Conforme a Lei Orgânica das comunas:

(Art.1) La presente Ley tiene por objeto desarrollar y fortalecer el Poder Popular, estableciendo las normas que regulan la constitución, conformación, organización y funcionamiento de la Comuna, como entidad local donde los ciudadanos y ciudadanas en el ejercicio del Poder Popular, ejercen el pleno derecho de la soberanía y desarrollan la participación protagónica mediante formas de autogobierno para la edificación del estado comunal, en el marco del Estado democrático y social de derecho y de justicia. (REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA, 2012, p. 41).

Segundo o documento, o objetivo da lei é promover o exercício direto da *soberania popular* em sua relação com os órgãos e entes do poder público para a formulação, execução, controle e avaliação das políticas, assim como o desenvolvimento protagônico comunitário. Além disso, devido aos intensos ataques e bloqueios econômicos sofridos pela Venezuela nos últimos anos, a agricultura tem sido reavivada no país do rentismo petrolífero. A agricultura ressurgiu como proposta de soberania alimentar a partir de políticas agrárias e alimentares apropriadas às circunstâncias específicas da realidade venezuelana e, com isso, deu-se o aumento crescente das comunas agrárias.

Cabe ressaltar que este estudo doutoral é produto e continuidade das investigações desenvolvidas ao longo dos últimos anos, durante oito anos em que atuei enquanto bolsista e posteriormente consultora técnica de uma Incubadora de Cooperativas Populares (ITCP/FURG) na Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Tal trabalho me propiciou conhecer e acompanhar os mais variados e diversos tipos de cooperativas, associações e empreendimentos sociais.

³³ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-39775504>

Nessa ocasião, aproximei-me pela primeira vez do MST, por meio do Projeto de Extensão: **“Implementação da normativa 51 nas Práticas de Produção leiteira no Assentamento Conquista da Liberdade”**, no município de Piratini/RS, que tinha como objetivo o aprimoramento da produção leiteira entre os produtores/as desse assentamento, qualificando-os para cumprirem as exigências previstas na legislação através da antiga normativa 51.

No mestrado, realizado na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Faculdade de Educação (FaE), dediquei-me a investigar **a proposta do trabalho educativo em associações populares no contexto urbano, a partir do Programa de Extensão da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares/FURG**, localizada no município de Rio Grande/RS. Essa pesquisa pode evidenciar a concepção de autogestão, de trabalho associado, de cooperativismo popular e a incubação difundida pelos documentos do Programa ITCP e no processo prático de incubação, no empreendimento de mulheres da Associação Recicladora Vitória, situada também no município de Rio Grande. (DIAS, 2014).

A discussão da economia solidária desenvolvida naquela oportunidade indicou a importância em ampliar a interlocução com outras disciplinas e outros teóricos. À época foi possível perceber os limites e resistências ao tema existentes na área da educação, assim como a oportunidade de debruçar-me sobre essas questões à luz do materialismo histórico-dialético necessário para o aprofundamento e busca de respostas às inquietações ainda existentes.

E nesse percurso da pesquisa, ainda no mestrado, fomos aprofundando que o trabalho para Marx não tinha somente uma centralidade de exploração e alienação. Todavia, também sob o aspecto ontológico, o trabalho tem potencial criativo, portanto, educativo, sendo a classe trabalhadora protagonista da tarefa de “liderar a transformação radical da sociedade”. Assim, a concepção de trabalho que suleou o estudo foi centrado na formulação marxista do *trabalho como princípio educativo*.

É nesse sentido que Marx e Engels (1978) demonstram a preocupação em romper com a separação entre formação manual e formação intelectual. Aqui reside a importância do cooperativismo popular, que tem como horizonte que “os próprios produtores associados dirijam sua atividade e o produto dela derivado” (MARX; ENGELS, 1978, p. 24), negando, dessa maneira, o estado capitalista, a democracia representativa, as classes sociais, o mercado, a divisão social do trabalho e a divisão entre economia e política.

Além da investigação específica, o mestrado pode nos aproximar de outras experiências de base popular. Uma delas foi o Projeto de pesquisa **do Observatório da Educação do Campo (OBEDUC)** que, por sua vez, possuía o objetivo de proporcionar o desenvolvimento de pesquisas nas escolas do campo da região Sul do Rio Grande do Sul por meio de um trabalho conjunto entre três Universidades³⁴, o que foi nos aproximando do debate mais profundo sobre *a questão agrária e a luta pela terra* no Brasil.

Logo, a forma organizativa deste projeto e seus desencadeamentos nas escolas e nas comunidades investigadas puderam nos aproximar da discussão radical da *Educação do Campo* e nos aproximou organicamente a outros movimentos sociais, mais especificamente ao MST.

No período da pesquisa exploratória e da construção do projeto de tese de Doutorado em Educação do PPGEDU-UFRGS, envolvemo-nos com um novo Projeto de Extensão: **“Curso Formação de Educadores das Escolas dos Assentamentos da Reforma Agrária do Rio Grande do Sul”**, que teve como objetivo aprofundar o papel social da educação e a relação escola, trabalho, produção e cooperação, tendo como eixos articuladores: o papel social da escola e o estágio atual da luta de classes no campo no Brasil.

Contudo, de onde surge a ideia de pesquisar a Venezuela? A partir das relações estabelecidas neste projeto e no grupo de pesquisa, foi possível conhecer outras experiências. Nesse contexto, a partir de uma formação sobre “A Questão Agrária no Brasil e América Latina” no curso de formação descrito acima foi que emergiu a ideia de aproximar as experiências educativas de produção do Brasil e outro país da América Latina.

Naquela ocasião, uma companheira do MST/RS ministrou um dia de formação e comentou sobre a experiência das comunas venezuelanas. Tal formação foi fundamental para a delimitação do campo de pesquisa na Venezuela e a partir desse momento se deu início um diálogo com as brigadas internacionalistas³⁵ do

³⁴ O Projeto em Rede Observatório da Educação do Campo teve como foco proporcionar o desenvolvimento de pesquisas nas escolas do Campo na região Sul do Rio Grande do Sul, em um trabalho conjunto com as universidades: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Universidade de Tuiuti, no Paraná, sobre a realidade das escolas do campo na região Sul do Brasil: diagnóstico e intervenção pedagógica, com ênfase na alfabetização, letramento e formação de professores.

³⁵ Conforme matéria do Jornal Brasil de Fato: “atualmente o MST mantém as chamadas brigadas internacionalistas em 11 países. Um deles é a Venezuela, onde o movimento está presente há 12 anos com o objetivo de prestar apoio à Revolução Bolivariana. Além da formação política, o MST

movimento, sobre a possibilidade de articulação e desenvolvimento da pesquisa na Venezuela. No entanto, foi no Seminário **“Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação”**, organizado e coordenado pela professora Dra. Vera Peroni³⁶, que pudemos estabelecer relação com o professor Dr. Samuel Hilcías Carvajal Ruíz, Professor Doutor da Universidad Nacional Experimental Simón Rodríguez (UNESR), onde coordena os Programas de Especialização em “Currículo e Gestión del Desarrollo Social” e é docente dos Seminários “Problematización de la praxis educativa y los sentidos del trabajo impartidos” no Programa de Doutorado em “Ciencias de la Educación” do Núcleo Regional de Educación Avanzada de Caracas.

Outro fator determinante para a construção do objeto da tese foi a participação no Seminário **“Estudos Avançados em Desenvolvimento Rural, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS”**. Embora o seminário não tenha debatido diretamente a vertente marxista da questão agrária no Brasil, foi de suma importância, uma vez que apresentou o debate contemporâneo sobre o desenvolvimento e a problemática do desenvolvimento rural no Brasil e no mundo.

A partir disso, foi possível buscar analisar e aprofundar a contribuição de outros autores sobre o tema do desenvolvimento no Brasil e na América Latina. Como consequência de todas as inserções e interseções ao longo do doutoramento que foi possível a escolha dos espaços de desenvolvimento da pesquisa e que passamos a problematizar profundamente a importância dos processos organizativos dos trabalhadores cooperativados e sua necessária articulação com um *projeto de poder para além do capital*.

Partindo da necessidade de aprofundamento desse debate entre trabalho, educação, cooperação e auto-organização no âmbito da América Latina, a hipótese trabalhada no estudo intitulado: **“Embríões do Poder Popular? Um estudo comparado das experiências agrárias de Trabalho e Educação no Brasil e Venezuela”** foi a de que essas experiências investigadas possuem um potencial

desenvolve um projeto de produção de sementes crioulas e agroecológicas. A iniciativa é realizada em parceria com o Estado venezuelano e com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO)”. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/11/06/brigada-do-mst-na-venezuela-completa-12-anos-com-formacao-e-producao-agroecologica>

Para maiores aprofundamentos: <https://mst.org.br/tema/internacionalismo/>

³⁶ A professora compõe o Grupo de Pesquisa Relações entre o Público e o Privado em Educação e o **Grupo de Investigación sobre Formación de Profesores del Mercosur/Cono Sur**.

emancipador, na medida em que a luta política travada pelos trabalhadores e trabalhadoras associados desenvolve consciência de classe, auto-organização e experiência na organização política na perspectiva da emancipação humana.

A partir dessa hipótese, levantamos diversas indagações, tais como: afinal, que tipo de educação é necessário para ir além do capital? De que forma tais experiências e estudos tentam romper com a conhecida cisão entre concepção e execução do trabalho? Como a auto-organização dos trabalhadores se relaciona a um projeto de desenvolvimento alternativo ao capitalismo? As experiências apontam para algo além do conhecido desenvolvimentismo?

Questionamos, também, quais são os aspectos e elementos que evidenciam que as experiências de produção ecológicas dos assentamentos do MST e as comunas agrárias bolivarianas, inseridas na proposta do dito *Socialismo do século XXI*, têm sido aquilo que se contrapõe: oposição aos modelos produtivos do agronegócio e do rentismo? Tais questões requerem uma apreensão para além da aparência, do papel do cooperativismo na construção do poder popular na atualidade.

Sendo o *trabalho* e a *educação* categorias centrais nas organizações investigadas, a pesquisa tem como objetivo principal investigar elementos capazes de compreender se as alternativas ao desenvolvimento capitalista, baseadas nos princípios da *cooperação*, *auto-organização*, *agroecologia* e do *poder popular* propostas pelas experiências do Brasil e Venezuela, estão gerando processos educativos de resistência popular que caminhem na direção da “educação para além do capital”, vislumbrando romper com a cisão entre os núcleos de execução e concepção dos trabalhadores associados a partir da perspectiva do “controle global do processo produtivo de trabalho”.

A partir desse objetivo central, é oportuno relacionar alguns objetivos específicos que também organizaram o percurso teórico-metodológico sobre o qual se erigiu a tese, quais sejam:

- a) realizar análise da relação trabalho e educação no âmbito das experiências cooperativistas, tendo como referencial os conceitos da dialética marxista;
- b) avançar na formulação teórica que indique a relação entre cooperação, trabalho, poder popular e autogestão;

- c) verificar se a agroecologia e auto-organização se apresentam como categorias fundamentais nas experiências pesquisadas; e, por último,
- d) identificar possíveis indícios do poder popular nos espaços educativos investigados.

1.3 Dos processos metodológicos do estudo comparado às imersões nos campos de pesquisa

*“O conhecimento caminha lento feito lagarta.
 Primeiro não sabe que sabe
 e voraz contenta-se com cotidiano orvalho
 deixado nas folhas vividas das manhãs.
 Depois pensa que sabe e se fecha em si mesmo:
 faz muralhas, cava Trincheiras, ergue barricadas.
 Defendendo o que pensa saber
 levanta certeza na forma de muro,
 orgulha-se de seu casulo.
 Até que maduro explode em vôos rindo do
 tempo que imagina saber
 ou guardava preso o que sabia.
 Voa alto sua ousadia
 reconhecendo o suor dos
 séculos no orvalho de cada dia.
 Mas o vôo mais belo descobre um dia não ser eterno.
 É tempo de acasalar: voltar à terra com seus ovos
 à espera de novas e prosaicas lagartas.
 O conhecimento é assim: ri de si mesmo
 E de suas certezas.
 É meta de forma
 Metamorfose movimento fluir do tempo
 que tanto cria como arrasa
 a nos mostrar que para o vôo é preciso tanto o casulo
 como a asa”.*
 (Mauro Iasi, 2014)

No que se refere à coleta de dados, foram elaboradas em quatro momentos de forma qualitativa e quantitativa³⁷. O primeiro momento voltou-se para a pesquisa

³⁷ Conforme Ferraro (2012, p. 144): “nessa perspectiva dialética, simplesmente não há quantidade sem qualidade, nem qualidade sem quantidade; a unidade entre essas duas dimensões do real está em sua inseparabilidade ou exigência recíproca, não em qualquer identidade imaginária entre ambas. Essa perspectiva dialética permite, antes de tudo, afastar duas concepções opostas e igualmente vulneráveis: de um lado, a daqueles (as) que veem incompatibilidade, dicotomia ou oposição excludente entre métodos quantitativos e métodos qualitativos; de outro, a daqueles(as) que veem unidade entre os dois tipos de métodos – uma unidade construída não sobre a diferença que os distingue, mas sobre uma identidade imaginária que desfigura uns e outros, na medida em que ignora ou apaga as diferenças. Permite ainda afastar a tese de um continuum entre quantidade e qualidade, que acaba por restabelecer, nas posições extremas, a dicotomia quantidade-qualidade e, conseqüentemente, a exclusão mútua entre essas duas dimensões”.

teórica propriamente dita, a pesquisa bibliográfica³⁸ realizada, que teve como objetivo fazer um levantamento dos trabalhos científicos já feitos sobre o tema pesquisado. Por meio de dados, buscamos mapear a atualidade dos dilemas latino-americanos da questão agrária e da cooperação no Brasil e na Venezuela. Esse levantamento abrangeu a busca em periódicos, portais e sites de investigação³⁹.

Esses estudos têm demonstrado que as estratégias da forma como o capital chega e se apropria das áreas rurais atualmente se altera e amplia com o agronegócio e suas derivações (mineração, geração de energia), que vem elevando ao máximo possível o valor da natureza já privatizada. (BÓRON, 2014; TOMMASINO, 2014; TRASPADINI, 2016, 2018; FIRMINO, 2020).

No caso do Brasil e da Venezuela, os dilemas da agricultura são muitos, com as devidas distinções. O Brasil vive ainda o que Martins (2012) chama de reforma agrária bloqueada, enquanto a Venezuela, mesmo com a experiência de reforma agrária, vive recentemente a retomada da agricultura camponesa, com inúmeras dificuldades no contraponto à política petrolífera do país. Na contramão do processo já consolidado de capitalização das relações de produção no campo é que estão os *movimentos sociais do campo*, levantando bandeiras de luta, como a reforma agrária popular, a redistribuição de terras e de riquezas, a ocupação de terras consideradas improdutivas e a escola (VENDRAMINI, 2007).

Assim, ao afirmar sua identidade camponesa, o camponês representa também construir um *projeto político de resistência*, conforme as lutas históricas do campesinato latino-americano por autonomia e sobrevivência. Sobre as alternativas do campesinato no desenvolvimento agrário foram realizadas duas formas de busca. A primeira foi uma busca no banco de dados de teses e dissertações da Biblioteca Digital Brasileira de Dissertações e Teses (BDTD) e no Catálogo de Teses e Dissertações CAPES⁴⁰. A segunda busca se deu nos periódicos e grupos de

³⁸ O estado da questão foi ampliado e revisto com recorte temporal de 2007 a 2019, a partir das indicações da professora Maria Antônia de Souza na banca de qualificação em 2018.

³⁹ *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO); Seminário Internacional de Educação do Campo (SIFEDOC); Simpósio de Questão Agrária dos Movimentos Sociais, Agroecologia e Soberania Alimentar; Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA); Núcleo de Estudos Agrários da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NEAG/UFRGS); *Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales* (CLACSO); Associação Latino-Americana de Ciência Política (ALACIP); *International Critical Thought*.

⁴⁰ Foi possível localizar mais de 1.000 trabalhos ligados à temática geral da autogestão e cooperativismo período de 2007 a 2019. No entanto, como nosso foco de análise são pesquisas relacionadas aos processos educativos de cooperação no espaço agrário, após a leitura dos títulos, sumário e resumos, realizamos um novo afinilamento da temática, selecionando 420 teses e

pesquisas venezuelanos, como *Fundación Escuela Venezolana de Planificación* (EVP) e os periódicos *In Motion magazine Opinion*, *América Latina en Movimiento* e *Portal de Revistas Electrónicas de la Universidad de Carabobo*.

Assim, partindo dessas buscas, selecionamos dez pertinentes investigações que trazem importantes contribuições ao debate desenvolvido ao longo desta tese (MEDEIROS, 2011; SANTOS, 2016; CHIARIELLO, 2012; MARTINS, 2017; MAINGÓN, 2005; MELCHER, 2008; CARUSO, 2017; CORTÉS, 2016). Tendo em vista o método de investigação, com o objetivo de nos apoderarmos do concreto da pesquisa, apoiamos-nos na *técnica de triangulação*, a qual tem “por objetivo básico abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo” (TRIVIÑOS, 1987, p. 138).

Conforme Triviños (1987, p. 138), a técnica de triangulação implica em três ângulos: o primeiro consiste em nos apropriarmos dos “processos e produtos elaborados pelo pesquisador, averiguando as percepções do sujeito”. Além disso, durante a pesquisa de campo, pudemos coletar diversas indicações de materiais, livros, além de inúmeros relatos mais específicos sobre o desenvolvimento histórico da agricultura e do cooperativismo popular na Venezuela.

O trabalho foi realizado por meio de um **estudo comparado**. Sobre os estudos comparados, Saviani (2001, p. 7) contribui com os significados etimológicos da palavra comparação no âmbito das pesquisas em educação: “[...] Distinguir ou discernir com isto são tomadas duas ou mais coisas, considerar suas semelhanças ou diferenças; isto é, tomados dois ou mais fenômenos, considerando conjuntamente as características de cada um deles”.

Mas por que um estudo comparado? Entre os novos desafios que se apresentam para a educação comparada, consta a resposta a algumas indagações. Qual a importância da educação comparada? Que contribuição essa área de conhecimento pode trazer para a análise e/ou solução dos problemas atuais? Qual o seu significado? No que se refere às abordagens metodológicas, o que seria mais apropriado para que a análise comparativa dê conta das relações entre a totalidade e o particular?

dissertações que se relacionavam a pesquisas no MST. Muitas delas, apesar de mencionar o cooperativismo, faziam um debate em nível de trabalho e educação na Educação do Campo, sem adentrar especificamente nos meandros da produção associada. A partir disso, fizemos uma nova busca e chegamos a 41 trabalhos que envolviam algumas das temáticas investigadas. Nesse universo selecionamos 04 trabalhos que abordaram diretamente o cooperativismo, a agroecologia e a questão agrária enquanto proposta alternativa para o campesinato brasileiro.

Ainda sobre os estudos comparados em educação, a professora Maria Ciavatta Franco destaca que esses estudos remontam ao início do século XIX: “[...] processos comparativos sobre educação e cultura foram registrados pelos viajantes de todos os tempos, por Xenofonte na Antiga Grécia e, como obra de educação comparada, com forte acento normativo, por Marc Antoine Julien em 1817” (FRANCO, 2009, p. 136). Ela faz importante crítica as formas positivistas e empiristas as quais estiveram ligados os primeiros estudos comparados:

Nossa crítica fundamental ao comparativismo, tal como predominou nos estudos comparados nos países latino-americanos, seguindo o pai da sociologia e posteriores correntes sociológicas europeias e americanas, reside no tratamento dos fenômenos educacionais como objetos isolados de seu contexto, homogeneizando-os, permitindo a comparação em termos quantitativos. O que não significa que estamos em desacordo com a pesquisa de base estatística que dá a dimensão dos problemas, até porque este é um aspecto importante. Mas não se pode reduzir um problema a um conjunto de variáveis que se cruzam independentemente das relações culturais e políticas que lhes dão o significado histórico. (FRANCO, 2009, p. 136).

Franco (1992, p. 34) diz que o princípio da comparação “é buscar entender o outro a partir dele e, ao mesmo tempo, na diferença também perceber a si próprio”. Nesse sentido, a pesquisadora traz valiosas indagações sobre a construção do conhecimento, da verdade e da comparação para problematizar os processos de colonização da América Latina. “A verdade dos relatos que acompanham o descobrimento é tratada na historicidade das relações e da comparação que se estabelecem entre os conquistadores e os povos indígenas habitantes da região” (FRANCO, 2009, p. 140).

Em detrimento do “apaziguamento” e da “harmonia social”, as ideologias burguesias nacionais construíram a imagem da formação social latino-americana com as marcas do atraso e do não progresso, sendo ignorados importantes elementos, como o capitalismo dependente, o colonialismo e o imperialismo. Tal fato foi conformado e legitimado como “obviedades” e “verdades incontestáveis” por séculos.

Assim, as ideologias colonialistas de superioridade eurocêntrica de negação da humanidade dos povos originários colocaram para debaixo do relevo colonial sua história e seus processos de resistências. Segundo Frantz Fanon (2010), essas pessoas tiveram sua humanidade negada ou questionada pela imposição colonial. Dentro da lógica do colonialismo, a violência do colonizador é justificada com a ideia

de que ao levar civilização aos colonizados, estaria arrancando-os do atraso material e intelectual - em outras palavras, protegendo-os deles mesmo.

Tratar os problemas da América Latina de maneira reducionista e forma a-histórica e descontextualizada ignora todas as condições que lhes deram origem. Mariátegui (2011) contribui para contraposição à lógica dominante. O autor considerava imprescindível a articulação entre as questões econômicas e as questões sociais. Por isso, é importante sinalizar “quando nos comparamos com os países avançados, quais são os parâmetros dessa comparação? Sua ação poderosa e extensiva dos colonizadores, seus recursos ou sua história?” (FRANCO, 1992, p. 40). Por esse motivo, insistimos na batalha necessária que deve ser travada também no campo das ideias, conforme atinada caracterização de Martí (2005, p. 18), quando defendeu que “*trincheras de ideas valen más que trincheras de piedras*”.

Parindo dessas observações, Lamarra, Mollis e Rubio (2005, p. 180), apontam “La ausencia de un pensamiento sistemático, reflexivo y comparativo ha caracterizado la implementación de numerosas disposiciones de política que han resultado en un fracaso sin precedentes en la historia de los sistemas de educación pública estadounidenses”. A partir desses entendimentos sobre o estudo comparado, apresentamos alguns dos momentos mais significativos da coleta de dados e as idas ao campo de pesquisa para melhor compreender e aprofundar os fenômenos estudados.

Já o segundo momento constituiu-se na **fase exploratória** de visitas aos campos de pesquisa. As atividades realizadas, desde a formulação inicial do projeto, entre os anos 2016 a 2018, incluem um levantamento exploratório da história dos assentamentos em visitas a Cooperativa Central dos Assentamentos do RS (COCEARGS), mas infelizmente na Venezuela não conseguimos realizar um estudo exploratório antes da ida ao campo de pesquisa, devido à impossibilidade de recursos e ausência de uma política de financiamento nacional que priorize os estudos latino-americanos.

Ainda na fase exploratória, participamos em diversos eventos e atividades com o MST, tais como: Festas da Colheita do Arroz, Festas de Aniversário da COOPAN, Encontros Regionais dos Sem Terrinha, Encontros Regionais das Cooperativas, Encontros Regionais de Educadores, levantamento de itinerário das escolas do campo em Nova Santa Rita e Viamão e também no ano de 2018 realizei

meu estágio docência com a primeira turma do Curso Licenciatura em Educação do Campo da UFRGS, onde pudemos fazer uma saída de campo e conhecer o assentamento Filhos de Sepé e a cooperativa.

De acordo com Triviños (1987), os estudos exploratórios permitem ao investigador aumentar sua experiência em torno de determinado problema. O pesquisador parte de uma hipótese e aprofunda seu estudo buscando antecedentes, maior conhecimento e planeja um estudo exploratório para encontrar os elementos necessários que lhe permitam entrar em contato com determinada população e obter os resultados que deseja. Todos esses momentos da **fase exploratória dos estudos bibliográficos** foram imprescindíveis para conhecer a realidade agrária da região metropolitana de Porto Alegre e para auxiliar na escolha dos campos de pesquisa e na formulação da hipótese da tese.

O terceiro momento foi o **trabalho de campo e a coleta de dados** e, por fim, a triangulação de dados e a análise final. Posteriormente, entre outubro 2018 e 2019 e janeiro de 2020, iniciamos a inserção nos campos de pesquisa entre Brasil e Venezuela para a realização das entrevistas semiestruturadas e das observações participantes finais.

Para a coleta de dados, utilizamos primordialmente as **entrevistas**⁴¹ **semiestruturadas**. Para Triviños (1987), a entrevista semiestruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos dão fruto a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes. O foco principal é colocado pelo investigador-entrevistador. Complementa o autor afirmando que a entrevista semiestruturada “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” (TRIVIÑOS, 1987, p. 152), além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações.

Também utilizamos, de forma complementar, a **observação participante**, que foi realizada com o intuito de inserção na totalidade dos assentamentos e observação dos comportamentos e das interações. Conforme Thiollent (2003, p. 15), “nesse caso, a participação é, sobretudo participação dos pesquisadores e consiste em aparente identificação com os valores e os comportamentos que são

⁴¹ Todos entrevistados participantes desta pesquisa assinaram o termo de consentimento, conforme o modelo no APÊNDICE A.

necessários para a sua aceitação pelo grupo considerado”. As observações tiveram como enfoque:

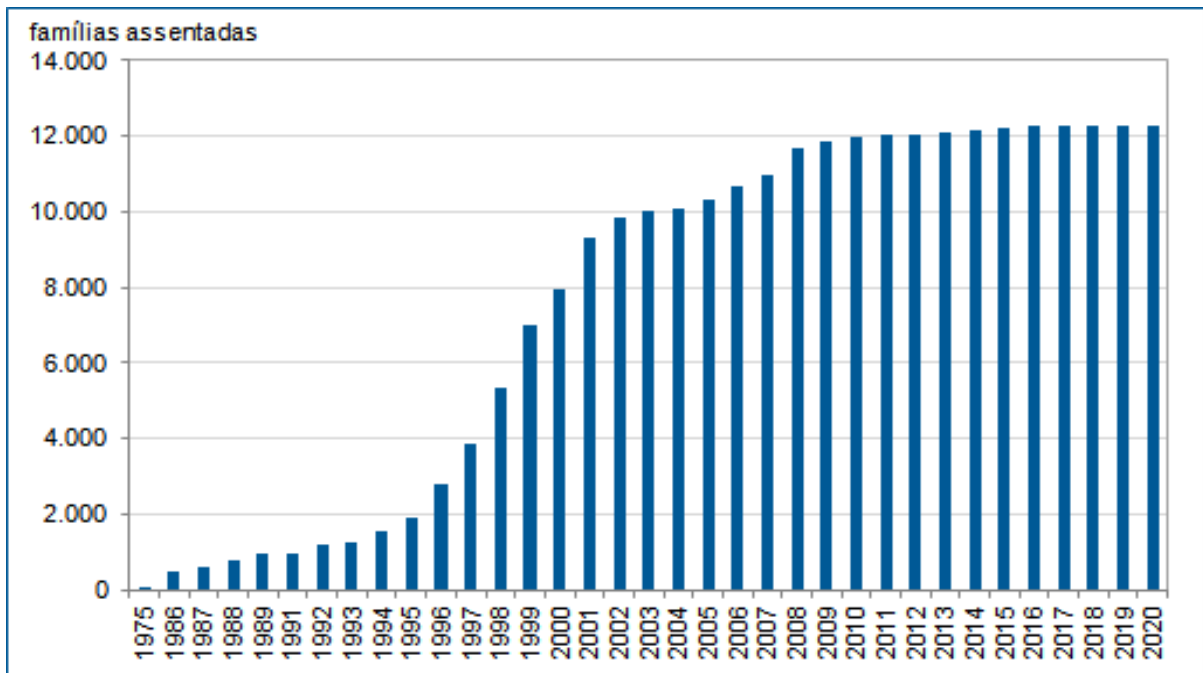
- a) Trajetória individual e história do MST para caracterização dos entrevistados e do espaço pesquisado;
- b) leitura da conjuntura na atualidade, estratégias e prioridades do movimento, entendimento do cooperativismo, relação do cooperativismo com as lutas antissistêmicas, entendimentos sobre o desenvolvimento, entendimentos dos pressupostos da luta e organização política; e
- c) entendimento da cadeia produtiva, concepção de agroecologia, contradições no processo de produção, dilemas no processo da comercialização, estratégias no âmbito da cadeia produtiva, dificuldades na produção de alimentos ecológicos, entendimento de ecologia x sustentabilidade, níveis de participação, aprofundamento da democracia e da soberania nacional.

E ainda tivemos como apoio o **diário de campo**, que teve o objetivo acompanhar as atividades, reuniões e assembleias. O diário de campo auxiliou nas anotações e memórias dos procedimentos e interações cotidianas dos espaços dos assentamentos e das comunas. Conforme Triviños (1987), a exatidão das descrições dos fenômenos sociais é um requisito essencial da pesquisa qualitativa como primeiro passo para avançar na explicação e compreensão da totalidade do fenômeno em seu contexto, dinamismo e relações. A descrição é uma etapa árdua, que exige muito esforço, experiência e informações sobre a situação que se estuda e a teoria geral que orienta o trabalho do pesquisador.

1.3.1 Caracterização dos Assentamentos pesquisados

Na região metropolitana, a grande maioria das famílias assentadas é oriunda da Região Norte e Noroeste do Rio Grande do Sul, conforme aponta Martins (2017), descendentes do processo de colonização dessa região com o processo de modernização da agricultura brasileira na década de 1970. De acordo com dados do INCRA, foi assentado, no período 1975 a 2020, um total de 12.272 famílias em 98 municípios do estado, ocupando 295.270,59 há, conforme ilustra a Figura 1.

Figura 1 - Número de Famílias Assentadas no Rio Grande do Sul (1975-2020)



Fonte: INCRA (2020)

Atualmente, na região metropolitana de Porto Alegre existem 16 assentamentos rurais ligados ao MST. Os primeiros assentamentos tiveram sua origem no ano de 1987 nos municípios de Eldorado do Sul e Taquari, conforme ilustra a tabela a seguir.

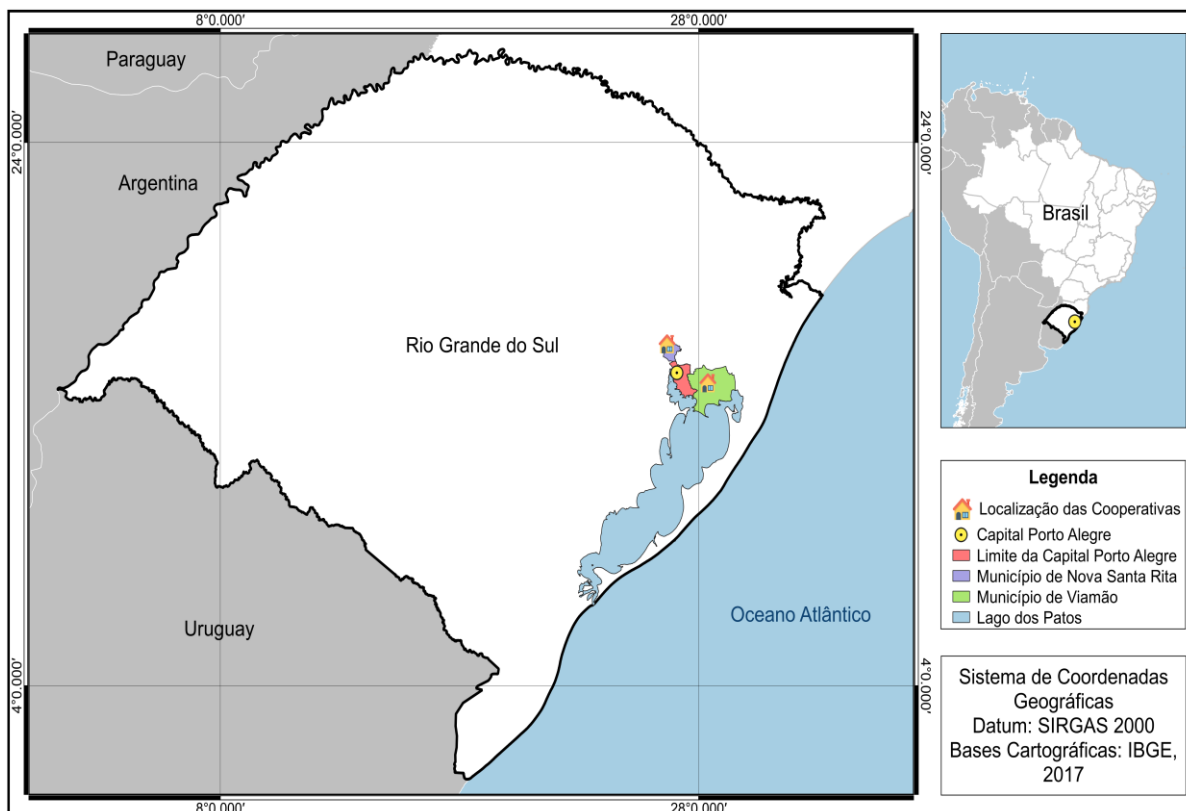
Tabela 2 - Assentamentos da Região Metropolitana

Município	Assentamento	Ano de Criação	Nº de Fam.	Área Total (ha)
Nova Santa Rita	Capela	Mai/94	100	2.169
	Itapui/ Meridional	Set/88	80	1.177
	Santa Rita de Cassia	Dez/05	102	1.667
	Sino	Mai/94	13	361
Charqueadas	Trinta de Maio	Ago/91	46	850
	Nova Esperança	Dez/13	14	182
Eldorado do Sul	Apolônio de Carvalho	Dez/07	72	943
	Integração Gaúcha	Jun/98	69	1.256
	Fazenda São Pedro	Out/86	100	2.256
	Padre Josimo	Jan/87	22	515
	Colônia Nonoaiense	Jan/92	13	148
	Lanceiros Negros	2014	7	112
Guaíba	Dezenove de Setembro	Jan/92	36	441
São Jerônimo	Jânio Guedes	2005	59	935
Tapes	Lagoa do Junco	Out/95	35	801
Viamão	Filhos de Sepé	1998	376	6.935
Capela de Santana	São Jose II	Jun/98	13	190
Capivari do Sul	Renascer II	Out/05	7	107
Montenegro	Vinte e Dois de Novembro	Jun/92	20	247
Palmares do Sul	Zumbi dos Palmares	Abr/00	57	1.199
Arambaré	Capão do Leão	Abr/96	15	278
	Caturrita	Mai/96	25	561
	Fazenda Santa Maria	Out/95	15	357
Butiá	Santa Tereza	Jan/89	8	432
Camaquã	Boa Vista	Abr/96	32	637
Sentinela do Sul	Recanto da Natureza	Jan/99	9	298
Taquari	Tupi	2013	7	130
	Tempo Novo	Ago/87	13	314

Fonte: Martins (2017)

Para o desenvolvimento desta pesquisa, foram selecionados dois destes assentamentos, o *Assentamento Filhos de Sepé*, localizado no distrito de Águas Claras em Viamão, e o *Assentamento Capela*, localizado em Nova Santa Rita, conforme o mapa apresentado na Figura 2.

Figura 2 - Localização dos municípios da Região Metropolitana Porto Alegre (2020)



Elaboração da autora (DIAS, 2020).

O município de Viamão é um dos municípios mais antigos do Rio Grande do Sul (RS). Desde o século XVIII, o município começou a receber os primeiros núcleos de povoamento formado por lagunenses, paulistas, escravos e portugueses. Em 1763, a cidade foi sede do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, que teve sua localização na Vila do Rio Grande. Viamão se conservou sede do governo até 1773. No ano 1880, desmembrou-se de Porto Alegre e a partir desse período passou a ter sua própria estrutura político-administrativa e territorial. Conforme Martins (2017), a importância histórica e social de Viamão iniciou quando foi sede das primeiras estâncias de criação de gado.

Os grandes rebanhos de gado e cavalos que existiam na campanha do Rio do Prata transitavam por Viamão para serem comercializados em Laguna (Santa Catarina - SC). O município de Viamão pertence à Mesorregião Metropolitana de Porto Alegre e à Microrregião de Porto Alegre, capital do RS. Conforme dados do IBGE (2020), Viamão possuía em 2010 uma população de 239.384 habitantes, sendo estimado, para 2019, 255.224 habitantes. Possui área territorial de 1.496,515km² e densidade demográfica de 159,91 habitantes por km².

Em 2010, cerca de 224.943 pessoas viviam no meio urbano e 14.441 pessoas viviam no meio rural. Na área do ensino, o município possui 98 escolas de ensino fundamental, 24 escolas de ensino médio e 90 escolas de ensino infantil, de acordo com os dados do INEP (2018). O PIB⁴² do município é de R\$14.049,15 (IBGE, 2020).

Em Viamão, segundo os dados oriundos das entrevistas e diário de campo, o assentamento foi implantado no dia 14 de dezembro de 1998 e tem área territorial de, aproximadamente, 9.500 hectares, sendo 1600 reservados para a produção de arroz e é dividido em quatro setores (A, B, C e D) com 157 famílias. O assentamento se localiza em uma área de proteção ambiental⁴³ chamada Refúgio da Vida Silvestre Banhado dos Pachecos. Por conta disso, sua existência é marcada pela produção orgânica de alimentos, principalmente de arroz (sendo o maior produtor de arroz orgânico da América Latina). A Figura 3 apresenta uma visão aérea do assentamento:

⁴² Na pecuária, o município possui 66.644 cabeças de bovinos, 307.929 cabeças de galináceos, 11.115 cabeças de ovinos, 1.730 cabeças de suínos, 15.173 cabeças de codorna, com 688 cabeças de vacas ordenhadas, tendo uma produção leiteira de 3,494,000 de litros de leite e uma produção de mel de 20,545kg anualmente (IBGE, 2018). Com relação à agricultura, o município possui, em relação com à lavoura permanente, 17 ha de caqui com rendimento médio de 7 mil kg/ha, 15 ha de figo com rendimento médio de 10 mil kg/ha, 2 ha de goiaba com rendimento médio de 5 mil kg/ha, 60 ha de noz com rendimento médio de mil kg/ha, 8 ha de pera com rendimento médio de 2,5 mil kg/ha, 20 ha de pêssego com rendimento médio de 4,4 mil kg/ha, 18 ha de uva com rendimento médio de 13.333 kg/ha.

⁴³ Na maior parte do território, identificam-se solos arenosos suscetíveis à erosão, necessitando cuidado no seu manejo, com a utilização de práticas conservacionistas que evitem sua degradação. Os teores de matéria orgânica, fósforo e potássio são considerados baixos (EMATER/RS, 2000).

Figura 3 - Imagem aérea do Assentamento Filhos de Sepé – Viamão, RS



Fonte: Imagens do arquivo pessoal da COPERAV.

De acordo com Rocha (2007), a região de Nova Santa Rita foi colonizada desde o século XVIII por imigrantes portugueses, que naquela região instalaram suas grandes sesmarias. Essa mudança de modelo de colonização ocorreu em virtude do estabelecimento de novas famílias, especialmente portuguesas, trazidas com o intuito de ocupar a área, principalmente áreas próximas ao Rio Jacuí.

Atualmente, o município de Nova Santa Rita pertence à Mesorregião Metropolitana de Porto Alegre e à Microrregião de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul. Conforme dados do IBGE (2020), Nova Santa Rita possuía em 2010 uma população de 22.716 habitantes, sendo estimados, para 2019, 29.300 habitantes.

Possui área de 217,870Km² e densidade demográfica de 104,26 habitantes por Km². Em 2010, cerca de 19.475 pessoas viviam no meio urbano e 3.241 no meio rural. Seu bioma é caracterizado como Pampa. Na área do ensino, o município possui 15 escolas de ensino fundamental, 2 escolas de ensino médio e 23 escolas

de ensino infantil, segundo o INEP (2018). O PIB⁴⁴ do município é de R\$42.749,68 (IBGE, 2020).

Em Nova Santa Rita localiza-se o Assentamento Capela, com área total abrangendo 2170 hectares. A ocupação da área remonta ao ano de 1994, quando um grupo pertencente ao MST, acampados nas proximidades do assentamento, tiveram acesso à área destinada para a reforma agrária. Atualmente fazem parte do assentamento 35 famílias. A Figura 4 apresenta a visão aérea do Assentamento Capela.

Figura 4 – Imagem aérea atual do Assentamento Capela, Nova Santa Rita – RS.



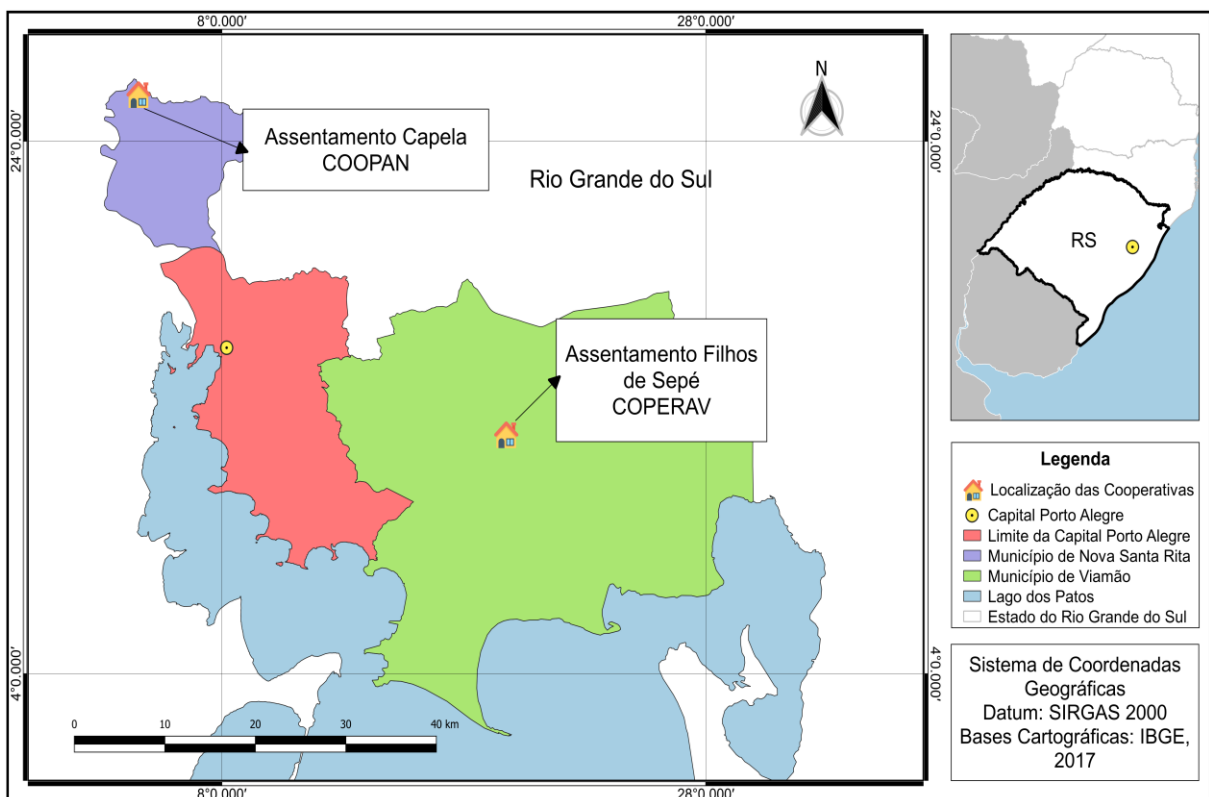
Fonte: Imagens do arquivo pessoal da COOPAN

⁴⁴ Na pecuária, o município possui 8.186 cabeças de bovinos, 8,9 mil cabeças de galináceos, 1.550 cabeças de ovinos, 3,9 mil cabeças de suínos, com 165 cabeças de vacas ordenhadas, tendo uma produção leiteira de 251 mil litros e uma produção de mel de 2.650kg anualmente (IBGE, 2018). Com relação à agricultura, o município possui, em relação à lavoura permanente, 1 ha de laranja, com rendimento médio de 8 mil kg/ha. Em relação à lavoura temporária, possui 4,1 mil ha de área plantada de arroz, com uma produção de 28,7 toneladas de arroz em casca e rendimento médio de 7 mil kg/ha. Além de 14 ha de feijão com rendimento de 1.929 kg/ha, 78 ha plantados de mandioca com rendimento médio de 12 mil kg/ha, 25 ha de melancia com rendimento médio de 25 mil kg/ha (IBGE, 2020). Caracteriza-se, assim, como forte produtor de arroz.

O processo de luta pela terra no Rio Grande do Sul⁴⁵ proporcionou um forte processo organizativo da produção coletiva, onde as cooperativas fazem parte de um ciclo de orientação da política de cooperação agrícola do MST.

A região metropolitana tem cinco cooperativas coletivas. No entanto, as cooperativas elencadas para este estudo são: a Cooperativa de Produção Agropecuária de Nova Santa Rita (COOPAN), fundada em 30 de junho de 1995, tendo sua produção orientada em práticas agroecológicas que visam a sustentabilidade ambiental e social, bem como o comércio justo; e a Cooperativa de Produtores Orgânicos da Reforma Agrária de Viamão (COPERAV), que conforme os dados oriundos das entrevistas e diário de campo foi fundada em agosto de 2009, com o objetivo de organizar a produção orgânica de alimentos e sua comercialização. A seguir, o mapa com a localização dos assentamentos pesquisados no Rio Grande do Sul.

Figura 5 - Localização dos Assentamentos Pesquisados na Região Metropolitana de Porto Alegre – RS



Elaboração da autora (DIAS, 2020)

⁴⁵ Conforme os debates apresentados nos capítulos 2 e 4.

Os primeiros campos de pesquisa foram realizados durante alguns encontros em 2018 no município de Viamão, no assentamento Filhos de Sepé. Os encontros mais recentes em 2019 duraram uma semana. Em ambos os encontros participamos de reuniões com alguns cooperativados da COPERAV, onde apresentamos os propósitos da pesquisa, visitamos inúmeras famílias assentadas, explicamos os objetivos da pesquisa e questionamos se havia disposição deles em participar com informações, relatos e conversas sobre a vida; o trabalho e a comunidade.

Visitamos plantações de arroz e a agrofloresta. Nesse mesmo momento, desenvolvemos as entrevistas semiestruturadas. Através dessas atividades, das visitas e das discussões prévias pudemos participar de conversas com a turma de EJA do assentamento e com assessorias técnicas da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER). Em Viamão, foram realizadas 34 entrevistas ao total, 18 mulheres e 16 homens, entre a faixa etária de 14 a 72 anos, conforme pode ser visto na Tabela 3.

Tabela 3 - Funções dos entrevistados, gênero e número de entrevistas em Viamão (2018-2019).

Função do Assentamento	Gênero	Nº Entrevistas Realizadas
Camponeses mais antigos do assentamento	Feminino e masculino	10
Juventude que trabalha na COPERAV	Feminino e masculino	05
Juventude do Assentamento	Feminino e masculino	05
Direção do Assentamento e da COPERAV	Feminino e masculino	07
Camponeses que se organizam no Grupo Gestor do Arroz Ecológico	Masculino	04
Professores da Escola	Feminino	03
Total de Entrevistados		34

Elaboração da autora (DIAS, 2020).

Já no município de Nova Santa Rita, os encontros duraram cinco dias e foram bastante tranquilas as entrevistas, pois, no assentamento Capela a maioria dos cooperativados reside na agrovila. As entrevistas aconteceram nas plantações, na cooperativa, na cozinha comunitária, na quadra de esportes, na ciranda infantil e na casa de assentados. Foram realizadas 20 entrevistas ao total, 13 com mulheres do assentamento e 08 com homens, com a faixa etária de 19 a 65 anos. Importante salientar que o critério de escolha das pessoas entrevistadas nos dois assentamentos foi o de entrevistar pessoas mais antigas, as juventudes e dirigentes diretamente ligadas aos processos produtivos e educativos dos assentamentos. A Tabela 4 distingue os entrevistados neste assentamento.

Tabela 4 - Funções dos entrevistados, gênero e número de entrevistas em Nova Santa Rita (2019-2020).

Função do Assentamento	Gênero	Nº Entrevistas Realizadas
Camponeses mais antigos da COOPAN	Feminino e masculino	03
Juventude da COOPAN	Feminino e masculino	04
Direções do Assentamento e da Cooperativa	Feminino e masculino	03
Ciranda	Feminino	01
Cozinha Coletiva	Feminino	03
Professores da escola	Feminino	06
Total de Entrevistas		20

Elaboração da autora (DIAS, 2020).

Além disso, coletamos informações contidas nas páginas das cooperativas nas redes sociais, como o *Facebook* e *Instagram* além de atas de reuniões, estatuto social e materiais produzidos pelos próprios assentamentos. Conforme imagens no ANEXO C.

Para as entrevistas semiestruturadas nos assentamentos rurais do MST, utilizamos os seguintes eixos: a) caracterização dos entrevistados; b) do processo de luta pela terra ao assentamento (sobre a chegada ao assentamento: as questões produtivas, dificuldades, assistência técnica, lideranças); c) dos processos sociopolíticos de trabalho (participação, cooperação níveis da apropriação coletiva para autogestão), d) dos processos produtivos: caracterização geral da cooperativa (meios de produção, convênios, capacidade produtiva, cadeia produtiva, comercialização); e) dos processos sociopolíticos de trabalho (participação, cooperação níveis da apropriação coletiva para autogestão; e e) das relações com o trabalho e educação (processos formativos, cursos, escolas, relações no assentamento) - conforme APÊNDICE B.

Para a coleta os dados referentes à Venezuela⁴⁶, o objetivo inicial foi o de acompanhar duas experiências agroecológicas nos conselhos comunais (CCs), sendo mapeados pela possibilidade de um Doutorado Sanduíche no período de seis meses na *Universidad Bolivariana de Venezuela*, no *El Centro de Estudios Ambientales e Estudio de Educación Emancipadora y Pedagogía Crítica*. No entanto, após a negativa da possibilidade de cursar Doutorado Sanduíche e inúmeras negativas de recursos para viabilizar a pesquisa, construímos “um plano B de trabalho”, com tempo de campo mais reduzido de acordo com as possibilidades possíveis de desenvolver o campo de pesquisa na Venezuela.

Infelizmente, o interesse por estudar a América Latina ainda é raro nos cursos de graduação e pós-graduação no Brasil. Corroborando nossa história, de forma geral, nossas universidades ainda priorizam vínculos, convênios, parcerias com países da América do Norte e Europa, retrato fiel disso são os destinos de bolsistas de doutorado sanduíche dos órgãos de financiamento brasileiros que financiam, quase em sua totalidade, pós-graduandos para estudar nesses países. Felizmente, embora seja tímido, há um movimento de ampliação do número de pesquisadores e grupos interessados em se aproximar da temática latino-americana em diversas áreas.

⁴⁶ "O presente campo de pesquisa foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 / "This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001".

O plano de trabalho se relacionou com a construção do projeto de pesquisa “*Educação Popular: teorias e práticas, no âmbito dos processos escolares e não escolares*”⁴⁷ integrados, de um lado, a esta tese de doutoramento e, de outro, ao processo de pesquisa sobre a Educação Popular relacionado à professora Dra. Conceição Paludo. O plano de trabalho viabilizou a ida a Venezuela com auxílio parcial para a compra das passagens aéreas.

A universidade que nos acolheu, por intermédio do professor Samuel Hilcías Caravajal Ruiz, foi a Universidad Nacional Experimental Simón Rodríguez. Devido à nova reconfiguração no cronograma de pesquisa ser mais enxuto (ao invés de seis meses), as atividades foram realizadas durante 15 dias no mês de fevereiro de 2020 e divididas em três momentos:

a) primeiro conversa com a brigada internacionalista do MST na Venezuela, com a qual já tinha contato e trabalho com parte do campesinato do país (o que foi substancial para o desenvolvimento desta pesquisa); b) visitas em vários pontos chave do país que contribuíram para o entendimento da formação social da Venezuela; e c) imersão na região agrária da Venezuela, selecionando dois espaços para o desenvolvimento da pesquisa, conforme explicita o item a seguir.

1.3.2 Caracterização das Comunas pesquisadas

Conforme dados enunciados em entrevista ao Jornal Brasil de Fato⁴⁸ pela coordenadora da *Fundación para el Desarrollo y Promoción del Poder Comunal* (FUNDACOMUNAL)⁴⁹, até meados de 2019 existiam aproximadamente 3.120 comunas e de mais de 48 mil conselhos comunais, 28.791 movimentos sociais e 71.521 redes de organizações populares no território venezuelano. Esse aumento das comunas indica a mais importante organização social da história do país.

O FUNDACOMUNAL é um órgão público que foi criado em 19 de agosto de 2008 e tem o objetivo de acompanhar, promover e ajudar na promoção, expansão e consolidação dos conselhos, comunidades, organizações e órgãos que permitem a participação popular. Parte das comunas no espaço agrário venezuelano foram

⁴⁷ Realizado sob a coordenação da professora Conceição Paludo, na linha Trabalho, Movimentos Sociais e Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

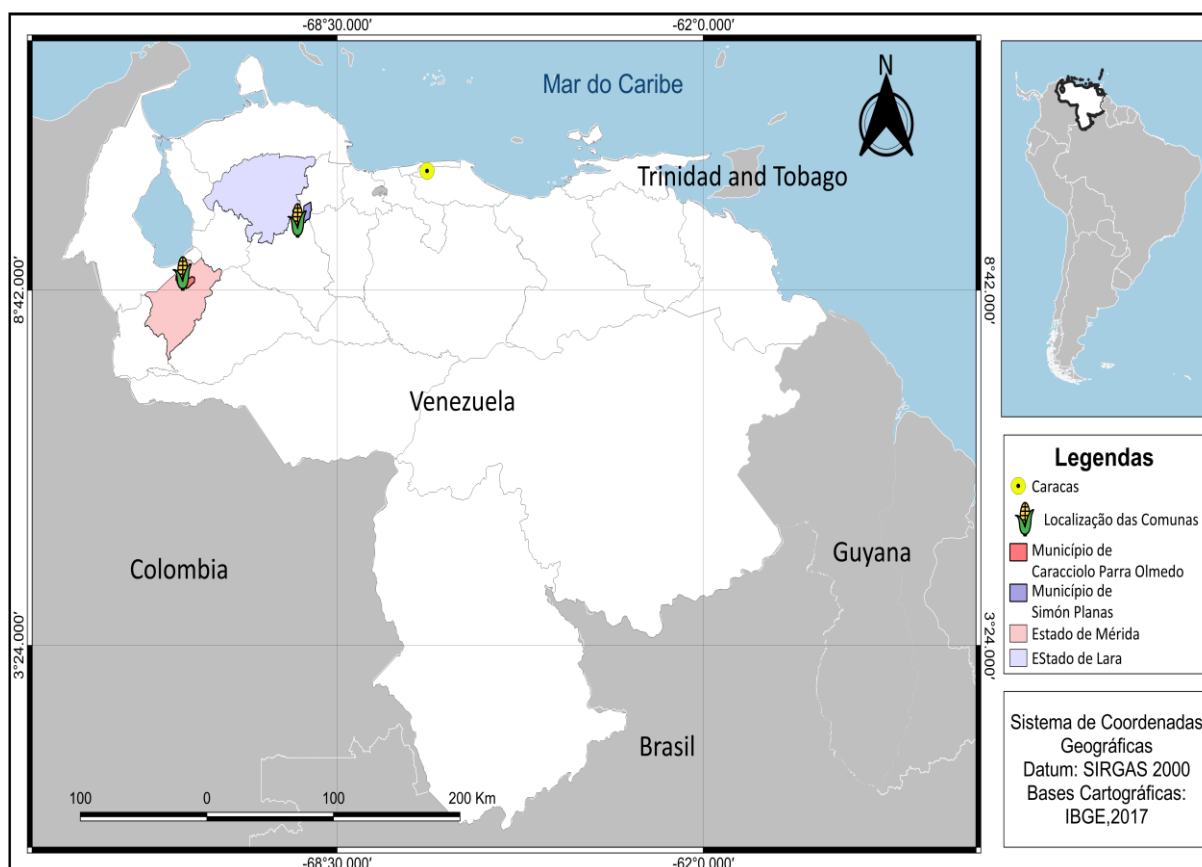
⁴⁸ Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/08/27/na-venezuela-comuna-de-camponeses-enfrenta-guerra-economica-com-a-agroecologia>

⁴⁹ Ver mais em: <http://fundacomunal.gob.ve/>

terras recuperadas pelos próprios agricultores. Em janeiro de 2009, segundo relatórios da “Missão Zamora e Missão Vuelta al Campo”⁵⁰, o governo venezuelano havia redistribuído quase 2,7 milhões de hectares de terras ociosas, quase 1/3 da área de latifúndio existente antes de 1998, para 180 mil famílias camponesas.

A seguir, o mapa com a localização dos territórios pesquisados na Venezuela.

Figura 6 - Localização dos territórios pesquisados na Venezuela

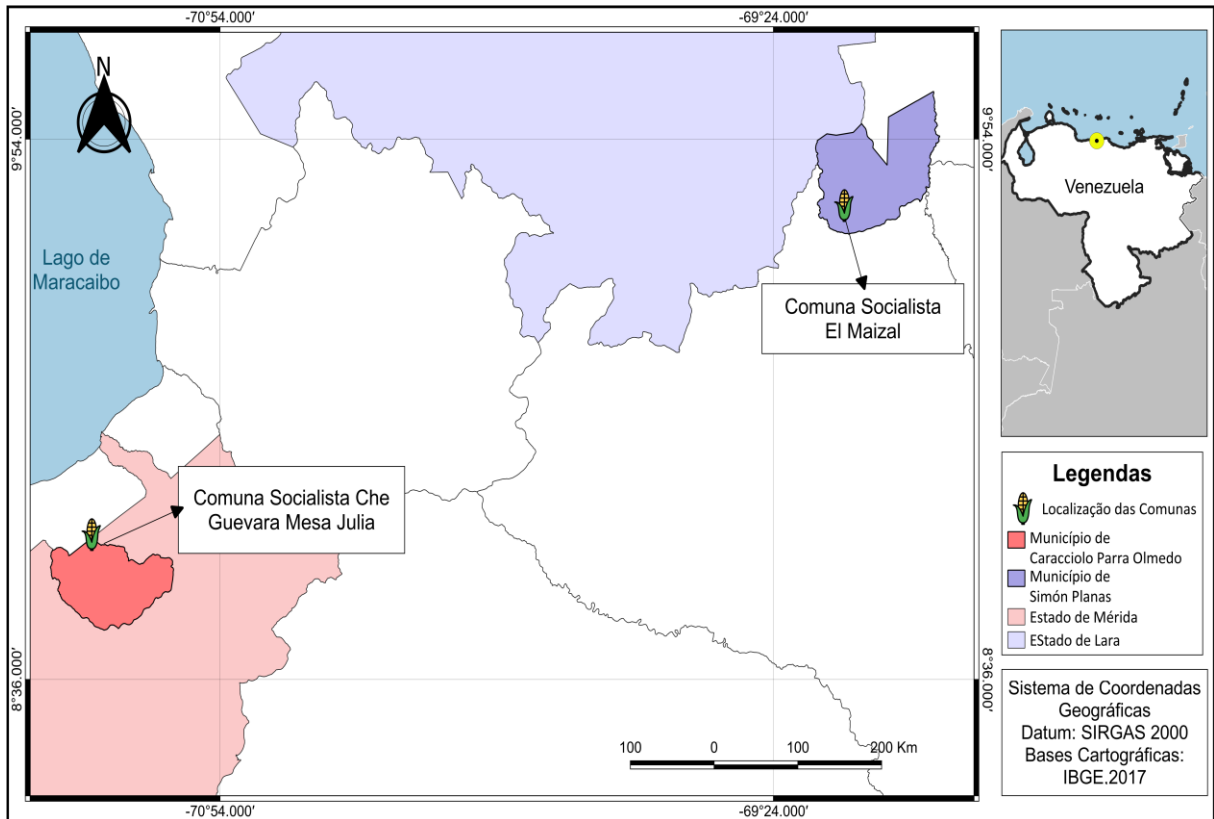


Elaboração da autora (DIAS, 2020).

A distância percorrida entre o distrito de Caracas e o estado de Lara no município de Simón Planas foi de 397km. E a distância percorrida do município de Peña ao município de Caracciolo Parra Olmedo no estado de Mérida foi de 395km. Assim, os espaços escolhidos para o desenvolvimento dos campos de pesquisa na Venezuela foram a *Comuna Socialista El Maizal*, localizada no estado de Lara, e a *Comuna Socialista Che Guevara Mesa Julia*, localizada nas colinas de Tucaní, no estado de Mérida, conforme o demonstra o mapa representado na Figura 7:

⁵⁰ Ver em Ministerio del Poder Popular para la Agricultura y Tierras: <http://prensamat.blogspot.com/>

Figura 7 - Localização das Comunas Agrárias na Venezuela



Elaboração da autora (DIAS, 2020).

Conformes dados obtidos nas entrevistas e no diário de campo (2020), a *Comuna Socialista El Maizal* agrupa em média 22 conselhos comunais campesinos que totalizam mais de 7.500 homens e mulheres. E na *Comuna Socialista Che Guevara Mesa Julia* vivem em média 1.600 famílias, cerca de 6.000 pessoas, organizadas em 12 conselhos comunais.

Figura 8 – Imagem da faixa da Comuna Socialista El Maizal, Estado de Lara – Venezuela



Fonte: Imagem disponibilizada nas redes sociais da Comuna.

Figura 9 – Imagem da faixa da Comuna Che Guevara, Estado de Mérida – Venezuela



Fonte: Imagem retirada da página do instagram da Cooperativa COOLIMIR.

No entanto, para além de conhecer as duas experiências comunais, foi possível participar de um Seminário Internacional do Movimento da União Comunera que se articula à *Red Nacional de Comuneros y Comuneras*, sobre a gestão de cooperativas e empresas sociais. Além disso, o seminário envolveu participação de seis países.

A União Comunera⁵¹ é uma iniciativa atual promovida por várias comunas com o objetivo de articular diferentes experiências comunitárias de poder popular em todo o país, conforme veremos no quinto capítulo. Nessa ocasião foi possível realizar uma entrevista grupal com seis integrantes do Movimento Comunero, com os seguintes eixos: a) formação social venezuelana; b) processos de lutas e acúmulos do governo Chávez; e c) a origem do Movimento Comunero, sua metodologia, ações e desafios.

Figura 10 – Imagem do encontro com Movimento Comunero



Fonte: Pesquisa de campo (DIAS, 2020).

⁵¹ Documentário e entrevista sobre as ações atuais do Movimento Comuneiro disponíveis em: <https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/america-latina/63008/na-venezuela-camponeses-chavistas-resistem-a-oligarquia-e-defendem-propriedade-comunal>

Durante o campo de pesquisa também foi possível conhecer a Escola Agrícola Técnica (ETAR) Simón Bolívar⁵², localizada no Município de Andrés Bello La Azulita, estado bolivariano de Mérida. Segundo a diretora, “a escola tem influência na educação Robinsoniana”. Conforme entrevistado C-60 (2020): “a educação venezuelana o marxismo não é necessariamente a visão epistemológica, filosófica de todo o chavismo. [...] Há outro setor que não é necessariamente marxista, mas que contribui para a educação popular”. A educação bolivariana envolve um misto de influências, desde os libertadores nos processos de independência nacional, os autores descoloniais⁵³ e o marxismo.

Os processos de transformação da educação venezuelana não são apenas reformas isoladas, mas parte de um processo integrado de mudanças sociais no país a partir da chegada de Hugo Rafael Chávez Frías a presidência, como veremos no terceiro capítulo. Um exemplo disso é a articulação existente entre as leis orgânicas da educação rural, as novas leis de terras, a lei orgânica das comunas e o plano de desenvolvimento agrário bolivariano.

As Escolas Técnicas Robinsonianas estão inscritas no programa Escolas Produtivas por meio das Escolas Técnicas Agrícolas e das Escolas Agrícolas. O adolescente e o jovem são tidos como sujeitos estratégicos para o desenvolvimento sustentável. A hierarquia constitucional que isso implica necessariamente leva a reativar a educação técnica sob o conceito de facilitar a possibilidade de formação para o trabalho produtivo, garantia que permite a consolidação da economia produtiva, além da possibilidade de cursar estudos superiores. Segundo a diretora da escola, as ETER fortalecem a economia social desde o lugar e no marco do Desenvolvimento Endógeno, são espaços conforme de *aprender fazendo e de ensinar produzindo*.

Secundo documentos do Ministério da Educação:

O projeto Escolas Técnicas Robinsonianas, que se baseia em quatro objetivos interdependentes fundamentais: melhoria da infraestrutura; transformação curricular; manutenção e equipamentos; e atualização pedagógica e fortalecimento permanente dos centros de formação técnica profissional. O âmbito deste projeto assenta no compromisso com a formação integral de jovens e adultos para o trabalho

⁵² Ver em: <http://etasimonbolivar.blogspot.com/?view=classic>

⁵³ A influência dos autores descoloniais na Venezuela parte da perspectiva da transmodernidade de Enrique Dussel, que entende a modernidade enquanto narrativa originada a partir de uma nova visão do ser humano, uma visão antropocêntrica, racional e impulsionadora do progresso. Aprofundar em: DUSSEL, E. **O encobrimento do outro**. A origem do mito a modernidade. São Paulo: Vozes, 1992.

produtivo e o desenvolvimento autónomo do país. A refundação das Escolas Técnicas na Venezuela é um elemento prioritário em qualquer plano de recuperação nacional. O desenvolvimento do setor produtivo do país, requisito essencial para sua recuperação econômica, depende, em grande medida, de contar com o pessoal técnico “competente” necessário para esse fim. (REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA, 2006, s./p.).

Nesse sentido, conforme sinalizou a direção em entrevista a ETAR se desenvolve com participação comunitária e desenvolvimento de projetos produtivos a partir da ênfase tecnológica e humanística, que conforme a escola “contribui para a formação de cidadãos integrais, com elevados valores éticos, criativos, produtivos articulados com desenvolvimento local, regional e nacional” (ETAR, 2020).

Figura 11 – Imagem da ETAR Simón Bolívar



Fonte: Pesquisa de campo (DIAS, 2020)

Ao total foi possível realizar 23 entrevistas na Venezuela, 12 com mulheres e 11 com homens. Os entrevistados têm a faixa etária entre 20 a 70 anos. Durante o campo de pesquisa e o desenvolvimento das entrevistas, tivemos dificuldades em aprofundar algumas questões devido ao tempo curto de campo de pesquisa e as longas distâncias no deslocamento de um território comunal a outro. Gostaríamos de ter realizado mais entrevistas com os camponeses ligados as comunas agrárias e com o próprio movimento comunero.

No entanto, no conjunto conseguimos realizar entrevista grupal com o Movimento Comunero, entrevista com a direção da Escola Técnica Agrícola e entrevistas com trabalhadores/as da *Comuna Socialista Che Guevara Mesa Julia* e *Comuna Socialista El Maizal*, além de lideranças comunitárias e com integrantes das Brigadas Internacionalistas do MST que atuam nas comunas investigadas. A Tabela 5, a seguir, demonstra a relação de entrevistados na Venezuela.

Tabela 5 - Funções dos entrevistados, gênero e número de entrevistas na Venezuela (2020).

Função na Comuna	Gênero	Nº Entrevistas Realizadas
Movimento Comuneiro	Feminino e masculino	06
Direção da Escola Técnica Agrícola	Feminino e masculino	01
Camponeses das Comunas Che Guevara Mesa Julia e Comuna Maizal	Feminino e masculino	08
Lideranças comunitárias	Feminino	01
Brigada Internacionalista do MST	Feminino	04
Camponeses das comunas não organizados em Cooperativas ou ES.	Feminino	03
Total de Entrevistados		23

Elaboração da autora (DIAS, 2020).

Para as entrevistas semiestruturadas, utilizamos os seguintes eixos: a) caracterização do campesinato venezuelano (ontem e hoje) e o histórico geral da Venezuela, entendimentos sobre o desenvolvimento, revolução, poder popular; b) dos processos produtivos: o histórico da comuna e a atualidade do empreendimento; c) dos processos sociopolíticos de trabalho (participação, cooperação, níveis da apropriação coletiva para auto-organização); e d) comercialização, avanços, retrocessos e desafios - conforme APÊNDICE B. As entrevistas com os camponeses que não participam diretamente de organizações coletivas se deram com ênfase no eixo A.

As entrevistas realizadas nos dois países geraram dados transcritos que formam boa parte do *corpus* analítico desta pesquisa e se encontram diluídas desde a introdução até a caracterização dos sujeitos investigados, sua historicidade e seus desafios históricos, mais especificamente nos três últimos capítulos da tese. Para as observações participantes utilizamos os critérios de interações socioprodutivas nas cooperativas e empresas sociais comuneras, relações contraditórias no processo de construção da soberania alimentar e relações do Movimento Comunero na construção do estado comunal.

Durante o campo de pesquisa na Venezuela, ainda foi possível conhecer a experiência da Escola Latino-americana de Medicina Salvador Allende (ELAM), que é considerada uma das maiores instituições de ensino da América Latina, com aproximadamente 19.550⁵⁴ jovens de 110 países do mundo. A escola segue a matriz cubana de saúde integral familiar e tem parceria institucional com o MST. Também participamos do Seminário “*La Educación Pública en América Latina: Amenazas y desafíos*”, organizado pelo *Programa de Especialización en Currículo de la Universidad Nacional Experimental “Simón Rodríguez”*, realizado no núcleo regional de educação avançada. Nesta ocasião palestramos sobre a educação brasileira e a atual conjuntura nacional.

Assim, no capítulo 2, buscamos resgatar algumas das experiências históricas das lutas da classe trabalhadora pelo poder político (Comuna de Paris e Revolução Russa), bem como problematizar o papel das cooperativas enquanto espaços formativos da consciência de classe para a construção do projeto de poder da classe trabalhadora. Tais debates darão subsídios para a compreensão e aprofundamento das experiências latino-americanas.

⁵⁴ Dados disponíveis em: www.brasildefato.com.br

2. O DEBATE EM TORNO DO PODER POPULAR E AS EXPERIÊNCIAS HISTÓRICAS DO CONTROLE OPERÁRIO

*“[...] a emancipação da classe operária só pode ser tarefa de sua própria ação política e não da descoberta de sistemas sociais perfeitos, da crença em um novo evangelho”
(MARX e ENGELS, 2005).*

*“[...] Considerando que para os senhores não é possível nos pagarem um salário justo. Tomaremos nós mesmos as fábricas. Considerando que sem os senhores, tudo será melhor para nós. Considerando que os senhores nos ameaçam com fuzis e com canhões nós decidimos: de agora em diante temeremos mais a miséria que a morte”.
(Bertolt Brecht, 1993)*

A história do modo de produção capitalista demonstra que a sua existência é definida pelo artifício da *acumulação*. Esse método, presente desde a pré-história do capitalismo, a partir da chamada *acumulação primitiva*, é baseado numa ampla gama de processos violentos e predatórios que deram as condições básicas para o desenvolvimento da produção capitalista no mundo e, conseqüentemente, na América Latina. Logo, as lutas operárias têm sido marcadas por diversas experiências cooperativistas e lutas pela construção do poder da classe trabalhadora.

Durante as agitações ludistas entre (1811 e 1812), criaram-se cooperativas que tiveram curta duração. Mas, foi somente em 1844, que surgiu a *Cooperativa dos Pioneiros de Rochdale* em Manchester, tinha como objetivo solucionar alguns problemas enfrentados pelos operários ingleses da época. (DIAS, 2014). Assim, o presente capítulo no bojo deste debate busca discutir o papel do estado, do cooperativismo e da construção do poder popular e duas das principais experiências do chamado controle operário: a primeira experiência de poder da classe trabalhadora, a *Comuna de Paris* e a experiência *dos Sovietes na Rússia*.

Importante destacar que, para além das duas experiências que abordamos neste capítulo, há diversas experiências semelhantes no século XX, como os conselhos na Hungria, os conselhos de Turim, a autogestão de empresas pelos

trabalhadores na Iugoslávia, a experiência da revolução Cubana, a experiência de Poder Popular Chilena, a cooperação na Coreia Popular, entre outras.

Para aprofundar os entendimentos deste debate utilizamos os seguintes autores: Hobsbawm (1935, 2012), Marx (1982, 2004, 2011, 2013, 2018), Novaes (2011), Mészáros (2011), Rodrigues e Fiore (2010), Lênin (1976, 1980, 1981, 1985, 1919), Cruz (2006), Mazzo (2007), Paludo; Beatrici (2007), Ouriques, (2014), Lovatto (2016), Osório (2014), Katz (2015), Zibechi (2014), Fazzio (2019), Pomar (2017), Gomes (2006), Nascimento (2007), Almeida (2016), Coggiola (2011) e Nascimento (2019). Além do debate das experiências de construção do poder dos trabalhadores, abordamos brevemente o papel da educação na construção da consciência socialista durante os processos revolucionários, a partir de Marx e Engels (2011), Krupskaya (2015), Shulgin (2013), Pistrak (2000, 2013), Freitas (2013), Manacorda (2010), Almeida (2016), Coggiola (2011) e Mészáros (2004).

2.1. O cooperativismo e o trabalho livremente associado a partir dos escritos de Marx e Engels

Na obra “O Capital”, Marx se dedica de forma exaustiva ao estudo do capitalismo, como já vimos anteriormente e dentre os vários aspectos que analisa, o autor identifica a importância da cooperação para o trabalho assalariado e dedica o capítulo XI do Livro I do Volume I à uma análise da *cooperação capitalista*. Assim, afirma que “a forma de trabalho de muitos que, no mesmo lugar e em equipe, trabalham planificadamente no mesmo processo de produção ou em processos de produção distintos, porém, conexos, se chama cooperação” (MARX, 2013, p. 495). Conforme o autor, então, “é só no capitalismo que a cooperação pode ser sistematicamente explorada, graças a disponibilidade de trabalhadores assalariados que podem ser reunidos em grande número” (MARX, 2013, p. 496).

A *divisão do trabalho manufatureiro* produz a oposição dos trabalhadores. Esse processo de separação inicia na cooperação, desenvolve-se na manufatura e aperfeiçoa-se na grande indústria, “separa o trabalho da ciência, enquanto força produtiva autônoma, a colocando a serviço do capital” (MARX; ENGELS, 2004, p. 28). Desse modo, a cooperação implantada pelo capital não surge no sentido de promover a integração humana, mas como elemento de *alienação e de exploração*.

Nas primeiras fábricas ocorria um processo despótico explícito, com a opressão deliberada aos operários. Dessa maneira, à medida que a acumulação capitalista se desenvolve, amplia-se, também, o processo de divisão do trabalho. Ou seja, na medida da evolução do processo produtivo no tempo, o trabalho, que antes era individual e depois cooperativo, alcança o estágio da especialização e, mais recentemente, o estágio de qualificação multivariada.

Sobre as fábricas cooperativas, Marx (2013) se refere a elas quando examina o papel do crédito na produção capitalista, indicando que “[...] sem o sistema fabril oriundo do modo capitalista de produção não se poderia desenvolver a fábrica cooperativa e tão pouco poderia ocorrer sem o sistema creditício que surge do mesmo modo de produção” (MARX, 2013, p. 509).

Esse último oferece, também, os meios para a paulatina expansão das empresas cooperativas. O autor ainda conclui que “as empresas capitalistas por ações deve considerar-se, do mesmo modo que as empresas cooperativas, como formas de transição do modo capitalista de produção para o modo de produção associado” (MARX, 2013, p. 512). Conforme contextualiza Rech (1995, p. 24), “as cooperativas modernas estruturaram-se no século XIX, divididas sob o ponto de vista socialista e capitalista, demonstrando um posicionamento diferenciado, tanto no papel que desempenham como nos objetivos cooperativistas”.

Em outras obras, Marx é mais detalhista sobre o papel das cooperativas nas transformações sociais. Em 1964, no “Manifesto Inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores”, Marx (1982) argumenta o seguinte:

Referimos-nos ao movimento cooperativo, e, sobretudo, às fábricas cooperativas criadas, sem apoio algum, pela iniciativa de alguns operários audazes. É impossível exagerar a importância destes grandes experimentos sociais que tem demonstrado com feitos, não com simples argumentos, que a produção em grande escala e a nível das exigências da ciência moderna, pode prescindir da classe dos patrões, que utiliza o trabalho da classe dos operários; tem mostrado também que não é necessário para a produção que os instrumentos de trabalho estejam monopolizados como instrumentos de dominação e de exploração contra o trabalhador mesmo; e tem demonstrado, por fim, que o mesmo que o trabalho escravo, o mesmo que o trabalho servil, o trabalho assalariado não é senão uma forma transitória inferior, destinada a desaparecer ante o trabalho associado, que cumpre sua tarefa com gosto, entusiasmo e alegria [...] por excelente que seja em princípio, por útil que se mostre na prática, o trabalho cooperativo, limitado estreitamente aos esforços acidentais e particulares dos operários, não poderá deter jamais o crescimento em progressão geométrica do monopólio, nem avaliar sequer um pouco a carga de suas misérias. Este é, talvez, o verdadeiro motivo que tenha decidido a alguns aristocratas bem intencionados, a filantropos charlatães burgueses e até economistas agudos, a encher de repente de elogios nauseabundos ao sistema de

gérmen, ridicularizando-o como utopia de sonhadores e estigmatizando-o como sacrilégio socialista. Para emancipar as massas trabalhadoras, a cooperação deve alcançar um desenvolvimento nacional e, por conseguinte, ser fomentada por meios nacionais. A conquista do poder político vem a ser, portanto, o grande dever da classe operária. (MARX, 1982, p. 12).

Já no “Manifesto Inaugural”, aparecem às posições de Marx (1982) sobre as cooperativas e sobre o cooperativismo. A polêmica da questão das cooperativas e as tendências reformistas são constantes na vida da I Internacional. No seu primeiro congresso, em Genebra em 1866, a questão das cooperativas e do cooperativismo é debatida e a opinião de Marx (1982) é aceita pelos congressistas, conforme o documento:

[...] a) Nós estimamos que o movimento cooperativo é uma das forças transformadoras da sociedade presente, baseada no antagonismo de classes. O grande mérito deste movimento consiste em mostrar que o sistema atual de subordinação do trabalho ao capital, sistema despótico que leva ao pauperismo, pode ser substituído por um sistema republicano e bem feito de associação de produtores livre e iguais. b) Porém, o movimento cooperativo, limitado a formas anãs, as únicas que podem criar com seus próprios esforços os escravos individuais do trabalho assalariado, jamais poderá transformar a sociedade capitalista. A fim de converter a produção social num sistema harmônico e vasto de trabalho cooperativo são indispensáveis mudanças sociais gerais, mudanças das condições gerais da sociedade, que só se podem conseguir mediante a passagem das forças organizadas da sociedade, quer dizer, do poder político das mãos dos capitalistas e proprietários de terras para as mãos dos produtores mesmos. c) Recomendamos aos operários que se ocupem, preferencialmente, da produção cooperativa e não do comércio cooperativo. Esse último não afeta mais que a superfície do atual sistema econômico, enquanto que a primeira cava suas bases. (MARX, 1982, p. 82).

Marx era contrário às tentativas de transformação social *somente por via da criação de cooperativas*, indicando que somente a conquista do poder político pela classe operária, pelo controle operário, pode garantir as mudanças que viabilizem as formas sociais de produção. E vai mais além, salienta a importância das cooperativas de produção e reconhece que todas as cooperativas são escolas de auto-organização socialista da produção e distribuição.

Além disso, a obra “Crítica do Programa de Gotha” (MARX, 2016) é um exemplo das preocupações de Marx e Engels na construção de um programa partidário claramente revolucionário.

Para preparar o caminho para a solução do problema social, o Partido Operário Alemão exige que se criem cooperativas de produção, com a ajuda do Estado e sob controle democrático do povo trabalhador. Na indústria e na agricultura, as cooperativas de produção deverão criar-se em

proporções tais, que delas surja a organização socialista de todo trabalho. (MARX, 2016, p. 21).

Assim, as cooperativas e o cooperativismo foram assuntos constantes e polêmicos na formulação dos programas partidários e congressos socialistas da primeira e segunda internacional. Portanto, a discussão da cooperação, numa perspectiva emancipatória *do trabalho livremente associado*, deve sempre estar aliada com a discussão do autogoverno dos próprios trabalhadores.

2.2. Os trabalhadores tomam o céu de assalto, a experiência da Comuna de Paris

“A Comuna é a forma “enfim descoberta” pela revolução proletária, na qual se pode realizar a libertação econômica do trabalho. A Comuna é a primeira tentativa da revolução proletária de quebrar a máquina de Estado burguesa e a forma política “enfim descoberta” pela qual se pode e se deve substituir o que foi quebrado”.
(Vladimir Lênin, 1911).

Em *A guerra civil em França*, Marx descreve o que teria sido, até aquele momento, o mais importante evento protagonizado pela classe operária. A Comuna de Paris de 1871 se constitui num fato extraordinário e central para a história. Pela primeira vez, os trabalhadores assumiram o poder e demonstraram que é possível construir uma nova humanidade. Os 72 dias da implantação da Comuna de Paris (18/03/1871– 28/05/1871) trouxeram ao mundo a perspectiva de governo praticamente operário numa movimentação que propiciou muitos benefícios aos trabalhadores de Paris.

Para compreender a Comuna, faz-se necessário contextualizar a França e o processo que gerou essa experiência. Coggiola (2011, p. 49) sintetiza as principais condições que constituíram a Comuna, ao afirmar que

[...] foi, simultaneamente, produto de uma crise internacional (a luta pela hegemonia europeia, que culminou na guerra franco-prussiana), de uma crise nacional (a deterioração política do Segundo Império e a crise do regime bonapartista) e, decisivamente, do desenvolvimento político e ideológico socialista do proletariado europeu nas décadas precedentes, que confluíram na organização da Internacional Operária (Associação Internacional dos Trabalhadores, ou AIT, fundada em Londres em 1864).

Sobre o caráter da mesma e sua composição, Hobsbawm (2012, p. 262) assinala que

E, de fato, a Comuna foi uma insurreição operária. Os 36 mil membros da Comuna aprisionados eram um corte transversal na população trabalhadora de Paris: 8% de empregados de escritório, 7% de funcionários, 10% de pequenos lojistas e similares, mas o resto se compunha esmagadoramente de operários – da construção civil, metalurgia, mão de obra em geral, seguidos pelos mais tradicionais especializados (carpintaria, artigos de luxo, impressão, tecidos), que também forneciam um número desproporcional ao pessoal dirigente; e evidentemente os eternos radicais sapateiros.

Marx (2018) inicia sua análise com uma carta do comitê central em que afirmava: “a classe operária não pode apossar-se simplesmente da maquinaria do Estado, já pronta e fazê-la funcionar para os seus próprios objetivos” (MARX, 2018, s./p.). O estado moderno, para Marx, com suas instituições e órgãos que lhe são característicos, desenvolve-se na medida do surgimento das novas relações sociais de produção capitalistas e, quanto mais evolui a indústria, mais o estado assume um caráter de dominação do capital sobre o trabalho ou “de uma força pública organizada para a escravização social, de uma máquina de despotismo de classe” (MARX, 2018, s./p.)

Não bastava, portanto, a apropriação do estado para os fins da classe operária. Haveria que se desenvolver uma nova forma política, com vistas à superação do capitalismo e extinção do estado e de suas instituições tais como existiam. O primeiro Decreto da Comuna de Paris suprimiu o exército permanente e o substituiu pelo povo em armas. De acordo com Nascimento (2007, p. 35):

o governo da cidade passou a ser formado por conselheiros municipais provenientes em sua maioria da classe operária ou de seus representantes reconhecidos, eleitos por sufrágio universal e com mandato revogável a qualquer momento, caso não representasse os interesses daqueles que o elegeram.

Marx (2018) afirmava que a Comuna haveria de ser a “*forma política*”, “*mesmo dos menores povoados do campo*”. Sobre os meandros nessa nova forma, afirmava o autor que a verdadeira essência da Comuna de Paris “tratava-se, exatamente, de um governo da classe operária, o produto da luta da classe produtora contra a apropriadora, a forma política, finalmente descoberta, com a qual se realiza a emancipação econômica do trabalho” (MARX, 2018, s./p.).

Todavia, o curto período da experiência da Comuna de Paris não permitiu acompanhar o aprofundamento das contradições dessa nova “forma política” de modo a traçar a verdadeira dinâmica dessas relações. De qualquer forma, ressalta-se que toda a democracia operária vivida nas ruas, nas escolas e nas assembleias de bairro se estendia também às oficinas e empresas e sua expressão não era insignificante. Cláudio Nascimento (2007), a respeito do contexto social no qual se insere a Comuna, informa que

Censo de 1866, temos 4.715.084 pessoas empregadas nas fábricas e na indústria, apesar de apenas “1 milhão e 500 mil operários trabalharem nas empresas com mais de 10 pessoas”. Especificamente em Paris, o autor observa “um crescimento considerável do número de operários, de 442 mil, em 1866, para 550 mil em 1872, crescendo também em concentração, uma vez que diminui os números de patrões, de 650 mil, em 1847, para 39 mil em 187244. (NASCIMENTO, 2007, p. 65).

Entre outras medidas implementadas, no sentido de trazer a democracia operária para dentro das fábricas, destacam-se: a proibição da prática de redução salarial pelos patrões, por meio de descontos e multas aplicados aos operários; e a entrega, às associações de operários, de todas as oficinas e fábricas fechadas, seja porque os capitalistas haviam fugido ou decidido parar a produção. De fato, o *processo revolucionário* “levou muitos proprietários a deixar a cidade e tentar boicotar a produção, o que proporcionou movimentações espontâneas por parte dos trabalhadores no intuito de assumirem o controle nos respectivos locais de trabalho” (ALMEIDA, 2016, p. 96).

Essa experiência representou, nesse curto prazo, importantes conquistas do ponto de vista social para os trabalhadores. Entretanto, a repressão sangrenta por parte da burguesia de Versalhes, com apoio da Prússia (burguesias imperialistas que antes estavam em guerra, mas que não hesitaram em se unir contra o levante dos operários, como é praxe desse setor parasitário), deixou cerca de 20 mil vítimas. Entre presos, fugitivos e mortos, somaram-se cerca de 100 mil habitantes parisienses (ALMEIDA, 2016).

Em grandes linhas, identificamos as principais características da Comuna, tendo como foco sua caracterização como sendo *a primeira experiência de revolução proletária da história*, em que os trabalhadores vivenciaram, dentro das possibilidades, *o controle operário* em sua forma inicial. Outro legado estratégico da comuna se refere à educação pública.

[...] Constituído o governo popular, ainda nos primeiros dias da Comuna, foram eleitos os militantes encarregados das diversas esferas de atividade, entre as quais a educação, sob a responsabilidade de Édouard Vaillant (1850- 1915), médico, blanquista, dirigente do Conselho Geral da I Internacional (1871-72) e reconhecido por Engels como um dos poucos conhecedores do marxismo na direção da Comuna. Mas a influência de jornais operários, como *Le Prolétaire*, de círculos operários de estudo, como os organizados por Varlin, bem como de sindicatos articulados com a AIT e, ainda, dos artistas, como Gustave Courbet da Federação dos Artistas, foram cruciais para forjar a experiência educacional da Comuna. (LEHER, s./d., p. 3).

A proposta de educação elaborada pelos *communards* não teve tempo suficiente para se concretizar, haja vista o tempo efêmero que durou a comuna. Todavia, o que se percebe é que ela pretendeu realizar uma reforma socialista e universalizante da escola, de uma instrução integral, na qual a proposta pretendia formar homens e mulheres “completos”, buscando desenvolver todas as necessidades de ligação de uma cultura intelectual à uma cultura física e ao ensino técnico. Neste sentido, Marx e Engels (2011) reforçam a dimensão da gratuidade do ensino:

Naturalmente, a Comuna não teve tempo de reorganizar a educação pública. No entanto, eliminando os fatores religiosos e clericais, tomou a iniciativa de emancipar intelectualmente o povo. Em 28 de abril nomeou uma comissão encarregada de organizar o ensino primário e profissional. Ordenou que todos os instrumentos de trabalho escolar, tais como livros, mapas, papel etc. sejam administrados gratuitamente pelos professores, que os receberão de suas respectivas alcaidarias. Nenhum professor está autorizado, sob nenhum pretexto, a solicitar de seus alunos o pagamento por estes materiais de trabalho escolar. (MARX; ENGELS, 2011, p. 131).

É interessante perceber o quanto os *communards* valorizavam um ensino no qual se aprendiam com prazer e sem as amarras da doutrinação religiosa. Assim, partir do decreto *communard* houve uma reforma do ensino, assegurando a todos a verdadeira base da igualdade social, a instrução integral a que cada um tem direito e facilitando a aprendizagem e o exercício da profissão para a qual o dirigem as aptidões. Para Coggiola (2011, p. 21), além da democratização do ensino e a suspensão da influência da Igreja na educação, a Comuna “[...] tentou levar adiante uma verdadeira revolução cultural, que eliminasse: 1) a divisão entre trabalho manual e intelectual; e 2) a opressão das mulheres pelos homens e a opressão das crianças pelos adultos”.

É possível perceber os fundamentos de uma proposta educacional que afirmava a necessidade de combinar trabalho produtivo e trabalho intelectual, além da instrução física. Pode-se notar a referência de se realizar o processo de ensino e

aprendizagem não fragmentados. O ensino integral proposto pelos operários compreendia a educação intelectual, física, tecnológica e não fragmentada, na perspectiva laica, para todos e obrigatória.

De acordo com Almeida (2016, p. 60), “a bandeira ‘escola oficina’ significava a educação pelo trabalho, diferente da educação para o trabalho praticada na sociedade capitalista”. Dessa discussão apreendemos, principalmente, a dimensão da educação integral, no sentido da formação humana em suas diversas dimensões, a importância do trabalho e sua dimensão educativa.

2.3. Todo poder aos soviets: o que temos a aprender com o movimento dos comitês de fábrica russo?

“Uma família de nobres voltava a São Petersburgo com seus inúmeros filhos e malas volumosas. Havia se retirado em fevereiro para fugir dos acontecimentos trágicos que haviam derrubado o Czar e não havia acompanhado o desenvolvimento político que levava os trabalhadores ao poder em outubro. Pateticamente parada na plataforma e acostumada com um servilismo milenar, esperava que algum carregador implorasse para levar as bagagens da família em troca de alguns míseros copeques. Depois de esperar em vão por um bom tempo, um criado (nobres não se dignavam a falar com pobres) vai buscar informações e ouve a seguinte resposta: agora somos livres, se quiser carregue suas malas!”
(Mauro Iasi, 2012).

O movimento dos comitês de fábrica erguido em meio ao processo revolucionário russo de 1917 foi à expressão *concreta do controle operário nos locais de trabalho*, organismos de poder desenvolvidos no interior das fábricas que, em geral, buscava romper com a autocracia e despotismo que também no microcosmo da fábrica se instalava, propondo, assim, uma “fábrica constitucional”. Mas qual revolução? E sob qual direção? Qual programa revolucionário a seguir? Esses questionamentos rondavam o movimento operário e socialista à época.

Em um país com um atraso cultural e econômico muito grande, com uma população majoritariamente camponesa, o que estava colocado para amplos setores da direção operária e socialista era a revolução democrática burguesa. Todavia, o

desenvolvimento da Rússia era permeado por importantes contradições (GOMES, 2006).

Quando as mulheres⁵⁵ entraram em greve em 23 de fevereiro de 1917, *Dia Internacional da Mulher*, e milhares de outros operários e operárias as acompanharam nos dias seguintes, produzindo uma importante greve geral, o que estava colocado era, a um só tempo, uma insurreição política contra o Czarismo⁵⁶ e econômica contra o capital e isso foi o que o derrubou (POMAR, 2017). Em seu lugar, instaurou-se o *governo provisório*, que na visão de muitos haveria de cumprir as tarefas democráticas da revolução.

Os *comitês de fábrica*, nesse sentido, desenvolveram-se no processo de luta revolucionária como um método eficiente de vigilância e autodefesa contra a sabotagem por parte dos capitalistas, seria “órgãos de controle operário da marcha das fábricas e empresas”.

Apesar das primeiras vitórias da classe trabalhadora após a revolução de fevereiro, houve resistência por parte da burguesia, que voltou à ofensiva contra os comitês de fábrica. Logo, a perspectiva de controle operário veio da organização do movimento operário em outro patamar de anseios e reivindicação política e econômica. (POMAR, 2017, p. 19).

Não se tratava de buscar melhores salários ou melhores condições de trabalho por meio do acordo coletivo. O que se colocava é o *total controle do processo produtivo e das relações de trabalho*, com a ocupação do estabelecimento e sua gestão sob o controle operário.

Os escritos de Lênin (1980a, 1980b, 1981, 1985, 1986) demonstram, inicialmente, o esforço da luta para inserir as cooperativas na luta de classes para a conquista do poder político pela classe operária da época na URSS e, num segundo momento, pós-Revolução de Outubro de 1917, a luta e construção do Estado Socialista. Dessa forma, conforme Cruz (2006, p. 26):

Após a vitória dos bolcheviques, em outubro/novembro, Lênin trabalha febrilmente no sentido de garantir a continuidade do poder nas mãos do partido vitorioso, bem como do prosseguimento das mudanças revolucionárias inspiradas no programa maximalista da ala esquerda da Internacional. Ele estava particularmente preocupado com as condições econômicas da Rússia, após três anos de guerra contra a Alemanha, e na possibilidade dos possíveis tropeços econômicos da revolução se voltarem contra o novo governo, ao longo da guerra civil que se seguiu (1918-1921).

⁵⁵ Ver: TRUDELL, Megan. “As mulheres de 1917: Especial Revolução Russa”, blog Boitempo.

⁵⁶ Conforme o capítulo I “A realidade da Rússia antes da revolução (1850-1917)”. In: GOMES, Oziel. **Lenin e a Revolução Russa**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

É importante ressaltar que a tarefa de Lênin e de seus companheiros na construção do partido enfrentava condições radicalmente diversas e mais difíceis do que aquelas com as quais se defrontaram Marx e Engels na Liga dos Comunistas e na I Associação Internacional dos Trabalhadores em Londres. Dentro dessa perspectiva, Rodrigues e Fiore (2010, p. 8) destacam o seguinte:

Em ambos os casos, o “partido” era um agrupamento pouco articulado de vanguarda, congregando tendências muito variadas, com pouca capacidade de intervenção direta nas batalhas políticas, embora se constituísse em referência importante para os diversos grupos operários envolvidos nas lutas nacionais. Prova disso é que nos movimentos operários dos diversos países, os marxistas constituíam minoria, sem peso decisivo, como na Comuna de Paris (1871), em que os proudhonianos tinham a hegemonia. Mesmo na I Internacional, apesar da liderança de Marx, que era seu presidente, lassaleanos, proudhonianos e anarquistas tinham maioria.

Assim, conforme apontaram Rodrigues e Fiore (2010)⁵⁷, a comuna russa estava num processo social profundo. É difícil de imaginar esse tipo de transformação sem uma transformação radical do regime social da Rússia Czarista. Nesse sentido, o conhecimento da realidade agrária russa permitiu a Lênin participar ativamente nas discussões do partido.

Nessa ocasião, as discussões sobre o campesinato eram acirradas, conseguindo-se articular uma proposta que fosse atrativa para os camponeses em sua luta contra os latifundiários. Lênin (1986) explicitava para os camponeses a importância da luta pela terra comunal desapropriada pela reforma de 1861, como uma etapa reivindicativa importante para forjar a aliança de classes. Então, ele, ao se referir aos camponeses médios, enfoca a questão das cooperativas:

Todos os proprietários, toda a burguesia procura ganhar-se ao camponês médio, prometendo-lhes as mais diversas medidas para melhorar a sua fazenda (arados baratos, bancos agrícolas, semear pastos, venda de gado e adubos a preços baixos, etc.), assim como fazendo-os participar em toda classe de sociedade agrícolas, cooperativas como se chamam nos livros, de associações de lavradores de todo tipo para levar melhor a fazenda. Desta maneira procura a burguesia desviar a aliança com os operários ao campesinato médio e inclusive ao pequeno, ao semi-proletariado, e trata de colocá-lo ao lado dos ricos, da burguesia, na luta destas contra o proletariado. (LÊNIN, 1981, p. 123).

Em nível internacional, a questão cooperativa foi discutida no VIII Congresso da II Internacional, quando os socialistas franceses levantaram a tese da neutralidade política das cooperativas, salientando que as cooperativas formadas

⁵⁷ Livro “Lenin: capitalismo de estado e burocracia” (2010).

por operários por si só bastavam para alteração da ordem social. Entretanto, contrário a essas posições, Lênin (1976, p. 383) explicitou o seguinte:

As associações de consumo não são organizações de luta imediata contra o capital e existem ao lado de organizações do mesmo gênero de outras classes, organizações que podem criar a ilusão de que são um recurso mediante o qual se pode resolver a questão social sem luta de classes sem expropriar a burguesia.

Dessa maneira, Lênin (1980, p. 9) reconheceu que:

umas cooperativas foram cerradas, outras nacionalizadas, porém, os Sovietes não conseguiram dirigir a distribuição, não conseguiram montar armazéns soviéticos, já que temos um aparelho que possui esta experiência e, sobretudo, que se baseia na iniciativa das massas, devemos orientá-lo para o cumprimento destas tarefas.

Desse modo, a problemática das cooperativas *versus* empresas estatais continuou sendo discutida nessa época. Lênin (1981), em seu “Discurso sobre a cooperação”, discorda da proposta de estatização das cooperativas, resultando que o partido aprova a manutenção das cooperativas e das empresas estatais, reconhecendo a necessidade de maior flexibilidade e que as ações contrarrevolucionárias de algumas cooperativas podem ser controladas por medidas de maior politização ou pelas leis de proteção do poder soviético.

Em 1923, o autor escreve reflexões a respeito desse assunto e ressalta que as cooperativas eram a forma ideal de conjugar os interesses individuais com os interesses coletivos, demonstrando que “as cooperativas não eram um perigo para a construção do socialismo, pois os principais meios de produção eram estatais e o poder se encontrava nas mãos da classe proletária” (RODRIGUES; FIORE, 2010, p. 43). Lenin defendia a ideia da organização da população em cooperativas, pontuando a diferença com os cooperativistas utópicos, como Robert Owen, que imaginava poder construir uma ordem social via cooperativas por formas pacíficas, sem a conquista do poder pela classe operária.

2.4. As contribuições da pedagogia socialista para a auto-organização dos trabalhadores

“[...] é preciso trabalhar coletivamente, viver coletivamente, construir coletivamente, é preciso saber lutar pelos ideais da classe trabalhadora, lutar tenazmente, sem tréguas; é preciso saber organizar a luta, organizar a vida coletiva, e para isso é preciso aprender, não de imediato, mas desde a mais tenra idade o caminho do trabalho independente, a construção do coletivo independente, pelo caminho do desenvolvimento de hábitos e habilidades de organização. Nisto constitui o fundamento da autogestão”.
(Viktor Shulgin, 2013).

Foi durante o período revolucionário da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), a partir da Revolução Comunista de outubro de 1917, que pensadores, como Lênin, Krupskaja, Moisey Pistrak e Viktor Shulgin, conseguiram desenvolver *uma proposta pedagógica* revolucionária em consonância com o *movimento socialista*⁵⁸. Esses autores articularam a teoria à prática da autogestão no trabalho soviético e a autogestão das lutas à necessidade de uma educação para além do capital, umbilicalmente ligada à superação do trabalho alienado.

Tais educadores demonstraram que a educação “política” difere da educação capitalista, pois contempla os interesses da classe trabalhadora operária e camponesa em vista da construção da nova sociedade. Assim, os pensamentos pedagógicos desenvolvidos por Lênin e Krupskaja orientaram o desenvolvimento do sistema escolar da União Soviética, buscando a efetivação de uma escola *única do trabalho*. Com esse objetivo foram criadas as “Escolas Experimentais - Demonstrativas⁵⁹”. Essa experiência teve como foco preparar e formar desde a mais tenra idade as crianças para o “autogoverno pelos produtores associados”. Tais concepções significaram uma mudança radical no projeto de escola, pois não havia separação entre escola e vida. Ainda, conforme aponta Krupskaya (2015, p. 9):

⁵⁸ A estratégia foi de criar na prática, independente das dificuldades que perpassavam a realidade educacional da época, uma instituição segundo os princípios básicos da escola única do trabalho e do *NarKomPros* (Comissariado da Instrução Pública). Esse defendia uma educação politécnica, que não se restringisse a especialização, mas que preparasse a juventude de forma multilateral.

⁵⁹ Uma das mais conhecidas são as Escolas-Comunas. Essas funcionavam como internato, cuja empreitada buscava não só a elaboração de uma nova pedagogia, mas de escola do trabalho.

[...] para os pedagogos deste período, a escola deveria estar envolvida na criação da nova vida social, cujas possibilidades estavam sendo abertas pela revolução; portanto deveria se envolver profundamente na formação de um novo ser humano imersa na vida social.

Dentro desse viés, o trabalho é parte importante na relação da escola com a realidade atual, pois torna intrínseco o processo de educação e ensino. De acordo com Shulgin (2013, p. 42):

O trabalho é o fundamento da vida, o fundamento do trabalho educacional, é a melhor maneira de ensiná-los a viver com a atualidade de ensinar, como ele, da melhor maneira, une-se a ela: a fábrica é o melhor e mais sensível registro da atualidade. Assim, fundem-se em uma unidade indivisível de autogestão o trabalho, a atualidade, e assim são puxados, desafiados para a vida pelo caminho do desenvolvimento econômico, que exige uma escola necessária para a classe-construtora, a classe operária, uma escola que cria um lutador e construtor da vida.

É na atividade produtiva que a vida escolar deve estar centrada, por meio de um estudo aprofundado e significativo da realidade atual que leve não só ao desenvolvimento humano, mas a inserção social. Dessa forma, a escola objetiva preparar as pessoas para que possam executar todos os tipos de trabalho. Tal como destaca Marx, *é necessário um ensino politécnico, com foco na educação em geral, que permita o conhecimento prático em todos os ramos e hábitos de trabalho gerais.*

A base da educação comunista é antes de tudo o trabalho imaginado na perspectiva da vida moderna, o trabalho concebido do ponto de vista social, na base do qual se forja inevitavelmente uma compreensão determinada da realidade atual. Shulgin (2013) observa que o trabalho socialmente necessário é o trabalho de organização da escola, pedagogicamente valioso, e esse deve estar em conformidade com as forças e a idade das crianças e dos jovens.

Além de conhecimentos e habilidades, o trabalho socialmente necessário requer *auto-organização*. Trabalho coletivo não só dentro, mas fora da escola onde a autogestão também educará com outros trabalhos frente à atualidade, assim serão inseridos no mundo dos adultos e com eles poderão dar conta das tarefas do trabalho social. Krupskaya (2013, p. 315) destaca que “o trabalho é a base da vida das pessoas. Por isso, a atividade de trabalho das pessoas coloca-se no centro do estudo”.

O trabalho aparece enquanto trabalho doméstico, nos primeiros anos, principalmente nas escolas infantis, devido às dificuldades materiais da própria União Soviética. Ao mesmo tempo em que o trabalho doméstico era cansativo e

frequentemente nocivo à saúde das crianças, ele era importante na criação de rotinas: os princípios da higiene pessoal, o trato do corpo, os dentes, as roupas, a cama, o material escolar e a organização da vida cotidiana e da disciplina e formação intelectual.

Além disso, Pistrak (2000, p. 52) também enfatiza a necessidade “de criar restaurantes e clubes como formas que permitem desenvolver a aptidão dos jovens para a vida e o trabalho coletivo, tendo como base as tarefas domésticas coletivas”. Em suma, a necessidade de criação de restaurantes e clubes são formas que permitem desenvolver a aptidão dos jovens para a vida e o trabalho coletivo, tendo como base “as tarefas domésticas”, como a manutenção da ordem e limpeza dos quartos, a participação nas tarefas de cozinha e a distribuição dos alimentos preparados. A escola deve ser um centro cultural capaz de participar da vida social.

Já o autosserviço abrangia a prática do trabalho articulado com a vida, o trabalho para si e para os outros, o que resultou no experimento sem sucesso da elaboração de um método educativo de formação pelo autosserviço. O trabalho começava com a distribuição dos alunos em grupos que se revezavam nas atividades, porém, sem interferir nas aulas das crianças. O trabalho possuía um monitor em cada grupo e eram desenvolvidos em três diferentes setores, como a fábrica, as oficinas e o trabalho de verão.

A autodireção carecia seguir lado a lado com os propósitos da escola do trabalho socialista. A autodireção era entendida por Pistrak (2000) não somente como forma de trabalho educativo e formativo na escola, mas igualmente como modelo estabelecido de determinada vida social das crianças. Frente a essa percepção, a autodireção era vista como chance de começar com arbítrio do pedagogo, ele interviria como mentor do trabalho de autodireção, a fim de encorajar o aumento do compromisso com o trabalho individual em espaços comuns como o da escola.

Assim, a intenção do autor era propiciar aos alunos a compreensão da totalidade do mundo do trabalho. Dessa maneira, um aspecto fundamental priorizado pela Escola-Comuna foi a *conexão entre teoria e prática* com base no sentido mais amplo do conceito de trabalho. Conforme Freitas (2013, p. 33), “o trabalho socialmente útil é a conexão entre a tão propalada teoria e a prática. É pelo trabalho, em sentido amplo, que esta relação se materializa.

Na obra “Ensaio sobre a Escola Politécnica”, Pistrak (2013) nos permite conhecer em teoria e na prática os principais ramos, passando pela análise das características do período de transição e sua repercussão na constituição da escola politécnica. Pistrak destaca que a escola politécnica é possível apenas no socialismo, mas para que o socialismo seja desenvolvido é fundamental que a escola do trabalho seja desenvolvida e conduzida à escola politécnica do futuro. Dessa maneira, entendemos que a *Pedagogia Socialista* e a *Educação Popular* são intrínsecas à construção da autogestão.

Percebe-se que a experiência russa, até pela sua maior durabilidade, conseguiu avançar elementos já colocados pela experiência da Comuna de Paris, como: *a radicalização do público; a formação omnilateral; o trabalho; a atualidade e as lutas da classe trabalhadora; o conhecimento; a auto-organização dos educandos; e a formação de coletivos*. Nessa perspectiva, entende-se que um dos desafios seja articular os campos do conhecimento e da ação por meio de um processo prático, que redimensione o processo educativo em consonância com os processos produtivos de trabalho na atualidade, como tem sido experienciado pela experiência venezuelana e do Brasil nos espaços formais e informais.

2.5. Mudar o mundo sem tomar o poder? O debate do Estado e o Poder Popular

*“A questão fundamental de toda revolução é a questão do poder de Estado”
(Vladimir Lenin, 1919).*

A temática do *poder* é uma temática central na atualidade, tanto para a luta cotidiana dos trabalhadores e trabalhadoras, quanto para aqueles que buscam “saídas históricas” para o fim da sociedade de classes. A classe trabalhadora é forjada entre inúmeras resistências e níveis diferenciados de enfrentamentos ao capital com lutas mais imediatas e outras com maiores saltos qualitativos.

No entanto, ao mesmo tempo em que esse debate é emergente, ele também aparece de forma subliminar ou quase inexistente entre os debates hegemônicos de parte da “esquerda mundial” e dos grandes espaços das universidades brasileiras (OURIQUES, 2014). Isso se deve ao período conhecido como “*era de ouro*”, que

colocava um novo padrão de desenvolvimento em que a universalização, integração e democracia foram criando um poderoso movimento “civilizador” do capital.

Como ressalta Hobsbawm (1995, p. 262), “todos os problemas que perseguiram no capitalismo pareceram se dissolver e desaparecer e as vozes mais otimistas começaram a supor que a economia iria para o alto eternamente”. Conforme Bonente (2016, p. 74):

[...] estas novas reorientações no plano econômico ficam conhecidas como fordista-keynesianas, e incluem mudanças que vão da estrutura produtiva ao plano ideológico. E quando articuladas produzem uma combinação de crescimento da produção, da capacidade de consumo da classe trabalhadora e manutenção de altos lucros.

Tais mudanças no plano econômico e ideológico afetaram em cheio o âmbito das alternativas ao modo de produção capitalista, o que acabou contribuindo para alternativas cada vez mais incluídas ao modelo de desenvolvimento vigente, como vimos no debate do capítulo I. Inclusive, parte da intelectualidade da formação da esquerda brasileira e europeia pós anos 1970 estavam muito enredadas pelo mantra “do fim do trabalho”, bem como “pelo ressentimento com os equívocos da experiência soviética” abrindo o caminho para a ideologia do fim da história e, portanto, do suposto fim de uma alternativa socialista ao desenvolvimento capitalista. De acordo com Octávio Ianni (2004, p. 327):

No bojo da ideologia neoliberal, florescem várias utopias muito evidentes e correntes. Expressões como “aldeia global”, “mundo sem fronteiras”, “nova ordem mundial”, “fim da geografia” e “fim da história”, entre outras, são muito indicativas das expectativas e ilusões que o neoliberalismo apresenta como ideais a serem realizados. Sem esquecer que essas utopias, que no limite se dissolvem em uma só, inspiram a prática e o discurso, a publicidade e a retórica, as diretrizes e as exigências, de uns e outros situados nas organizações, corporações, estruturas e blocos de poder que administram as linhas básicas da globalização do mundo pelo alto.

No bojo dos discursos e das “novidades”, a perspectiva era de uma de revisão e crítica do marxismo e o anúncio de uma “nova esquerda” como resultado direto da derrota do pensamento político que considerava *o trabalhador como sujeito do processo revolucionário*. (LOVATTO, 2016). Ainda, conforme sinaliza a autora:

Argumentava-se que as rápidas transformações vividas pela sociedade moderna teriam levado à emergência de uma pluralidade de “novos sujeitos políticos”, “novos espaços sociais”, “novas práticas sociais” e “novas falas e representações sociais”, que haviam substituído “velhos” sujeitos sociais como, por exemplo, *a classe operária*. Haveria uma lacuna na teoria das classes sociais que o marxismo, em sua leitura tradicional, tinha dificuldade de preencher. A “crise dos paradigmas” impunha uma nova compreensão

do que se entendia por atores coletivos plurais. Os eventos mundiais do Maio de 1968 tinham trazido à tona a ideia da participação política das chamadas minorias. Para preencher o suposto vazio na teoria das classes sociais, seria necessária a apreensão de sua dimensão cultural, acrescentando a noção de “imaginário coletivo” à compreensão desses fenômenos pluridimensionais. Portanto, crise do marxismo e negação da centralidade do trabalho estariam umbilicalmente ligadas. (LOVATTO, 2016, p. 12).

No conjunto deste debate vimos florescer teses, como as de John Holloway⁶⁰ de que a mudança radical da sociedade só pode ocorrer “sem a tomada do poder de Estado”. Portanto, a luta pela transformação social deve visar à construção de um espaço de “não-poder”. Ressaltando que, por maiores que sejam as multiplicações de poderes alternativos, é impossível desenvolver uma luta social efetivamente radical ignorando a questão do Estado. Conforme observou Lênin (1980, p. 77): “[...] na teoria do Estado, vereis sempre a luta das diferentes classes entre si; a luta que se reflete ou encontra a sua expressão na luta de concepções sobre o Estado, na apreciação do papel e da importância do Estado”. Ainda sobre a importância na tomada do poder e do estado Lênin (1919, s/p):

[...] o Estado será sempre uma máquina para que uns reprimam outros. E devemos pôr esta máquina em mãos da classe que terá de derrocar o poder do capital. Devemos rechaçar todos os velhos preconceitos em torno de o Estado significar a igualdade universal; pois isto é uma fraude: enquanto existir exploração, não poderá existir igualdade. O proprietário não pode ser igual ao operário nem o homem faminto igual ao saciado. A máquina, chamada Estado, diante da qual os homens se inclinavam com supersticiosa veneração, porque acreditavam no velho conto de que significa o Poder do povo todo, o proletariado rechaça e afirma: é uma mentira burguesa. Nós temos arrancado aos capitalistas esta máquina e temos tomado posse dela. Utilizaremos essa máquina, o garrote, para liquidar toda exploração; e quando toda hipótese de exploração tiver desaparecido do mundo, quando já não houver proprietários de terras nem proprietários de fábricas, e quando não mais existir a situação em que uns estão saciados enquanto outros padecem de fome, só quando tiver desaparecido de vez tais hipóteses, relegaremos esta máquina para o lixo. Então não existirá Estado nem exploração.

Ainda sobre o debate travado pelo autor Holloway, o argentino Katz salienta:

La formulación más conocida de esa concepción convoca explícitamente a soslayar el manejo de la estructura estatal, para “cambiar el mundo sin tomar el poder” (HOLLOWAY, 2002) Considera que esa captura recrearía las desventuras actuales, sustituyendo a un gobernante por otro en la administración del mismo estado. Pero la continuidad que denuncia obedece a la preservación de los intereses capitalistas por parte de las

⁶⁰ Aprofundar na obra: HOLLOWAY, J. **Cambiar el mundo sin tomar el poder**. Buenos Aires: Clacso, 2002.

elites, que se suceden en el manejo del estado. Si esas clases y capas privilegiadas son desalojadas del poder y sustituidas por representantes de los oprimidos es posible construir otro estado y comenzar la construcción de otra sociedad. (KATZ, 2015, p. 85).

Nos anos 1990 começa a nascer tardiamente no Brasil e na América Latina, o impacto destas tendências, com uma crescente de experiências com “os novos sujeitos políticos” portadores de um novo “projeto de emancipação” diferente daquele que foi posto em prática pela “esquerda tradicional”. Balizados pelo crivo da “participação”, “mobilização” “localismo”, “identitarismo”, que foram importantes inclusive para parte “dos pequenos avanços” dos trabalhadores na democracia burguesa, mas que não passaram de pequenas e pontuais experiências.

E, mais recentemente, as eleições de alguns quadros da esquerda latino-americana, como a Bolívia, o Brasil e o Uruguai, que embora tivessem uma diversidade de inclusão de pautas populares e até certo avanço no âmbito cultural, como no caso da Bolívia, tais experiências não construíram bases reais de *poder ao povo*, tão pouco se tocou em questões como a *propriedade privada*.

Segundo Osorio (2014, p. 319), “não basta apenas reconhecer a pluralidade das sociedades latino-americanas e lutar pela sua equidade, mas é necessário que o Estado, como instância maior do poder político, efetive condições reais de autonomia”. Sobre essa questão, o pesquisador mexicano assevera:

[...] a formação dos Estados democráticos Latino-americanos foi concebida sob a noção de cidadania, voto, eleições, etc., que reafirma a “relação de mando obediência” e que institui um “novo padrão de legitimidade” do poder político do Estado nação. Em meio a essa formação de sociedade ilusoriamente democrática emergem arquétipos de governos populares. (OSORIO, 2014, p. 234).

Dessa maneira, em nosso entendimento, o termo “poder popular” é um instrumento de luta e um germe, um embrião, que pode se transformar no futuro estado proletário (FAZZIO, 2019). Obviamente que não há aqui uma receita de como realizar a transformação social, tão pouco de transplantar tal e qual as experiências históricas exitosas de controle operário. No entanto, revisitar o passado e analisar o presente nos dá indícios e pistas da importância do resgate de “um projeto de poder da classe trabalhadora”.

Deste modo, para nós *o popular* não significa apenas o que é “democrático”: que se identifica com a diminuição da pobreza, ampliação dos espaços de participação, voto, direito a livre expressão e diversidade, etc. O popular é uma

concepção de vida e da história que a classe trabalhadora constroe *no interior das sociedades de classes*. Essa concepção está, conseqüentemente, ligada à derrubada do Estado burguês e da socialização dos meios de produção; e, por conseguinte, da constituição de uma *nova forma de poder - o poder do proletariado*.

Ainda sobre o “popular”, Paludo justifica as diversas formas e cores que os sujeitos populares (classe trabalhadora) assumem durante os processos educativos na América Latina e ressalta o caráter de *insubordinação* que a categoria *resistência popular* carrega. [...] movimentos contra a exploração, a dominação, a violência porque sabem as suas causas, tornam-se o "povo político", constituem os chamados movimentos sociais populares. [...] Portanto, o popular é plural, complexo, multifacetado, apresenta marcas de conformismo, mas também de resistência e de rebeldia. (PALUDO; BEATRICI, 2007, p. 10). O pesquisador uruguaio Zibechi (2014) contribui para o resgate do debate do poder. Segundo o autor:

O próprio Marx pouco considerou este tema na maior parte de seus escritos. É sabido que Marx abordou, de forma muito intensa, a análise econômica, mas não abordou o tema do Estado, do poder, com a mesma intensidade. No Manifesto Comunista, tendeu a deixar o terreno numa situação dúbia, com pouca definição. Marx falava da classe erigida em classe como tal ou classe para si, ou falava da democracia, mas nunca sobre o poder exercido pela classe trabalhadora, a classe operária. Foi a partir da “Comuna de Paris”, do que foi a experiência da “Comuna de Paris”, a partir do momento no qual os trabalhadores se erigem no poder, na Comuna, é quando Marx começa a refletir e basicamente o texto dele que reflete sobre isto é a guerra civil na França, uma declaração da Associação Internacional dos Trabalhadores, da AIT. É a partir deste momento que ele elabora a ideia da ditadura do proletariado, basicamente o poder dos trabalhadores, que se fundamenta no que seria a destruição do Estado burguês. (ZIBECHI, 2014, s./p.).

Nos escritos de Marx e Engels, as formulações sobre *a ditadura do proletariado* se desenvolvem conforme avança a própria experiência da luta revolucionária da classe trabalhadora assalariada.

Para Marx, a ideia de burocracia civil ou militar é uma ideia a erradicar no futuro poder dos trabalhadores e, nesse sentido, a “Comuna de Paris” lhe dá uma série de ideias e experiências muito ricas para sua reflexão. Em que sentido? No sentido de que lhe permite pensar o poder como algo não separado das pessoas, como algo controlado pelas pessoas, como algo que pode e seria bom que fosse rotativo, que não houvesse um grupo de pessoas especializadas em exercer o poder, separadas das pessoas, e, além disso, que tivessem as remunerações similares às de um operário qualificado, que não tivessem um salário privilegiado. “A partir daí, da ideia da ditadura do proletariado, a ideia deste tipo de poder já é desenvolvida a

quase meio século depois pelos revolucionários russos, basicamente por Lênin e pelos bolcheviques”. (ZIBECHI, 2014, s./p.).

A ditadura do proletariado permitirá aos trabalhadores todos os meios de produção em propriedade do estado. Lênin (2017), na mesma esteira que Marx (2018), entende que o proletariado só precisa do estado provisoriamente para utilizar seus instrumentos de poder contra os exploradores e para supressão das classes. O objetivo final da revolução é a destruição do aparelho de poder do estado. Para Mazzeo (2007, p. 12) o poder popular:

[...] no se puede otorgar desde arriba, tampoco puede extraerse o conquistarse de las nubes. Ahora bien, la consolidación de posiciones permanentes de poder popular exige resolver la cuestión del poder estatal. Si el Estado constituye una porción del poder, si es parte de una totalidad compleja, la lucha de clases también se expresa al interior del Estado. Es necesario observar que el ejercicio del poder estatal por parte de las clases subalternas constituye un momento instrumental en el proyecto por crear un nuevo bloque hegemónico.

Assim, em nosso entendimento nos distanciamos de algumas concepções de poder popular. O poder popular a partir desta compreensão não é:

1) **Micropolítica ou da pequena política** dos conselhos burocráticos e funcionalistas, dos fóruns e de todos aqueles espaços onde se procura envolver a população com a política ilusória da “cidadania participativa”; 2) **Institucionalidades eleitoreiras**, que organizam grupos e coletivos apenas na época das campanhas ou pretendem canalizar as lutas e a revolta da classe trabalhadora meramente no campo institucional, formulando projetos de lei, planos diretores; 3) **“Novos socialistas utópicos”**, que apostam todas suas fichas no poder local, nas pequenas experiências sem relações com a totalidade do capitalismo mundializado na atualidade. (FAZZIO, 2019, s/p).

Logo o poder popular não é um mero elemento de ação espontânea, um aperfeiçoamento do “capitalismo democrático” tão pouco uma estratégia de conciliação de classes entre trabalho e capital. O poder popular em nosso entendimento está intimamente imbricado na possibilidade revolucionária de *superção do capital*. Assim, o poder popular em longo prazo pode-se desdobrar em plano tático e o estratégico *para a tomada de poder do Estado*.

Por isto, defendemos as formas e experiências de auto-organização dos trabalhadores e trabalhadoras em associações, cooperativas e as mais diversificadas formas coletivas de trabalho, pois estas experiências caracterizam-se enquanto *aprendizado do poder que constrói a consciência de classe*. Os

trabalhadores e trabalhadoras ao “saírem do nível da consciência espontânea” (da luta imediata por trabalho, salário, moradia, etc.) desenvolvem a consciência revolucionária que podem contribuir para a construção de outra hegemonia – a *hegemonia do trabalho*.

A concepção socialista entende estas experiências como um dos caminhos para uma nova ordem econômica e social (sociedade dos produtores livremente associados), articulada a um projeto de sociedade, enquanto que na concepção capitalista as cooperativas são utilizadas como um corretivo aos defeitos do próprio sistema. Dessa maneira, as cooperativas podem ser indicadores das transformações que ocorrem dentro do modo de produção capitalista e do advento de um modo de produção. Marx (2013, p. 514) aponta que “as fábricas cooperativas dos trabalhadores são dentro das velhas formas, a primeira fratura destas, ainda que naturalmente reproduzam e devam reproduzir, em sua organização real, todos os defeitos do sistema imperante”.

No próximo item abordaremos elementos da trajetória da questão agrária no Brasil e Venezuela, demonstrando as bases que erguem as estruturas de dominação do capital sobre o trabalho na América Latina, em que a *superexploração da força de trabalho*, as *opressões* e mais tarde as *propostas de desenvolvimento* formaram e constituem na atualidade o capitalismo dependente latinoamericano.

3. A QUESTÃO AGRÁRIA E O FEITIÇO DO DESENVOLVIMENTO: A MANUTENÇÃO DA DEPENDÊNCIA E DA SUPEREXPLORAÇÃO NO BRASIL E VENEZUELA

“Nossa derrota esteve sempre implícita na vitória dos outros. Nossa riqueza sempre gerou nossa pobreza por nutrir a prosperidade alheia: os impérios e seus beaguins nativos. Na alquimia colonial e neocolonial o ouro se transfigura em sucata, os alimentos em veneno. Potosí, Zacatecas e Ouro Preto caíram de ponta-cabeça da grimpada de esplendores dos metais preciosos no fundo buraco dos socavões vazios, e a ruína foi o destino do pampa chileno do salitre e da floresta amazônica da borracha; o nordeste açucareiro do Brasil, as matas argentinas de quebrachos ou certos povoados petrolíferos do lago de Maracaibo têm dolorosas razões para acreditar na mortalidade das fortunas que a natureza dá e o imperialismo toma. A chuva que irriga os centros do poder imperialista afoga os vastos subúrbios do sistema. Do mesmo modo, e simetricamente, o bem-estar de nossas classes dominantes – dominantes para dentro, dominadas de fora – é a maldição de nossas multidões, condenadas a uma vida de bestas de carga”.
(Eduardo Galeano, 1977).

Nos “países do sul”, a história do campesinato está diretamente ligada à história da dominação do *capitalismo dependente*. Assim, conforme Traspadini (2018, p. 1698) “na América Latina é com a invasão colonial que se consolida, a partir da produção do modo de produção escravista, a real *propriedade privada da terra*, sem a necessidade imediata de formalizar dita condição na forma do Estado de Direito”. Conforme Antunes (2011), antes mesmo do início da colonização europeia, especialmente espanhola e portuguesa, a América Latina era habitada por comunidades originárias pré-colombianas que trabalhavam em uma economia de subsistência, tendo outras matrizes de trabalho e cultura. “Nessa fase pré-colonial, o trabalho coletivo era o pilar da produção. Foi somente no começo do século XV que se iniciou um enorme processo de colonização que marcou a história do trabalho de nosso continente” (ANTUNES, 2011, p. 17. Grifos nossos).

Logo, o processo de desenvolvimento originário dos povos pré-colombianos foi subsumido de forma violenta à própria gênese do capital, conforme aponta:

A invasão da América Latina foi decisiva para a acumulação originária europeia não somente pelo que se descobriu, quanto à riqueza natural territorial, somada à aprendizagem de técnicas e de organizações sociais que comporiam a estrutura de poder nascente da burguesia no continente europeu. Também pelo que estaria por explorar, poderia vir a ser na apropriação da riqueza oriunda da terra e do trabalho no continente. Ou seja, geria-se no presente da conquista-colonização um futuro de extração de riqueza na forma mercantil que aparentemente não se esgotaria tão rapidamente. (TRASPADINI, 2016, p. 115).

Paludo e Machado (2013) também complementam o debate assinalando a exploração primitiva do capital dos recursos naturais e minerais do período colonial.

[...] na obra *Veias abertas da América Latina*, analisa que a América Latina foi e é importante no enriquecimento de poucas nações. Espanhóis e portugueses chegaram, no século XV (Colombo em 1492, Cabral em 1500), e tomaram as riquezas que o continente possuía. Os espanhóis encontraram ouro e prata e os portugueses tiveram que construir um império colonial à base da cana-de-açúcar. Embora em espaços e em tempos diferentes, a exploração foi a mesma: trabalho forçado até a exaustão, domínio pela força e opressão cultural. Índios e negros não eram considerados gente. Civilizações evoluídas, como os Astecas no México e os Incas no Peru, foram destruídas e são exemplos do tipo de domínio existente no período colonial. Os portugueses se transformaram em exímios traficantes de negros, depois de explorar e exterminar muitos indígenas. (PALUDO; MACHADO, 2013, p. 5).

Conforme a pesquisadora Traspadini (2016) é sob essas bases se erguem as estruturas de dominação do capital sobre o trabalho na América Latina, *em que a superexploração da força de trabalho e as opressões formaram o capitalismo dependente*, cujo impacto da invasão colonial teceu novos e perversos caminhos de desenvolvimento.

A bárbara invasão colonial materializou ao longo de mais de quinhentos anos o poder do capital sobre a terra e o trabalho na América Latina. Na raiz da terra e do trabalho da América Latina fazem-se presentes lutas históricas que expõem o movimento da contradição emanado das sementes que brotam em forma de luta e que se desdobram para além, ou não, das ordens do capital. (TRASPADINI, 2016, p. 133).

Marini (1973) inicia seus estudos demonstrando que desde a colonização da América Latina as colônias já deram as condições fundamentais para o estabelecimento da grande indústria e, portanto, do capitalismo industrial nascente no período da Revolução Industrial. As colônias forneciam matéria-prima para as indústrias e bens de subsistência para os novos operários das indústrias inglesas,

de modo a contribuir para o êxodo rural nos países desenvolvidos e permitir a formação de uma nova classe nos países europeus.

Conforme Galeano (1977), o subcontinente latino-americano se integrou às relações comerciais com uma Europa em fase de transição do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista como colônia produtora e exportadora de alguns poucos gêneros agrícolas e de metais preciosos, com base na abundância de terras, de recursos naturais, no esmagamento e exploração das organizações sociais preexistentes, bem como no trabalho compulsório de africanos e populações nativas. Desse modo, o surgimento do centro e da periferia são aspectos de uma mesma totalidade, *isto é, do surgimento do sistema capitalista global*.

Em contraste com o que ocorre nos países capitalistas centrais, onde a atividade econômica está subordinada à relação existente entre as taxas internas de mais-valia e de investimento, nos países dependentes o mecanismo econômico básico provém da relação exportação-importação, de modo que, mesmo que seja obtida no interior da economia, a mais-valia se realiza na esfera do mercado externo, mediante a atividade de exportação, e se traduz em rendas que se aplicam, em sua maior parte, nas importações. A diferença entre o valor das exportações e das importações, ou seja, o excedente passível de ser investido sofre, portanto, a ação direta de fatores externos à economia nacional. (MARINI, 1977, p. 50).

Essas formas de trabalho, por sua vez, possibilitavam a extração e a apropriação de parte do excedente econômico pelas metrópoles espanhola e portuguesa através do monopólio da propriedade fundiária e do comércio da região. Dessa forma, as nações latino-americanas contribuíram para outro processo dinâmico que tem lugar no núcleo do capitalismo avançado:

o da transição e deslocamento do eixo da acumulação de capital do âmbito da produção da mais-valia absoluta para o da mais-valia relativa. Garantindo parte da oferta dos elementos do capital variável (alimentos) e do capital constante (matérias-primas) às economias centrais, a especialização das economias primário-exportadoras ajuda a baratear os custos de reposição do capital circulante, nele inclusos os custos de reprodução do valor da força de trabalho. (TRASPADINI, 2016, p. 145).

Desenvolvendo sua economia mercantil, em função do mercado mundial, a América Latina é levada a reproduzir em seu seio as relações de produção que se encontravam na origem da formação desse mercado e que determinavam seu caráter e sua expansão.

A passagem para uma economia agromineroexportadora e, posteriormente, a configuração de uma base industrial constituíram processos históricos de formação de uma região economicamente subordinada e dependente da

dinâmica dos centros capitalistas mais avançados. O subcontinente latino-americano integrou-se às relações comerciais – com uma Europa em fase de transição do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista – como colônia produtora e exportadora de alguns poucos gêneros agrícolas e de metais preciosos, com base na abundância de terras, de recursos naturais, no esmagamento e exploração das organizações sociais preexistentes, bem como no trabalho compulsório de africanos e populações nativas. Essas formas de trabalho, por sua vez, possibilitavam a extração e a apropriação de parte do excedente econômico pelas metrópoles espanhola e portuguesa através do monopólio da propriedade fundiária e do comércio da região. Não obstante seu nascimento traumático, gestado pela incursão de seu território no mercado mundial, a América Latina terminou por contribuir para o desenvolvimento econômico do ocidente europeu através do aumento dos fluxos comerciais e da expansão dos meios de pagamentos, processos esses que Marx definiu como componentes da chamada acumulação primitiva de capitais. O acúmulo dessas riquezas no velho continente, canalizadas, a partir de certo momento, sobretudo, para a Inglaterra, que vivia um estágio mais avançado de transição para o modo de produção capitalista, ajudou a criar as bases materiais para mudanças qualitativas fundamentais no seu processo de desenvolvimento, quais sejam: i) a constituição de uma classe de trabalhadores assalariados e ii) a progressiva subsunção real do trabalho ao capital, através da produção industrial mecanizada. (SANTANA, 2013, p. 35-36).

Conforme Traspadini (2016) é a partir desse momento que a América Latina vai cumprir uma particularidade histórica no âmbito geral de reprodução do capital em esfera mundial, dada estruturalmente pela dependência, mediante a acumulação fundada na superexploração do trabalhador/a. A dependência, de acordo com a análise de Marini (2000), pode ser entendida como uma relação de subordinação que ocorre entre nações formalmente independentes, cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou constantemente recriadas para assegurar a reprodução ampliada dessa condição.

Complementa a pesquisadora Traspadini (2016):

Um dos movimentos explicativos da dependência refere-se aos mecanismos de transferência de valor. Nas relações comerciais entre países tecnologicamente mais ou menos avançados, a aparência do fenômeno encarnada nos preços deteriorados das mercadorias das periferias, em relação aos preços crescentes dos produtos das economias centrais, expõe o teor do intercâmbio desigual, a partir do modo específico de produção das mercadorias em cada país. Assim, a transferência de valor, em realidade apropriação privada pelas economias centrais de parte da produção social (mais-valia) produzida pelas economias periféricas, reforça a superexploração da força de trabalho como a gênese explicativa do dialético movimento desigual do capital em sua totalidade. Através da superexploração da força de trabalho, a dependência ganha materialidade e explicita a real condição de ser do capitalismo na América Latina. (TRASPADINI, 2016, p.77)

A situação de dependência remete também a um grau de hierarquização da divisão internacional (imperialista) do trabalho, conforme explicita Santana:

Mas, de um modo geral, o caráter dependente e subordinado do desenvolvimento de nações e/ou espaços geográficos mais ampliados é resultado do desenvolvimento imperialista do capitalismo. De modo que uma formação social, cuja estrutura de funcionamento esteja condicionada pela lógica do desenvolvimento e expansão do capital de outras formações, encontrará sérias dificuldades para empreender um processo autônomo de desenvolvimento científico e tecnológico, logo, de aumento da capacidade produtiva do trabalho. Esta realidade demonstra, em certo sentido (na aparência), uma “deformação” no modo de regulação que as leis gerais de desenvolvimento do capitalismo desempenham. Porém, tomando o modo de produção capitalista em sua totalidade, como sistema capitalista mundial, compreende-se que, na essência, os fenômenos do desenvolvimento e do subdesenvolvimento são produtos e expressões de uma mesma lógica de reprodução ampliada do capital em escala global. (SANTANA, 2013, p. 46)

Neste sentido, o pesquisador Mathias Luce (2013) evidencia que a superexploração pode se dar de duas formas: rebaixamento do salário ou elevação do valor histórico-moral da força de trabalho sem correspondente aumento do salário. “Essa segunda forma, variação mais complexa decorrente da primeira, é decorrência da incorporação de novos valores-de-uso na cesta de bens necessários à sociabilidade do trabalhador sem a elevação salarial correspondente” (LUCE, 2013, p. 183). Ainda conforme o autor:

A apropriação do fundo de vida do trabalhador se dá mediante o aumento da extensão da jornada de trabalho ou intensidade do trabalho além das condições normais, levando ao esgotamento prematuro do trabalhador. Por um lado, a elevação do desgaste do trabalhador eleva o valor da força de trabalho, na medida em que torna necessário o consumo de novos valores-de-uso para compensar o desgaste do trabalhador. (LUCE, 2013, p. 183).

Para Ferreira (2012, p. 29), a superexploração do trabalho origina-se:

[...] a partir da forma particular como as economias dependentes foram incorporadas ao mercado mundial capitalista, de forma subordinada, e sendo instadas a lançar mão de um barateamento compulsório da força de trabalho como mecanismo compensatório às transferências de valor feitas pelas economias dependentes aos países do capitalismo central, seja sob a forma de remessa de lucros ou juros, royalties, dívida externa ou outras modalidades de transferência. Sendo assim, a dependência configura-se como intrínseca à produção de mercadorias, avança para a esfera da circulação e adquire as formas de dependência financeira, comercial ou tecnológica.

Corroborando com o debate a Santana (2013) explica que:

A superexploração do trabalho corresponde a uma modalidade de acumulação que recorre de maneira estrutural à violação do valor da força de trabalho, aspecto este que é central ao processo de reprodução do capital nessas economias. Consequentemente, a estrutura social destas torna-se perversamente marcada pela forte concentração de renda e polarização da riqueza social, pelas altas taxas de desemprego, pelas diversas formas de subemprego e pelo crescimento de uma “economia subterrânea”. O conceito de superexploração do trabalho está, dessa forma, umbilicalmente ligado à noção de dependência. (SANTANA, 2013, p. 49)

Traspadini (2016) aborda a importância da relação da superexploração da força de trabalho e a opressões enquanto mecanismos estruturais do capitalismo dependente, nas palavras da autora:

Essa violência demarca, para fora e para dentro, a necessidade da formação da consciência, forjada na luta e nos estudos, como forma de instituir novas práxis, para além das práxis do capital sobre e contra o trabalho. Não há nada mais violento que o trabalhador reproduzir a lógica dominante como sua própria lógica projetada como futuro. Não há nada mais degradante que o próprio trabalhador, ao não se ver como classe, instituir para os demais trabalhadores os mesmos mecanismos violentos de opressão como condição histórica de perpetuação do capital. (TRASPADINI 2016, p.61)

De acordo com Marini (2000), é justamente o caráter contraditório da dependência latino-americana que determina as relações de produção no conjunto do sistema capitalista de produção. Ou seja, definitivamente se trata de um sistema que opera em conjunto, pois também pela dependência os mesmos mecanismos que intensificam a exploração do trabalho na América Latina são utilizados para reverter o problema da tendência à queda da taxa de lucro.

Após a depressão mundial de 1929 e a Segunda Guerra Mundial, o padrão das indústrias das economias imperialistas se alterou cada vez mais para a produção de máquinas, bens de capital e veículos. A proporção desse grupo de bens com maior teor tecnológico na pauta de exportações dos países se tornou um indicador do grau de desenvolvimento industrial. (BONENTE, 2016).

Essa mudança no padrão industrial trouxe consequências para as economias dependentes, pois além de amplificar as diferenças de produtividade e de desenvolvimento entre as economias desiguais, trouxe a fase da industrialização inicial para as “nações atrasadas” por meio das classes dominantes dos países hegemônicos. E é no plano político-intelectual que surge a economia do desenvolvimento e toda uma complexidade acadêmico-política, com todas as suas

receitas para alcançar o desenvolvimento. (BONENTE, 2016). Conforme Mandel (1985, p. 43):

A industrialização do “Terceiro Mundo” não significaria um desenvolvimento autônomo nacional dos países atrasados e uma possibilidade de se tornarem economias desenvolvidas, como acreditavam os estudiosos da CEPAL, ou mesmo uma homogeneização do modo de produção capitalista sistêmico, significa somente uma mudança nas formas de justaposição do desenvolvimento e do subdesenvolvimento.

Como indica Vânia Bambirra (2013, p. 44), “o ‘atraso’ dos países dependentes foi uma consequência do desenvolvimento do capitalismo mundial e, ao mesmo tempo, a condição desse desenvolvimento nas grandes potências capitalistas mundiais”. Resulta daí, aliás, a *manutenção da colonialidade* que caracteriza a maior parte dos países subdesenvolvidos, isto é, a produção e reprodução de um padrão civilizatório subalterno, condenado a emular imperfeita e precariamente as formas civilizatórias originárias dos países centrais. Sobre esse debate corrobora Roberta Traspadini (2016, p. 182):

A ideologia do desenvolvimento capitalista dependente é a mesma ideologia racista, patriarcal, conservadora. Para que ela se apresente como portadora da “verdade” sobre a nascente “mundo novo” proposto pelo capital - de orquestração de sonhos cuja materialização é a do consumo desmedido -, é necessário criar o mito do criminoso, do atrasado, do pervertido. Ela é excessivamente violenta, pois materializa no presente recente a história da dominação colonial marcada nos corpos dos trabalhadores a ferro e a fogo, e na terra pela matriz da propriedade privada em várias formas desde seu nascimento.

Após desencantamento com as reformas liberais realizadas na América Latina nos anos 1990, a região testemunha, no início do novo século, uma forte retomada da discussão a respeito da viabilidade de projetos *desenvolvimentistas* e a expansão dos investimentos externos realizados por regiões imperialistas em economias dependentes. Nesse contexto, duas novas vertentes teóricas emergiram: *o social-desenvolvimentismo e o neodesenvolvimentismo*, ambos atualizando o desenvolvimentismo clássico cepalino, acrescentando, contudo, novas dimensões ao conceito. Em particular, ambas apoiam uma estratégia nacional onde o Estado é imperativo para viabilizar mudanças estruturais rumo à (re) industrialização.

Atualmente, o continente latino-americano vive diversas contrarreformas, economias ultraneoliberalizantes e ameaças profascistas. Obviamente que a geopolítica do imperialismo e da dependência hoje é outra da que foi “desenhada” por Rui Mauro Marini, Vânia Bambirra e outros teóricos da Teoria Marxista da

Dependência⁶¹ há 40 anos. No entanto, as mesmas contradições reaparecem em um novo cenário com novos ciclos de declínio industrial, exploração retrógrada dos recursos naturais e da superexploração do trabalho (KATZ, 2020; LOPÉZ, 2020). Nesse sentido, trazemos Iasi (2017, p. 77-78) para dialogar sobre o tempo e a história que são sempre dialéticos, cíclicos e nunca lineares:

Os tempos são outros não se enganem, atentos. Mudaram as vestes, os nomes, não são mais os mesmos. Seguem, no entanto querendo nossa carne e nossos sonhos. Se alimentam de nosso medo, querem nosso sangue, sedentos. Os tempos são outros, é certo, mas, parecem que são os mesmos. Suas botas, suas marchas, suas togas, até seus tropeços e contratempos. Será que nós seremos os mesmos? Uma espécie de destino, sina, sorte? Seremos sempre a caça, a presa, nosso fardo é sempre a morte? Não, são outros os tempos. Talvez algo aprendamos. À noite não apenas sonhamos, pelos dias não apenas passamos. Sabemos olhar através dos disfarces, sob as máscaras o reconhecemos. Não nos enganaremos. Agora... Talvez seja nosso tempo!

Assim, o desenvolvimento da produção latino-americana esteve e está ancorado em duas premissas básicas: *abundância de recursos naturais e superexploração da força de trabalho*. Dessa maneira, o presente capítulo propõe-se a apontar elementos da trajetória da questão agrária no Brasil e Venezuela, demonstrando as fases de dominação imperialista do capital sobre a terra e o trabalho e as propostas de desenvolvimento que foram sendo gestadas nos países investigados.

O debate foi realizado partir de autores como: Mézáros (2011), Martins (1979, 1991), Traspadini (2014, 2016), Ianni (1978, 2004), Marini (1973, 1977, 2000), Chesnais (1996), Fernandes (1967, 1981, 2009), Stédile (2005), Maestri (2005), Mello (1998), Coutinho (1979), Santos (2016), Leite (2006), Perlman (1977), Antunes (2015), Braz (2017), Fagnani (2016), Skoczek (1978), Maingon (2004), Katz (2016, 2020), Rosa (2014), Cortés (2016), Caruso (2017), Lopéz (2020), Cueva (1986), Loyoda (2006), Chavéz (2004, 2007), Hintze (2010), Vila (2005), Guerrero (2019), Azzellini (2010), Obediente e Arena (2017) e Aumenta (2010).

⁶¹ Para aprofundar o debate histórico do surgimento da TMD e da escola da dependência, ler: Ruy Mauro Marini vida e obra (TRASPADINI; STÉDILE, 2005).

3.1 A modernização conservadora e a consolidação do capitalismo brasileiro

“[...] as transformações políticas e a modernização econômico social no Brasil foram sempre efetuadas no quadro de uma “via prussiana”, ou seja, através da conciliação entre frações das classes dominantes, de medidas aplicadas “de cima para baixo”, com a conservação essencial das relações de produção atrasadas (o latifúndio) e com a reprodução (ampliada) da dependência ao capitalismo internacional; essas transformações “pelo alto” tiveram como causa e efeito principais a permanente tentativa de marginalizar as massas populares não só da vida social em geral, mas sobretudo do processo de formação das grandes decisões políticas nacionais.”
(Nelson Coutinho, 1979).

O desenvolvimento capitalista dependente brasileiro tem uma base claramente restauradora, antidemocrática e contrarrevolucionária. Uma burguesia antinacional, no lugar de uma autêntica revolução burguesa “de baixo para cima”, realizou arranjos “pelo alto”, em que acontecimentos políticos importantes, como, por exemplo, a “abolição da escravidão” e a “proclamação da república”, foram realizados em nome dos interesses do capital internacional. (FERNANDES, 1976).

Logo, o processo de colonização no Brasil se baseou no estabelecimento de grandes unidades agrícolas voltadas para o abastecimento do mercado europeu, criando uma estrutura fundiária. Desde a colonização portuguesa e espanhola (possibilitada pelo capitalismo comercial nascente), a exploração da agricultura na América Latina foi fundamental para o estabelecimento da Grande Indústria na Europa e, dessa forma, para o nascimento do Capitalismo Industrial possibilitado pela Revolução Industrial, como vimos no item anterior. Os portugueses que chegaram ao Brasil nos anos 1500 exploraram, além dos metais nobres, o solo rico e fértil do país, investindo no modelo de produção agroexportador. (STÉDILE, 2005).

O modelo como organizavam a produção era o *plantation*, isto é, grandes pedaços de terras com monoculturas e trabalhadores predominantemente escravos na produção das monoculturas exportadoras e nas subsistências.

Os principais produtos eram o algodão, a cana-de-açúcar, o cacau e mais tarde o café. Já a propriedade da terra não era privada, a Coroa obtinha o monopólio do território e fazia concessões, chamadas de “concessões de uso” para capitalistas com intenções de investir dinheiro-capital e expandir as exportações da agricultura. (STÉDILE, 2005, p. 42).

Então, a Coroa concedia enormes porções de terras (sesmarias) para capitalistas-colonizadores realizarem inversões e aumentar o fluxo das mercadorias exportadas, cuja concessão poderia ser hereditária, ou seja, passada de pai para filho. Contudo, as formas de dominação a que essa classe tem sido submetida variam de acordo com as diferentes situações encontradas também ao longo do tempo. Na América, o Brasil foi quem importou o maior número de trabalhadores escravizados: dos nove a quinze milhões de africanos chegados com vida na América, três a cinco desembarcaram no litoral brasileiro (MAESTRI, 2005).

Os africanos escravizados eram mais comumente camponeses aldeões que perdiam a liberdade devido à violência pura ou aos motivos políticos e econômicos. A resistência negra à escravidão encontrou várias formas de expressão, desde o suicídio até a cooptação, conforme Maestri (2005, p. 239): “foi, sem dúvida, a fuga de escravos para os sertões onde eram formadas comunidades quilombolas, de variados tamanhos, agregando de dezenas a milhares de ex-cativos”.

Com a Lei Áurea de 1888 e com o impedimento dos negros se tornarem camponeses, quase dois milhões de adultos ex-escravos saem das fazendas, das senzalas, abandonando o trabalho agrícola e se dirigem para as cidades, em busca de sobrevivência, agora vendendo “livremente” sua força de trabalho. Dessa maneira, foi com a *Lei de Terras* que se implementou a *propriedade privada* das terras brasileiras, Segundo Santos (2016, p. 76), “ela é a base legal, até os dias atuais, a partir da extinção das sesmarias em 1820, e ao mesmo tempo impediu a compra de terras pelos antigos escravos”.

Assim, a lei criou as bases para a organização de um mercado de trabalho livre em substituição ao sistema escravista. No Brasil, o termo fazenda se referia à riqueza e não a terra: “‘fazenda’ significava o conjunto de bens, a riqueza acumulada; significava, sobretudo, os bens produzidos pelo trabalho e o trabalho personificado no escravo” (MARTINS, 1991, p. 23). Deste modo, não era a terra que se definia como fazenda, mas a riqueza produzida pelo trabalho, bem como o trabalho personificado no escravo.

No entanto, no decurso da segunda metade do século XIX, fazenda vai incorporando cada vez mais seu sentido territorial. A transição do escravo para a terra, como referencial de riqueza, revela uma significativa alteração na reprodução das relações sociais, cuja determinação principal se encontrava na transição do trabalho escravo ao trabalho livre, moldando a terra como fundamento de riqueza e

a sua mercantilização como legítima com a promulgação da Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, conhecida como a Lei de Terras.

A Lei de Terras de 1850 e a legislação subsequente codificaram os interesses combinados de fazendeiros e comerciantes, instituindo as garantias legais e judiciais de continuidade da exploração da força de trabalho, mesmo que o cativo entrasse em colapso. Na iminência de transformações nas condições do regime escravista, que poderiam comprometer a sujeição do trabalhador, criavam as condições que garantissem, ao menos, a sujeição do trabalho. Importava menos a garantia de um monopólio de classe sobre a terra, do que a garantia de uma oferta compulsória de força de trabalho à grande lavoura. De fato, porém, independentemente das intenções envolvidas, a criação de um instrumento legal e jurídico para efetivar esse monopólio, pondo o peso do Estado do lado do grande fazendeiro, dificultava o acesso à terra dos trabalhadores sem recurso. (MARTINS, 1991, p. 59).

Com a libertação dos escravos, o cativo deveria alterar o seu objeto do escravo para a terra, daí o nome clássico da obra de José de Souza Martins, “O cativo da terra”. A lei nº 601/1850 vem legitimar a mercantilização da terra como única forma de aquisição, bem como as posses anteriormente existentes, sendo que para a realização da titulação o Estado, que estava em formação, utilizou-se da única informação possível que garantisse a efetiva ocupação das terras: o registro paroquial.

A generalização da terra como mercadoria, a abolição da escravidão e o incentivo à imigração estão vinculados à pressão exercida pela Inglaterra, cujo objetivo era sumariamente expandir seu mercado, bem como garantir preços acessíveis na aquisição de matérias-primas de que o Brasil era grande exportador. A produção era organizada a partir dos interesses da burguesia metropolitana. E no contexto da divisão internacional do trabalho, o Brasil fazia o papel de fornecedor de *produtos primários* para a Metrópole portuguesa e a essa, por sua vez, cabia fornecer produtos manufaturados. (STÉDILE, 2005, p. 20).

Nesse sentido, para Fernandes (1976), o grande impulso que desvencilhou as amarras coloniais e proporcionou o ambiente necessário para a primeira etapa de desenvolvimento capitalista comercial no Brasil foi o longo processo de lutas libertárias que culminou no caminho “*pelo alto*” das elites brasileiras, tão bem representado pelo “grito de independência” dado pelo filho do Rei de Portugal em 1822. Segundo Fernandes (1976), a independência assumiu a forma de uma “revolução sem revolução” ou uma revolução sem povo. A esses trabalhadores negros restou a busca do resto, dos piores terrenos, nos morros ou nos manguezais,

que não interessavam aos capitalistas. Stédile (2005, p. 15) destaca “a lei de terras é também a ‘mãe’ das favelas nas cidades brasileiras”.

No Brasil, durante um longo período, a escravidão permaneceu operando paralelamente ao trabalho livre. Assim, a escravidão brasileira, sua permanência no tempo e sua funcionalidade ao sistema colonial e ao processo de desenvolvimento da economia urbano-industrial não só impediram durante muito tempo o pleno desenvolvimento do trabalho livre, como também forjaram uma cultura autoritária nas relações de trabalho que perduram até os dias atuais.

Com a decaída do modelo agroexportador, a saída encontrada pelas elites brasileiras para substituir a mão de obra escrava foi realizar uma intensa propaganda na Europa, em especial na Itália, na Alemanha e na Espanha, para atrair os camponeses pobres excluídos pelo avanço do capitalismo industrial no final do século XIX na Europa. Como destaca Stédile (2005, p. 23), “com a promessa do ‘eldorado’, com terra fértil e barata, a Coroa atraiu para o Brasil, no período de 1875-1914, mais de 1,6 milhão de camponeses pobres da Europa”.

De acordo com Fernandes (1976), ao longo do século XIX, a porção de “fazendeiros de café” juntamente com essa “pequena burguesia manufatureira” tendeu a secularizar suas ideias, suas concepções políticas e suas aspirações sociais, ao mesmo tempo em que gradativamente adquiria um estilo de vida urbano e cosmopolita, passando a ter as primeiras influências das ideologias liberais.

Ianni (2004) demonstra que, desde a abolição da escravatura e a proclamação da república, as elites estavam preocupadas com a *questão nacional*. Depois da revolução de 1930, abriram-se as primeiras condições para a conciliação dos interesses burgueses em torno da industrialização e do desenvolvimento de um estado burguês. Ainda segundo o autor, a partir de 1930 a prioridade passa a ser então a de desenvolver um processo industrial brasileiro, rompendo com o modelo antigo de produção agroexportador das monoculturas cafeeiras.

Dada à estreita vinculação dos interesses da nascente burguesia industrial urbana com as oligarquias cafeeiras, a ordem social competitiva brasileira e a consequente dominação burguesa que surgiram desse processo praticamente repuseram sob as bases modernas todos os aspectos arcaicos da economia brasileira, tais como a dependência econômica e a exclusão da participação popular em parte das riquezas nacionais.

Para Fernandes (1976), esse processo conciliatório entre a burguesia agrário-comercial do café e a emergente burguesia industrial urbana é o desdobramento político da industrialização retardatária no Brasil. Assim, conforme Mandel (1985), o capitalismo tardio trouxe consigo a ilusão de que os países subdesenvolvidos poderiam desenvolver suas indústrias e se tornarem uma economia desenvolvida. Pensava-se que para a industrialização latino-americana ter êxito era preciso uma agricultura moderna, capitalizada, que aumentasse a produção, de modo a fornecer matérias-primas às indústrias nascentes e alimentos para a sociedade e, além disso, que o campo liberasse mão de obra para as novas indústrias.

Ou seja, entre o capital-dinheiro acumulado na lavoura do café e o capital-dinheiro destinado aos investimentos industriais existe uma relação de complementaridade. Segundo Mello (1998), foi sob as condições da economia cafeeira já assentada em relações especificamente capitalistas de produção que se teceram os pré-requisitos fundamentais ao surgimento da burguesia industrial brasileira. Nessa perspectiva, o “atraso” do campo poderia ser superado com a introdução de métodos mais modernos nas relações de produção.

Esse anseio pelo desenvolvimento caracterizava a política brasileira e a política latino-americana. Após a Segunda Guerra Mundial, que durou de 1945 a 1973, diante do quadro econômico dos países da América Latina (considerados atrasados em relação a outros países do continente americano), foi instituída a Comissão Econômica da América Latina (CEPAL).

Para a CEPAL, tratava-se de reverter a forma “arcaica” e “pré-capitalista” como estava estruturada a economia, até então “voltada para fora”, e moldar uma forma “moderna” e “industrial” de desenvolvimento baseado na industrialização e na evolução do mercado interno. Para liderar todas essas transformações modernizadoras, que deveriam resultar na construção de economias nacionais modernas e autônomas, a CEPAL sugere a decidida participação do Estado na economia (BONENTE, 2016).

Em 1945, durante a Era Vargas *nacional-desenvolvimentista*, vemos mais nitidamente a implementação definitiva das relações capitalistas de produção no Brasil, quando a economia brasileira passa para uma economia de caráter industrial. De acordo com Santos (2016, p. 31), “o Estado assume um papel ativo no processo de desenvolvimento da indústria pesada no país por meio de siderurgia, petroquímica e material elétrico”. Nesse cenário, o papel da agricultura era o de

suprir as necessidades do capital, sendo uma de suas principais funções a de garantir a sobrevivência das massas urbanas.

Após a instalação de indústrias pesadas, o governo se volta para a industrialização da agricultura, pois diversos setores agroindustriais dependiam da produção das indústrias pesadas para existirem. De acordo com Silva (1980, p. 11): “evidentemente a indústria de fertilizantes e defensivos químicos só poderia se instalar depois de constituída a indústria petroquímica; a indústria de tratores e equipamentos agrícolas, depois de implantada a siderurgia; e assim por diante”.

A partir de meados da década de 1960, a agricultura brasileira se inseriu no processo econômico-agrário conhecido como *Revolução Verde*. No Brasil, isso se deu principalmente a partir do governo desenvolvimentista de Juscelino Kubistchek, quando passou a depender cada vez mais da tecnologia,

[...] o que estimulou o surgimento de complexos agroindustriais, tornando muito próxima a sua organização do trabalho fabril. Neste período a criação do programa Sistema de Extensão Rural desempenhou importante papel no desenvolvimento da revolução verde. (SCHNEIDER, 2010, p. 519).

De acordo com Delgado (2001), caso a produção agrícola não correspondesse às demandas das indústrias e das cidades, instauraria uma crise agrícola. Com o aumento da crise da economia brasileira, especialmente entre 1961-1967, o governo se voltou para políticas públicas que favorecessem a industrialização da agricultura e o estímulo em produtos voltados para a exportação, e não em produtos alimentícios no geral.

O Estado passou a ser promotor fundamental na capitalização da agricultura, por meio de políticas agrícolas e comerciais, a exemplo do crédito rural, amplamente estimulado neste íterim. Para Leite (2006, p. 39), em 1967, Delfim Neto implantou o Sistema Nacional de Crédito Rural, reorientando as políticas agrícolas dos Institutos por produto, como Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), Instituto Brasileiro do Café (IBC), Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) etc.

A criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), em 1971, foi importante porque ela passou a coordenar e executar as pesquisas científicas para a agropecuária em todo o Brasil. Esse programa de extensão rural era uma espécie de assistência técnica, cuja iniciativa foi decidida no Congresso Nacional dos Estados Unidos e previa a assistência técnica gratuita aos agricultores brasileiros no sentido de difundir e implementar o “pacote tecnológico” da revolução

verde. Sobre a importância do papel da pesquisa e da extensão na manutenção da ideologia burguesa no espaço agrário, Oliveira (2016), salienta:

Trata-se, portanto, de uma "verdadeira luta de classes na teoria", para exaltar os feitos de uma classe social que domina a política do país desde o período colonial, e que em praticamente nada, contribuiu para melhorar as condições de vida dos camponeses e trabalhadores assalariados do país. E, como se pode observar, esta classe latifundiária leva consigo, em sua ideologia, uma parte dos cientistas das universidades públicas e das instituições de pesquisas igualmente públicas. Estes cientistas têm estado à disposição destas elites para produzir "conhecimento", ciência para aumentar ainda mais a dominação que elas exercem sobre a sociedade brasileira. Como se pode ver, a produção científica está também, atravessada pelo modo de pensar capitalista e, conseqüentemente, pelas suas ideologias, neste caso em particular, pela ideologia do agronegócio. É assim, que o dinheiro público vai sendo destinado para aumentar ainda mais as desigualdades sociais existentes no Brasil. E, o Estado em todas as suas dimensões vai sendo apropriado pelas classes dominantes aliadas mundialmente. (OLIVEIRA, 2016, p. 108).

Neste sentido, durante um longo período, o desenvolvimento rural foi associado ao conjunto de ações do Estado e dos organismos internacionais destinados às intervenções nas regiões rurais empobrecidas, conforme aponta Schneider (2010, p. 512):

Esta foi a tônica da intervenção no meio rural do Brasil e de outros países na América Latina no período conhecido pela vigência da ideologia da "revolução verde", que preconizava ações de intervenção dirigidas e orientadas, geralmente de caráter compensatório, que eram vistas como a solução para os agricultores que não conseguiam se modernizar tecnologicamente nem integrar-se ao conjunto da economia através da indústria, comércio e serviços.

Tabela 6 - Regiões com acesso ao crédito rural (1960 –1999)

Ano	Regiões Brasileiras (%)				Brasil
	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Norte/Nordeste	%
1966	47,0	30,0	-	23,0	100,0
1970	45,6	31,8	6,5	16,1	100,0
1975	35,7	38,2	10,1	15,0	100,0
1980	34,1	35,8	10,5	19,6	100,0
1985/86	28,2	37,6	18,1	16,1	100,0
1988/89	21,1	34,5	32,9	11,3	100,0
1991/92	21,5	47,3	21,5	9,6	100,0
1994/95	26,6	38,9	21,1	13,3	100,0
1997/98	30,6	37,1	18,5	12,9	100,0
1999/2000	28,7	42,1	18,4	10,8	100,0

Fonte: Banco Central do Brasil (apud COELHO, 2001).

Na década de 1970, a região do Centro-Sul absorvia 80% das máquinas e dos equipamentos agrícolas, fertilizantes e defensivos, o que ao longo da década aumentou, pois, as fronteiras agrícolas do Centro-Sul eram as que o capital mais expandia (SILVA, 1980). Esse autor chama a atenção para a presença dos grandes capitais na agricultura após o estímulo estatal pela modernização da agricultura, aumentando a presença desse tipo de capital na produção agropecuária, bem como controlando o processamento dos produtos agrícolas (dominando os setores agroindustriais) e a venda dos insumos para os agricultores.

Paralelamente aos processos de ‘modernização’, nesse período ocorreu o processo de expulsão dos trabalhadores residentes nas fazendas e nos engenhos, colonos, moradores, parceiros e pequenos arrendatários. Os intensos níveis de êxodo rural, observados na modernização da agricultura, expressam um forte processo de expropriação e marginalização dos trabalhadores e pequenos agricultores camponeses (MARTINS, 1979).

O intenso êxodo rural reduziu a porcentagem da população rural em toda a América Latina: de 43% em 1970, para 23% em 2005, segundo dados do Centro Latino-Americano e Caribenho de Demografia (CELADE). A população urbana, por sua vez, aumentou de 158 milhões de pessoas em 1970, para 420 milhões em 2005.

No campo, em números absolutos, a população permaneceu estável: em 1970 eram 117 milhões; e em 2005 eram 125 milhões de habitantes.

No caso brasileiro, o processo de industrialização esteve intimamente relacionado ao êxodo do campo, “mas de um campo pobre. Os padrões de vida da maioria dos brasileiros moradores do campo ao longo dos anos 1930 e 1980 auges do desenvolvimentismo brasileiro estavam ligados muitas vezes à subnutrição” (PERLMAN, 1977, p. 32).

Tabela 7 - Evolução da População Urbana e Rural do Brasil (1940 – 1980)

Ano	Urbana	Porcentagem	Rural	Porcentagem	Total
1940	12.880	31,2	28.356	68,8	41.236
1950	18.783	36,1	33.162	63,9	51.945
1960	32.005	45,1	38.988	54,9	70.993
1970	52.905	55,8	41.604	44,2	94.509
1980	80.000	66,7	40.000	33,3	120.000

Fonte IBGE (apud PERLMAN, 1977).

Como se pode perceber por meio da Tabela 7, no Brasil, é na metade dos anos 1960 que a população urbana fica maior do que a rural. Isso se deve à nova dimensão da agricultura, que permitia um extraordinário crescimento industrial dos serviços, bem como massas de trabalhadores para o exército de reserva.

A precariedade da situação do camponês pobre no campo gera um vazio socioeconômico que associa o modo de funcionamento do padrão de acumulação e dominação capitalista à reprodução dos dois condicionantes fundamentais do capitalismo dependente – o controle do capital internacional sobre os elos estratégicos da economia e a perpetuação da segregação social como base da sociedade nacional (IANNI, 1978, p. 74).

Nesse processo de desenvolvimentismo, há um confronto entre as necessidades do capitalismo e as necessidades humanas da massa de trabalhadores rurais, resultando nos confrontos violentos que caracterizaram a questão agrária em nosso continente. Nesse mesmo contexto são organizados os movimentos sociais populares e entidades vinculadas à luta pela terra, com

destaque para as *ligas camponesas* que radicalizaram o debate sobre o latifúndio e a reforma agrária não burguesa.

Muitas foram às lições e o legado histórico deixado pela luta dos camponeses articulados em torno das Ligas Camponesas. Sem desconsiderar o período de gestação e os ensaios da ação sindical dos camponeses sob a orientação do Partido Comunista Brasileiro, o período de 1954 a 1964 foi o período mais intenso de atuação desse movimento camponês. No turbilhão das lutas sociais do Brasil nesse período, nada se agitava mais que o campo. (STÉDILE, 2005). Conforme o autor Martins (1981, s./p.):

As ligas surgiram no contexto mais amplo não só da expulsão de foreiros e da redução ou extinção dos roçados dos moradores de usina, mas também no contexto de uma crise política regional. Essa crise se particularizou numa tomada de consciência do subdesenvolvimento do Nordeste e particularmente numa ação definida da burguesia regional no sentido de obter do governo federal não mais uma política paternalista de socorros emergenciais nos períodos de seca grave, mas sim uma efetiva política de desenvolvimento econômico. Isso queria dizer, uma política de industrialização do Nordeste. O problema da miséria dos camponeses e do seu êxodo para o sul era explicado como resultado do latifúndio subutilizado, que impede a ocupação da terra por quem dela precisa. Uma política regional de desenvolvimento baseado na industrialização deveria sustar e inverter o círculo vicioso da pobreza de uma agricultura monocultora e latifundiária.

A atuação e os métodos de ação das ligas camponesas contemplavam tanto a atuação no judiciário quanto a realização de intensas mobilizações, conforme:

Do ponto de vista jurídico os trabalhadores queriam apenas estender a legislação trabalhista aos trabalhadores das usinas e dos engenhos. Era ter o direito de plantar e colher na terra que ele arrendava. Era ter o direito de pagar o foro em dinheiro e não através do cambão, também conhecido como 'canga', ou seja, o pagamento do aluguel da terra com dias de trabalho gratuito. As mobilizações continham em sua pauta de reivindicações justamente a extinção do cambão, do barracão e a luta contra o aumento do foro. A essas reivindicações, somava-se a luta pela reforma agrária que ganharia radicalidade na palavra de ordem —na lei ou na marra. 25. Esse método de luta, da ação direta, das mobilizações massivas foi, indubitavelmente, um dos legados que o MST herdou das Ligas. (GASPARIN, 2017, p. 47).

As ações que culminaram no golpe civil militar de 1964 foram decorrentes de complexas situações de interesses, criadas pelo capitalismo dependente, num período de crise e de reorganização na América Latina (FERNANDES, 2009). Como vimos no Brasil, as Ligas Camponesas e as organizações sindicais e estudantis foram combatidas e reprimidas, os militares passaram a perseguir e até mesmo matar as lideranças dos movimentos sociais. Ao mesmo tempo, procuravam “[...]”

retirar a bandeira da Reforma Agrária das Ligas, da esquerda e da oposição geral do país” (SANTOS, 2016, p. 65). Ainda, complementa a autora (2016, p. 64):

É neste contexto que trabalhadores camponeses começam a se organizar, formando ligas e sindicatos, exigindo do Estado a Reforma Agrária, como por exemplo, em 1955, a organização das Ligas Camponesas no Nordeste e em 1968, cria-se a CONTAG-Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura, movimentos articulados ao Partido Comunista do Brasil – PCB e também a Igreja. No início dos anos de 1960 temos a organização dos Movimentos de Cultura Popular (MCP), do qual Paulo Freire participava; a Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB) Movimento de Educação de Base (MEB), e também os Centros Populares de Cultura (CPC) criados pela União Nacional dos Estudantes (UNE).

Nesse sentido, o grande e principal momento histórico para a realização da reforma agrária no Brasil foi ao início da década de 1960, pois se conjugou vários movimentos sociais e militâncias de trabalhadores rurais organizados no sentido de pressionar e reivindicar a realização da reforma agrária e, finalmente, em toda a história brasileira o governo (na figura do Presidente João Goulart) estava realmente interessado em promover a reforma agrária. (GASPARIN, 2017).

Dessa maneira, o grande momento histórico da realização da reforma agrária e a diminuição das desigualdades sociais no Brasil foram sabotados e destruídos por um pacto entre as elites (o golpe de Estado), ou seja, a velha oligarquia rural que permeia o poder político através de vários deputados, senadores, governadores etc. e a burguesia industrial, que decidiram manter inalterada a estrutura fundiária brasileira e, assim, mudaram o rumo do país. (GASPARIN, 2017).

Conforme Chã (2018, p. 27), “o golpe de 1964 só não acabou objetivamente com muitos movimentos como realizou um eficiente trabalho de apagar do imaginário popular a memória dessas experiências que estavam em curso”. Apenas ao final dos anos 1970 os movimentos voltaram a sua reorganização e exigiam o fim do regime civil militar e liberdades democráticas. Surgiram sindicatos, centrais sindicais, partidos e organizações de trabalhadores na perspectiva da retomada de democracia. Nesse clima de enorme agitação política, a questão agrária volta ao debate político após o fim da repressão pela ditadura militar. Com a nova ordem político-social, o primeiro governo democrático, com a presidência de José Sarney, chegou a elaborar o primeiro Plano Nacional da Reforma Agrária (PNRA). Todavia, esse plano ficou no papel. (CHRISTOFFOLI, 2000)

Terminou a ditadura e sobrou a questão agrária não resolvida e mal encaminhada. [...] a ditadura resolvera modernizar a economia dos grandes

proprietários de terra promovendo uma associação entre o grande capital e a grande propriedade territorial, através de incentivos fiscais. Qual foi o resultado? Foi o fortalecimento dos grandes proprietários de terra e a transformação do grande capital, supostamente comprometido com a modernização do país e por ela orientado, também em proprietário de terra. Portanto, um aliado a mais na resistência à reforma agrária. Isso tornou mais difícil fazer qualquer tipo de reforma porque hoje a propriedade da terra é de interesse de todos os setores poderosos da economia. [...]. Propor uma reforma agrária significa desafiar seus interesses ou, então, indenizá-los a preços que incluem a especulação imobiliária, o que significa não fazer reforma agrária. (MARTINS, 1997, p. 35).

Assim, a década de 1980 foi palco de uma transição política e econômica no Brasil. Houve nesse período uma mudança do padrão “modernizante conservador” para o padrão “econômico-liberal”. O neoliberalismo, iniciado com Collor, encontrava com FHC uma nova racionalidade que exigia uma dura derrota ao movimento sindical dos trabalhadores, visando pavimentar os caminhos do neoliberalismo no país (ANTUNES, 2005).

É também nessa década que emerge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)⁶², no bojo da luta pela terra no Brasil, vinculado à Pastoral da Terra, como resultado histórico de longos processos da luta de classes no campo brasileiro. Sob as condições socioeconômicas da gênese do MST, Stédile e Fernandes (2012, p. 19) explicitam:

Do ponto de vista socioeconômico, os camponeses expulsos pela modernização da agricultura tiveram fechadas essas duas portas de saída – o êxodo para as cidades e para as fronteiras agrícolas. Isso os obrigou a tomar duas decisões: tentar resistir no campo e buscar outras formas de luta pela terra nas próprias regiões onde viviam. É essa a base social que gerou o MST. Uma base social disposta a lutar, que não aceita nem a colonização nem a ida para a cidade como solução para os seus problemas. Quer permanecer no campo e, sobretudo, na região onde vive.

Nesse contexto, para compreender a gênese do MST é preciso, segundo Caldart,

[...] considerar a combinação de três conjuntos de fatores complementares. O primeiro diz respeito às opressões objetivas da situação socioeconômica dos trabalhadores do campo e especificamente na região em que surgiu o MST. O segundo se refere a um conjunto de elementos sócio-culturais e políticos que participaram do processo de reações desses trabalhadores à sua situação objetiva. E o terceiro conjunto de fatores está relacionado a alguns fatos que desencadearam lutas localizadas, mas com repercussão capaz de fazer nascer a idéia de uma articulação nacional de lutas pela terra, exatamente o que foi em um primeiro momento o MST (CALDART, 2004, p. 102).

⁶² Aprofundar em Maria Antonia (2006) e Traspadini (2016).

Sobre o primeiro encontro nacional do MST, Santos (2016, p. 33) salienta que:

Em janeiro de 1984, ocorre o primeiro encontro do MST em Cascavel-PR. Estiveram presentes representantes de entidades de apoio, mas principalmente representantes de lutas pela terra de todo o país. O encontro ocorreu a partir da necessidade de organizar um movimento capaz de aglutinar todas as experiências com objetivos e linhas políticas definidos. Nesse evento, firmou-se a necessidade da ocupação de terras como uma ferramenta legítima de luta pela terra e pela reforma agrária por parte dos trabalhadores rurais. Assim, a luta pela terra persiste exercendo ainda mais pressão para realização da reforma agrária.

No que tange as questões relativas à distribuição de terras discutidas no congresso, cabe destaque para o tom imperativo da reforma agrária.

[...] Pode ser observado pelas exigências expressas no documento síntese do congresso que, entre outros pontos, destacava que a reforma agrária fosse feita sob o controle dos trabalhadores e que eles decidissem como seriam divididas as terras, como seria seu cultivo e, também, sobre a forma como se daria a titulação, cabendo ao Estado às condições de produção e assistências nas terras distribuídas. (CHRISTOFFOLI, 2000, p. 84).

O MST, desde seu surgimento, caracterizou-se dentre os movimentos camponeses por dedicar uma parcela importante de sua capacidade à discussão de diversas formas organizativas através da luta social. Paralelamente, procedeu-se ao desmantelamento das políticas de Estado para a agricultura, retirando-se qualquer apoio ou estímulo à agricultura camponesa, desmonte do sistema público de assistência técnica e extensão rural,

Fim das políticas de garantia de preços mínimos e de compras de produção (e adoção do alinhamento às *commodities*); direcionamento da pesquisa agropecuária para os interesses do grande capital, inclusive via aproximação com empresas privadas, como a Monsanto. (CHRISTOFFOLI, 2000, p. 120).

Com a implantação do projeto neoliberal no Brasil, impulsionado por Fernando Collor de Mello (1990-1992), o país passou a se alinhar ainda mais com o capital internacional. Políticas de minimização do Estado, privatizações e desregulamentação ganharam força durante esse governo. É nesse clima social e econômico que ocorre o Segundo Congresso Nacional do MST com a tônica “Ocupar, resistir e produzir”, palavras de ordem que orientaram o segundo congresso. Tratava-se, naquele momento, de legitimar a forma de luta, pois estava sendo combatida violentamente pelos latifundiários e pelo governo do então

Presidente Collor de Melo. Foi um período de intensa repressão sobre os trabalhadores e o próprio MST.

A tática de ocupação era a forma de luta encontrada pelo MST diante da paralisação da reforma agrária, por isso, a palavra de ordem era ocupar. “É uma forma de luta tão contundente, não deixa ninguém em cima do muro, obriga todos os setores da sociedade a dizerem se são a favor ou contra. Não há, enfim, oportunidade para escamotear esse problema social” (FERNANDES; STÉDILE, 2012, p. 115).

Coerente com o projeto, a questão agrária não avançou e nos anos de governo Collor pouca terra foi desapropriada para fins de reforma agrária. O governo deu continuidade à paralisação política e institucional da reforma agrária. Esse contexto econômico que marca a realização do terceiro congresso do MST é, sem dúvida, a instalação do Plano Real.

A implantação do Plano Real teve impactos extremamente negativos na agricultura brasileira. Esse plano econômico ao reduzir a inflação valorizou artificialmente a moeda nacional frente ao dólar. Este plano teve dois pilares de sustentação. O primeiro foi o imenso arrocho salarial dos trabalhadores ocorrido ao longo dos dois mandatos de FHC. (MARTINS, 2017, p. 76).

Conforme, Gasparin (2017) neste período a valorização da moeda nacional em relação ao dólar americano gerou forte processo de importação, inclusive de gêneros alimentícios, prejudicando ainda mais a situação do agricultor familiar. Neste interím o congresso do MST ocorreu em julho de 1995, nos seus objetivos gerais, a aliança operário-camponesa continuava no centro, tal como no segundo congresso com as palavras de ordem: “Reforma Agrária: uma luta de todos”. Com isso vem também a perspectiva de um projeto político para o Brasil. (GASPARIN, 2017). No que se refere à necessidade histórica de uma reforma agrária ampla e massiva no país, fica perceptível a partir dos documentos elaborados pelo movimento e pelas entrevistas realizadas, o recuo nas ocupações do MST nos últimos anos e um maior enfoque na produção orgânica nos assentamentos. Conforme explicita um dos entrevistados:

“[...] A gente tira uma base né, pelas reuniões pelas formações em geral que essa função da ocupação de terra diminuiu, o pessoal foi assentando, se acomodando, e o movimento também se foca demais na produção. Não que não seja importante, é imagina nossa vida tá organizada na produção, mas tem que pensar pra frente, e num todo do país, a reforma agrária é fundamental. Por isso agora o movimento volta com esse tema no debate

da reforma agrária popular, essa tem que ser nossa luta, nossa bandeira maior. Ocupação e produção” (ENTREVISTADO B-52, 2020).

A seguir, veremos o acirramento da dependência latino-americana na era da financeirização e da hegemonia do agronegócio.

3.2 O projeto destrutivo do capital transnacional e a hegemonia do agronegócio: o acirramento da dependência

Conforme Oliveria (2006) a reestruturação produtiva do capital no campo inviabilizou qualquer possibilidade de validade à tese da “reforma agrária em atraso”, pois o latifúndio foi ressignificado pelo próprio capital, mantendo sua estrutura concentradora, associando-se cada vez mais ao capital transnacional. A questão central é que o latifúndio não deixou de existir, mas se transmutou em corporativismo e agronegócio, *é preciso compreender a modernização agrícola no bojo de um processo mais amplo de financeirização do capital*. Para o autor:

A mundialização do capitalismo uniu dialeticamente, o mercado dos países altamente industrializados com todos os demais de média ou pequena presença industrial. O centro do capitalismo não está centrado só nos países ricos, o centro está em todo o mundo onde as empresas mundiais estão. Esta sim é a nova ordem mundial criada pelo capitalismo monopolista que, por sua vez, está gestando uma nova divisão mundial do trabalho redesenhando uma nova organização territorial em escala mundial do capitalismo. O centro está onde for possível conectar interesses nacionais mundializando-os. (OLIVEIRA, 2019, p. 84).

Segundo Delgado (2012) o agronegócio se caracteriza pela associação do grande capital industrial com a grande propriedade fundiária como realização de uma estratégia econômica do capital financeiro, que persegue o lucro e a renda da terra, sob o patrocínio de políticas de Estado. O autor destaca que é preciso compreender dois eixos estruturantes da agricultura no século XXI: *a política de crédito rural e o mercado de terras*.

Com novos formatos, o Estado fomenta essa atividade por meio de financiamentos para investimentos e custeio a juros baixos, aumento de carências, renegociação de dívidas e aumento de prazos. As privatizações dos anos 1990 completaram essa transformação do espaço, instituindo uma espécie de gestão público-privada do espaço em que o Estado entra com o recurso e a segurança pública e a empresa privada com o mando e a rentabilidade, com adesão

consensual a “agenda neoliberal” em grande parte da América Latina. O entendimento era de que o Estado deveria "corrigir as falhas de mercado", notadamente atuando no combate à pobreza rural (BANCO MUNDIAL, 1994).

A agroindústria e as empresas de beneficiamento das *commodities* agrícolas também se desenvolvem nesse período. Surgem, desse modo, uma nova burguesia agrária, que busca a modernização capitalista da grande propriedade rural. (OLIVEIRA, 2006).

Assim, a agricultura sob o capitalismo monopolista mundializado, passou a estruturar-se sobre uma tríade: a produção de commodities, as bolsas de mercadorias e de futuro e a formação das empresas monopolistas mundiais. O primeiro termo da tríade teve como objetivo transformar toda produção do campo em produção de commodities (mercadorias) para ofertá-la ao mercado mundial. Ou seja, a produção de alimentos saiu da órbita da geopolítica como questão estratégica nacional, passando assim, a ser simplesmente, mais uma mercadoria a ser comprada no mercado mundial, independentemente de onde ela fosse produzida. Isto quer dizer que a lógica neoliberal atua no sentido de tentar converter todo alimento produzido em mercadoria, não para ser consumido pelos que produziram. (OLIVEIRA, 2016, p. 123).

Nesse sentido, Delgado (2010) caracteriza a economia do agronegócio como um grande pacto de poder ancorado numa construção hegemônica moderna. Na concepção do autor, o agronegócio “é uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária” (DELGADO, 2010, p. 93).

Colocado de forma como realmente o é estruturalmente, e não da maneira superficial – (agronegócio é empiricamente definido como soma dos negócios no e com o agro), a economia do agronegócio requer ação concertada do Estado, sem o que essa estrutura não existiria, na acepção de estratégia de economia política. Neste sentido, a construção histórica da atual economia do agronegócio vem lá da época dos militares, aliados aos tecnocratas da “modernização conservadora”, que esculpiram a partir de 1964, particularmente desde 1967, um Sistema Nacional de Crédito Rural e um mercado de terras completamente desregulado do Estatuto da Terra (Lei 4504/dez de 1964) e do Código Florestal (Lei n. 4771/ de set de 1965). (1) Em contrapartida, forja-se a acumulação de capital no âmbito desses setores amalgamados pelo dinheiro público – complexos agroindustriais-agricultura, sistema de crédito e mercado de terras, como novo estilo de capitalismo agrário, à margem da função social e ambiental da propriedade fundiária, conceito criado pelo Estatuto da Terra e complemento ignorado pela política agrícola do período. (DELGADO, 2013, p. 62)

A hegemonia do agronegócio se sustenta no modelo agroexportador de *commodities*. Conforme Barros (2018):

em grande escala e com uso intensivo de agrotóxicos e transgênicos, não permitindo outra forma de produção agrícola. São complexos agroindustriais

com grandes investimentos em tecnologia e mecanização; formas de gestão e controle da força de trabalho assalariada; e, ainda, um aparato midiático que dissemina as ideias necessárias para convencer que esse é o único modelo viável de produção de alimentos. (BARROS, 2018, p. 183)

De acordo com os escritos de Gramsci (1995), a hegemonia seria a direção moral e intelectual de uma sociedade, onde a dominação “física” e corpórea é auxiliada pela instauração do consenso. O poder de coesão, conectado ao consenso, constituiria o predomínio de uma visão social de mundo e de convívio social. Dessa forma, o Estado se compõe de dois segmentos distintos, porém, atuando com o mesmo objetivo, que é o de manter e reproduzir a dominação da classe hegemônica.

Para Oliveira (2006), a conjuntura produtiva do campo brasileiro nas últimas décadas deve ser compreendida a partir da lógica contraditória da mundialização do capital, pois é devido a essa lógica contraditória que o agronegócio se tem expandido no Brasil. “O Brasil do campo moderno, dessa forma, vai transformando a agricultura em um negócio rentável regulado pelo lucro e pelo mercado mundial. O agronegócio é sinônimo de produção para o mundo” (OLIVEIRA, 2006, p. 37). E, ainda, “[...] produz para quem paga mais, logo, a volúpia dos que seguem o agronegócio vai deixando o país vulnerável em sua soberania alimentar” (OLIVEIRA, 2006, p. 37). Corroborando com o debate, Barros (2018) ressalta que:

a estrutura das classes sociais no campo também se alterou com esse novo modelo de agricultura: da parte da classe dominante, tem-se: a) há um grupo que é composto por capitalistas empresariais, que controlam os meios de produção e a produção de commodities para exportação. Esse grupo é composto por cerca de 450 mil estabelecimentos agrícolas e possuem 300 milhões de hectares; b) outro grupo é formado por proprietários de terras, na maioria improdutivas. Esse grupo é subjugado às empresas transnacionais que podem comprar ou arrendar essas terras; também são atrasados, com forte aparato de milícias particulares, jagunços, pistoleiros e com esquema de controle político, econômico, administrativo e judiciário da região onde se localizam suas propriedades. Da parte da classe trabalhadora, tem-se: a) os assalariados rurais permanentes em fazendas do agronegócio acima de mil hectares totalizam cerca de 400 mil; assalariados rurais temporários e outros 1,8 milhão de pessoas nas propriedades de 500 a 2 mil hectares; b) os camponeses em regime de agricultura familiar que possuem pequenas áreas em assentamentos ou áreas menores de cem hectares somam aproximadamente 4,8 milhões. Esses agricultores familiares apresentam uma renda mensal capaz de sustentar suas famílias e acessar linhas de créditos do Pronaf; c) há os camponeses pobres, sem-terra, vivendo como diaristas ou da cultura de subsistência, em condições inadequadas e insuficientes para manter a família. (BARROS, 2018, p. 183).

Foi na década de 1990 que o agronegócio vivenciou um crescimento vertiginoso com grande aumento na produtividade. Os aumentos de produtividade nessa época se relacionam a diferentes motivos. Destacam-se os avanços tecnológicos desenvolvidos pela EMBRAPA e a redução dos preços de insumos agrícolas importados em função da supervalorização cambial gerada pelo Plano Real. (SAUER, 2008).

Para tanto, criou de um lado o Conselho do Agronegócio, em 1998, dando total apoio estatal ao órgão e, por outro lado, tratando as lutas por reforma agrária com violência e repressão, como foi o caso internacionalmente conhecido do *Massacre de Eldorado dos Carajás*, no Pará. Também criou mecanismos de neutralização da luta pela terra, como foi o caso do mercado de terras conhecido como Banco da Terra, quando a reforma agrária de mercado, com a venda de terras aos trabalhadores (1994-2002), passou a ser parte da política de assentamentos rurais (CHRISTOFFOLI, 2012; STÉDILE; FERNANDES, 2012).

Neste contexto, a partir de 1995-1998, as políticas para a agricultura familiar no Brasil aportaram para um novo referencial setorial focado em ações sociais e assistenciais, como o Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PLANAF), que no ano seguinte passa a se chamar Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), integrando o universo dos assentados rurais de reforma agrária à genérica e funcional “agricultura familiar”, ramo dos agronegócios.

É nesse contexto que o MST chega ao seu Quarto Congresso Nacional em 2000, com a temática “Reforma agrária, por um Brasil sem latifúndio”, esse congresso pôs luz à questão do crédito. Houve também o apontamento das debilidades do programa de modernização no campo do governo FHC, que privilegiava as grandes fazendas, as facilitações das propostas governamentais que reforçaria a lógica das empresas multinacionais e o controle de abastecimento dos alimentos pelas agroindústrias. Stédile (2012) traz alguns dados sobre concentração:

“1% dos proprietários controlam 46% das terras brasileiras; 8% dos estabelecimentos agrícolas produzem 80% das *commodities* agrícolas exportadas e “80% de todas as terras são utilizadas apenas para produzir soja, milho, cana-de-açúcar e, na pecuária extensiva, demonstrando também a centralização e concentração da produção agrícola brasileira”. (STÉDILE, 2012, p. 645).

Neste sentido, Delgado (2010, p. 120) chama a repartição de excedente nessa fase de modelo de “*rendas de monopólio*”, refletindo a forma ultra concentrada da propriedade de terras, a exploração dos recursos naturais de qualidade e boa localização, o acesso a fundos públicos, as patentes tecnológicas envolvidas na difusão do pacote técnico, entre outras.

Na agricultura capitalista mundializada, a territorialização dos monopólios ocorre por meio do controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária e florestal. Isso quer dizer que o proprietário da terra, o proprietário do capital agrícola e o proprietário do capital industrial podem ser a mesma pessoa física ou jurídica. (OLIVEIRA, 2006, p. 242).

Ainda de acordo com Oliveira (2006), no Brasil monopolizam o território no setor de grãos as empresas mundiais ADM, Cargill, Bunge, LDC *Commodities*, *El Tejar* e Enrique Bañuelos. Todavia, fazem-no também empresas nacionais, como Caramuru, Amaggi, Granol etc. Ainda conforme o autor:

As empresas monopolistas mundiais, portanto, formaram-se a partir das empresas estrangeiras ou nacionais que retendo o controle monopolista da produção chegaram ao patamar mundial associando-se majoritariamente com as empresas nacionais concorrentes. Em nível mundial existem quatro empresas que controlam, praticamente, todo o mercado de alimentos no mundo. A maior delas é a Cargill Incorporated. Foi fundada em 1865, tem sede em Mineápolis no Minnessota (Estados Unidos) e atividades nos cinco continentes atuando em 65 países. Produz e comercializa mundialmente produtos e serviços alimentícios, agrícolas, industriais e financeiros. Trata-se da maior corporação de capital fechado do mundo em termos de receitas. Detém 2/3 das ações da Mosaic Company, uma das maiores empresas mundiais que produz e comercializa fosfato concentrado e potássio. Outra empresa monopolista do setor de grãos é a ADM - Archer Daniels Midland Company que foi fundada em 1902, na cidade de Minneapolis, Minnesota, Estados Unidos, e, atualmente tem sua sede em Decatur, Illinois, Estados Unidos. Trata-se de um conglomerado que opera mais de 265 plantas industriais em 75 países do mundo, processando grãos de cereais e plantas oleaginosas. Há também, entre as maiores empresas monopolista de alimentos do mundo a Bunge Limited. Foi fundada em 1818, como Bunge & Co, em Amsterdã, Holanda, e, tem sua sede atualmente em White Plains, Nova York, Estados Unidos. Entre as quatro principais empresas mundiais do setor de alimentos está também, o Louis Dreyfus Group, um conglomerado francês fundado em 1851. Atua na agricultura, petróleo, energia, commodities (processamento, comercialização e merchandising), e, transporte mundial. A empresa Louis Dreyfus Commodities Netherlands Holding BV tem sede no World Trade Center Amsterdam em Amesterdam, Holanda, com atividades em mais de 53 países. No Brasil as empresas monopolistas mundiais têm outra característica nova: a abertura de capital e lançamento de ações em bolsas. Dessa forma, na BM&FBovespa estão as ações da Souza Cruz S/A (1957), Duratex S/A (1966), Celulose Irani S/A (1977), Suzano Papel e Celulose S/A (1980), Josapar - Joaquim Oliveira S/A Participações (1988), Eucatex S/A Indústria e Comércio (1994), Excelsior Alimentos S/A (empresa da ex Sadia S/A - 2001, atual JBS S/A), Cosan S/A (2005), Renar Maçãs S/A (2005),

BrasilAgro - Cia Brasileira de Propriedades Agrícolas (2006), Klabin S/A (2006), Vanguarda Agro S/A (2006), SLC Agrícola S/A (2007), JBS S/A (2007), Marfrig Alimentos S/A (2007), Minerva S/A (2007), Cosan LTD (2007), São Martinho S/A (2007), Tereos Internacional S/A (2007), Satipel Industrial S/A (2007), Fibria Celulose S/A (2009), BRF S/A (2009), BTG Pactual Commodities S/A controlada da BTG Pactual Participations Ltd (2012), Vigor Alimentos S/A (2012), e, a Biosev S/A em (2013). (OLIVEIRA, 2016, p. 125- 126).

Esse projeto, articulado externamente pela “reprimarização” do comércio exterior brasileiro, organiza-se internamente como pacto de poder entre cadeias agroindustriais, grande propriedade fundiária e o Estado, sob a forma de uma hegemonia política, conforme infere Cavalcante:

A estratégia primária-exportadora adotada pelos governos Cardoso, Lula e Dilma, seguida por Temer e Bolsonaro, resultou na reprimarização da balança comercial brasileira, onde commodities agrícolas e minerais assumem as primeiras posições – fenômeno, aliás, observado por toda a América Latina e chamado por Svampa (2013) de “consenso de commodities”, fruto de mera ilusão desenvolvimentista. (CAVALCANTE, 2019, p. 4)

No próximo item veremos essa influência do agronegócio e da reprimarização do comércio exterior nos governos de Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016) e seus impactos para a agricultura brasileira.

3.3 O agrário neodesenvolvimentista de Lula e Dilma e os Movimentos Sociais

Adentramos o século XXI com as elites agrárias assumindo uma nova roupagem. A questão central é que o latifúndio não deixou de existir, mas se transmutou em corporativismo e agronegócio, como vimos no item 3.2, ou seja, não se trata mais da figura de um grande proprietário que gere seu próprio negócio, seja pela especulação da terra, seja tornando-a produtiva. Ao contrário, é preciso compreender a modernização agrícola no bojo de um processo mais amplo de financeirização do capital. É nesse contexto de agricultura mundializada e diante de formas renovadas de superexploração da classe trabalhadora que, no ano de 2002, dá-se a vitória do presidente Luís Inácio Lula da Silva.

Esse período marcou uma forte efervescência política no país, pois o Partido dos Trabalhadores (PT) não nasceu no terreno das instituições representativas do Estado, mas no terreno fértil da luta de classes. A eleição de Luiz Inácio Lula da

Silva representava a possibilidade de superar esse cenário. Era a vitória de um líder operário e sindical, fundador do PT e que, apesar das amplas coligações eleitorais realizadas, apresentava um programa de caráter anti-neoliberal. Por isso, o primeiro governo de Luis Inacio Lula da Silva obteve um imenso apoio dos movimentos sociais. Conforme Druck (2006, p. 04):

A eleição de Lula da Silva foi saudada por todos os movimentos de esquerda da América Latina, e foi vista como um momento histórico que poderia inaugurar uma era pós-neoliberal, ao lado da eleição de Chaves na Venezuela, reforçando um quadro de avanços das mobilizações populares que eram retomadas em várias regiões do continente.

Nesse sentido, também havia a esperança entre a ampla maioria dos movimentos/organizações sociais do campo, intelectuais orgânicos e militantes históricos em prol da *reforma agrária* de que, finalmente, a tão almejada reforma seria concretizada no Brasil dos governos petistas. No entanto, esse período também deu início a uma nova etapa no desenvolvimento do capitalismo brasileiro, de tal modo que o projeto social-democrático foi reeditado nos moldes do *neodesenvolvimentismo*. Tratando do contexto brasileiro, Sampaio (2012), aborda o “neodesenvolvimentismo” enquanto uma nova forma de ideologia burguesa:

[...] o seu lado simplório e provinciano, apresentando-se como é: uma grosseira apologia da ordem. O método de ocultação sistemática do negativo e de exaltação acrítica do crescimento e da modernização dos padrões de consumo como fins em si transforma o vício em virtude. A relação indissolúvel entre desenvolvimento e barbárie característica de nosso tempo, que se manifesta com virulência redobrada nas economias periféricas, converte-se, assim, por um passe de mágica no seu contrário: o desenvolvimento capitalista virtuoso capaz de conciliar crescimento com equidade. A supervalorização dos fatos considerados positivos e a pura e simples desconsideração dos aspectos negativos da realidade alimentam a mitologia de que a economia brasileira estaria passando por um ciclo endógeno de crescimento com distribuição de renda e aumento da soberania nacional. (SAMPAIO, 2012, p. 680-681).

Antes mesmo de ser eleito, ainda em campanha política, no ano de 2002, Lula encaminhou para edição uma “*Carta aos Brasileiros*”⁶³, na qual se comprometia

⁶³ O Brasil quer mudar. Mudar para crescer, incluir, pacificar. Mudar para conquistar o desenvolvimento econômico que hoje não temos e a justiça social que tanto almejamos. Há em nosso país uma poderosa vontade popular de encerrar o atual ciclo econômico e político. [...] O PT e seus parceiros têm plena consciência de que a superação do atual modelo, reclamada enfaticamente pela sociedade, não se fará num passe de mágica, de um dia para o outro. Não há milagres na vida de um povo e de um país. Será necessária uma lúcida e criteriosa transição entre o que temos hoje e aquilo que a sociedade reivindica. [...] O novo modelo não poderá ser produto de decisões unilaterais do governo, tal como ocorre hoje, nem será implementado por decreto, de modo voluntarista. Será fruto

a respeitar os contratos e, principalmente, o pagamento dos credores da dívida pública. Antunes (2015, s./p.) afirma: “[...] a vitória do Partido dos Trabalhadores (PT) e da esquerda ocorreu quando o transformismo (Gramsci) já havia começado a metamorfosear o PT num Partido da Ordem (Marx)”. Isso fica claro quando Lula ainda estava em campanha política. Assim, podemos entender, concordando com Alves (2014, p. 135), que

[...] o projeto político do lulismo alternativo à ortodoxia neoliberal, era o *neodesenvolvimentismo*, afirmação periférica do reformismo social-democrata, que atribuía à parceria do estado com o mercado o papel de indutor da economia capitalista no Brasil [...].

Corroborando com esse debate, Mauro Iasi (2016, s./p.) contribui:

[...] é neste ponto que a estratégia petista desemboca no pântano do pacto social e da conciliação de classes como condição de sua governabilidade. Os termos do XII Encontro Nacional em 2002, às vésperas da eleição que levaria Lula ao seu primeiro mandato é reveladora desta intenção ao falar da necessidade de um “novo contrato social”, uma ampla aliança entre forças políticas para dar “suporte ao Estado-Nação”, leque de forças que deveria incluir “empresários produtivos de qualquer porte”. O problema era como atrair o empresariado de qualquer porte e a resposta é os benefícios de superar a lógica rentista, a ampliação do mercado de massas e garantir a “previsibilidade para o capital. Ora, previsibilidade para o capital significa garantir para a burguesia que não se mexerá nas formas de propriedade, nas relações sociais de produção e, conjunturalmente, não se alteraria o rumo da contra reforma em curso e seus mecanismos macroeconômicos. Ou seja, exatamente o que foi depois expresso na Carta aos brasileiros, de Lula em 2002. [...].

O tema do Programa de Governo era “*Um Brasil para Todos: Crescimento, Emprego e Inclusão Social*”. O documento ainda complementa que para implementar um modelo de “desenvolvimento alternativo” teria por eixo o *social*. Segundo o programa:

de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade. Premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país. As recentes turbulências do mercado financeiro devem ser compreendidas nesse contexto de fragilidade do atual modelo e de clamor popular pela sua superação. [...] Quero agora reafirmar esse compromisso histórico com o combate à inflação, mas acompanhado do crescimento, da geração de empregos e da distribuição de renda, construindo um Brasil mais solidário e fraterno, um Brasil de todos. A volta do crescimento é o único remédio para impedir que se perpetue um círculo vicioso entre metas de inflação baixas, juro alto, oscilação cambial brusca e aumento da dívida pública. [...] As mudanças que forem necessárias serão feitas democraticamente, dentro do marco institucional. [...], Mas, acima de tudo, vamos fazer um Compromisso pela Produção, pelo emprego e por justiça social. O que nos move é a certeza de que o Brasil é bem maior que todas as crises. [...] O Brasil precisa navegar no mar aberto do desenvolvimento econômico e social. É com essa convicção que chamo todos os que querem o bem do Brasil a se unirem em torno de um programa de mudanças corajosas e responsáveis. (SILVA, 2002).

Essa reestruturação fundiária contribuirá para a redução do êxodo rural, que ainda pressiona os mercados de trabalho urbanos, e para fortalecer as raízes do homem no campo, enquanto a implementação de uma política agrícola adequada influenciará a geração de empregos e renda no setor primário. Nesse sentido, a Reforma Agrária permitirá a geração de emprego e renda no campo. Esta é uma medida importante para efetivar um Plano Nacional de Emprego e Trabalho, pois, ao contrário dos países industrializados, que possuem entre 2% e 5% da população ocupada no campo, o Brasil ainda tem, pelo menos, 21% de sua mão-de-obra no meio rural. Para isso, nosso governo buscará: A ampliação da produção de alimentos por meio de uma política agrícola dirigida para o binômio agricultura familiar e agricultura organizada em bases empresariais. Essa política, que terá como base o fortalecimento da agricultura familiar através de políticas de crédito estáveis previstas nas leis orçamentárias da União, assistência técnica e políticas sociais, visa melhorar as condições de trabalho e renda das famílias exclusivamente agrícolas, que residem no campo e trabalham a terra por conta própria, e das famílias rurais cujos membros combinam atividades agrícolas e não-agrícolas; Fortalecer os centros de pesquisa e de extensão agrícolas, que deverão estar integrados a esses programas, atuando junto às comunidades e associações de pequenos agricultores para desenvolver tecnologias e práticas apropriadas às suas atividades; Realizar a Reforma Agrária no Brasil, de forma a contribuir decisivamente para a construção da Nação e o fortalecimento da democracia. (BRASIL, 2002, p. 21-22).

Dessa maneira, o Governo Lula reafirma também o compromisso de acabar com a fome no Brasil, usando como recurso a reforma agrária. O governo apontava outros pontos relevantes que envolveram alternativas ligadas à perspectiva da *Economia Social*, conhecida no Brasil como *Economia Solidária*. A agricultura familiar foi um exemplo de políticas que flertaram com as cadeias agroalimentares de produção e consumos flexíveis. Desse modo, as novas estratégias para o cooperativismo rural ligado a economia solidária foram a criação da União das Cooperativas da Agricultura Familiar e de Economia Solidária (UNICAFES).

No entanto, tais iniciativas não ganharam um espaço de destaque estratégico para o plano de desenvolvimento no governo Lula. Durante esse período foram criados alguns programas que vieram a contribuir com o agricultor e com o processo de produção e comercialização, como, por exemplo, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Sua apresentação anuncia que:

O processo de elaboração do Plano Plurianual 2004-2007 inaugura uma nova fase no planejamento governamental brasileiro. A construção e a gestão do Plano a partir de um amplo debate com a sociedade busca a implantação de um novo padrão de relação entre Estado e sociedade, marcado pela transparência, solidariedade e com responsabilidade. A implementação de mecanismos que ampliem a participação da sociedade nas escolhas de políticas públicas é um traço distintivo deste PPA. (BRASIL, 2003, p. 3).

De maneira geral, o Programa orientava-se pelos eixos da inclusão social, desigualdades sociais, crescimento com geração de emprego e redutor de desigualdades regionais, promoção e desenvolvimento da cidadania. Entretanto, mesmo com todos os objetivos e metas, a proposta da reforma agrária acabou sendo pormenorizada. Segundo dados oficiais (DALUTA, 2015), nos primeiros anos do Governo Lula foram assentados 305.831 famílias, um número bastante inferior à meta estabelecida pelo Programa.

Assim, a proposta neodesenvolvimentista desenvolve uma variedade de enfoques e não é tão simples determinar suas teses fundamentais. No entanto, é diferente do enfoque desenvolvimentista tradicional, que visava superar as consequências da heterogeneidade estrutural com economias marcadas pelo modelo *agroexportador*. Prebisch e Furtado propunham corrigir as deficiências mediante os processos de industrialização destinados a superar a baixa produtividade da produção agrícola e a escassez geral do poder aquisitivo, “esperavam induzir um salto de qualidade do Estado periférico para algum patamar mais avançado” (KATZ, 2016, p. 162).

Por isso, o agronegócio foi uma constante nos governos Lula e Dilma. A perspectiva neodesenvolvimentista se materializou, por exemplo, em políticas públicas para o espaço agrário que escamoteiam os velhos conflitos com a oligarquia agrária e buscaram forjar um bloco comum. Além disso, para atender as demandas do processo produtivo do agronegócio, os empresários rurais, juntamente com as corporações do agronegócio, estão sempre a reivindicar do governo investimentos em infraestrutura, assim como:

sistemas de informação para ampliar o comércio exterior, a desburocratização, facilidades aduaneiras e pesquisas científicas e tecnológicas, muitas delas desenvolvidas em universidades federais e educação com a ampliação em cursos técnicos e superiores que atendam às necessidades do agronegócio. (FABRINI, 2010, p. 8).

Nesse processo, o MST vem se colocando fortemente quanto ao agronegócio e pressionando o governo sobre as contradições na luta pela terra. Na ótica dos movimentos sociais, a reforma agrária se refere a um projeto que altera as bases do atual modelo de desenvolvimento, aliada à garantia dos direitos sociais fundamentais. Assim, a mudança não deve se restringir ao uso e posse da terra, mas deve se estender às estruturas econômico-políticas da sociedade, em vista da construção de uma sociedade democrática (GRZYBOWSKI, 1987).

O cenário era de uma forte disputa entre duas concepções de reforma agrária inicialmente no governo. Conforme a pesquisadora Pereira (2016):

De um lado, a Secretaria Agrária do PT, que defendia a reforma agrária como política social compensatória auxiliar do Programa Fome Zero e, de outro, os movimentos sociais, especialmente aqueles ligados a Via Campesina, que viam a reforma agrária como política de desenvolvimento econômico, social e político. Já no segundo mandato do Governo Lula (2007-2010) fica evidente que o governo não estava interessado em entrar em conflito com o agronegócio, mas pelo contrário, passou a apoiá-los fortemente, ficando cada vez mais evidente suas intenções no início do segundo mandato. Pereira (2016, p. 74).

Desta forma, a reforma agrária passou a ser tratada como uma política marginal e compensatória, reafirmando a política iniciada no primeiro mandato e diferente da concepção dos movimentos sociais. Conforme Pereira (2016, p. 89):

Nesse segundo mandato o governo não foi elaborado outro plano de reforma agrária, mas, em contrapartida a isso, foram realizadas duas medidas provisórias – 422 (Lei nº 11.763 - 1º/08/2008) e 458 (Lei nº 11.952 – 25/06/2009), que facilitaram que as terras griladas 6 da Amazônia Legal fossem regularizadas. Assim, ao invés de se criar um III PNRA, se criou o Programa Terra Legal, regularizando as terras griladas do agronegócio. O Programa Terra Legal foi iniciado dentro Ministério do Desenvolvimento Agrário, com o objetivo de promover a regularização fundiária de ocupações em terras públicas federais situadas na Amazônia Legal.

No que se refere à infraestrutura brasileira, é importante destacar, no limiar do século XXI, os projetos do Governo Luís Inácio Lula da Silva por meio de parcerias público-privadas para melhoria dos meios de circulação existentes e sua ampliação. (PEREIRA, 2016). Nesse governo, destaca-se, em 2007, a criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) ⁶⁴. Nessa contenda, o professor Ricardo Antunes argumenta sobre as políticas sociais e de assistência promovidas pelo PT:

[...] No extremo oposto da pirâmide social, procurou implementar uma política social mais ampla, ainda que sempre assistencialista, visando minimizar em alguma medida a brutal miséria brasileira. Mas, é imperioso enfatizar que nenhum dos pilares estruturantes dessa miséria brasileira foi efetivamente enfrentado. Essa era uma imposição das classes dominantes para garantir seu apoio ao governo Lula. Ao que seu governo aceitou servilmente. Os grandes capitais lucraram como poucas vezes na história recente do país, sendo que parcelas da base mais empobrecida e pauperizada da pirâmide social brasileira puderam ascender pequenos

⁶⁴ O objetivo desse programa era investir na construção de infraestrutura logística (construção e ampliação de rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias); energética (geração e transmissão de energia elétrica, produção, exploração e transporte de petróleo, gás natural e combustíveis renováveis) e social e urbana (saneamento, habitação, metrô, trens urbanos, universalização do programa Luz para Todos e recursos hídricos), para, assim, estimular os investimentos do setor privado, reduzir as desigualdades regionais, aumentar a competitividade e a produtividade das empresas.

degraus, que são por certo hiperdimensionados pelos seus apologetas e contestados pela direita com seu intrínseco e ineliminável traço de insensibilidade social, herança de seu passado colonial quase “prussiano”, muito escravista, senhorial e excludente. E a política de preservação do salário-mínimo, ainda que abusivamente baixo, muito aquém do que a Constituição brasileira determina, também permitiu que o segundo governo Lula superasse a profunda crise que quase avassalou seu primeiro mandato. (ANTUNES, 2015, p. 11).

Dessa maneira, o MST coloca a necessidade de pensar um novo tipo de reforma agrária, não aceitando a reforma agrária compensatória.

em 2007, teve novo congresso do MST, nesse congresso se deu em torno do Programa Agrário do MST, composto por um conjunto de medidas que, segundo o Movimento, seriam necessárias para transformar a estrutura fundiária e garantir uma agricultura que permitiria a segurança e soberania alimentar. Foi também elaborado a Carta-Proposta entregue ao presidente Lula. (PEREIRA, 2016, p. 93).

É nesse contexto caótico que o MST, de acordo com Santos (2016), tem se desafiado a enfrentar o modelo do agronegócio por meio de suas bandeiras de lutas, pois o MST lança a defesa da “Reforma Agrária Popular”. Nos anos 2000, essa concepção se amplia e se consolida, inserindo-se na construção de “[...] um projeto popular para a sociedade e o campo brasileiro” (MST, 2003, p. 9). O MST, ao indicar em sua estratégia a Reforma Agrária Popular (RAP), abriu caminho para que nos assentamentos a produção de alimentos de base agroecológica permita a soberania alimentar articulada aos processos formativos já desenvolvidos pela Via Campesina.

A RAP foi à tônica do Sexto Congresso Nacional em 2014, com a temática “Lutar, Construir Reforma Agrária Popular!”, representando a síntese das tarefas, desafios e do papel do movimento no período histórico que se abria. Cerca de 16 mil pessoas oriundas de 23 estados do Brasil mais o Distrito Federal, além de 700 a 1000 crianças Sem Terrinha, participaram da atividade, em Brasília.

Para o MST, conforme Martins (2017, p. 253), “a Reforma Agrária Popular é um programa político produto da análise e compreensão da nova correlação de forças que se estabeleceu no campo brasileiro”. Nesse momento, o MST “abandona” a tática das ocupações e passa a dar maior enfoque na produção orgânica junto à proposta de RAP. Conforme a análise de Traspadini (2016, p. 191-192):

No período de gestão do Partido dos Trabalhadores no Brasil e de levantes políticos progressistas na América Latina, o MST entrou em um processo de esperanças de transformação, realizou pactos políticos com o Governo, institucionalizou parte de suas pautas. Recuou no tema das ocupações e enfrentou uma reviravolta na política agrícola de manutenção da ordem ao invés de superação da mesma. Com a mudança de governo - do PSDB

para o do PT - o MST deixa de lado a perspectiva de enfrentamento – que dinamiza e nos torna “classe em luta”, – Thompson (1989) – e, na construção da aliança governamental, cria novos sentidos de organização social sem luta à espera das políticas sociais para o campo.

No entanto, conforme salienta Traspadini (2016, p. 200), o documento do RAP “não tece observações de como se alcança “o popular”, dada a mediação política e protagonista do Estado em uma sociedade de classes marcada pelo desenvolvimento desigual e combinado”. O entrevistado A-3 pontua como o MST relaciona a importância do *Poder Popular* a tática das ocupações com o projeto de *Reforma Agrária Popular*:

“[...] a Reforma Agrária Popular tem que ser pautada sempre, e ela é isso: é nós poder ter essa nossa organização interna em relação à produção, com o objetivo de produzir orgânico de maneira saudável e sustentável, e politicamente consegui levar isso até a população urbana. E com isso. E fazer disso uma ferramenta de organização popular. A partir da produção que a gente tem a organização social dentro do assentamento, a gente conseguiu ter força para levar essa produção pra população urbana, e a partir daí fazer disso uma ferramenta de organização Popular, unindo as duas classes né. Como a gente quer esse espaço para produzir e se estabelecer, a gente também quer que a população tenha o direito a consumir esses alimentos saudáveis, não ficar refém do que tem hoje né, desse modelo que tem hoje aí industrializado. Na verdade, a reforma agrária popular e o poder popular é isso, a gente tem que acabar com o latifúndio e o agronegócio e construir outras formas de vida e de trabalho se esse foco acabar”. (ENTREVISTADO A-3, 2020).

E o entrevistado B-54 (2020) complementa:

“Na verdade, a Reforma Agrária sempre, só não se botou o nome de Popular, mas ela na verdade, a Reforma Agrária ela sempre é popular, porque ela atinge, se ela fosse feita atingiria um monte de, como atingiu, mas meio na marra o que foi feito até hoje né. mas se fosse feita a Reforma Agrária, atingia muito mais trabalhadores né. Claro que a popular é pra abranger mais coisas, que não só acesso a terra né. Porque é o que o Movimento na verdade sempre defendeu também né. Que nem nós, bom nós ganhamos a terra, porque ter, bom agora não somos mais MST né. Que muita gente acha que Reforma Agrária é só distribuir terra. Na verdade, eu até estava falando com um Professor de o Ribas né, que: “A reforma Agrária por si só é uma medida Capitalista inclusive né”. Porque ela gera, ela aquece a economia né, e quanto essa estrutura aqui não aqueceu o município, só que a gente quer que acompanhe também, uma educação, saúde, melhoria de vida, uma distribuição de renda, de qualidade de vida né, alimentação saudável, que tudo isso esteja no pacote né. Então essa é a grande, uma das maiores brigas do movimento né. Que não é só distribuir terra né, e jogar uma condição. Distribuir terra e jogar as famílias, as pessoas lá longe de tudo, sem condições, por mais que as vezes consiga algum recurso, mas daí consegue produzir e não consegue vender pra ninguém, não tem acesso quase a educação, a atividade com saúde, então tu enfim cria uma favela rural, então só transfere o problema de lugar né”.

Voltando as análises dos governos Lula, Fernandes (2013, p. 198), traz um observa que “a lógica do [...] Pronaf tem contribuído muito para o endividamento das famílias assentadas, sendo um dos programas que precisam ser reformulados, que tem potencial para ser melhorado”. Já Oliveira (2007), afirma ser esse programa é uma política neoliberal, gestada no seio dos governos FHC, não servindo aos interesses do campesinato. Com relação à Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), o autor Perereira (2016, p.121), destaca:

“durante os oito anos do Governo Lula, a precariedade dos serviços foi a marca maior, com o engessamento dos serviços, atrasos de pagamentos das equipes de profissionais, descontinuidades dos serviços, ineficiência de um INCRA totalmente sucateado no monitoramento das ações, entre outros”.

Já no tocante à comercialização, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) são considerados avanços importantes. Para Fernandes (2013, p. 189), dentre as várias políticas públicas em desenvolvimento, criadas e expandidas nos governos Lula, está o PAA:

“[...] o Programa de Aquisição de Alimentos [...] tem sido uma das mais importantes fontes de renda para os assentados”, bem como o aumento significativo de recursos para o Pronaf e o Pronera, criados respectivamente em 1996 e 1998. No entanto, o sentido hegemônico da política econômica do PT foi à recriação de instrumentos de apoio a esse pacto do agronegócio.

Segundo Delgado (2012, p. 101), o governo Lula concedeu “substancial elevação do crédito rural, sucessivas recomposições da dívida agrária para com os bancos” e promoveu o “retorno paulatino da política de garantia de preços em novas bases, taxa de câmbio favorável e forte incremento da exportação”.

Já nos governos de Dilma Rousseff não apenas diminuiu as desapropriações de terras, como o governo também escanteou os processos de destinação de áreas de interesse coletivo, como Terras Indígenas, Unidades de Conservação e Territórios Quilombolas. No texto programático divulgado no ano de 2010, Dilma Rousseff faz uma rápida menção à reforma agrária, relacionando-a ao crédito e à assistência técnica, mas não se refere à condição fundiária. (MOREIRA E MORO, 2018). De acordo com Moreira e Moro (2018, p. 7) “esta foi à tônica da ação do INCRA durante seu governo: afirmar a necessidade de qualificar os assentamentos

que já existiam antes de inserir novas famílias”. Sobre as novas medidas do governo, as autoras ressaltam:

O plano preconizava a inclusão produtiva destinado também a áreas de reforma agrária; o Plano Safra do Semiárido na safra 2013/2014 e a articulação com o Ministério da Integração Nacional para levar água aos trabalhadores rurais e o Plano Brasil Agroecológico em 2013, destinado a implantar ações de transição agroecológica para a produção de alimentos. O MDA reconhece ainda a importância dos trabalhadores da agricultura familiar que com 24% da área agrícola do país, geram 38% do valor bruto da produção agropecuária nacional e 74% dos postos de trabalho, segundo o Censo Agropecuário (IBGE/2006). As iniciativas aqui citadas, não há dúvidas, foram importantes. Em nossa compreensão, ações de melhoria dos assentamentos envolvendo infraestrutura, assistência técnica, entre outros, são muito relevantes. Contudo, considerando que a gestão iniciada em 2010 já era o oitavo ano de governo do Partido dos Trabalhadores, não nos parece que o assentamento de novas famílias fosse incompatível às necessárias melhorias nas áreas antigas. (MOREIRA; MORO, 2018, p. 9).

Aliados a estratégia da ideologia do “progresso”, os governos Lula e Dilma optaram pelo modelo agrário do agronegócio em detrimento do campesinato, conseqüentemente, continuando e aprofundando a histórica contrarreforma agrária no país. Em face desse contexto se acirram os dilemas do campesinato brasileiro no governo interino de Michel Temer no ano de 2016 a 2018, conforme o próximo item.

3.3.1 “O agro é tech, agro é pop”, o agro e a ofensiva da direita: um golpe de novo tipo

*“Na luta política, não se pode macaquear os métodos de luta das classes dominantes sem cair em emboscadas fáceis”.
(Antonio Gramsci, 2004).*

Desde 1964, os trabalhadores estão envoltos pelas trevas da contrarrevolução burguesa, tal como ela se desenrolou em solo nacional até o presente momento histórico. (NOVAES, 2017). O golpe de 2016, desferido contra a república ao destituir do cargo da presidência Dilma Rousseff, interrompe o “clíco do campo democrático popular” brasileiro por uma crise política e econômica, causada tanto pelas pressões do imperialismo estadunidense quanto pelas limitações do próprio modelo neodesenvolvimentista.

Com o agravamento da crise econômica internacional, que não mais se restringia aos países do Norte, mas também afetava diretamente os chamados

BRICS⁶⁵, no dia 31 de agosto de 2016 o Senado Federal votou o processo de *impeachment* que tirou a presidenta Dilma Rousseff do cargo, conforme exemplifica Braz (2017, p. 88):

Entre os dias 25 e 31 de agosto ocorreu mais um pobre episódio de nossa pobre democracia. Vimos no Brasil, sem disfarces, até onde pode ir o cretinismo parlamentar. Na votação do impeachment vimos que a maior fábrica dessa espécie de cretinice é a Câmara dos Deputados, presidida, até então, pelo maior dos cretinos e comandada na sua base pela chamada bancada BBB (Boi, Bala e Bíblia — latifundiários empresários da indústria de armas e líderes evangélicos) que na verdade deveria ser BBBBB (Boi, Bala, Bíblia, Bola e Banca — os dois últimos representam a “cartolagem” do futebol e o sistema financeiro), a que se soma ainda a ação parlamentar dos representantes de poderosas empreiteiras.

Mascaro, em sua obra “Crise e Golpe”, delimita um conjunto de importantes contribuições para compreender o golpe de 2016. O autor diz que a atual crise política brasileira perpassa pelas manifestações de 2013, as eleições de 2014, o *impeachment* de Rousseff em 2016, a perseguição a Lula e a regressão econômica, política e social de Michel Temer, estabelecendo suas bases na crise do capitalismo mundial de 2008 (MÁSCARO, 2018). Trata-se de uma crise de acumulação, atrelada à reprodução do capital, mas cristalizada em instituições, classes, frações, grupos e indivíduos, haja vista que “a mercadoria não dá golpe” (MÁSCARO, 2018, p. 85).

Assim, as primeiras medidas anunciadas pelo presidente interino Michel Temer objetivaram desconstruir todo o empreendimento político-institucional que, ancorado na Constituição Federal de 1988, permitiu-nos avançar, ainda que lentamente. De acordo com Fagnani (2016), com o argumento da necessidade de equilibrar as contas federais, Temer se apressou em fazer uma reforma administrativa, que extinguiu pastas e fundiu áreas do governo. O autor alertou que “como uma espécie de símbolo (o presidente), colocou a Previdência dentro do Ministério da Fazenda”, explicitando “uma face da luta de classes no país” Fagnani (2016).

Ainda, segundo o autor, “as elites financeiras jamais aceitaram que o movimento social dos anos 1970 e 1980 introduzissem na Constituição os pequenos direitos sociais cujo atendimento exige 10% do Produto Interno Bruto (PIB)” (FAGNANI, 2016, p.14). Logo, trata-se de uma disputa por recursos públicos, de um

⁶⁵ Conforme BRICS (2017 s./p.): “BRIC é um mecanismo de cooperação político-econômica entre Brasil, Rússia, Índia e China. É um acrônimo dos nomes dos países participantes e foi assim chamado pela primeira vez em 2001, pela consultoria financeira Goldman Sachs. O termo BRIC designava o grupo de *países emergentes* com maior potencial de crescimento à época”.

movimento do capital rumo à apropriação da relativamente pequena margem de recursos estatais protegidos de sua exploração e acumulação.

Desde então, o Brasil assumiu retrocessos gigantescos, como: a Reforma da Previdência; a Reforma Trabalhista; a PEC 181 (criminalização do aborto); e a PEC 241 (corte dos gastos públicos). Os impactos disso nos anos de 2016 e 2017, ao contrário do discurso oficial do governo golpista, foi a elevação dos patamares de desemprego e subemprego com recordes históricos, chegando a 13,7% de desempregados no primeiro trimestre de 2017 – o que representa 14,2 milhões de trabalhadores e trabalhadoras sem emprego.

Segundo o IBGE (2018), os dados apresentados no segundo trimestre de 2017 demonstram uma estabilidade no desemprego, chegando ao patamar de 13,3%. Essa diminuição, contudo, não representa uma tendência e tem como causa a precarização e desistência da busca por trabalho formal.

Nesse “pacote” de retrocessos, podemos elencar algumas mudanças para o território agrário, as medidas contrarreforma agrária e os projetos de apoio e sustentação ao agronegócio. Isso através da bancada ruralista, que representa 40% do congresso nacional, ganhando ainda mais força para aprovação de seus projetos, ampliando a dominação do capital no campo. Uma das mudanças é a Lei nº 13.465/2017, que trata da regularização fundiária urbana e rural, que entre tantos outros pontos têm a função de legalizar a grilagem de terras em até 2.500 hectares em todos os estados que compõe a Amazônia legal, aprofundando os privilégios para o agronegócio. (MATTEI, 2018).

Outro aspecto diz respeito à mercantilização da reforma agrária, conferindo títulos de domínio aos assentados e liberando a venda de lotes. Tal medida subverte a lógica da “função social” da terra. O objetivo é atender ao mercado de terras e à expansão dos negócios, especialmente a expansão das fronteiras agrícolas a partir do modelo hegemônico de desenvolvimento agropecuário, resultando em mais concentração fundiária, exclusão e expropriação da população empobrecida do campo. Outro fator foi a desestruturação de um conjunto de ações, como o PAA, a ATER. Conforme exposto a seguir:

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi criado em 2003 e a lei Orçamentária Anual (LOA) de 2016, estava previsto a alocação de R\$ 500 milhões para o PAA sob responsabilidade do MDS, sendo que deste total, R\$ 270 milhões deveriam ser repassados para as modalidades do programa executadas pela CONAB. Registre-se que até o mês de maio de 2016 a

presidente afastada já havia autorizado o repasse de R\$170 milhões, o que deveria atender a mais de 50 mil agricultores familiares. No dia 31 de maio de 2016, o MDSA cancelou o repasse desses recursos para a CONAB. Tal ato (recolhimento dos recursos repassados à CONAB) certamente agravou a execução da modalidade do programa “Doação Simultânea”, devendo também ter afetado negativamente, tanto os milhares de agricultores familiares vinculados ao programa como muitos de seus beneficiários. Além dessas medidas, em 26.10.2016 foi publicado o decreto número 8.889, que extinguiu o Departamento de Renda e Agregação de Valor, da antiga Secretaria de Agricultura Familiar (SAF). Registre-se que tal departamento era fundamental para a implementação das ações do PAA sob responsabilidade do antigo MDA. As ações na área de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) também sofreram modificações, como o cancelamento de Chamada Pública de ATER que levava assistência técnica para os agricultores familiares. (MATTEI, 2018, p. 299)

O Pronera que, nos anos 2000, além de iniciativas de escolarização de nível fundamental e médio, sob a ótica de valorização dos “povos do campo”, passou a autorizar e estimular as universidades públicas a construírem cursos especiais de nível superior na forma de alternância, também perderam vitalidade⁶⁶.

Outro aspecto importante diz respeito às renegociações e perdão das dívidas do agronegócio. No dia 10 de janeiro foi sancionada a Lei nº 13.606/2018, do Funrural, permitindo um abatimento de cerca de R\$50 bilhões no fundo que custeia a previdência rural. Além disso, várias empresas do setor têm dívidas bilionárias com o INSS, como é o caso da JBS, que sozinha deve R\$2,4 bilhões (BRASIL DE FATO, 2017). Neste sentido, as mudanças nas medidas jurídicas também visam à ampliação da dimensão da criminalização dos movimentos sociais, conforme aponta Martins:

como o PL 5065/2016, que pretende alterar o artigo 2º da Lei nº 13.260/2016, conhecida como a Lei do Terrorismo, sancionada pela presidenta Dilma a pretexto dos jogos olímpicos no Rio de Janeiro em 2016. O artigo vigente busca excluir os movimentos sociais da tipificação de terrorista, cedendo à época à pressão dos setores de esquerda. O PL 5065/2016 pretende estender a tipificação de terrorismo. (MARTINS, 2020, p. 161).

Logo, em síntese o que vimos é que nesse curto período entre a destituição apoiada pela Frente Parlamentar da Agropecuária (bancada ruralista) da presidente Dilma a posse do vive-presidente Michel Temer e as eleições de 2019 com o Governo de Jair Messias Bolsonaro, o Brasil retrocedeu com a desregulamentação

⁶⁶ Aprofundar em: BORGES, G.; Carneiro, M.E. O Programa Nacional da Educação na Reforma Agrária - PRONERA em “desmonte”: 20 anos de lutas e conquistas ameaçados pelo elitismo fundiário no cenário de 2016 a 2020. Revista Brasileira de Educação do Campo, 2020.

ou a precarização das políticas sociais conquistadas e expressas na constituição de 1988. E como isso se acirra ainda mais veremos no próximo debate do item 3.3.2.

3.3.2 “Passando a boiada”: o ultraneoliberalismo de Jair Messias Bolsonaro

*“O que se vê habitualmente é a luta das pequenas ambições (do próprio [interesse] particular) contra a grande ambição (que é inseparável do bem coletivo).”
(Antonio Gramsci, 2004)*

A eleição de Bolsonaro em 2018 afirmou uma agenda conservadora e reacionária no Brasil. Tal inflexão política tem tido consequências profundas para a classe trabalhadora. De acordo com a perspectiva ultraneoliberal, os planos governamentais para o ano de 2020 eram reduzidos a uma agenda de privatizações. De acordo com Sauer, Leite e Tubino (2020, p. 278):

Bolsonaro acabou sendo eleito por uma “coalizão de conveniências”, envolvendo setores conservadores católicos, mas especialmente de evangélicos neopentecostais, forças armadas, concertação política do agronegócio, direita “tradicional” e neoliberal, capital financeiro e neofascistas. Essa coalizão se reflete em uma agenda política que pode ser definida por três características centrais. Em primeiro lugar, no campo econômico, a retomada e aprofundamento de iniciativas econômicas neoliberais, iniciadas no período Temer (2016-2018). Marcada por narrativas de “vender tudo”, Paulo Guedes personaliza uma política ultraneoliberal, radicalizando a agenda neoliberal, definindo servidores públicos como inimigos.

Logo no primeiro ano do Governo Bolsonaro se intensificam os ataques já realizados pelo Michel Temer, ao aprovar uma reforma da Previdência Social e ao propor uma carteira de trabalho “Verde e Amarela”. Além disso, conforme Sauer, Leite e Tubino (2020, p. 289):

Bolsonaro criou a Secretaria para Desestatização, com a missão de reduzir o papel do estado vendendo patrimônio público, e colocou no cargo o empresário Salim Mattar da empresa Localiza, de locação de automóveis. A ação mais evidente dessa política foi a reforma da previdência, no primeiro ano do mandato, a qual retirou direitos da classe trabalhadora, mas privilegiou militares. Outros planos ultraneoliberais, bloqueados pela crise econômica global, foram anúncios de privatização de empresas públicas como a Caixa Econômica Federal, Casa da Moeda, Eletrobrás, Banco Brasil e a Empresa Brasileira de Comunicações (EBC), essa ainda em pauta com a recriação do Ministério das Comunicações. As tentativas frustradas de leilão de poços do pré-sal (leilão em cessão onerosa, que contou só com

aportes da Petrobrás) e o fracasso na entrega da Embraer à Boeing estão entre os principais freios e fracassos das ideias ultraneoliberais do Ministro da Economia.

Com a crise sanitária e os consequentes efeitos na economia global, paralisou-se a agenda de privatizações. Sem outras propostas ou ações alternativas, os impactos na economia resultaram em altíssimos níveis de desemprego (SAUER; LEITE; TUBINO, 2020). Conforme dados do PNAD:

[...] a taxa de desocupação (12,2%) no trimestre móvel encerrado em março de 2020 cresceu 1,3 ponto percentual em relação ao trimestre de outubro a dezembro de 2019 (11,0%) e caíram 0,5 pontos percentuais frente ao mesmo trimestre do ano anterior (12,7%). (IBGE, 2020, s./p.).

Verifica-se que o Brasil, somente no ano de 2020, tem uma das maiores taxas de desocupação em toda sua história. No campo ideológico, com *slogan* o “*Brasil acima de tudo, Deus acima de todos*”, Jair Bolsonaro constrói seu governo a partir de estratégias de ataque antipetismo, disseminação de discursos conservadores, veiculação de notícias falsas e disseminação de *fake news*. Explicitando uma “guerra cultural” e uma “lógica militar”, outra “guerra” travada pelo governo em questão é ao funcionalismo público. Travestido de “nacionalista” Bolsonaro e seus aliados preveem o desmonte do aparelho estatal e conforme explicitam Sauer, Leite e Tubino (2020, p. 294):

Desde a posse em 2019 de Bolsonaro, se implantou a lógica de sucateamento e desmonte do aparelho estatal (ministérios, autarquias e o próprio legado constitucional de 1988); desmonte de órgãos e ações de fiscalização e controle. A lógica de sucateamento, portanto, não está vinculada às narrativas de diminuir gastos públicos (com o enxugamento da máquina estatal), mas à noção autoritária e populista de que o estado atrapalha os negócios. No primeiro dia de janeiro, como parte da cerimônia de posse, Bolsonaro editou a MP 870, que alterou a estrutura administrativa do governo.

Conforme demonstram os referidos autores:

[...] além, da pauta conservadora e ideológica, a pauta do Governo Bolsonaro mudou, inclusive procurando escudos e proteção das investigações em andamento no Judiciário e possivelmente no Legislativo, formando alianças com partidos e parlamentares do Centrão. (SAUER; LEITE; TUBINO, 2020, p. 291).

No entanto, o desmonte e os ataques não se restringiram apenas às políticas sociais. Na agricultura, podem-se apontar alguns retrocessos, além da liberação de percentuais mais elevados de agrotóxicos, pois somente no ano de 2019 foram liberados 502 agrotóxicos para registro e comercialização. Temos também os novos

mecanismos de controle ambiental. Conforme salientam Fernandes *et al.* (2020, p. 07):

Seus ataques de campanha às restrições ambientais incluíam frequentes promessas de despir o poder de licenciamento do Ibama e distribuir essa autoridade aos ministérios em cada área temática, como o Ministério de Minas e Energia no caso de barragens (MASIONNAVE, 2018a). Ele também prometeu abolir o Ministério do Meio Ambiente e transferir as suas funções para o Ministério da Agricultura (BRAGANÇA, 2018), mas depois de assumir o cargo foi convencido pelos ruralistas proeminentes a manter o Ministério do Meio Ambiente para não provocar restrições aos países importadores de produtos agrícolas brasileiros (WATANABE, 2018). No entanto, ao invés de extinguir o Ministério do Meio Ambiente, Bolsonaro conseguiu o mesmo efeito transferindo as funções de fiscalização e controle do desmatamento para o Ministério da Agricultura (PHILLIPS, 2019), que é dirigido por uma ruralista conhecida como a “musa do veneno” por seu papel como congressista na defesa da remoção de restrições aos agrotóxicos.

Os povos indígenas e seus territórios também são alvo notório de Bolsonaro. Conforme aponta o Boletim da Luta:

O governo que transferiu a responsabilidade pela demarcação de terras indígenas da Funai para o Ministério da Agricultura em um setor liderado por um ruralista. O governo Bolsonaro tem se caracterizado de ultradireita, defendendo o uso de armas contra o campesinato, indígenas e quilombolas que lutam pela terra e territórios. (FERNANDES *et al.*, 2020 p. 08).

Para além da paralisação da demarcação e homologação de terras indígenas, somam-se “ameaças de liberar a mineração (PL 191/2020) e o arrendamento (PEC 187/2016), em completa desarmonia com a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)” (SAUER; LEITE; TUBINO, 2020, p. 304). O relatório da Comissão Pastoral da Terra (CPT) de 2019 contabilizou 32 mortes e 1254 conflitos pela terra e conflitos pela água. O relatório sublinha ainda o aumento da violência contra os povos indígenas, comunidades tradicionais e acampamentos e assentamentos. O Governo Jair Bolsonaro é marcado pela “criminalização” de movimentos e a defesa de interesses ruralistas e latifundiários.

No entanto, a política de reforma agrária foi uma das mais atingidas na agenda do governo, como demonstram Fernandes *et al.* (2020, p. 09):

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) tem tratado apenas da titulação dos assentamentos de reforma agrária. O governo criou a Secretaria Especial de Assuntos Fundiários e a entregou a Luiz Antônio Nabhan Garcia, ex-presidente da União Democrática Ruralista (UDR) uma das organizações defensoras dos privilégios dos latifundiários. No ano de 2019 a reforma agrária sofreu a maior retração da história, desde 1985, quando foram criados apenas três assentamentos. Em 2019 nenhum

assentamento foi criado e nenhuma propriedade foi desapropriada para fins de Reforma Agrária. Não realizar a reforma agrária é uma estratégia do governo Bolsonaro, que tem defendido o uso de armas contra as ocupações de terra. O ano de 2019 foi marcado por despejos, violência contra as comunidades tradicionais e indígenas, acampamentos e assentamentos, pelo aumento de assassinatos.

Somam-se a isso as iniciativas relacionadas às tentativas de reforçar a hegemonia do modelo de produção de monocultivos em larga escala para exportação de *commodities*. Conforme aponta a análise a seguir:

[...] por um lado, há tentativas de negar desigualdades e diferenças, enfraquecendo a noção de agricultura familiar e negando identidades culturais do campo. Um exemplo é o discurso da “existência de uma só agricultura”, explicitado pela Ministra Teresa Cristina no lançamento do Plano Safra 2019/2020.¹⁵ O outro exemplo é a simples exclusão da agricultura familiar do Plano Plurianual (PPA) 2020-2023¹⁶ (BRASIL, 2019b). Por outro lado, o fortalecimento da concertação política do agronegócio se dá no apoio à expansão da atuação global, como no caso do Acordo União Europeia – Mercosul (VIEIRA, 2019; POSSAMAI, SERIGATI e SEVERO, 2019), mas também na precarização das relações de trabalho no campo (edição da MP 871/2019, convertida em Lei nº 13.846/2019, e na tentativa de aprofundar relações econômicas externas do agronegócio sob jugo das *traders*). Este último por meio de autorização para a Cédula do Produtor Rural (CPR) e os títulos financeiros do agronegócio sejam referenciados em moeda estrangeira, aumentando a captura da renda da terra pela financeirização da agricultura. A edição da MP 897, em 2020 (transformada na Lei 13.986/2020), instituiu o Fundo de Aval Fraternal, dispondo sobre o patrimônio de afetação de propriedades rurais, a Cédula Imobiliária Rural, a escrituração de títulos de crédito e a concessão de subvenção econômica para empresas cerealistas. O apoio ao agronegócio se dá ainda mediante alterações e intenções de alterar portarias e normativos, na toada de “tirar o estado de cima de quem produz”. (SAUER; LEITE; TUBINO, 2020, p. 302).

Dessa maneira, evidencia-se que a disputa territorial capitalista por recursos e meios de produção, lastreada pela correlação desigual de forças e a sociobiodiversidade, sempre foram fatores motivadores de conflitos agrários na região latino-americana e contribuíram e contribuem para tornar sua questão agrária *sui generis*. Sendo assim, o Brasil passa de um período de governos neodesenvolvimentistas (com bases no Keynesianismo pós-guerra)⁶⁷ para um período ultraconservador (com base no neoliberalismo ortodoxo de Hayek)⁶⁸, onde a democracia e a justiça social não estão mais no bojo das disputas.

⁶⁷ De acordo com Bonente (2016, p. 26), “Keynes propunha uma intervenção maior do Estado, com o objetivo de controlar as forças econômicas e preservar os direitos sociais (previdência, educação, saúde). A crise econômica do capital, no início do século XX, é tratada como uma crise política, o que passa a justificar a proposição da limitação da intervenção do Estado”.

⁶⁸ Hayek (apud BONENTE, 2016) propõe a mínima intervenção do Estado, a privatização e uma maior rigidez com os sindicatos e movimentos sociais, pois, em sua análise, por conta das constantes reivindicações desses grupos, o Estado acaba se endividando além de suas possibilidades.

Além de ser um problema, uma vez que para essa concepção as políticas sociais de redistribuição de renda atrapalham o livre desenvolvimento do mercado, o giro ao conservadorismo e ao ultraneoliberalismo tem sido novamente a tônica nos “novos governos” latino-americanos.

A partir dessa suscinta radiografia, adentramos no debate específico da Venezuela, desde a formação do estado nacional moderno até as encruzilhadas do atual Governo Maduro, passando pelas diferentes estratégias e planos de desenvolvimento social e econômico implementados no país, porém, com enfoque nas políticas econômicas e sociais desenvolvidas a partir da Revolução Bolivariana.

3.4 A conformação do moderno estado-nacional venezuelano: a descoberta de petróleo e o impacto no panorama agrário

“La riqueza petrolera le fue conferida al Estado por una apariencia “mágica”, al ser visto como el principal agente de modernización y progreso del país”.
(Fernando Coronil, 2002).

De forma semelhante ao resto da América Latina, na Venezuela a colonização espanhola determinou uma estrutura agrária baseada em latifúndios e servidão, como já se viu anteriormente. Durante longo tempo a Venezuela se identificou com o cacau, planta originária da América. Em 1873, inaugurou-se na Venezuela a idade do café. Sobre a propriedade da terra naquele período, Cortés (2016, p. 25. Tradução Nossa) aponta:

Quanto ao regime fundiário, no início da colônia a coroa espanhola detinha a propriedade exclusiva das terras “descobertas” na América. Foi a partir das capitulações e dos certificados de graça e misericórdia que se formaram os instrumentos legais para a posse privada das terras. O regime de encomienda ajudaria a moldar o aluguel da terra pré-capitalista. Os estrangeiros vieram para a América e se apropriaram das terras e dos homens, mas não na esperança de criar importantes empreendimentos econômicos, mas acima de tudo, pelo prestígio que a conquista proporcionou e pelo poder que a quantidade de terras e o número de homens.

Assim, a Venezuela continuou sendo agrícola, no entanto com diversas dificuldades e quedas cíclicas dos preços do café e do cacau. De acordo com Caruso (2017):

Apesar desse desenvolvimento, os navios espanhóis continuaram dando pouca atenção ao comércio com a região, de modo que os criollos venezuelanos negociavam seus produtos quase livremente com contrabandistas ingleses, franceses e holandeses. Foi somente em princípios do século XVIII, sob o risco de perder sua colônia para estrangeiros e em virtude do gradual esgotamento das regiões mineradoras, que a Coroa Espanhola criou a Companhia Guipuzcoana, que deveria monopolizar o comércio dos gêneros agrícolas exportáveis da Capitania-Geral da Venezuela. (CARUSO, 2017, p. 37):

Em fins do século XVIII, a combinação da *plantation* para exportação com a produção interna de alimentos e a pecuária extensiva fez das colônias da Venezuela e da Nova Granada as mais equilibradas e prósperas da América Hispânica, de acordo com Caruso (2017, p. 25), “não por acaso, quando sopraram os ventos do Iluminismo, foi nessas colônias que floresceram os primeiros e principais movimentos de conspiração anticolonial, que confluíram para a Revolução liderada por Simón Bolívar”.

É importante ressaltar que Bolívar foi um líder político venezuelano que foi peça chave na descolonização da América do jugo espanhol, que Simón Rodríguez foi um filósofo e educador venezuelano, além de ter sido tutor e mentor de Simón Bolívar e Ezequiel Zamora foi um político e militar venezuelano, também peça fundamental na Guerra Federal da Venezuela. (ABREU, 2019, p.3).

A conformação do moderno Estado-Nacional venezuelano, nos marcos do capitalismo periférico dependente, traduziu-se em uma *estrutura socioeconômica petroleiro-rentista*. A economia petroleira foi descoberta no primeiro poço de petróleo na província de Táchira, em 1878. “Somente quatro décadas depois começou o interesse de exploração do petróleo pelas companhias britânico-holandesas, em particular do consórcio Royal Dutch Shell, na região do lago Maracaibo” (ROSA, 2014, p. 56). Isso conduziu ao fato de que a principal contribuição ao processo de acumulação capitalista na Venezuela.

Conforme Rosa (2014), o mecanismo de acumulação pautado na renda petroleira deu lugar à formação de uma oligarquia, ou seja, de frações da classe capitalista vinculadas direta ou indiretamente ao setor-primário exportador. Assim, tanto os interesses do capital estrangeiro, quanto da oligarquia, complementam-se no sentido da manutenção do sistema exportador existente, configurando o capitalismo dependente venezuelano. Conforme Rosa (2014, p. 25):

Além da expansão petrolífera, a urbanização e o desenvolvimento industrial de alguns setores também incrementaram a massa de produtores assalariados. Na década de 1960, 25% da população economicamente ativa era composta pelo proletariado urbano e rural, localizado majoritariamente no setor petrolífero, mas também na indústria do ferro, na construção, na eletricidade, no setor de transporte e na indústria manufatureira. Ademais, em função das necessidades de expansão dos monopólios norte-americanos formou-se uma indústria importadora de bens semielaborados.

Foi no Governo de Antônio Guzmán Blanco, em 1870, que a construção de ferrovias foi parte do processo de modernização de Caracas, que contraiu enorme dívida para a nação.

A exploração do ouro por empresas estadunidenses demarcou a economia venezuelana na década seguinte. A continuidade do modelo econômico de matéria-prima se realizou por meio do cultivo do café, do cacau e da exploração de plumas e peles de animais para exportação. Essas atividades econômicas foram garantidas pela força de trabalho dos camponeses, sob a direção política de Cipriano Castro, com a chamada Revolução Restauradora (ROSA, 2014, p. 28).

A burguesia comercial se consolidou no país por meio do Estado, em 1920, na indústria do petróleo ligada às transnacionais. Durante o governo do ditador Juan Vicente Gómez (1908-1935), o país construiu a base de sua economia rentista, com plena participação do capital estrangeiro⁶⁹. Entretanto, foi na ditadura de Marco Pérez Jiménez (1952-1958) que a Venezuela se tornou o segundo maior exportador de petróleo do mundo, tendo os EUA como seu principal cliente. “O governo ditatorial tentou diversificar a base produtiva e colocar o Estado como motor da economia, adquirindo traços nacional-desenvolvimentistas” (MAINGÓN, 2004, p. 72).

Para favorecer o desenvolvimento econômico nacional, no governo de Medina algumas medidas foram tomadas: a Lei do Petróleo (1943) e a Lei da Terra (1945), buscando mediações políticas para sair da quase total dependência do petróleo (MAINGÓN, 2004). A transição da ditadura para a democracia inaugurou um longo período de estabilidade institucional. Em 1958, os líderes da Ação Democrática (AD), do Comitê de Organização Política Eleitoral Independente (COPEI) e da União Republicana Democrática (URD) acertaram as bases de um regime que dominaria a política venezuelana por quatro décadas.

⁶⁹ Conforme Rosa (2014, p. 51), “naquele tempo, a Venezuela já havia se tornado o segundo produtor de petróleo do mundo, pois os EUA ocupavam o primeiro lugar na indústria petrolífera da época”.

Na prática, porém, estabeleceu-se um duopólio partidário entre as duas primeiras forças, o social-democrata e o democrata-cristão. Esse acordo, conhecido como Pacto de Punto Fijo, representou a tradução político-institucional de uma economia baseada na exportação de petróleo. (MAINGÓN, 2004, p. 72).

Na luta pela conquista de maior controle sobre os recursos petrolíferos, a Venezuela desempenhou importante papel na criação da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) em 1960. Todavia, o grande marco desse processo ocorreu com a nacionalização da indústria petroleira e a fundação da empresa Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA) em 1976. Eram os “bons tempos” do primeiro mandato de Carlos Andrés Pérez (1974-1979). “Houve um redimensionamento do Estado, que expandiu seu papel de agente produtivo, permitindo que o país aumentasse sua presença política no cenário internacional, com a participação no movimento dos países não alinhados, o MNA” (KATZ, 2016, p. 305).

Apesar de ter iniciado suas explorações desde as últimas décadas do século XIX, sendo a primeira concessão assinada em 1884 pelo presidente Guzmán Blanco, é a partir da segunda década do século XX que a Venezuela passa por uma transformação em sua dinâmica econômica. Assim, continua a manutenção do modelo de *exportador primário* e modifica o produto base de sua economia, passando de um país agrário para um país de produção especialmente de mineração. Conforme Ferreira (2012, p. 72):

[...] na Venezuela ocorreu um duplo desmantelamento das forças produtivas do trabalho e do capital no campo. Tanto a agricultura campesina de subsistência e de abastecimento ao mercado interno chocou-se com sérios obstáculos para se desenvolver, como a própria produção de médias e grandes propriedades como as haciendas do complexo carne-leite localizadas nos Llanos e no Oriente (Estado Monagas).

Conforme Caruso (2017), a Venezuela explorou a depressão de 1929 através do petróleo. Enquanto o resto da América Latina se inseriu no processo do novo modelo econômico capitalista de industrialização por substituição de importação, os venezuelanos enfrentaram-na de uma maneira especial, baseada na renda do petróleo e não na geração de setores industriais.

Com a crescente importância do petróleo, a economia agrária começou a afundar. “O aluguel do petróleo torna a produção armamentar doméstica desnecessária quando as necessidades podem ser atendidas no mercado mundial e, de fato, é imposta pela dinâmica imperialista” (CORTÉS, 2016, p. 127).

Também deve-se considerar que o aumento da renda do estado levou à construção de infraestrutura e à oferta de serviços, tornando as áreas rurais cada vez menos estimulantes. O impacto social dessa mudança é enorme, pois o campo não ofereceu uma boa taxa de lucro ao capital ou uma expectativa de vida para o camponês. A economia venezuelana continuou sendo um único exportador, baseado em um modelo de exportador primário, apenas com uma mudança no produto especializado não de acordo com as necessidades internas, mas com as necessidades externas. (CORTÉS, 2016, p. 138 - tradução nossa).

Ainda, segundo Córtes (2016), o fato de a exploração do petróleo ter sido realizada por agentes externos e não pelo país gerou o problema de uma economia desigual, com setores em constante contradição: o setor petrolífero, associado às economias dos países de origem da confiança, e o próprio setor, prejudicado em seu desenvolvimento por dois fenômenos derivados da exploração do petróleo.

Paradoxalmente, conforme Caruso (2017), a nova dinâmica econômica gerada pela era de Juan Vicente Gómez, ao mesmo tempo em que impulsiona a Venezuela rumo ao capitalismo internacional e confere ao seu regime uma estabilidade política relativa (que também explica sua longa duração), fabrica inconscientemente os partidos políticos modernos e um importante movimento sindical que, juntamente com um setor do exército, acaba gerando agitação social.

Em janeiro de 1958, Marcos Pérez Jiménez foi deposto por uma revolta maciça. Uma revolta popular e insurreições militares comprometeram a reputação da instituição militar nos excessos da ditadura. Desde 1957, os eventos que mostraram o desgaste do modelo político e a pressão social que estava prestes a explodir foram energizados. A intensificação da Frente Estudantil composta por jovens dos quatro partidos da época: Partido Comunista-PC, Ação Democrática-AD, Comitê de Organização Política Eleitoral Independente-COPEI e União Republicana Democrática-URD que levaram à greve estudantil em 21 de novembro de 1957, a intensificação da oposição da Igreja e a formação da "Junta Patriótica" serviu de prelúdio ao golpe de 1958. (CARUSO, 2017, p. 152).

Ainda segundo o autor, a junta patriótica

[...] é constituída um pouco antes pelo Partido Comunista Venezuelano e coordenada pelos líderes dos quatro partidos políticos, conseguiu convocar à mobilização popular um bloco heterogêneo de oposição que incluía setores da burguesia, Igreja, trabalhadores sindicalizados e parte do comando militar das forças armadas. Nove meses após a partida de Pérez Jiménez, foi assinado o "Pacto Punto Fijo", que não era apenas um pacto de governo, mas um sistema de pactos e exclusões que a Quarta República inaugurou. Isso incluiu a bênção americana no quadro do segundo período do pós-guerra e as políticas da Guerra Fria que levaram à exclusão e repressão do Partido Comunista da Venezuela, apesar de seu papel de liderança na partida da ditadura militar, o Movimento da Esquerda Revolucionária. O Partido Comunista da Venezuela sofreu três divisões, a primeira, voltada para a luta armada, as Forças Armadas de Libertação

Nacional, onde Douglas Bravo e Alfredo Maneiro militaram de diferentes tendências e frentes; por outro lado, o Movimento ao Socialismo (MAS) e a terceira Vanguarda Comunista. (CARUSO, 2017, p. 152).

Na década de 1960, na Venezuela, influenciados pela Aliança para o Progresso e pelas propostas de reforma agrária de Kennedy como antídoto à revolução cubana, o governo democrata-cristão implementou processos reformistas e localizados de distribuição de terra a camponeses pobres. Todavia, essa distribuição foi pontual e na maior parte das vezes eram de terras públicas e não conseguiram alterar o processo histórico de expulsão dos camponeses, conforme a demonstra Skoczek (1978, p. 04):

En Venezuela la cuestión de la realización de la reforma agraria constituyó uno de los puntos del programa de reformas propuesto por el partido de Acción Democrática. Entre los años de 1945 a 1948, durante el gobierno de este partido se iniciaron los programas con objetivos cercanos a la reforma agraria, tales como la transferencia en arriendo de pequeñas parcelas (de las tierras estatales y de las privadas confiscadas) a los miembros de las asociaciones campesinas agrupadas en la Federación Campesina Venezolana, así como la organización de las colonias agrícolas en los terrenos administrados por el Estado.

Nesse contexto, o crédito rural teve papel fundamental na dependência do setor produtivo agrícola em relação ao setor produtivo de insumos (EHLERS, 1999). O autor ainda argumenta que “A agricultura passaria a exercer uma nova função, qual seja: a criação do mercado para a indústria de insumos agrícolas” (EHLERS, 1999, p. 38). Na Venezuela, a partir das análises de Skoczek (1978, p. 14), foi possível observar que

el análisis de los gastos efectuados por la reforma agraria demuestra que más del 50,0% de las sumas de los presupuestos del IAN y del INCORA estaban destinadas a la realización de programas complementarios, o sea a los de Crédito Agrario; de Ayuda Agrotécnica; de Construcción de Vías; de Sistemas de Riego; de Construcción de Viviendas y Programas Sociales en las regiones rurales. De estos programas el que tenía relativamente un mayor alcance era el de crédito agrario, sin embargo, los medios destinados a este fin fueron escasos para cubrir a todas las familias que habían sido favorecidas con la distribución de la tierra. Entre los años de 1960 a 1969 sólo el 21,0% de los miembros de los Asentamientos Campesinos (en Venezuela) utilizó regularmente el crédito, pero el 60,0% recibió por una vez algún préstamo del Banco Agropecuario, que es una institución que se ocupa de la financiación de la agricultura.

No proceso de Reforma Agraria de 1961, *“se fundaron las empresas campesinas en Venezuela, que en cierta medida funcionaban como cooperativas de producción en las tierras cedidas, sin embargo, eran dirigidas por el Instituto de la*

Reforma Agraria" (LOYODA, 2006, p. 5. Grifos nossos), que impunha decisões sobre eles como condição para obter financiamento e orientar a produção para as necessidades das empresas agroindustriais. Rapidamente essas empresas foram dirigidas por um pequeno grupo de pessoas que cooptaram as atividades de cultivo e comercialização. Nesse novo contexto, conforme Córtes (2016), a terra passa a fazer parte das carteiras de ativos dos agentes econômicos e a ser negociada em função das expectativas de lucros monetários de seus proprietários. Conforme o autor:

Até a 2ª Guerra Mundial, com exceção do México, nenhum país latino-americano havia realizado importantes reformas agrárias, mas é no pós-guerra, no ambiente formado pela "guerra fria", que vem à tona para mitigar as tensões sociais e "a ameaça comunista". Durante a década de 1960, a influência das revoluções chinesa e cubana foi decisiva para o curso das reformas agrárias em todo o mundo. O primeiro conjunto de transformações agrárias ocorreu no leste da Ásia após a Segunda Guerra Mundial e serviu de laboratório para a política americana de reforma agrária. (CORTÉS, 2016, p. 144 - tradução nossa).

Em março de 1960, a Lei Agrária da Venezuela foi emitida com o objetivo de "transformar a estrutura agrária do país e incorporar a população rural no desenvolvimento econômico, social e político da Nação" (CORTÉS, 2016, p. 209). Assim, o processo de reforma agrária, além de satisfazer as políticas para o terceiro mundo da "Aliança para o Progresso", acalmou internamente a pressão social existente no campo após a queda de Pérez Jiménez. A reforma agrária, nesse contexto, corresponde a vários propósitos, dentro dos quais podemos citar:

a implantação de um desenvolvimento capitalista sustentado, satisfazendo as pressões sociais dos camponeses, assumindo especialmente as terras do Estado, buscando evitar confrontos com os proprietários, constituindo-se em conjunto com o processo de industrialização nos eixos do desenvolvimento econômico. (CORTÉS, 2016, p. 212. Tradução nossa).

O que chama a atenção são as mudanças que ocorreram na proporção entre a população urbana e rural do século XX, que refletem a situação do campo *versus* a cidade.

O padrão de vida dos camponeses que se beneficiavam da reforma de 60 não deveria ter mudado substancialmente se levarmos em conta que a tendência migratória para as cidades manteve um nível crescente passando no período de 10 anos, entre 1961 e 1971, para uma migração de 10 pontos percentuais. (CASANOVA, 1973, p. 865).

Durante todo o processo de reforma agrária, o petróleo desempenhou um papel importante, cujos recursos durante o seu “boom” foram utilizados, entre outros, para financiar o setor agrícola. Conforme Cortés (2016, p. 215. Tradução nossa), “o processo de reforma agrária nunca foi autossuficiente, mas sempre exigiu a injeção de recursos petrolíferos que financiavam o setor agrário, especialmente nos momentos em que seu preço aumentava”.

Desde meados da década de 1970, mas com mais vigor desde a década de 1980, os programas de ajuste estrutural do neoliberalismo, adotados com mais ou menos docilidade pelos governos da América Latina, substituíram as políticas de reforma agrária por serem considerados um sujeito sem validade histórica ou qualquer validade prática para o país. Conforme demonstra García Nossa (1985, p. 120):

A redução da intervenção do Estado com maior liberdade de comércio e transformações institucionais, a redução de tarifas e subsídios que protegeriam o produtor agrícola, a falta de uma política voltada para o campo, os ajustes macroeconômicos foram uma tendência geral nos anos 1980 e, especialmente, 1990 do século passado na região, marcando dois grandes momentos no período que decorreu desde a Lei de Reforma Agrária até o surgimento da Quinta República.

Assim, o problema da estrutura da terra não mudou, as consequências econômicas e sociais do sistema anacrônico e injusto de posse e exploração da terra refletiram uma situação de completa precariedade e abandono. Nos anos 1990, as políticas agrárias foram cada vez mais afetadas pela influência de organizações multilaterais e do neoliberalismo. Conforme Maher (2016, p. 9):

Ao longo dos anos de 1980, o aumento das taxas de juros norte americana desencadeou uma crise na dívida externa em toda a América Latina, dando ao FMI e ao Banco Mundial um pretexto para forçar reformas neoliberais mais amplas. Países pobres e sobrecarregados com grandes dívidas não tinham alternativa a não ser implorar socorro financeiro às duas instituições. O nó atado aos empréstimos era chamado de “ajuste fiscal”, mas esta terminologia polida oculta uma realidade brutal. Na prática, as reformas neoliberais significam cortes de salários, demissões de professores e outros funcionários públicos, corte de gastos sociais e privatização de bens públicos pela venda de recursos naturais e serviços como água e gás – não para quem pagava mais, mas para quem corrompia melhor.

No entanto, conforme aponta Rosa (2014), na Venezuela, já era possível notar as primeiras medidas influenciadas pelo matiz neoliberal durante o governo de Luis Herrera Campíns (1979-1984), como a desvalorização da moeda, as privatizações, o enxugamento da máquina do Estado e o corte de orçamentos.

Contudo, foi com o pacote anunciado por Carlos Andrés Pérez, em seu segundo governo, que as medidas neoliberais foram sentidas mais claramente, como veremos no item seguinte.

3.5 O acirramento da agenda neoliberal e o Caracazo

“O Caracazo marca a primeira de uma série de rebeliões latino-americanas contra a propagação das reformas neoliberais que derrubariam presidentes e destruiriam partidos políticos por todo o continente”.
(George Maher, 2016).

As políticas neoliberais derivadas da "Grande Reviravolta" e da "Agenda da Venezuela" também afetaram o campo e a produção de alimentos. Em nome da competitividade global, escassos subsídios e créditos para o campo foram abolidos, o que desencorajou a produção agrícola e aumentou a pobreza no campo. (CORTÉS, 2016). As políticas do chamado *Consenso de Washington* levaram a uma diminuição da intervenção direta do Estado, enquanto a ênfase era colocada no mercado de terras na agricultura como reguladora do acesso a terra. Já no final dos anos 1990, o chamado pós-consenso de Washington gerou políticas pós-neoliberais que restauraram, em certa medida, *o papel do Estado em questões agrárias*.

o desenvolvimento do capitalismo no pós Segunda Guerra Mundial deve ser compreendido com processo de consolidação dos oligopólios mundiais que se originaram das empresas multinacionais, fossem elas cartéis, trustes ou monopólios industriais e/ou financeiros. As empresas mundiais são, portanto, a expressão mais avançada de um capitalismo que a partir da crise interimperialista, moldou novas formas de organização interna e de relações de trabalho, que permitiram superar as contradições da disputa de mercados e do controle de fontes de matérias-primas entre as empresas "nacionais". O domínio e expansão das empresas mundiais, dessa forma, apresentaram simultaneamente, três processos relacionados: a necessidade de movimentos mundiais de capitais; a produção capitalista mundial e existência de ações de governo em nível mundial. As "receitas" de políticas econômicas do Fundo Monetário Internacional-FMI, de há muito tempo se tornaram as políticas econômicas de muitos Estados nacionais onde ocorrem investimentos das multinacionais. Foi dessa forma que o FMI e Banco Mundial implementaram o "Washington Consensus" que está na base dos planos de estabilização e ajustamento das economias dos países endividados internacionalmente, de modo a adaptá-los à nova realidade do capitalismo mundial. (OLIVEIRA, 2016, p. 88)

Em 1999, um analista argumentou que no interior da Venezuela há uma proporção maior de pobreza, a proporção de famílias com necessidades básicas insatisfeitas é o dobro no campo do que na cidade. “A média é mais alta para taxas de extrema pobreza, cujo percentual excede três vezes o da cidade no campo” (CORTÉS, 2016, p. 243). A forma que a burguesia encontrou de tentar perpetuar sua hegemonia foi através da eleição de um antigo ícone dos “bons tempos” venezuelanos:

Carlos Andrés Pérez, que foi eleito para o seu segundo mandato no dia 4 de dezembro de 1988, com 56,4% dos votos válidos. Pérez havia sido eleito sob a promessa de nunca recorrer a novos empréstimos no exterior. Mas tendo em vista um cenário no qual as reservas internacionais caíram US\$ 6 bilhões, o déficit fiscal global representava 15,1% do PIB e a inflação alcançou a cifra de 29,46% em 1988, a promessa de campanha não tardou a ser quebrada. (CARUSO, 2017, p. 112).

No dia 16 de fevereiro de 1989, o presidente anunciou ao país um novo acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI): esse último liberaria um empréstimo de US\$4,5 bilhões em troca de alguns “ajustes” na economia venezuelana. Segundo Margarita Caruso (2017, p. 114), “a nova orientação pela qual optou o governo pode, efetivamente, ser classificada como um programa de ajuste de natureza ortodoxa”, pois foi o resultado de “um compromisso formal assinado com o FMI e cumpriu todos os requisitos exigidos por ele”. Ainda segundo a autora, “era a primeira vez que um governo venezuelano aceitava explicitamente submeter-se às orientações do FMI” (CARUSO, 2017, p. 114).

A população venezuelana, que já sofria com escândalos de corrupção, com o desgaste da política, com o aumento do custo de vida, com o aumento dos preços dos gêneros de primeira necessidade e com o desmantelamento dos serviços públicos, não suportou a radicalização das políticas neoliberais. Se essa situação afetou diversos grupos e classes sociais, afetou sobremaneira as classes trabalhadoras. Mediante todo esse contexto aconteceu uma imensa *revolta popular*⁷⁰.

Essa foi à resposta dada pelas classes trabalhadoras às elites burguesas de orientação neoliberais venezuelanas, às elites puntofijistas. Os protestos, iniciados

⁷⁰ Conforme Lopez-Maia (2009) é preciso lembrar também que muitos dos que se somaram aos protestos eram pessoas ligadas aos movimentos de *barrio* que cresceram enormemente ao longo dos anos 1980. Nesse sentido, o espontaneísmo e a falta de comando não significava ausência de consciência e organização, mas uma opção deliberada pela ação direta, sem a intermediação de partidos e outras instituições da “democracia” puntofijista.

no dia 27 de fevereiro de 1989, que começaram de modo pontual e com caráter pacífico, foram tomando espontaneamente uma proporção e uma intensidade gigantescas. O Caracazzo foi um divisor de águas na sociedade venezuelana. Segundo um dos entrevistados da pesquisa:

Caracazzo foi uma insurreição popular lavada com sangue [...] um fato histórico, porque há uma ruptura com o modelo de dominação colonial; Há uma ruptura com o modelo predominante do rentista petrolífero; com o modelo de dominação dos partidos burgueses. (ENTREVISTADO C-61, 2020).

Conforme Caruso (2017, p. 115), “a rebelião continuava crescendo e se espalhando por outras cidades. No final da tarde do dia 28, o governo entrou em rede nacional de TV e rádio, decretando Estado de Sítio, com toque de recolher e suspensão das garantias constitucionais”. Tornou-se comum dizer que na Venezuela pós-Caracazo o povo ganhou as ruas para nunca mais delas sair! Em fevereiro de 1992 aconteceu a tentativa de golpe de Estado, liderada por Chávez e militares rebeldes em Maracaibo, ocupando instalações petrolíferas, delegacias, quartel-general da Guarda Nacional e o escritório da polícia política venezuelana. Conforme Caruso (2017, p. 118):

No todo, cerca de 6 mil soldados (quase todos pertencentes a tropas de elite) participavam da sublevação, sob o comando geral do tenente-coronel Hugo Rafael Chávez Frias. Segundo o relato posterior dos insurretos, o objetivo era sublevar os principais quartéis, ocupar os centros de governo e instaurar um governo provisório, que ficaria responsável por convocar uma Assembleia Constituinte; Pérez deveria ser capturado e julgado por corrupção, assassinato de manifestantes, responsabilidade pela fome da população e entrega das riquezas do país a empresas estrangeiras. Haveria também um braço civil no movimento, organizado pelo partido La Causa Radical, que deveria comparecer em locais determinados e receber armas dos rebeldes.

Após ser preso, Chávez assumiu publicamente a responsabilidade pela ação sem demonstrar arrependimento e nesse momento se tornou um ícone instantâneo. Embora fracassada, a tentativa de golpe serviu para projetar nacionalmente a imagem de Chávez no sentido de personificar algo que já se passava nas ruas. Toda essa crescente insatisfação não se converteu imediatamente em outra hegemonia para superar a crise. Conforme demonstra Baptista (2011, p. 35):

No interior das Forças Armadas, desde a década de 70, Chávez e outros militares tinham tentado articular um movimento, o Ejército de Liberación del Pueblo de Venezuela/ELPV que, segundo Maringoni, tinha por objetivo promover algum tipo de sublevação, mas a iniciativa não teve êxito (MARINGONI, 2004, p. 130). O Movimiento Bolivariano Revolucionario

200/MBR-200 surgiu, em seguida, com a mesma perspectiva, sob a mesma liderança. O ideário desse movimento tinha como referência três heróis venezuelanos: Simón Bolívar, o Libertador; Simón Rodríguez, que fora tutor de Bolívar; e Ezequiel Zamora, “líder dos camponeses contra a oligarquia latifundiária durante a Guerra Federal das décadas de 1840 e 1850” (GOTT, 2004, p. 42). Foi o MBR-200 que esteve por trás do golpe frustrado de 1992. Depois do fracasso, o movimento desistiu da via armada. Nas eleições de 1993 apostaram numa campanha 57 Formado no início dos anos 90 por dissidentes do PCV que atuaram na luta armada nos anos 60 e 70 pela “não-participação” que cederia lugar, em 1998, à formação de uma coalizão de esquerda em torno da candidatura de Chávez. O MBR-200, que vinha angariando grande popularidade, transformou-se, então, no Movimiento Vª República/MVR para disputar as eleições.

Dessa maneira, a conjuntura só começou a mudar com as eleições de 1998 e a candidatura formal de Chávez à presidência. Ao mesmo tempo, ainda nesse contexto do começo da década de 1990, o puntofijismo foi definitivamente enterrado. É o que vamos analisar no próximo item.

3.6 A Quinta República a Constituição Bolivariana e a participação protagônica

A democracia é um luxo do Norte. Ao Sul é permitido o espetáculo, que não é negado a ninguém. E ninguém se incomoda muito, afinal, que a política seja democrática, desde que a economia não o seja. Quando as cortinas se fecham no palco, uma vez que os votos foram depositados nas urnas, a realidade impõe a lei do mais forte, que é a lei do dinheiro. Assim determina a ordem natural das coisas. No Sul do mundo, ensina o sistema, a violência e fome não pertencem a história, mas a natureza, e a justiça e a liberdade foram condenadas a odiar-se entre si”.
(Eduardo Galeano, 2008).
“[...] depois de muito tempo o povo venezuelano descobre o que é democracia em seu sentido mais profundo, isso faz parte do projeto de revolução bolivariana”.
(ENTREVISTADO C-53, 2020).

A revolução bolivariana na era Chávez, o termo bolivariano se tornou base das transformações sociais realizadas no período e o país passou a se chamar República Bolivariana da Venezuela e um dos eixos centrais da Revolução Bolivariana, defendida durante a campanha presidencial de Hugo Chávez em 1998, foi à *questão democrática*. Todavia, o bolivarianismo possui raízes antigas, a figura

do libertador é uma tradição muito importante na Venezuela, e suas raízes históricas estão profundamente arraigadas na cultura e no imaginário da população venezuelana. De acordo com os pesquisadores Acre e Silva:

O Bolivarianismo, ou seja, o culto à figura de Simón Bolívar foi historicamente construído na Venezuela. Desde 1842, quando os restos mortais do libertador foram repatriados à Caracas, ele se tornou o principal símbolo da jovem República, uma espécie de suporte moral do país. No entanto, somente em 1883, na presidência de Guzmán Blanco (1870-1888), o culto a Bolívar se tornou algo oficial com um “batismo institucional da religião bolivariana” (Caballero, 2007, p. 23), passando a ser utilizado pelos presidentes venezuelanos no intuito de atribuir a eles as qualidades presentes no libertador (força, moral e liderança), simbolizadas pelo uso da espada de Simón Bolívar. Desde então, o culto a Bolívar esteve presente na vida política da Venezuela e sobreviveu por gerações, pois “sucessivos presidentes e generais [...] prestaram uma obediente homenagem ao libertador”. (ACRE e SILVA, 2015, p. 133).

O projeto da Revolução Bolivariana se mostrou como uma potente alternativa ao modelo de estado capitalista em pleno século XXI. Contudo, é importante ressaltar que este projeto se inicia no decorrer da própria revolução. Conforme Abreu:

Inicialmente, o MBR não tinha como aspirações políticas a superação da estrutura capitalista, mas representavam a insatisfação popular frente a exploração que vivia a população venezuelana na época. A teoria socialista é incorporada ao movimento quando este se torna um movimento de massa e quando Chávez se transforma no representante da esquerda com maior apoio popular até então. O MBR-200 tinha como base ideológica a junção dos pensamentos de Simón Bolívar, Simón Rodríguez e Ezequiel Zamora. Por meio da leitura de três sujeitos históricos indispensáveis para a história venezuelana, Chávez traça teses de independência através da consolidação do Estado Nacional, de soberania, justiça social, inclusão, igualdade e integração da América Latina. É com o MBR-200 que se começa a construir a base de um movimento mais amplo de caráter popular e com base ideológica bolivariana, que está presente e atuante na Venezuela hoje. (ABREU, 2019, p. 84).

O primeiro mandato de Chávez se orientou mais para mudanças políticas do que econômicas, assim a Quinta República⁷¹ foi marcada por eleições, referendos e plebiscitos. A *Asamblea Nacional Constituyente* reconheceu os direitos indígenas, ambientais, ampliou o conjunto de direitos sociais e reorganizou os poderes públicos, integrado pela procuradoria e pela nova figura da defensoria do povo. Conforme explicita um dos participantes da pesquisa:

⁷¹ Conforme Cortés (2016), “El Movimiento Quinta República – MVR surge la alternativa electoral del chavismo. La base fueron las fuerzas del MBR-200 y el liderato especialmente constituido por los militares que se habían sublevado en 1992”.

As propostas de Chávez deram força e foram responsáveis por incentivar e fomentar a organização dos conselhos comunais e das comunas. Antes de Chávez não tinha participação do povo. Isso foi uma mudança brutal. (ENTREVISTADO C- 57, 2020).

Logo em seu primeiro discurso, Chávez já anuncia o compromisso com a constituinte:

[...] Já que tenho um compromisso com o povo, decidi adiantar a assinatura do decreto que convoca o referendo [pela Assembleia Constituinte]. Não esperarei até 15 de fevereiro, como já disse. Não, há um clamor pelas ruas, é um clamor do povo. Assim, dentro de poucos minutos, no palácio do governo de Caracas, em Miraflores, juramentarei aos membros do gabinete e em seguida convocarei o primeiro Conselho Extraordinário de Ministros. Hoje mesmo, antes de sair do palácio para ir ao encontro popular em Los Proceres [avenida dos desfiles em Forte Tiuna], assinarei o decreto presidencial chamando o povo venezuelano para o referendo. Isso é simplesmente um compromisso, uma ordem do povo. Eu estou aqui para ser instrumento de um coletivo, por isso, senho- 56 A guerra de Hugo Chávez contra o colonialismo res do Congresso, senhor presidente do Congresso, senhor presidente da Câmara dos Deputados, honoráveis senhores e deputados, creio que estou economizando um pouco de trabalho, de angustias, de correrias e amarguras. Não, agora! Agora! O referendo se dará, e hoje mesmo terei o gosto de entregar ao senhor presidente do Congresso Nacional Eleitoral uma carta de solicitação para que sejam tomadas todas as providências necessárias para preparar o referendo dentro dos termos que indica a lei, entre 60 e 90 dias. Em poucas horas, meu governo introduzirá aqui no Congresso a solicitação de uma lei habilitante que possibilite enfrentar os problemas em curto prazo, porque o povo não pode esperar a Constituinte e essa é uma verdade absoluta. A Constituinte não é uma panaceia, nunca a colocamos sob esses termos. Tem um objetivo fundamental, como a transformação das bases do Estado e a criação de uma nova República, a refundação da República, a relegitimação da democracia. Esse é o objetivo fundamental da Assembleia Constituinte. (AUMENTA, 2010, p. 59).

A principal e mais significativa alteração que se observa nessa nova Constituição é a introdução da *participação protagônica* como eixo estruturante do novo Estado Bolivariano que se pretendia construir. Logo, o artigo 70 anuncia:

Son medios de participación y protagonismo del pueblo en ejercicio de su soberanía, en lo político: la elección de cargos públicos, el referendo, la consulta popular, la revocatoria del mandato, las iniciativas legislativa, constitucional y constituyente, el cabildo abierto y la asamblea de ciudadanos y ciudadanas cuyas decisiones serán de carácter vinculante, entre otros; y en lo social y económico, las instancias de atención ciudadana, la autogestión, las cooperativas en todas sus formas incluyendo las de carácter financiero, las cajas de ahorro, la empresa comunitaria y demás formas asociativas guiadas por los valores de la mutua cooperación y la solidaridad. (REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA, 1999, p. 14).

Isso inaugurou formas participativas de exercício da democracia, reconhecendo mecanismos de *participação direta*, como as assembleias de cidadãos e cidadãs, entre outros. Conforme explicita Caruso (2017, p. 173):

Houve também um avanço no sentido de reduzir o poder das elites partidárias que, durante o regime puntofijista, praticamente controlaram o sistema político venezuelano. Além do artigo 62, que afirma ser dever do Estado “facilitar” a participação popular direta nas decisões, também foram eliminados os subsídios aos partidos políticos e imposta a realização de eleições internas nas agremiações, tanto para a seleção dos candidatos aos cargos representativos quanto aos postos de direção partidária.

Nesse primeiro período presidencial, que inicia em 1999, o governo apresentou o “*Programa Económico de Transición (1999-2000)*”, que foi posteriormente atualizado pelo documento denominado “*Programa Económico 2000*”, que continha algumas de suas propostas iniciais:

La propuesta de Hugo Chávez para transformar a Venezuela: Una revolución democrática, abolir la Cuarta República y la construcción de un nuevo texto constitucional. Este periodo inicial entre los años 1999 a 2001 tuvo como objetivo económico el fin de la agenda neoliberal. Como hecho destacado de este periodo tenemos la formulación de una nueva Constitución Política con un articulado que definirá las líneas generales de lo que será la reforma y la construcción de una nueva hegemonía en el Estado, respaldada especialmente desde el estamento militar y en alianza con los sectores políticos que conformaron el Polo Patriótico. (CORTÉS, 2016, p. 84).

A partir de então, o governo deu início a uma série de reformas que tinha por interesse fazer avançar o processo de mudanças na Venezuela. Uma delas foi a criação da *Ley de Consejos Comunales de Planificación Pública*. No mesmo ano, o presidente Chávez aprovou um pacote de 49 Leis Habilitantes, com o intuito de reverter as reformas neoliberais postas em prática ao longo da década de 1990. Entre as 49 leis, destacamos algumas das mais importantes que tem relação com a questão agrária, apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1 - Leis Habilitantes (1999– 2007).

Número	Lei
01	Ley de Tierras y Desarrollo Agrario-LTDA
02	Ley Especial de Asociaciones Cooperativas-LEAC
03	Ley Orgánica de Seguridad y Soberanía Agroalimentaria
04	Ley Orgánica de Contribuciones Parafiscales para el Sector Agrícola
05	Ley Orgánica de los Espacios Acuáticos e Insulares
06	Ley de Salud Agrícola Integral
07	Ley de Geografía, Cartografía y Catastro Nacional
08	Ley de Geografía, Cartografía y Catastro Nacional
09	Ley de beneficios y facilidades de pago para las deudas agrícolas y rubros estratégicos para la seguridad y soberanía Alimentaria.
10	Ley del Banco Agrícola de Venezuela.
11	Ley de mercadeo agrícola
12	Ley de pesca y acuicultura.
13	Ley de Creación del Fondo para el Desarrollo Agrario Socialista
14	Ley de Reforma Parcial de la Ley de Crédito para el Sector Agrícola.
15	Ley Especial de Defensa Popular contra el acaparamiento, la especulación, el boicot y cualquier otra conducta que afecta el consumo de los alimentos o productos sometidos a control de precios.
16	Ley sobre Mar Territorial, Plataforma Continental, Protección de la Pesca y Espacio Aéreo.
17	Ley mediante la cual se dispone que los Productos Agrícolas están facultados para Asociarse a los efectos de concertar condiciones de comercialización de sus productos.
18	Ley del Instituto Nacional de Investigaciones Agrícolas.
19	Ley del Banco de Desarrollo Agropecuario
20	Ley de remisión, reconversión y consolidación de las deudas de productores agropecuarios.
21	Ley de demarcación y garantía del hábitat y tierras de los pueblos indígenas.
22	Ley Forestal de Suelos y Agua.
23	Ley de abonos y demás agentes susceptibles de operar una acción beneficiosa en plantas, animales, suelos o aguas.
24	Ley General de Puertos.
25	Ley Forestal de Suelos y Agua.
26	Ley de Hidrocarburos.

Elaboração da autora DIAS, (2019).

Dessas leis, três leis em especial merecem destaque, pois estão diretamente ligadas a questão agrária venezuelana: a) a *Ley de Tierras y Desarrollo Agrario*; b) a *Ley de Pesca y Acuicultura*; e a c) a *Ley de Tierras*, que criou o Instituto Nacional de Tierras/INT e deu início a uma Reforma Agrária que desencadeou um conflito envolvendo as grandes organizações de produtores, camponeses e o Estado. Além da terra, regulamentou-se tanto o direito dos camponeses a terra, quanto o objetivo constitucional de segurança agroalimentar e, ainda, estabeleceu-se como meta a eliminação do latifúndio. Quanto à desapropriação de terras, Cortés (2016, p. 105. Tradução nossa) salienta que

la expropiación es una de las medidas que puede tomarse por parte del Estado dada la utilidad pública o de interés social de las tierras con vocación de uso agrícola declarada por la LTDA. Este tipo de tierras desde ese momento quedan sujetas a los planes de seguridad agroalimentaria de la población, conforme a lo previsto en el artículo 305 de la Constitución Política de la República. La anterior no es una novedad de la nueva normatividad, pues ya desde la Ley de Reforma de 1960 consagraba la posibilidad de expropiación con indemnización como ocurre aún en la actualidad incluso con criterios menos favorables para el propietario a quien podían diferírsele los pagos en cuotas o con títulos de la deuda pública. Siendo la expropiación una posibilidad legal es importante distinguir entre las recuperaciones que hace el Estado de tierras de este que no cuentan con título de propiedad en donde se valoran y se pagan las bienhechurías, de las que son propiedad privada, en las que de acuerdo a lo propuesto por el Ejecutivo nacional la expropiación sigue el denominado método Chaz, que consiste en buscar un acuerdo entre las partes que en muchos casos ha dejado muy satisfechos a los propietarios.

A reforma agrária na Venezuela desde 1999 vem tomando destaque entre as reivindicações e conquistas do movimento bolivariano. A Frente Nacional Campesina Ezequiel Zamora (FNCEZ) é protagonista entre as organizações populares que lutam pela reforma agrária no país e conta com o apoio das Milícias Bolivarianas Campesinas. (RODRIGUES, 2012). Dessa maneira, encontramos diversas propostas de luta contra o latifúndio e segurança alimentar na constituição.

De acordo com Cortés (2016, p. 86. Tradução nossa):

Establecer programas integrales de desenvolvimiento rural que garantam a segurança alimentar mediante a promoção da produção agrícola básica e do agronegócio. Para o alcance da segurança alimentar, pretende-se promover o uso racional das terras agrícolas, respeitando a perda de propriedade, erradicando a posse e penalizando a propriedade ociosa. “É necessário enfatizar que este programa terá como objetivo a otimização do uso da terra, aplicando como racionalidade básica, o reconhecimento dos direitos de propriedade privada sobre a desigualdade, dentro dos parâmetros de uma ocupação definitiva e absoluta de terras improdutivas. e a imposição de pena severa às terras que permanecerem inativas”(República Bolivariana da Venezuela, Presidência da República, 2001). O

primeiro incluiu a reorganização da comercialização de produtos e insumos agrícolas e a melhoria da capacidade produtiva dos combustíveis existentes. Por outro lado, estabelece como promover formas de capacitação e financiamento no meio rural, promovendo as microempresas estabelecidas como as grandes promotoras de intercâmbio dentro da rígida estrutura agrária venezuelana, para isso, proporcionando capacitação gerencial e assistência técnica aos camponeses, se assim o desejarem. estabelecer oficinas de apoio técnico a partir das quais esses novos empresários recorrerão em busca de ajuda profissional nas áreas que visam suas empresas "(República Bolivariana da Venezuela, Presidência da República, 2001, p. 71). A transformação dos camponeses na fazenda como horizonte da forma camponesa de reforma agrária, nenhum exemplo de expropriação e coletivização da terra como ocorrerá na revolução socialista, campanha baseada no respeito à propriedade privada neste país. meios de produção, o objetivo é transformar os camponeses em burguesia com a respectiva comercialização de seus excedentes e geração de renda.

Dentro do projeto das Missões Sociais, a reforma agrária, a regularização da posse de terras e o financiamento para os pequenos produtores são englobados na *Gran Misión AgroVenezuela* e na *Missão Zamora*. Mas, é importante salientar que outras diversas *Misiones* foram implementadas no país nos últimos anos, destinadas a promover a atividade agrícola de pequena propriedade, a desburocratizar e baratear os custos de emissão de documentos para os camponeses e ainda programas focalizados na população indígena e quilombola, voltados a melhorar suas condições sociais.

De acordo com dados oficiais⁷², a *Gran Misión AgroVenezuela* o programa tinha a missão de fortalecer a produção nacional de alimentos, por meio do apoio técnico, financeiro e logístico a pequenos, médios e grandes produtores, principalmente nos setores de hortaliças (milho, arroz, soja, girassol, hortaliças, batata, cana-de-açúcar, café e cacau); pecuária (frango, ovo, porco, leite, cabras, ovelhas e bovinos); pesca e aquicultura (atum, camarão). E tinham como objetivos específicos:

Fomentar el registro de todos los habitantes de Venezuela que tengan posibilidades de producir alimentos;
 Asegurar un apoyo económico tanto público como privado para producirlos;
 Proveer de todos los bienes necesarios y medios mecánicos para ello;
 Ofrecer técnicos que aseguren el adecuado desarrollo de esta producción de alimentos;
 Alentar la agricultura urbana para proporcionar alimentos al país.
 (MINISTERIO DEL PODER POPULAR PARA LA AGRICULTURA Y TIERRAS, 2012, s/p)

⁷² Disponível em: <https://plataformacelac.org/programa/347>

Interessante salientar que embora boa parte dos alimentos consumidos atualmente na Venezuela continue sendo importado, o país conseguiu realizar um incremento de 44% na produção agrícola desde 1998 (RODRIGUES, 2012). Outro dado importante é fruto de um levantamento realizado pelo Instituto Nacional de Terras:

se verificou que dos 6.762.399196 hectares de terras pertencentes a latifúndios no país, no ano de 1998, foram expropriados até 2011, 3.654.681 hectares, o equivalente a 54%. Ainda que boa parte dos alimentos consumidos na Venezuela continuasse sendo importados naquele período, o país conseguiu realizar um incremento de 44% na produção agrícola desde 1998. (RODRIGUES, 2012, p. 194).

A produção agrícola pecuária do país também sofreu um aumento significativo, conforme a pesquisadora (RODRIGUES, 2012, p. 196):

[...] mais de 80%, chegando a 4.699.120 toneladas em 2010. A *Missão Alimentación* foi uma resposta direta do governo Chávez frente à escassez de produtos e alimentos fruto dos paros petroleros de 2002-2003. O governo precisava de uma rede para a distribuição dos alimentos que não estivesse ligada às bases opositoras. Para isso, criou a empresa Mercado de Alimentos (MERCAL C. A), sob o controle acionário da Corporación Venezolana Agrária. Outras empresas, todas ligadas ao Ministério da Alimentação, foram vinculadas ao programa de segurança e soberania alimentar. Com a rede de distribuição articulada e com os recursos disponíveis, faltava a estrutura organizativa que comporia a Missão.

Cabe ressaltar que no espaço agrário diversas ações foram implementadas pelo Estado de apoio ao setor camponês para o fornecimento de terras e, especialmente, para o desenvolvimento da produção agrícola. Conforme o quadro abaixo.

Quadro 2 - Ações desenvolvidas no território agrário (2000 – 2012)

Ano	Missão/Fundação	Ações
2000	Se funda el Frente Campesino Revolucionario Simón Bolívar	Aparecen los primeros Comités de tierras en el Estado Lara
2001	Sistema de Asociaciones Rurales Auto organizadas. Plan País: Pueblos Agroindustriales Sostenibles. Se funda el Frente Campesino Revolucionario Ezequiel Zamora-FCREZ	El FCREZ mantiene nueve programas de radio, uno de ellos internacional.
2003	Cartas Agrarias Se funda la Coordinadora Agraria Nacional Ezequiel Zamora. Misión Zamora.	Las Cartas Agrarias autorizan ocupación de tierras públicas por campesinos pobres.
2004	Misión Vuelvan Caras. Nacen los Fondos Zamoranos. Ley Especial de Asociaciones Cooperativas.	Los Fondos Zamoranos decayeron desde el 2007 y fueron remplazados por Empresas de Producción Social.
2005	Se funda el Movimiento Campesino Socialista Jirajaras.	Nace en medio de toma de tierras en el Estado Yaracuy, se expandió al centro occidente, recibe ayuda de funcionarios oficiales, es el segundo más grande. El gobierno habla por primera vez de avanzar hacia el Socialismo del Siglo XXI.
2006	Primer Encuentro Nacional de Cajas Rurales.	Se organiza a campesinos pobres junto a Consejos Comunales para programas de microfinanzas.
2007	Misión Che Guevara. Primer Encuentro de Mujeres Campesinas. Se divide el FCREZ y nace el Movimiento Campesino Ezequiel Zamora. Nace el Frente Nacional Campesino Simón Bolívar. Se fundan los Consejos Socialistas Campesinos.	Los Consejos Campesinos son promovidos por el gobierno.
2008	Nace el Movimiento de Tierras Urbanas.	Agrupa obreros rurales y promueve planes de siembra en las ciudades. Articula acciones con los movimientos campesinos.
2009	Primera Asamblea Nacional de Movimientos Sociales contra el sicariato campesino.	
2010	CIARA. Fundación de Capacitación e Innovación para apoyar la Revolución Agraria. Se fundan las milicias campesinas como parte de las milicias bolivarianas.	CIARA actúa a través de Consejos Comunales y las Federaciones Campesinas.
2011	Se funda el Frente de Trabajadores Rurales "Tierras y Hombres Libres".	
2012	Se crea la Federación Nacional de Consejos del Poder Popular de Pescadores y Pescadoras, Acuicultores y Acuicultoras.	Organiza obreros rurales de los Estados Vargas y Aragua. Se relaciona con el Jirajaras.

Elaboração da autora (DIAS, 2020) a partir de dados de Cortés (2016).

Já a *Ley de Pesca* gerou também um grande impacto, pois atendeu às reivindicações históricas dos pescadores artesanais que viam seu espaço de trabalho cada vez mais dominado pela pesca industrial e predatória. Essa lei garantiu e ampliou espaços exclusivos para a pesca artesanal. A FENAPESCA (Federação que representa as Empresas envolvidas no ramo da Pesca Industrial) entrou com recursos na Justiça alegando a inconstitucionalidade da lei. Finalmente, a *Ley de Hidrocarburos* representou um fortalecimento do controle estatal sobre a produção petroléira. Teve por objetivo reverter o grau de autonomização adquirido pela PDVSA ao longo da década de 1990.

De acordo com análise de Barros (2006), a partir da *Lei de Hidrocarbonetos*, o governo passou a exigir que o capital venezuelano tivesse maioria acionária nas parcerias petroléiras estrangeiras atuantes no país, aumentando, também, de 16,6% para 30% os *royalties* cobrados sobre o barril do petróleo. A partir de um maior controle do excedente petroléiro é que no ano de 2003 tem início na Venezuela um programa de políticas sociais de massas, denominado “*Misiones Bolivarianas*”. Foi a primeira vez que um esforço dessa magnitude foi feito para distribuir de maneira mais equitativa as riquezas advindas do petróleo. No entanto, isso não significou uma mudança estrutural da economia venezuelana, conforme salienta um dos entrevistados:

[...] a revolução popular bolivariana colocou a renda do petróleo para os interesses da maioria, uma distribuição social da riqueza como nunca havia se visto antes, no entanto, não transformou radicalmente a estrutura produtiva da Venezuela. (ENTREVISTADO C-53, 2020).

O presidente Hugo Rafael Farías Chávez também nacionalizou boa parte dos recursos naturais por meio da “nova lei de hidrocarbonetos”, que estabeleceu o domínio do Estado venezuelano sobre os combustíveis fósseis e o limite de 49% para a propriedade privada em atividades para a extração de petróleo e gás. Conforme os dados:

O processo revolucionário, além de colocar o povo como um ator ativo na política interna e externa do país, é responsável também por transferir a renda petroléira a parte da população que antes de 1999 não se beneficiava das riquezas de seu país. Por esse motivo, uma das bases da Revolução Bolivariana está na defesa das riquezas, minérios e recursos energéticos da Venezuela. Nesse caso, a noção de soberania do Estado sobre os seus recursos energéticos é potencializada com a revolução e o poder sobre o petróleo, antes destinado apenas para as grandes empresas, agora passa a ter uma função nacional. (ABREU, 2019, p.39).

Nesse contexto, ocorre um golpe e um contragolpe na Venezuela. As classes dominantes estavam sendo atingidas pelas políticas do projeto Bolivariano, que começava a distribuir os excedentes do petróleo para a população. A elite venezuelana reivindicou o golpe em favor da democracia e da livre liberdade para o povo da Venezuela, pois segundo a mesma o governo está cerceando as liberdades dos cidadãos venezuelanos. Entretanto, o que ocorreu na verdade é que o governo de Hugo Chavez representava um problema para as políticas neoliberais, os mais prejudicados são os bancos e os grandes especuladores estrangeiros. Conforme argumenta o pesquisador venezuelano, houve pelo menos três motivos mais objetivos para o golpe de 2002:

O primeiro objetivo teria sido elevar a produção de petróleo diário aos seis milhões de barris – em 1998 alcançou-se a cifra de apenas dois milhões. Mesmo que esse aumento unilateral tivesse feito baixar o preço do óleo cru (sem contar os outros membros da Opep, da qual a Venezuela faz parte), o aumento da produção poderia ter aportado aos caixas do Estado um enorme fluxo de dólares. Seria como dizer que arremato tudo porque necessito de liquidez, não importando a perda de patrimônio. O segundo objetivo foi o de, no contexto do aumento de produção, que a PDVSA fosse cotizada na bolsa de valores de Nova York, começando com 30% das ações. Esta política, ao final do ano de 1998, finalizado o mandato presidencial de Caldera, fez cair o preço do petróleo abaixo de dez dólares o barril, além de subir os custos de gestão da PDVSA em mais de 65% de seu faturamento. Estes eram os objetivos declarados. E o terceiro era o que haveria de ter levado o senhor Giusti à Presidência da Venezuela, senão em seguida, no período 1999- 2003, no seguinte, mas estando sempre o poder nas mãos de um testa de ferro, oportunamente pilotado pela oligarquia venezuelana e que, eventualmente, se pudesse destinar como bode expiatório de uma política bastante destrutiva. Em 1998 a PDVSA declarou que a reserva garantida de petróleo duraria por uns 80 anos, avaliados com base na produção diária do período; portanto, triplicando a produção diária, esse período de duração se reduziria a menos de 30 anos! Sim, a PDVSA havia sido cotizada na bolsa de valores nestas condições, e em 1999 as transnacionais haviam feito dela o que queriam e privado a Venezuela de seu maior recurso. Alguém podia perguntar-se: mas se as reservas de petróleo estivessem limitadas, por que tanto interesse, de um lado, em vender, e, de outro, em comprar? Nada mais simples: a Venezuela faria um verdadeiro bom negócio, porque se livraria de uma sociedade que empobrecera em menos de uma década, além de livrar-se dos EUA, que, como grandes filantropos que sempre foram, teriam ajudado de bom grado um país pobre a se levantar ao menos um pouco. Nobres causas e nobres propósitos. Contudo, como estamos acostumados durante esses anos, tudo isso não passava de grandes e descaradas mentiras! Durante a Presidência de Giusti se realizaram prospecções, explorações do subsolo, em todo o país, mas os resultados foram bem escondidos, sobretudo dos venezuelanos, não dos políticos, obviamente. (AUMENTA 2010, p. 77).

No entanto, esse golpe que a elite deu contra o presidente Hugo Chavez, junto aos norte-americanos, foi também um golpe contra os interesses da maioria do

povo venezuelano, que se mostrou totalmente contrário e, para surpresa da elite, fizeram um contragolpe, recolocando o presidente Hugo Chavez no poder.

As Missões Sociais foram uma das bases de sustentação política e social do governo Chávez. Sendo assim, a questão militar não poderia deixar de possuir sua própria Missão. O objetivo da *Missão Miranda* é a organização, capacitação e retreinamento dos reservistas das Forças Armadas, visando assegurar a defesa militar e a participação ativa no desenvolvimento da nação. E, ainda, capta os reservistas desempregados e os incorpora aos programas de formação para o cooperativismo e para a microempresa. Após o decreto das Leis Habilitantes em 2008, instauraram-se as unidades e corpos da reserva militar como unidades da Milícia Popular Bolivariana. Rodrigues (2012, p. 103) ressalta:

Além dos militares reservistas, as Milícias são compostas por civis. Estes recebem treinamento militar e são instruídos a defender a Revolução Bolivariana, numa perspectiva de movimento e atuação contínuos. A ideia de integrar as Milícias às Forças Armadas se relaciona com a aliança cívico-militar e com a ideia de corresponsabilidade pela defesa da nação, apregoadas pelo presidente Chávez desde sua eleição em 1998. Com a atuação requerida nos mais diversos setores da sociedade, os militares passam a ser responsáveis pelo desenvolvimento da nação, tal qual a sociedade civil; e a sociedade civil passa a ser responsável pela defesa desta, tal qual os militares. A ideia principal das Milícias é utilizar a experiência dos reservistas a fim de treinar militarmente o povo. Assim, as Milícias, parte específica das Forças Armadas, são identificadas pelo governo como a melhor expressão contemporânea do que, desde a época de Bolívar, se conhece por “pueblo en armas”.

Um dos ícones da política social venezuelana na última década e meia tem sido a *Misión Barrio Adentro*⁷³, destinada a prover bairros empobrecidos e favelas de serviços médicos e ambulatoriais. Segundo os dados oficiais, foram realizadas, entre 2003 e 2013, cerca de 656 milhões de consultas médicas no âmbito dessa missão. (RODRIGUES, 2012, p.181). Foram criadas também outras missões, voltadas a combater o analfabetismo e a elevar o nível educacional médio da população, como a *Misión Robinson*⁷⁴. Conforme aponta a pesquisadora Rodrigues (2012):

A primeira Missão educativa a ser criada foi a Missão Robinson em junho de 2003. Trata da alfabetização de jovens e adultos. Seu material didático e seu sistema pedagógico também foram cedidos por Cuba. Esta Missão iniciou suas atividades contando com a participação de 74 técnicos cubanos

⁷³ Disponível em: <http://www.mpps.gob.ve/index.php/sala-de-prensa/notnac/449-mision-barrio-adentro-celebra-17-anos-llevando-salud-gratuita-al-pueblo-venezolano-con-amor-y-solidaridad>

⁷⁴ Disponível em: <http://vicepresidencia.gob.ve/especial-mision-robinson-17-anos-revolucionando-la-educacion-a-traves-de-la-alfabetizacion/>

e cerca de 50 mil voluntários, em sua maioria oficiais e suboficiais das Forças Armadas. [...] Os resultados desta Missão surpreendem: contando com quase 130 mil “facilitadores”, a Missão Robinson I alfabetizou 1.678.671 pessoas, até o ano de 2009. (R. B. de VENEZUELA, 2010i, p. 28). Segundo a CEPAL o índice de analfabetismo do país que era de 11,1% da população com mais de 15 anos de idade em 1990, baixou para 4,8% no ano de 2010.95 Em 2005 a Venezuela foi declarada pela UNESCO um “território livre do analfabetismo”, condição delegada aos países que possuem taxas de analfabetismo abaixo de 5%. Francis Mary Nogueira e Maria Lucia Rizzotto afirmam que “1,5 milhão de pessoas que participaram desta Missão”. (RODRIGUES, 2012, p. 183).

Paralelamente, criaram-se as Missões Ribas e Sucre com o objetivo de garantir o ensino primário aos alunos que iam sendo alfabetizados. E, também, a *Misión Ribas*, destinada a preparar as pessoas que aspiravam chegar a um curso universitário.

A Missão Sucre, por sua vez, trata de incorporar “a todos aquellos hombres y mujeres que, durante años, fueron ignorados por el sistema nacional de educación superior”. (R. B. de VENEZUELA, 2007f, p. 22). Na Venezuela, o processo de seleção de estudantes para o Ensino Superior era extremamente exclusivo e demonstrava a intensa segregação sócio-econômica do país. Apenas 13% dos candidatos inscritos neste processo de seleção no ano 2000 foram aprovados. (D’ÉLIA, 2006, p. 105). Atualmente os critérios para selecionar os candidatos são: a condição sócio-econômica (pessoas de classe média-baixa ou em situação de pobreza); a conclusão do Ensino Médio antes de 1990; a condição de habitação em cidades onde haja uma procura acentuada pela Missão Sucre (entre 200 e 600 candidatos registrados); a situação de desemprego; e\ou trabalho temporário e informal. (Ibidem, p. 110). O pontapé inicial para a criação da Missão Sucre foi a criação do Ministério de Educação Superior – que passaria a ser o órgão executor e responsável pela Missão – e da Universidade Bolivariana de Venezuela (UBV). A UBV dispõe de cursos como, direito, comunicação social, educação, estudos políticos, administração, turismo, tecnologia de alimentos, engenharia de gás e polímeros, química, geologia e minas, elétrica e eletrônica, construção civil, matemática, manejo de emergência e ação contra desastres, artes plásticas, desenho, medicina integral comunitária, entre outros. (RODRIGUES, 2012, p. 184).

Ainda conforme Rodrigues (2012), para além das Missões o governo bolivaiano desenvolveu importantes ações para a educação pública da classe trabalhadora, tais como:

[...] a isenção da taxa de matrícula que era cobrada há décadas para o ingresso no sistema público de ensino em quaisquer de seus níveis de formação. Com o advento da Constituição de 1999 esta taxa foi extinta (Artigo 103º) e ficou estabelecido que a educação é “un derecho humano y un deber social fundamental, es democrática, gratuita y obligatoria”. (Artigo 102º) Outra regulamentação importante é a Lei Orgânica de Educação de 200997, onde se estabelece que a educação na Venezuela é “pública y social, obligatoria, gratuita, de calidad, de carácter laico, integral, permanente, con pertinencia social, creativa, artística, innovadora, crítica, pluricultural, multiétnica, intercultural y plurilingüe”. (Artigo 3º). Nesta lei, é

reiterada a gratuidade obrigatória da matrícula em todos os níveis do ensino público. (RODRIGUES, 2012, p. 185)

Outro programa muito simbólico do esforço venezuelano de superação da pobreza foi a *Gran Misión Vivienda (GMVV)*⁷⁵ que se originou das *Missões Vivienda-Habitat e Villanueva*.

A criação da GMVV pode ter sido impulsionada pelas fortes chuvas que ocorreram em outubro de 2010 no país. A catástrofe natural deixou milhares de desabrigados. Na ocasião, Chávez anunciou um plano de emergência para a construção de moradias com um investimento inicial de 1,5 bilhão de dólares. A GMVV planeja construir 2 milhões de moradias entre 2011 e 2017, montante que, segundo o governo, cobriria o déficit habitacional venezuelano. Apenas entre janeiro de 2011 e agosto do mesmo ano foram construídas e entregues 45.000 casas ao mesmo número de famílias em todo o país. (RODRIGUES, 2012, p. 204).

Conforme dados do site do Governo Bolivariano⁷⁶, no ano de 2018 foram entregues 1.900.000 casas o que significa 63, 33% da meta de 3.000.000 moradas para o ano de 2019. E mesmo diante da Pandemia do COVID-19 a GMVV entregou o total de 3.100.000 casas para população no ano de 2020. Rodrigues (2012) sinaliza de modo geral os impactos e os investimentos gerais gerados na políticas públicas a partir das Missões Sociais:

O conjunto das políticas públicas e sociais do governo Chávez – incluindo as políticas públicas tradicionais e as Missões – recebeu em investimento de 400 bilhões de dólares entre 1999 e 2010. Somente no ano de 2011, o investimento nos setores sociais chegou a 91 bilhões de bolívares⁷⁹ (cerca de 21 milhões de dólares). Índices expressivos que definitivamente contribuíram para a positiva variação dos indicadores sociais do país. A pobreza, por exemplo, disseminada entre 49,4% da população em 1999 foi reduzida para 27,6% em 2008. A mesma toada foi percebida no índice de indigência: de 22,2% da população em 2002 para 9,9% em 2008. (RODRIGUES, 2012, p. 172).

Sobre o papel das missões na organização popular do povo venezuelano a pesquisadora Rodrigues (2012), contribui trazendo o debate das diferentes características dos programas das missões para a experiência das comunas:

As Missões, bem como algumas outras formas de organização popular – como as Comunas -, fomentam a idéia de que os trabalhadores organizados

⁷⁵ Disponível em: <http://www.minec.gob.ve/hace-ocho-anos-se-creo-la-gran-mision-vivienda-venezuela/>

⁷⁶ Disponível em: <http://vicepresidencia.gob.ve/?p=4677>

podem definir prioridades, lutar por elas e serem responsáveis pela transformação de sua realidade. As Missões quando comparadas às Comunas, por exemplo, possuem uma característica dissonante que é fundamental para compreendermos sua configuração: as Missões possuem um grau de autonomia em relação ao Estado muito menor quando comparadas às Comunas. O que implica no fato de que a esfera de ação revolucionária das Missões seja absolutamente limitada. Há, inclusive, no país um movimento de transferência gradual do protagonismo do processo: das Missões para as Comunas. Podemos perceber este fato ao considerarmos que há uma Missão que busca a proliferação e a consolidação das Comunas como instâncias de organização popular privilegiadas do movimento revolucionário. Trata-se da Missão 13 de abril, criada em 2008¹²⁵. Isto nos remete às declarações do governo de que a maior parte das Missões possui caráter temporário. Assim, é plausível indicar que o governo bolivariano, ponto nevrálgico de todo o movimento bolivariano, compreende que as Missões são um instrumento para diminuir os flagelos sociais frutos dos anos de neoliberalismo e são também um instrumento para fomentar o protagonismo popular e materializar a idéia de que os trabalhadores devem se organizar. (RODRIGUES, 2012, p. 207).

No próximo item, trataremos especificamente do último programa político do governo chavista, que buscou fomentar o desenvolvimento nacional endógeno através de três setores produtivos: *o estatal, o social e o privado*; ou seja, através de uma economia variada e mista.

3.6.1 Desenvolvimento Endógeno Chavista: o Cooperativismo, a Economia Social e o surgimento das Comunas.

“Para construir o socialismo, temos de recordar Fidel. Em uma resposta que ele deu a Ignacio Ramonet: ‘Qual foi um dos maiores erros que você cometeu? E Fidel disse: ter imaginado que alguém sabia como se construía o socialismo’. Nesse ponto, Fidel tem muita proximidade com Mariátegui, quando afirma: ‘o nosso socialismo não deve ser cópia, nem criação heroica’. Muito robinsoniano, como dizia Simón Rodríguez: ‘não podemos copiar modelos. Ou inventamos ou erramos! Trata-se de uma invenção. Diria uma obra de arte’.
(Hugo Chávez apud Rangel, 2013).

“Chávez contrapõe ao sistema existente de representação parlamentar a ideia segundo a qual ‘o povo soberano deve se transformar no objeto e no sujeito do poder. Chegamos a um ponto de não retorno e não nos é permitido retroceder. Para os revolucionários esta opção não pode ser negociável’.
(István Mészáros, 2007).

O debate sobre o “Socialismo do século XXI” na Venezuela é um debate polêmico. No entanto, é possível “rastrear” no próprio processo histórico o papel que Chávez atribui às cooperativas, a economia social enquanto saída para corrigir as desigualdades sociais, mas também enquanto possibilidade de construir paralelamente o “estado comunal”. Dessa maneira, há três momentos distintos em que Chávez vai construindo suas *alternativas protagônicas*. O primeiro se refere ao “*Plan de Desarrollo Económico y Social de la Nación*” dos anos de 2001 a 2007. O segundo, já mais amadurecido por Chávez, é a fase do “*Proyecto Nacional Simón Bolívar primeiro Plano Socialista*”, que ocorreu no ano de 2007 a 2013. E o último, “*Plan de la Patria - Programa del Gobierno Bolivariano 2013-2019*”.

No entanto, é necessário ressaltar que diversas experiências de autogoverno através de assembleias populares já faziam parte da experiência das classes populares venezuelanas, não surgem exatamente com a experiência chavista esse acúmulo. Conforme Maher (2016, p. 30), “enquanto o movimento operário e popular gestava suas primeiras experiências com assembleias populares, Chávez já construía o movimento conspiratório contra o corrupto e violento exército bipartidário”.

No começo do seu governo, Chávez já passava a imprimir propostas interessantes de algumas modificações nas relações produtivas. Como vimos, nesse período já afirmava que seu governo pretendia “*ir más allá del capitalismo, construyendo un nuevo sistema socio-económico, humanista, social. La economía social, no la economía del capital*” (CHÁVEZ, fala em Programa Alô Presidente, 2004). Conforme entrevistado C-63 (2020):

Chávez já no começo do seu primeiro governo trazia fortemente a questão das cooperativas e da economia social como alternativas, fazia transmissões constantes no programa Alô Presidente, primeiramente em rádio, televisiva e uma forte campanha de agitação e propaganda para educar o povo venezuelano aos novos rumos do país.

Embora não apontasse para uma transformação de tipo socialista, a Constituição Bolivariana de 1999 tinha vários artigos em defesa do que se denominou de *Economia Social*, ideia que foi reiterada diversas vezes não só nos discursos de Chávez, como também em uma série de legislações específicas para tal. No início da vigência do “*Plan de Desarrollo Económico y Social de la Nación*

2001-2007 (PDES)” estariam postas as bases econômicas e sociais para a transição ao padrão de desenvolvimento “fábricas fechadas, fábricas ocupadas”.

Ainda entre os anos de 2001 a 2003, a Venezuela viveu uma intensa agitação política entre governo e oposição, passando pela disputa no plano jurídico institucional.

La ofensiva de la oposición tenía como objetivo desestabilizar el nuevo régimen que había privado a las anteriores cúpulas de parte importante del aparato burocrático y amenazaba con avanzar en su ofensiva. El paro patronal de diciembre de 2001 convocado por FEDECAMARAS y la Central de Trabajadores de Venezuela – CTV desencadenarían una serie de actos que derivarían en el golpe de abril de 2002. Cada acto del gobierno era respondido por la oposición y viceversa, en un ambiente que se tornaba cada vez más convulsivo mientras el Estado se enfrentaba a problemas internos que impedían una mayor eficacia en el desarrollo de sus políticas: escasez y preparación del personal administrativo en tareas técnicas, resistencia de la planta administrativa del Estado establecida desde los anteriores gobiernos, temores de inflación por el crecimiento del gasto público. (CORTÉS, 2016, p. 86. Tradução nossa).

Em função da conjuntura política nacional pouco favorável, o governo necessitava buscar apoio para seu projeto em esferas não convencionais. E parece não ter encontrado muitas dificuldades para penetrar no seio das comunidades onde foram implementados os programas sociais delineados. De certa maneira, criam-se os *círculos bolivarianos* e os *comitês de base*, os quais eram grupos organizados pela população, que se reunia para discutir os problemas de sua comunidade e canalizá-los por meio do organismo competente para buscar sua pronta solução. Conforme um dos entrevistados C- 61 (2020):

Os círculos bolivarianos iniciaram assim como trabalhos de base, onde a comunidade já tinha certa organização comunitária e foi aprofundando, melhorando isso. Chávez encontrou no acúmulo das organizações comunitárias grande força para o desenvolvimento de seus projetos e programas sociais.

Em 2002, criou-se o *Ministério de Estado para el Desarrollo de la Economía Social* (MEDES), que deveria coordenar esses esforços em associação com uma série de órgãos de fomento, tais como o *Instituto Autónomo Fondo Único Social* (IAFUS), o *Banco del Pueblo Soberano*, BANMUJER, FODAMI e a *Fundación Pueblo Soberano*, conforme aponta Hintze (2010, p. 81):

Com a inflexão à esquerda do governo, em 2004, intelectuais marxistas como Carlos Lanz e Victor Álvarez Jr. foram nomeados para a coordenação dos programas de cooperativismo. Em um fórum na Biblioteca Nacional de Caracas, em 5 de outubro de 2004, Lanz declarou publicamente que as

propostas neoestruturalistas de Sunkel, até então encampadas pelo governo, eram incompatíveis com a pretendida ênfase na sustentabilidade e na “economia solidária /popular”, que estavam presentes na Constituição e no discurso de Chávez. As críticas de Lanz se inseriam na redefinição da consigna do desarrollo endógeno, que passou a ser baseada “en la prioridad de la ‘economía social’, la generación de fuentes de trabajo y la democratización de la producción”.

Nessa nova proposição, a orientação econômica se relacionava à busca por um reequilíbrio em relação ao território e à população, já que a economia de tipo rentista produziu distorções em termos regionais, seja na utilização de recursos ou no povoamento territorial como vimos no começo deste capítulo. Foi com base nesses princípios que o governo criou, em 2004, o Ministério para a Economia Popular (MINEP).

Nesse processo, também, ocorreram inúmeras expropriações de empresas, conforme previa a Constituição Bolivariana: a primeira nacionalização de maior vulto foi a da *Venepal S. A.* O presidente lançou uma campanha destinada a recolocar em funcionamento todas as empresas que foram deliberadamente mantidas fechadas por seus proprietários. Em seu programa na televisão, exortou a classe operária a ocupar essas fábricas, a partir da palavra de ordem “*Fábrica cerrada, Fábrica tomada por los trabajadores*”. (ROSA, 2014).

A partir daí, o número de ocupações deu um salto no país. Esse salto tem influência do próprio processo histórico dos trabalhadores venezuelanos, conforme sintetiza Rosa (2014, p. 66):

Os trabalhadores haviam defendido Chávez contra o golpe de abril de 2002, contra as paralisações patronais de 2002 e 2003 e frente ao referendo de agosto de 2004, que visava retirar Chávez da presidência do país. A derrota nestes episódios conferiu, por um lado, uma posição defensiva à oposição e, por outro, um clima de vitória entre os trabalhadores e os setores populares. O patrão não lhes parecia mais invencível. Poderiam, agora, derrotá-lo. Estava criado um terreno favorável para a propagação das lutas e ocupações de fábricas. Além disso, os trabalhadores vivenciavam novas experiências organizativas. Depois de participar dos Círculos Bolivarianos, começavam a 66 Flavia Bischain Rosa reconstruir um instrumento de luta sindical.

A *Misión Vuelvan Caras* cumpriria um objetivo mais ousado que os programas de cooperativismo até então existentes⁷⁷, qual seja o de “*dotar al modelo productivo*

⁷⁷ De acordo com Melcher (2008), desde o início do século XX, também na Venezuela, foram criadas cooperativas de poupança, serviços, construção e produção, especialmente agropecuárias. Um dos teóricos do cooperativismo na Venezuela, Carlos León, estudante da cooperativa francesa, Charles Gide, foi preso desde 1914. Ele teve que se exilar em 1923 devido à perseguição gomecista e encontrou um campo fértil de trabalho no México na década de 1930. No exílio, ele teve influência ideológica nos jovens oponentes contra Gómez, naqueles que se tornaram comunistas e, também,

con una orientación hacia la economía social, priorizando la participación económica colectiva y otorgándole un impulso al desarrollo y fomento de las políticas laborales y la seguridad social” (AZZELLINI, 2010, p. 235).

No ano de 2005, o governo avança na promulgação da *Ley Orgánica del poder Público Municipal* que, conforme Borges (2019), dentre outras atribuições, legitimava a participação popular nas decisões municipais através do *Consejo Local de Planificación Pública*, que deveria contar com a participação de conselhos comunais e conselhos paroquiais. Dá-se nesse momento um passo maior para a materialização e efetivação dos conselhos de planificação pública. Até meados de 2005 houve uma verdadeira proliferação de cooperativas e empresas sociais de produção, conforme a Tabela 8 a seguir.

Tabela 8 - Número de cooperativas por unidades econômicas

Cooperativas Registradas por Atividade Econômica Entre 1998-2005									
Atividade	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	Total
Produção Agropecuária	57	17	50	343	810	2.353	12.790	6.100	22.520
Transporte	236	21	70	246	444	851	3.558	3.463	6.889
Bens e Serviços	172	10	42	269	693	4.126	23.000	11.643	39.955
Consumo	63	7	5	35	117	241	586	112	1.166
Poupança e Crédito	193	3	19	14	33	91	290	68	711
Serviços Sociais	41.762	-	-	14	54	405	1.873	613	3.004
Total	762	58	186	921	2.151	8.067	42.097	20.003	74.245
Total Acumulada	762	820	1.006	1.927	4.078	12.145	54.242	74.245	

Elaboração da autora (DIAS, 2020) ⁷⁸

É evidente que essas ações não só reduziram a pobreza, mas subsidiaram uma nova práxis política, na qual a população é *protagonista* da construção de políticas públicas, tendo entre elas o cooperativismo como foco central, obviamente entre vários limites e contradições, porém, muito além dos tradicionais direitos

naqueles que se revelaram a Ação Democrática. Nos anos 1930, 1940 e depois de 1958, o debate e os esforços para criar soluções cooperativas foram muito animados, especialmente em relação à Reforma Agrária.

⁷⁸ Tabela construída por meio de dados disponibilizados pelo site do Ministério do Poder Popular Para Planificação e Finanças.

alcançados pela via do mercado capitalista e sancionados pelo Estado burguês (PAIVA; OURIQUES, 2005, p. 26).

Nesse momento histórico, boa parte dos militantes bolivarianos, seja nas fábricas ou nas cooperativas, já estava consciente de que o fato de uma empresa ter vários donos, ao invés de um só capitalista, não fazia dela uma empresa socialista e os desafios ficaram ainda maiores. Conforme aponta um dos entrevistados:

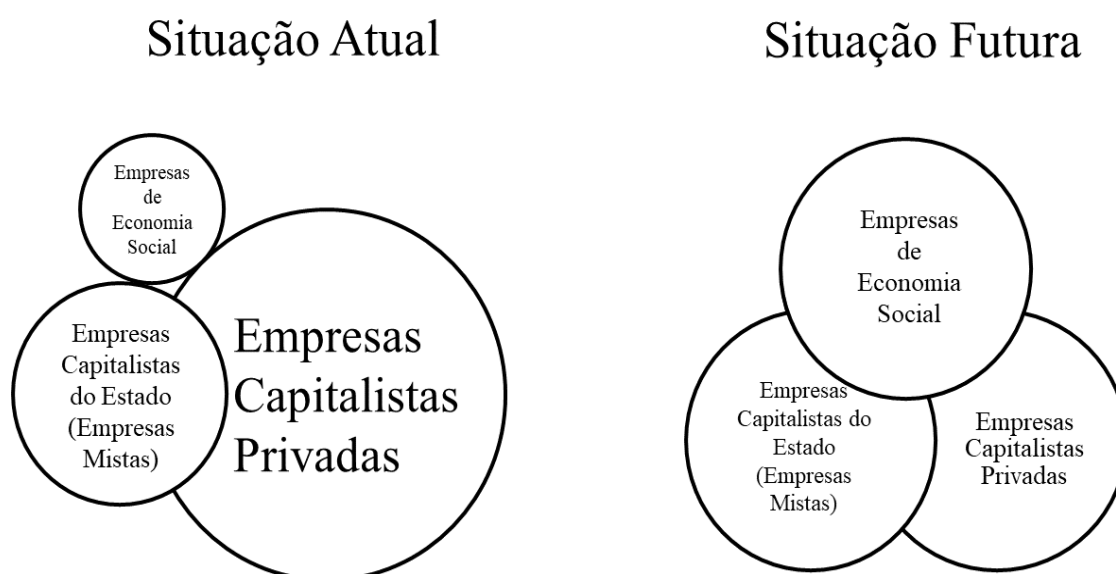
[...] as pessoas ainda tiveram acesso a muitas coisas e o processo a consciência não acompanhou isso. Quando foram expropriadas as empresas e os trabalhadores conformados entraram numa cooperativa e com as outras formas organizativas, acessaram essas empresas se sentiram mais como funcionários do estado do que membro ativo de uma cooperativa, muitos nem acessavam os cursos de formação. Logo não ajudaram na estruturação desses espaços, tiveram muitas contradições o processo inicial de expropriação e auto-organização dos trabalhadores. (ENTREVISTADO C-59, 2020).

Outra dificuldade encontrada pelos trabalhadores é a dificuldade de superação da relação patrão X empregado após a desapropriação de fábricas, pois os trabalhadores têm outro nível de complexidade na construção da autogestão e do desenvolvimento do controle operário. Ademais, os projetos, planos e formações naquele período não foram suficientes para que o proletariado aprendesse a controlar os meios de produção, principalmente no que se refere ao controle operário das fábricas ocupadas e/ou expropriadas.

A relação patrão empregado ainda estava muito mediada pela relação patronal. É para além do patrão se sentir patrão, é quando o empregado se sente empregado. Então quando tu entras pra trabalhar na cooperativa não se sente sócio se sente empregado. Então aí tu crias um patrão, então aí tu dás o poder pra ser mandado. (ENTREVISTADO, C-65, 2020).

Assim, com algumas dificuldades em desenvolver essas experiências nos programas mencionados, o governo reformulou seus programas de cooperativismo. Essa formulação já compõe a nova fase do papel do cooperativismo e da economia social na Venezuela a partir do “*Projeto Nacional Simón Bolívar primeiro Plano Socialista (2007-2013)*”, que sistematizou as diretrizes chavistas para a construção do chamado socialismo do século XXI. A partir daí, Chávez começa a propor a ideia das *Comunas*, agrupadas pelas cooperativas, empresas sociais e conselhos comunais, reunidas por aspectos sociais, produtivos e geográficos, de modo a conformar “eixos de desenvolvimento endógeno” de crescente amplitude territorial, voltadas para abarcar cadeias completas de produção, conforme analisaremos com a Figura 12:

Figura 12 - Esquema do Projeto Nacional Simón Bolívar primeiro Plano Socialista (2007 – 2013)



Elaboração da autora (DIAS, 2020) ⁷⁹

Enrique Vila Planes, arquiteto e assessor do Ministério do Planejamento e Desenvolvimento, faz a mais específica definição do que é *desenvolvimento endógeno* para o Governo Chávez:

El desarrollo endógeno de Venezuela es una concepción y acto político soberano para lograr el propio proyecto de Venezuela: desde, para y por dentro; y, además, desde, para y por abajo, tomando en cuenta los del medio y en acuerdo político con los de arriba (= el gobierno bolivariano). (VILA, 2005, p. 131).

Nas palavras de Chávez (2007, p. 248-249; 250; 257):

Nosso socialismo não exclui a propriedade privada, mas sim a reconhece. Inclusive, queremos dignificá-la, fazendo com seja reconhecida pela sociedade enquanto um elemento central. Aspiramos a que os proprietários sejam respeitados e que aceitem conviver com o Estado, sua Constituição e com as propriedades coletivas. Intencionamos um sistema misto que equilibre o social, econômico, político e territorial e que seja construído por toda a sociedade. Convido todos os grupos sociais, sem exceção, para o nosso projeto [...] é um compromisso fundamental e estou trabalhando muito para isso [...] não quero sair da presidência sem diversificar o nosso modelo produtivo.

⁷⁹ Tradução e construção a partir do documento oficial: **Proyecto Nacional Simón Bolívar Primer Plan Socialista – PPS. Desarrollo Económico y Social de la Nación (2007-2013)**. Disponível em: <https://www.mindbank.info/item/3135>

Com isso, Vila (2005) identifica o *desenvolvimento endógeno* como um processo de transformação estrutural da sociedade. Trata-se de um modelo produtivo baseado nas capacidades e necessidades venezuelanas, utilizando fundamentalmente seus próprios recursos, que visa motivar permanentemente a participação comunitária comprometida com o seu próprio planejamento social. As nacionalizações dos recursos naturais e empresas privadas, o fomento à organização produtiva comunitária e a criação da controladoria social e das Empresas de Produção Social (EPS) são apontadas como realizações importantes para a transição ao socialismo venezuelano. (Vila, 2005).

Segundo o relato de uma das lideranças entrevistadas C- 64 (2020):

“as comunas são responsáveis pela elaboração dos planos comunitários que dependem das regiões federais do governo. Também criam entidades que promovem planos especiais de desenvolvimento e através dos quais o presidente, no conselho de ministros, canalizam investimentos e outros recursos fiscais. As comunas podem construir sistemas de agregação, como cidades e federações comunais, mas elas devem ser estabelecidas pelo governo nacional”.

De acordo com Daal (2013, p. 98. Grifos nossos):

Comunas, constituidas como agregaciones de consejos comunales y deben cumplir una serie de requisitos bastante complejos para ser reconocidas legalmente. La legislación prevé la creación de varios consejos de autogobierno: el Parlamento Comunitario, que es el ejemplo de deliberación y toma de decisiones, y el Consejo Ejecutivo, órgano que los implementa. *El Consejo de Economía Común, el Banco Comunal, un Consejo de Contraloría y un Consejo de Planificación.*

O método organizativo das comunas é conhecido como ponto e círculo:

El proceso de integración transversal de las unidades socioprodutivas se fundamenta en la estrategia del “punto y círculo”, presentada por el Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez, el 19 de junio de 2010, como un modelo económico de transición al socialismo. De esta manera, se logran articular en una región determinada los diversos espacios productivos con un núcleo; dicho núcleo productivo debe vincularse con las comunidades aledañas. Lo anterior requiere la participación de diversos actores sociales como los consejos comunales, incorporando la tarea de formar y capacitar constantemente, tanto al personal de la unidad productiva como a la comunidad a través de la escuela en la fábrica, el seguimiento y la evaluación de la gestión empresarial –contraloría social– y la consolidación del proceso de intercambio de saberes, para generar y rescatar tanto los conocimientos como los valores tradicionales y contemporáneos que permitan avanzar en la construcción del Socialismo del Siglo xxi. Dentro de la estrategia la fábrica debe constituirse en un sitio donde se buscan soluciones a los

problemas locales, un espacio para el conocimiento, un lugar para el desarrollo humano, es decir, debe ser un espacio para promover el desarrollo sostenible local, donde las empresas grandes –incluso las privadas que quieran insertarse en el proceso– deben apalancar a las empresas comunitarias de manera que se promueva el desarrollo integral del espacio productivo, a través de la asistencia financiera o a través de la transferencia tecnológica, hasta crear un proyecto comunal regional que pueda ser replicado en las áreas y regiones vecinas. (OBEDIENTE; ARENA, 2017, p. 71).

Assim, diferentemente das experiências anteriores de cooperativismo, as comunas não deveriam ter um alcance territorial rigidamente delimitado. Ao contrário, a ideia é que seu alcance fosse crescente, com fronteiras que articulassem o local com um projeto global de transformação do país, construído *desde abajo* em formas de *autogoverno local*, através da articulação entre diferentes conselhos comunais, onde o governo poderia decretar a formação de *Ciudades Comunales*, conhecidas como “desenho da geometria do estado comunal”. Conforme salientam Socorro et al. (2018, p. 23):

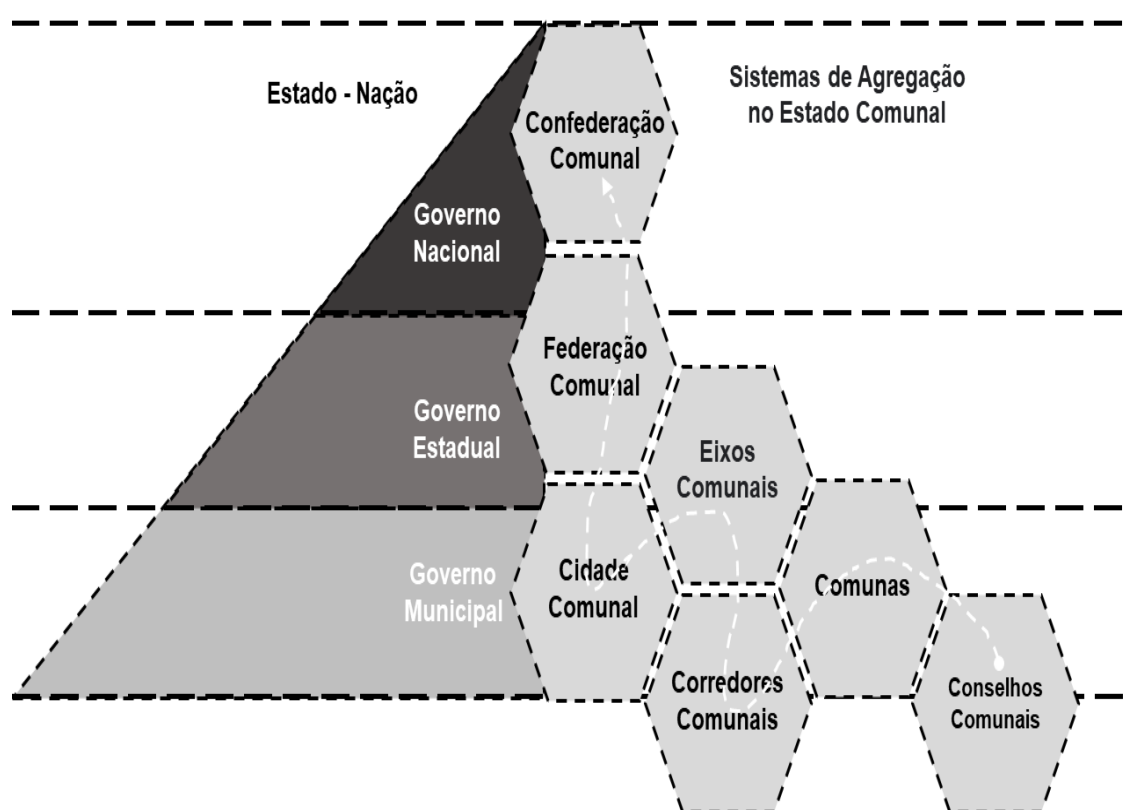
Desde el Plan Nacional Simón Bolívar para el período 2007-2013 se plantea en una de sus líneas estratégicas el concepto de Nueva Geometría del Poder, este concepto se fundamenta en el avance hacia el ejercicio íntegro de la soberanía territorial, en una nueva concepción del territorio y de las relaciones humanas, las cuales, buscan vencer las asimetrías sociales que provocan la desigualdad y promover unas nuevas relaciones de poder sustentadas en el Poder Popular. En este concepto subyace la idea del Estado Comunal en oposición al modelo del Estado Burgués que conlleva una geografía de la desigualdad propia del sistema hegemónico capitalista. Basándose en la idea de que el poder tiene una geografía, vale decir, un espacio territorial en el cual se materializa, se plantea un nuevo concepto y praxis del poder mismo, atribuido en el pueblo organizado (Poder Popular).

Sobre o que o que o governo chama de *Nueva Geometría del Poder*, Rodrigues (2012, p. 39) salienta:

É composta por uma experiência mais abrangente: as Comunas Socialistas. As Comunas são novas delimitações territoriais onde a organização política, a administração institucional e a produção material ficam sob o controle da comunidade organizada. As Comunas são pensadas justamente para aglutinar e fortalecer todos os esforços de organização e auto-gestão das classes trabalhadoras na Venezuela.

Neste sentido, a figura 13 apresenta o organograma das agremiações comunais na construção do estado comunal.

Figura 13 - Esquema Agremiações Comunais



Fonte: ROCA (2018)

Dessa forma, partindo da articulação entre diversos conselhos comunais, as comunas deveriam se expandir em confederações até o surgimento de um *Estado Comunal*. No entanto, conforme aponta Caruso (2017, p. 260):

Contraditoriamente, a proposta das comunas fomentou ao mesmo tempo a descentralização e, ao mesmo tempo, a centralização do poder, isto é, a democracia direta local e o fortalecimento da burocracia do Estado petroleiro-rentista, historicamente centralizada. O resultado foi uma dinâmica em que novo dependia do velho.

Outra questão que deve ser refletida é a de que no referido país emergiram as condições políticas e econômicas necessárias para a tentativa de uma espécie de "implosão endógena" do Estado, isso é, de "explodir por dentro" o constitucionalismo burguês e sua concepção de democracia. Como afirma Zuck (2011, p. 132), "o caminho venezuelano para a transformação social não se baseia mais na luta violenta, mas na adoção de novos mecanismos de representação democrática".

Sendo assim, sinaliza para outra forma de instituição e constituição de democracia, não mais pela derrubada violenta do Estado burguês.

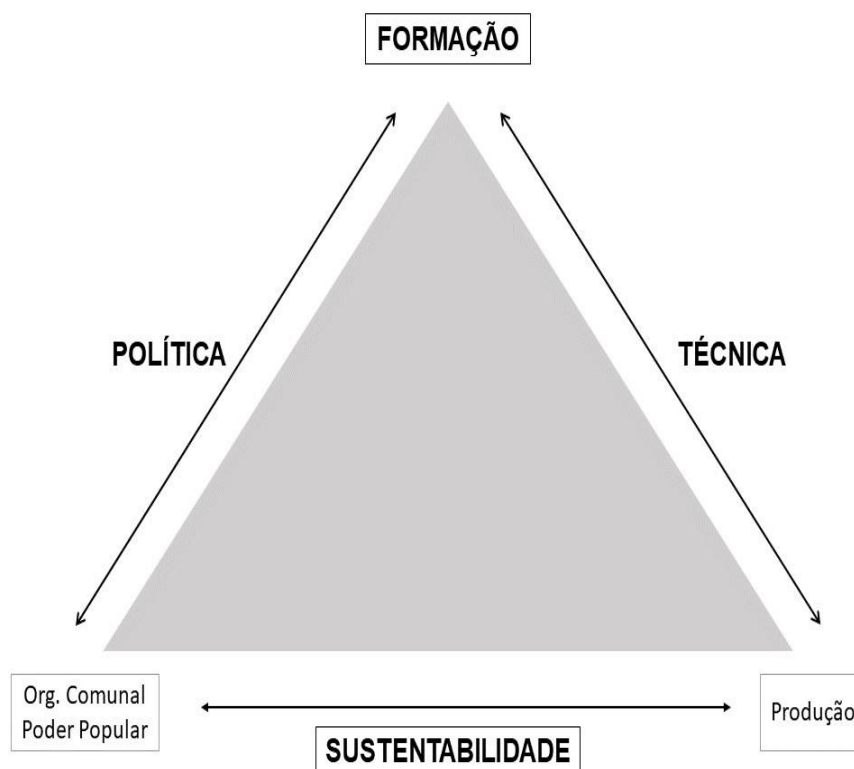
É neste contexto que surge a Red Nacional de Comuneros y Comunerás (RNC) do Movimento Comuneiro que inicia sua articulação em meados de 2009, mas intensifica suas ações a partir de 2011 e vem consolidando suas táticas nacionalmente mais organicamente a partir de 2016. O Movimento Comunero é um modelo comunitário territorial, de organização e exercício do poder popular composto por cinco comunas vanguardas. “Ele surge precisamente dessa necessidade de romper o processo burocrático que segue sendo capitalista na Venezuela. Então o movimento comunero se trata de romper isso”. (ENTREVISTADOS C-70; C-72; C-73, 2020).

Sobre a rede de movimentos comuneros o pesquisador Azellini explicita:

“La RNC es una coordinación de comunas e iniciativas de conformar comunas, que organiza procesos de autoformación, movilización, intercambio de saberes, propuestas de leyes, y mucho más, teniendo como meta la autonomía de las comunas y la construcción de un estado comunal. A finales de 2016 había más de 550 comunas participando en la RNC” (AZZELLINE, 2018, p. 198)

A organização formativa de o Movimento Comunero da-se por níveis de politicidade e por níveis de comunicação e processo de inserção comunitária, por níveis de articulação e ao movimento comuneiro (critérios de seleção de acordo com as ofertas formativas), conforme demonstra a figura 14 abaixo:

Figura 14 - Reconstrução e tradução do organograma de formação da Rede de Comuneros.



Elaboração da autora a partir de Entrevista com o Movimento Comunero (2020)

As temáticas de formação envolvem as problemáticas dos conselhos e comunas e elementos táticos para construção do Estado Comunal. Segundo o entrevistado (C-70, 2020), integrante do movimento comunero: *“A União Comuneira pretende se constituir como um grande movimento político nacional que articule as lutas do povo pela construção definitiva do socialismo, almejamos romper com o estado burguês”*. Ainda no ano de 2012, Chávez lança a condição do “Estado Comunal” com a emblemática frase “Comuna ou Nada”.

Conforme Guerreiro (2019, p. 179):

[...] a exigência de construção de um estado comunal longe de ser um delirium tremens foi um ato consciente frente à própria burguesia interna, incapaz de dar um único passo progressivo. Nessa ocasião o estado comunal se colocou com um dilema de vida ou morte para o chavismo.

Corroborando com Guerreiro (2019) Ruíz e Socorro (2019), salientam que a construção do Poder Popular e a luta pelo Estado Comunal são acúmulos históricos de resistência da população venezuelana.

La Constitución de la República Bolivariana de Venezuela (1999) no define el Estado venezolano como un Estado Comunal, sino como un Estado social, de derecho y de justicia, sí existen desarrollos conceptuales en las leyes del Poder Popular. La categoría Poder Popular enmarca una identidad colectiva con un movimiento permanente organizado de actividad social y un marco discursivo, el cual, en el despliegue de la guerra no convencional de los gobiernos estadounidenses sobre Venezuela ha constituido un muro de contención, un mecanismo de resistencia por casi dos décadas. El sujeto histórico de la corriente bolivariana ha constituido su base ideológico – cultural, a partir de los tres pilares políticos, filosóficos y de lucha social venezolana, Simón Bolívar, Simón Rodríguez y Ezequiel Zamora, legado histórico conocido como el árbol de las tres raíces. (RUÍZ E SOCORRO 2019, p. 48).

Assim, de acordo com Maher (2016), as comunas na Venezuela surgem com inspiração muito além da *Comuna de Paris*, mas também com diversas experiências indígenas e dos escravos venezuelanos que escapavam em direção das montanhas para construir os quilombos e formas de vida autogeridas. A longa história das comunas venezuelanas antecede Chávez e até mesmo Simón Bolívar.

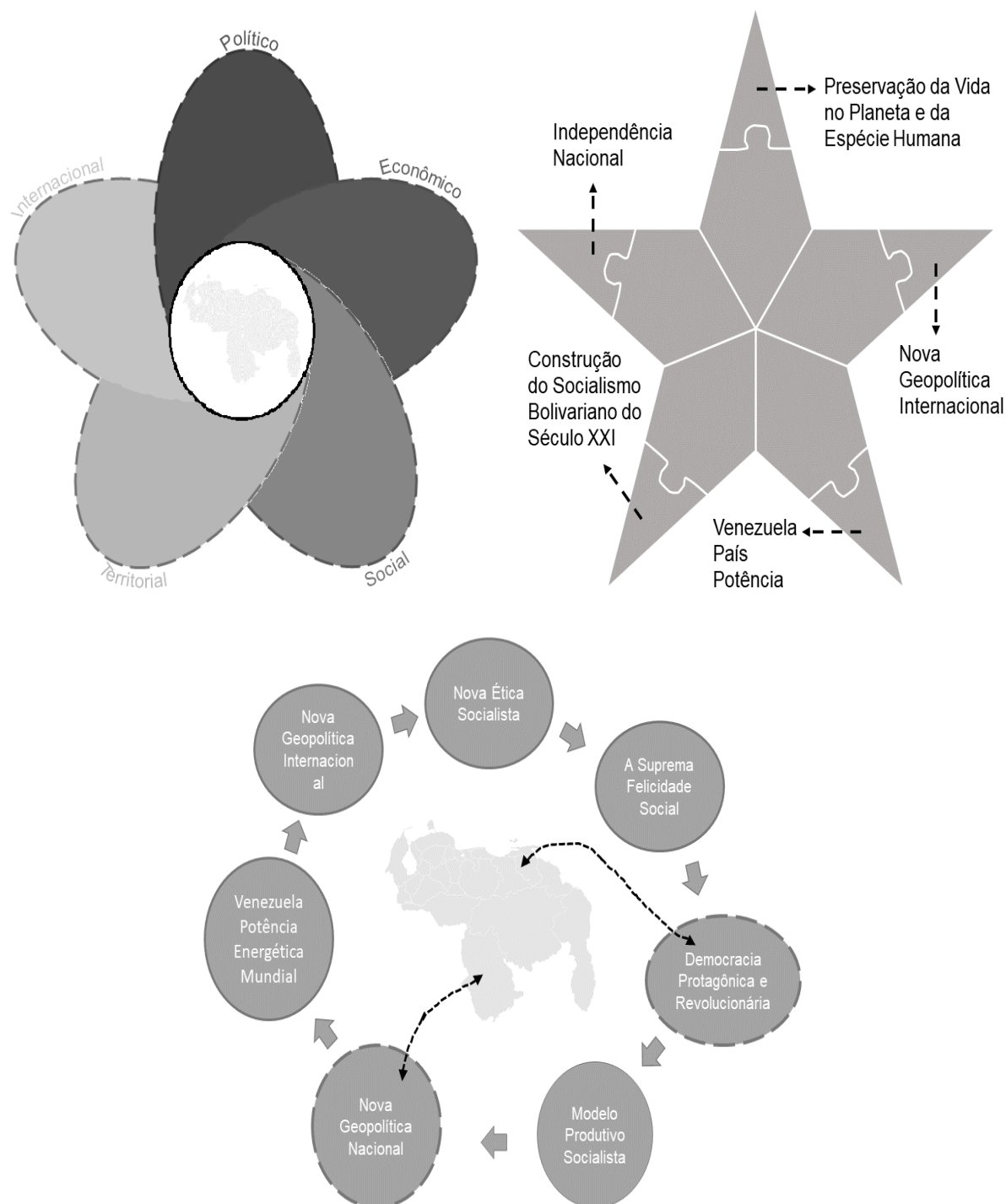
No mesmo ano é construído o "*Plan de la Patria - Programa del Gobierno Bolivariano 2013-2019*". Conhecido como o segundo plano socialista da Nação, seu conteúdo aprofunda a discussão acerca dos meios e das estratégias necessárias à construção da pátria socialista bolivariana. De modo geral, no terceiro plano, os objetivos a serem conquistados permaneciam os mesmos já enfatizados no plano anterior, assim como também as enérgicas estratégias políticas e econômicas de combate ao modo capitalista de produção. Dentre os grandes objetivos históricos a serem alcançados, estão em destaque:

- I - Defender, expandir y consolidar el bien más preciado que hemos reconquistado después de 200 años: La independencia nacional;
- II - Continuar construyendo el socialismo bolivariano del siglo XXI en Venezuela, como alternativa al modelo salvaje del capitalismo y con ello asegurar "La mayor suma de felicidad posible, la mayor suma de seguridad social y la mayor suma de estabilidad política", para nuestro pueblo;
- III - Convertir a Venezuela en un país potencia en lo social, lo económico y lo político dentro de la gran potencia naciente de América Latina y el Caribe, que garanticen la conformación de una zona de paz en nuestra América;
- VI - Contribuir al desarrollo de una nueva geopolítica internacional en la cual tome cuerpo el mundo multicéntrico y pluripolar que permita lograr el equilibrio del universo y garantizar la paz planetaria;
- V - Contribuir con la preservación de la vida en el planeta y la salvación de la especie humana. (REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA, 2013, p. 7-8).

Considera-se, ainda, pertinente ressaltar que esse segundo plano socialista representa a continuidade do primeiro plano socialista, tal como elaborado em 2007.

Logo abaixo vemos o organograma que sintetiza os três planos de desenvolvimento venezuelanos do ano de 2001 a 2019, apresentado na Figura 15.

Figura 15 - Esquema dos planos de desenvolvimento econômico e social de (2001 a 2019)



Fonte: ROCA (2018)

O primeiro plano, como vimos no decorrer deste item, diz respeito ao primeiro plano de desenvolvimento de transição, da quarta república para revolução bolivariana. O segundo refere-se ao primeiro plano Socialista (2007 – 2013). E o último, o *Plan de la Pátria* (2013-2019). De maneira geral, entendemos que as propostas desenvolvidas pelo governo de Chávez não se distanciaram muito da proposta cepalina indústria privada e a intervenção estatal para “formular” as políticas industriais aliadas a “inclusão social”. Caracterizando-se enquanto uma proposta *social-desenvolvimentista*, conforme Katz (2016, p. 238), “promove uma atitude de ruptura com o neoliberalismo que é evitado pelo neodesenvolvimentismo”.

Sua concepção é mais afinada com as correntes radicais do keynesianismo do que as concepções ortodoxas em voga. Ainda, complementa o autor:

[...] os promotores deste enfoque consideravam que a implementação de sistemas produtivos diversificados, baseados na democracia participativa e na redistribuição da renda, permitirá reduzir a desigualdade e transformar o crescimento em desenvolvimento. Mas, eles perdem de vista a intensidade das crises periódicas que o capitalismo enfrenta. Essas convulsões revertem as conjunturas de prosperidade, reativam o desemprego e massificam a precarização do trabalho. (KATZ, 2016, p. 242).

Guerreiro (2019) aponta que a experiência venezuelana é repleta de contradições, pois, ao mesmo tempo em que as comunas e os conselhos comunais promoveram uma forte organização popular, a integração entre economia mista e investimento em empresas privadas fortaleceram setores como a classe média.

O autor ainda explicita que “o setor da economia privada cresceu substantivamente mais que o setor comunal gerenciado pelos próprios trabalhadores”. (GUERREIRO, 2019, p. 154). Logo, a debilidade estrutural Venezuela seguiu alimentando o rentismo petrolero. O *calcanhar de Aquiles* do país é que a realização de uma democracia realmente protagônica, mais cedo ou mais tarde, esbarraria na questão das relações produtivas que não romperam com as formas de subordinação do trabalho ao capital.

Ainda, é relevante destacar que, além da proposta do poder popular a partir da organização comunitária, o bolivarianismo também propôs e liderou esquemas regionais de integração, cuja maior expressão é a Aliança para os Povos de Nossa América (ALBA). “A aliança consistia em um arranjo que promovia a integração e a cooperação com ênfase na dimensão social, especialmente na luta contra a pobreza e a exclusão social” (KATZ, 2016, p.8).

A aliança, cujas origens se encontram no projeto de Socialismo do Século XXI chavista, apresentava-se como uma alternativa às propostas de integração promovidas pelos Estados Unidos, como a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Ainda conforme o autor:

a ALBA trouxe uma interessante proposta regional. Promoveu formas de interação solidária, contrapostas aos Tratados-de Livre-Comércio neoliberais e diferenciadas do regionalismo capitalista do Mercosul. Postula medidas para avançar na soberania financeira, alimentícia e energética. A ALBA incentivou auditorias da dívida externa, exigiu acelerar a dívida do Banco do Sul, estimulou a criação de um fundo de estabilização cambial regional e sugeriu controlar o controle regional de reservas e dos movimentos de capitais. (KATZ, 2016, p. 297).

Esse tipo de medidas, além de resolver um problema gravíssimo latino-americano, que é o controle de conta de capitais abertas (causa da inflação), serviria de uma base comum para os processos políticos e econômicos na América Latina. Isso porque, conforme o Valente (2013, p. 22):

A política externa da Venezuela nos últimos cinquenta anos adotou a mesma postura estrutural em relação ao petróleo: em momentos de alta dos preços do barril e de grande ingresso de dívidas, o país adota postura mais autônoma no cenário internacional, adotando posturas que visam um maior protagonismo. Foi o caso dos governos de Punto Fijo na década de 70 e o período Chávez entre 2002 e 2009. Em momentos de baixa nos preços do petróleo e conseqüente queda na receita, a política externa venezuelana recrudesce, voltando ao seu perímetro de segurança. No caso dos anos 80, a uma maior aproximação com os Estados Unidos e, entre 2009 e 2011, a uma postura de distensão e menos agressiva do governo Chávez em relação a Washington.

Chávez ainda atuou na dinamização da integração regional, ajudando na criação da ALBA-TCP, da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) e na criação das moedas “petros”⁸⁰ na América Latina. No próximo item, atualizaremos o debate sobre a ALBA, a integração latino-americana e os impactos do rentismo petrolífero e dos assédios imperialistas aos mandatos de Nicolás Maduro, após a morte do presidente Hugo Farías Chávez no ano de 2012.

⁸⁰ Conforme reportagem do Jornal Brasil de Fato, a criptomoeda *Petro* é a aposta da Venezuela para furar o bloqueio financeiro imposto pelos Estados Unidos e, mais recentemente, superar a hiperinflação induzida no país. Para isso, o Estado venezuelano emitiu uma licença de 30 milhões de barris de petróleo para respaldar a criptomoeda, que tem seu valor estipulado de acordo com o preço do barril de petróleo venezuelano e de minerais exportados pelo país, como ferro, ouro e diamante.

3.6.2 A guerra econômica internacional e a encruzilhada do modo de vida rentista no governo de Nicolás Maduro

*“Em seis anos de bloqueio, Venezuela foi alvo de 150 sanções e 11 tentativas de golpe”.
(Brasil de Fato, 2019).*

*“Nas veias abertas da América Latina
Tem fogo cruzado queimando nas esquinas
Um golpe de estado ao som da carabina, um fuzil.”
(Baina System, 2019).*

Após o falecimento de Hugo Chávez em 2013 o processo revolucionário não se encerrou e Nicolás Maduro assumiu como presidente interino da Venezuela. Maduro era o nome indicado por Chávez para dar continuidade ao projeto bolivariano, uma vez que estava atuante no cenário político ao ser um dos fundadores do Movimento Quinta República (MVR) e um dos líderes do Movimento Bolivariano Revolucionário 200 (MBR-200). Conforme Neves (2013, p. 01):

Maduro foi deputado e constituinte durante o ano de 1999, posteriormente foi deputado do Distrito Federal e por fim, exerceu o importante cargo de chanceler no governo Chávez. Antes de exercer tais funções, Maduro trabalhou como condutor na Companhia de Transporte Metrô de Caracas e atuou como líder no Sindicato da categoria.

Com a vitória de Nicolas Maduro na eleição presidencial contra Henrique Capriles, “a Venezuela volta a sofrer assédios intensificados dos EUA, com a fase de agressão durante a própria doença e morte de Chávez, o período eleitoral e no primeiro ano da presidência de Nicolas até 2014, incluindo a guarimbas”⁸¹ (KATZ, 2016, p. 301). O fato que desencadeou todas essas novas operações contra a Venezuela começa imediatamente após Nicolas Maduro ganhar a presidência da República em 2013.

As contradições presentes no governo Maduro precisam ser superadas para que a Revolução Bolivariana se radicalize com mais força. A inflação só aumentou e o PIB *per capita* diminuiu, devido às medidas por ele adotadas de limitação de lucros, o que fez com que os outros setores que não petroleiros sabotassem a economia do país, através da alta inflação e da escassez de produtos básicos de

⁸¹ Conforme Katz (2016), guarimba é a denominação utilizada para retratar a violência golpista da direita, com invasão das ruas e destruição do espaço público, para destituição do governo Chávez/Maduro.

consumo, aumentando ainda mais a dependência no petróleo (BRASIL DE FATO, 2017). E a oposição (principalmente à direita parasitária) tem fomentado manifestações e protestos no país, a alta da inflação, a falta de bens de consumo básicos, o crescimento do "mercado ilegal" e os "apagões" com a crise energética. Corroborando com esse debate, o entrevistado C-58 (2020) salienta: "[...] É, em 2014 que a crise econômica se agravou até nos dias atuais que reverteram conquistas importantes. (baixa do preço do petróleo, combinada pelo EUA)".

Conforme ressalta Maher (2016, p. 62):

Os setores mais impacientes da extrema-direita rejeitaram a estratégia eleitoral de longo prazo de Capriles, e optaram pela estratégia de curto prazo de choque nas ruas. Encabeçando o movimento estavam dois agitadores fotogênicos da oposição venezuelana, Leopoldo López e María Machado - brancos demais, elitistas demais, e polêmicos demais para ganhar votos da base chavista, sendo que Machado até hoje é desprezada por sua foto sorridente ao lado de George W. Bush na Casa Branca. Em outras palavras, os protestos do #SOS Venezuela se originaram de uma profunda divisão entre os comprometidos com a via democrática e aqueles dispostos a utilizar outros meios e não da força da oposição. Para quem insiste sobre a espontaneidade dos protestos, essa linha do tempo é mais do que suficiente. Dia 23 de janeiro de 2014, mais de uma semana antes das supostas manifestações estudantis espontâneas, López e Machado defenderam publicamente a derrubada de Nicolás Maduro ("*La Salida*"), com uma estratégia de "incendiar as ruas com luta". Quando as manifestações tiveram início no bastião oposicionista em Táchira, na região andina da Venezuela, fronteira colombiana conhecida por atividades paramilitares, um pequeno grupo de oposicionistas mascarados atacou a casa do governador chavista do estado, José Vielma Mora, o que levou a algumas prisões. Com incrível indiferença aos fatos, rumores de que o governo venezuelano reprimia seu povo rapidamente começaram a circular no país e na imprensa estrangeira. Protestos sobre a crise de segurança e desabastecimento econômico foram convocados sob uma narrativa montada em um estalar de dedos, quase sem mencionar o chamado público da oposição pela derrubada do governo.

Essa nova direita tem se proliferado pelo continente não somente na Venezuela, sobretudo onde ela perdeu o poder, como nas eleições de Evo Morales na Bolívia e Luis Inácio Lula da Silva no Brasil. Ainda conforme entrevista ao Jornal Brasil de Fato, Alfred de Zayas, especialista independente da ONU, visitou a Venezuela em novembro de 2017, reuniu-se com todos os setores da sociedade e produziu um relatório no qual afirma que "a solução para a 'crise' venezuelana está nas negociações de boa-fé entre o governo e a oposição, o fim da guerra econômica e o fim das sanções" (BRASIL DE FATO, 2017, s./p.).

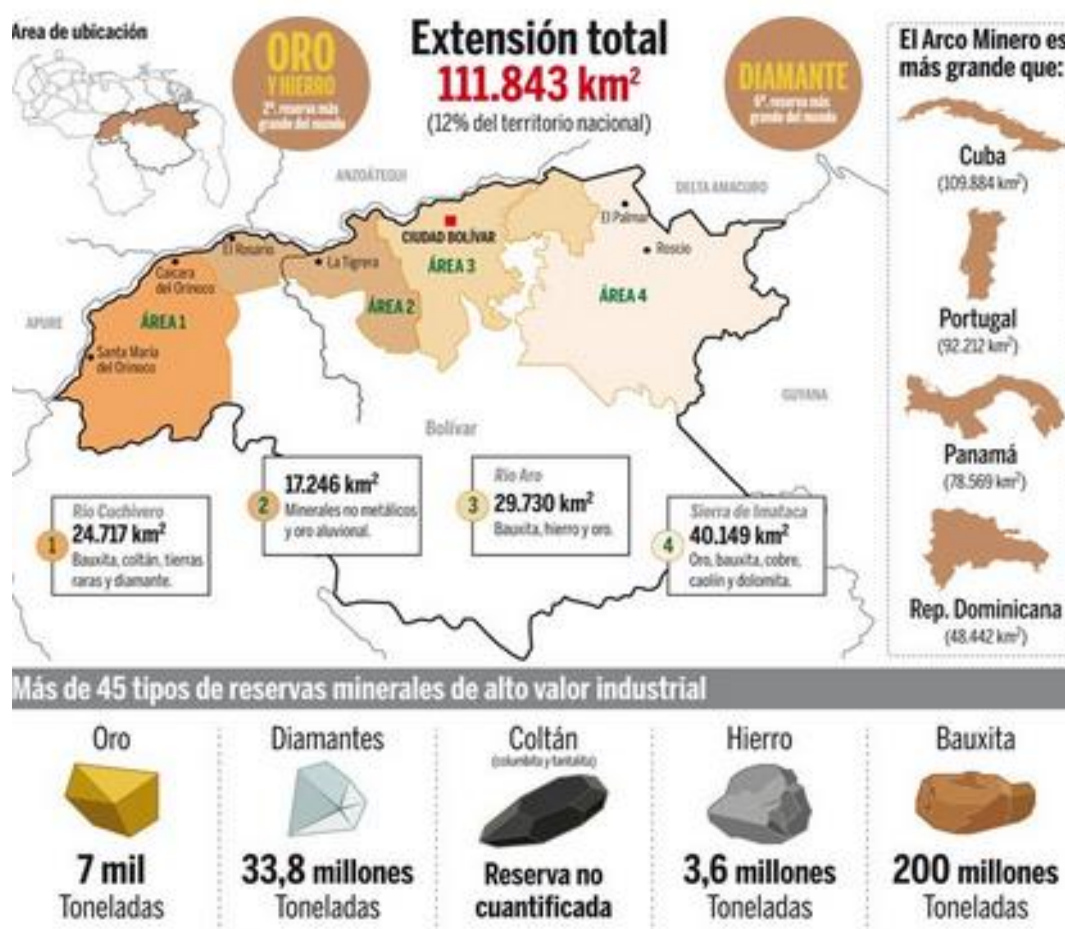
Em janeiro de 2019, as ações dos opositores entram em novo patamar, quando Juan Gaidó, líder opositor recém-designado presidente do parlamento, não reconheceu o novo mandata de Maduro e se autoproclamou “presidente interino” do país. Em fevereiro, com apoio de vários governos externos, grupos de oposição tentaram sem sucesso fazer entrar suposta “ajuda humanitária⁸²” na Venezuela.

Quanto à organização comunitária nas experiências das *Missões*, o que foi possível verificar nas entrevistas foi que, desde sua criação, algumas das missões foram extintas enquanto outras avançaram e algumas seguem com políticas mais tímidas. Já as *comunas* e os *consejos comunais* elas tiveram sua continuidade e ampliação, o intenso processo desenvolvido pela Revolução Bolivariana possibilitou aos venezuelanos um amplo desenvolvimento da *consciência de classe* refletido em atividades políticas da sociedade civil estimulados pela *lei dos consejos comunais*. Assim, o poder popular ressignifica o modelo de democracia representativa com a *democracia protagônica*, por esse motivo, a participação política na Venezuela é tão expressiva e intensa.

Sobre os intensos ataques, bloqueios e assédios sofridos pela Venezuela, é importante lembrar que o país é um dos maiores reservatórios de recursos energéticos, é uma promessa de recursos minerais, armazenamento de água e biodiversidade genética. Essa riqueza está na disputa geopolítica e é fundamental para o capitalista que esteja funcionando, o desenvolvimento das empresas transnacionais e a fonte para processos contínuos de financeirização do capital. Sobre as propriedades de minério da Venezuela, a Figura 16 demonstra tamanha abundância em *bauxita, ferro, coltan, ouro e diamantes*. Sendo superior inclusive ao arco mineiro de Cuba, Panamá, Portugal e República Dominicana.

⁸² Assistir documentário do cineasta venezuelano Carlos Azpúrua “**La batalla de los Puentes**”, ano de 2020.

Figura 16 - O arco mineiro venezuelano



Fonte: Guerrero (2019)

Em termos nacionais, na Venezuela, a "Guerra Econômica" nos leva a uma perspectiva *de luta de classes*. "É disputada propriedade da renda do petróleo (e mineral) pelas burguesias (comercial e financeira) juntamente com conglomerado empresas transnacionais instaladas no país" (KATZ, 2016, p. 304). Dessa maneira, a Venezuela tem sofrido inúmeras dificuldades na atualidade, conforme Socorro et al. (2018, p. 24):

La guerra contra Venezuela ha provocado un retroceso en los niveles de nutrición, escolarización, salud e ingreso familiar. La inflación inducida por la acción de un dólar ilegal¹¹ ha provocado la pulverización del salario de los trabajadores, además de ello, el advenimiento, en medio de la guerra, de una clase mercantilista apátrida ha provocado la desaparición del papel moneda para promover al margen de la banca comercial, transacciones en expendios ilegales de emisión de efectivo a porcentajes deshonorosos. Los sabotajes para quebrar la revolución se multiplican en acciones insospechadas, desde los más pequeños que afectan la cotidianidad ciudadana, hasta los más grandes y crueles que resultaron, durante este año, en 100 días de acciones terroristas ejecutadas por grupos paramilitares

comandados por los partidos políticos opositores a la revolución con fi nanciamiento proveniente de capitales extranjeros.

Sobre os efeitos da guerra econômica no cotidiano dos trabalhadores e trabalhadoras venezuelanas, podemos apontar alguns relatos das entrevistas realizadas:

No momento de bloqueio, por exemplo, por que esse carro aqui, as peças são tão caras? Porque são caminhonetes feitas nos Estados Unidos. Se existe um bloqueio o bloqueio é: “É proibido levar peças ou qualquer outra coisa das empresas norte americanas e comercializar na Venezuela.”. Então tu não consegues. O que algumas coisas que chegam aqui é porque, por exemplo, eu compro enquanto indivíduo na Colômbia, por exemplo (que é uma realidade na região que nós estamos indo), e tu paga o preço de comercio lá de mercado, traz pra cá e revende aqui. Entendeu, não é uma importação feita pra comercio, então é por isso que tu vê muita mercadoria aqui de fora, mas o bloqueio é real. Não tem como a Venezuela importar coisas pra comercializar aqui diretamente, ou seja esse é o ponto do bloqueio. E isso significa que não consegue importar matéria prima, ou derivados, os químicos que usam pra refinar o petróleo, seja isso, sejam as peças pra reparar as máquinas quando quebram né. Ainda que digam, que podemos inventar outras coisas! Ok, mas uma refinaria ela é projetada pra que funcione com algumas peças, e algumas tu podes emendar, mas algumas não dá. Então esse rolo entorno a isso que fez a Venezuela diminuir a quase nula hoje em dia a produção de derivados do petróleo, e aí crise, não dá pra... E o pouco que produz, por exemplo, ali na região que nós estamos e muita fuga pra Colômbia, nós estamos próximos da fronteira. (ENTREVISTADO, C-77, 2020).

Entretanto, após as sanções aplicadas pelos Estados Unidos e os bloqueios dos ativos econômicos em 2019, o dinheiro do petróleo vindo dos EUA, que sustentava em parte a economia venezuelana, deixou de estar sob o controle de Maduro e passou para o controle de Guaidó, quem Washington reconheceu como presidente legítimo. Entretanto, o país tem sido fortemente endossado pela Rússia e China, ambos os países impulsionados por interesses econômicos e geopolíticos de oposição aos EUA e sustentação do regime venezuelano (SILVA, 2015).

Dentre vários elementos que compõe os obstáculos da construção do Estado Comunal, “um deles se relaciona diretamente com os bloqueios intensificados que a Venezuela tem sofrido dos EUA, incluindo a guarimbas” (KATZ, 2016, p. 301). Como bem pontuam os entrevistados C-66 e C-77 (2020), “Maduro não é Chávez. Ele é menos radical, representa o que denominamos um chavismo de centro, mas ainda é necessário na atual crise até que se possa emergir alguma síntese da organização popular”.

Neste sentido a pesquisadora Abreu (2019), aponta que:

Em todas as recentes ondas de protestos e tentativas golpistas, sempre ocorreram expressivas mobilizações a favor do governo de Maduro. A grande maioria dos coletivos, dos CC e das comunas continua sustentando o governo, em que pese a gravíssima crise econômica. Estes setores da sociedade são altamente politizados e, mesmo que até entre eles haja um crescente descontentamento com o governo, eles sabem que uma eventual ascensão de um governo de direita significaria o fim das conquistas da Revolução Bolivariana e da soberania do país, com o retorno do alinhamento com os EUA. (ABREU, 2019, p 45).

Em síntese, a Venezuela do século XXI tem feito história na América Latina e no mundo, negando a aceitação pacífica da subjugação imperialista e, por isso, respondendo, na práxis social, com projetos de política nacionais originalmente venezuelanas.

4. A DIALÉTICA ENTRE PRODUÇÃO, COOPERAÇÃO E EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO PODER POPULAR NO SÉCULO XXI

*“Fique muito tranqüilo pra lutar /
Desamarre a linha da invasão
A reforma está vindo devagar /
Desembocar no rio da razão
Disparada de vacas e de bois / É o
povo tomando posição
É o povo tomando direção”.*
(Zé Ramalho, 1998)

*“Madre terra nossa esperança
Onde a vida dá seus frutos
O teu filho vem cantar
Ser e ter o sonho por inteiro
Ser sem-terra, ser guerreiro
Com a missão de semear
À Terra, Terra
Terra, Terra
Mas apesar de tudo isso
O latifúndio é feito um inço
Que precisa acabar
Romper as cercas da ignorância
Que produz a intolerância
Terra é de quem plantar
À Terra, Terra
Terra, Terra
Terra, Terra
Terra, Terra
Terra, Terra”*
(Pedro Munhoz, 2013)

Este capítulo consiste nas análises dos espaços investigados no Brasil e na Venezuela. A pesquisa como já se disse se desenvolveu em dois países: Brasil e Venezuela, em territórios rurais, onde foram acompanhadas práticas produtivas e educativas de trabalho e educação em: dois Assentamentos de Reforma Agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no Rio Grande do Sul/RS - a) Assentamento Capela; e b) Assentamento Filhos de Sepé; e duas experiências ligadas aos Conselhos Comunais na República Bolivariana da Venezuela - a) *Comuna Socialista El Maizal*; e b) *Comuna Socialista Che Guevara Mesa Julia*. Para isso, contamos com a contribuição dos seguintes autores: Figueroa (1981), Maher (2016), Dell (2014), Obediente e Arena (2017), Curto, Freitez e Moreno (2019), Chelotti (2009), Martins (2017), Fernandes (2000) e Altieri (2009).

4.1 O MST na região metropolitana de porto alegre: do monocultivo de arroz às experiências ecológicas nos assentamentos

“A implantação de um assentamento de Reforma Agrária invariavelmente constitui-se em fator de redefinição territorial, posto que sua concretização altera as relações de poder que emanam da propriedade privada da terra. É preciso compreender, assim, que por menor que seja, do ponto de vista da quantidade de terra transferida para os trabalhadores, trata-se de uma intervenção que mexe em estruturas sociais que têm na riqueza patrimonial o seu principal sustentáculo e que alimentam o círculo vicioso no qual nos encontramos”.
(Eliane Paulino, 2006).

Com a modernização da agricultura, ocorreu a reorganização do espaço agrário sul rio-grandense. A agricultura passou a depender menos da natureza e mais das técnicas, no caso, das indústrias de agrotóxicos, maquinários e transformação. (ORIGUÉLA, 2020, P. 4). Conforme autora:

Os agricultores passaram a produzir matérias-primas para as indústrias, ou seja, aquilo que a indústria necessitava e da maneira como ela determinava. Enquanto no centro-sul houve a expansão da produção de arroz irrigado em consonância com a criação de gado, no Norte houve o avanço da produção de trigo e soja, o primeiro destinado ao abastecimento do mercado interno e o segundo destinado, sobretudo, ao mercado externo. (ORIGUÉLA, 2020, p. 4).

Pode-se afirmar que as lavouras de arroz, trigo e soja foram as responsáveis pela expansão da agricultura capitalista no Rio Grande do Sul.

A modernização da agricultura resultou, dentre outras questões, na desterritorialização de camponeses posseiros, meeiros e arrendatários, além da concentração da propriedade da terra. Uma parte dos camponeses desterritorializados migrou para os estados onde havia projetos de colonização criados pelos governos militares, outra parte continuou no Rio Grande do Sul com o objetivo de conquistar um pedaço de terra. (ORIGUÉLA, 2020, p. 4)

Conforme o Martins (2019):

A Região Metropolitana foi ocupada com as atividades da pecuária num primeiro momento, como área de reunião do gado xucro ou como ponto de descanso dos animais tropeados. Essas estâncias se organizavam em torno da criação de gado, com base em mão de obra composta por homens

livres, mas apresentavam também um núcleo produtivo autossuficiente, seja de alimentos para consumo interno, como milho, feijão, mandioca, arroz, trigo, hortaliças e frutas, seja de produtos beneficiados, como queijo, linguiça, conservas e charque, e seja também produtos do artesanato, como tecidos e artigos em couro. A introdução do arroz irrigado no Rio Grande do Sul como prática sistemática de manejo das várzeas ocorreu no início do século XX, num contexto econômico da República Velha, que ao buscar proteger e estimular as atividades cafeeiras gerou condições para a organização da produção nas várzeas gaúchas (MARTINS, 2019, p. 37-38).

Dos anos 1990 em diante surgem as “inovações tecnológicas” é inaugurando o ciclo do uso intensivo de herbicidas nas lavouras de arroz em todo o Brasil, na busca do controle do arroz vermelho. Outra novidade recente nos manejos técnicos do arroz irrigado foi à introdução da rotação com a soja (MARTINS, 2017).

No final dos anos 1990, com a crise econômica na produção convencional, a dependência de insumos agrícolas e os preços de mercado desfavoráveis, o MST começou a repensar a questão da viabilidade econômica dos assentamentos rurais. É nesse contexto que o Movimento começa a discutir métodos e tecnologias alternativas baseadas em um modelo de desenvolvimento agroecológico. Conforme anuncia Martins (2017, p.97):

No Rio Grande do Sul, ainda em 2009, em seu XIV Encontro Estadual, o MST gaúcho, estabeleceu um novo rumo para o trabalho político nos assentamentos, para assim constituí-los como força política nas suas regiões. Força política aqui compreendida como a capacidade de disputar o poder, por sua vez compreendido como a capacidade de dar direção, rumo a um dado projeto de desenvolvimento da agricultura e da vida no campo; assim como influir na sociedade local e regional, com a disputa pela hegemonia política e ideológica de qual modelo se quer para o campo brasileiro.

Para isso, o Movimento tem organizado diferentes espaços de produção e comercialização de produção agroecológicas, conforme,

O MST gaúcho estabeleceu como orientação a organização dos assentamentos como força política, através da organização da produção de alimentos em base agroecológica. A produção do arroz ecológico soma-se a esta orientação política do MST. Articuladas no Grupo Gestor do Arroz Ecológico, 546 famílias assentadas produziram na Safra 2016/17, 464.409 sacos, em 4.886 ha. Atrás destes números existe um conglomerado de cooperação, com gestão democrática, onde quem trabalha planeja, decide e define o destino da produção gerada, envolvendo grupos de produção, associações, cooperativas singulares e uma cooperativa em âmbito regional, controlando o conjunto dos elos da cadeia produtiva do arroz por elas produzidos, desenvolvendo neste processo social um conjunto de conhecimentos expresso no Itinerário Técnico da Lavoura. Este Conglomerado de Cooperação é expressão das forças produtivas

autênticas que o trabalho social desenvolveu, orientado por uma organização política. (MARTINS, 2017, p. 8)

Desta maneira, iremos adentrar as duas experiências que compõem tal experiência do Grupo Gestor do Arroz Ecológico do MST.

4.1.1 A experiência do Município de Nova Santa Rita: do acampamento a construção da agrovila

“Mas o movimento camponês não se limita à luta pela terra. Mesmo quando é essa a reivindicação principal, ele compreende outros ingredientes: a cultura, a religião, a língua ou dialeto, a raça ou etnia entram na formação e desenvolvimento das suas reivindicações e lutas. Mais do que isso. Pode-se dizer que a luta pela terra é sempre e ao mesmo tempo uma luta pela preservação, conquista ou reconquista de um modo de ser e de trabalho. Todo um conjunto de valores culturais entra em linha de conta como componente do modo de ser e viver do campesinato.”
(Octávio Ianni, 2019).

No ano de 1994 foi constituído o Assentamento Capela, quando a Fazenda Proalcool, de 2160 hectares, foi desapropriada para fins de reforma agrária. Essa fazenda pertencia a um médico que contraiu dívidas com o estado, sendo considerada uma área improdutiva. Nessa área foram assentadas 100 famílias de origens distintas e de diferentes regiões do estado do Rio Grande do Sul (com predominância do norte e nordeste gaúcho). Com relação aos processos de acampamento o entrevistado A-1 (2020) explica:

O acampamento durou 4 anos e 8 meses. Daí a gente era organizado por núcleos de base, né, por região. Cada região tinha o responsável pra saúde, cada 100 família mais ou menos assim né. Tinha o responsável pela saúde, higiene, é alimentação, segurança do próprio acampamento. Mas não plantava né, daí tinha uns que quando iam sair a trabalhar daí pra trazer. Uma turma saía a trabalhar né, e outras ficavam no acampamento para manter o acampamento e a organização.

Conforme (STÉDILE, 1999 p.117) “As ocupações de terra continuam a ser a principal forma de pressão de massas que os camponeses têm para, de forma prática, fazer a Reforma Agrária avançar e terem acesso à terra para trabalhar”. Ainda sobre os processos de acampamento, o entrevistado A-16 (2020) explicita:

Bom eu acampe em Palmeiras, Cruz Alta, Não-Me-Toque, Pelotas, Capela de Santana, que é aqui né. Depois algumas ocupações de terra, mas praticamente nesses municípios. Bagé, que, Bagé hoje seria Candiota, e Bagé e Hulha Negra, nós íamos nos acampamentos, nos três. Antigamente era só... Em Bagé a forma da organização do acampamento é na nossa época era por núcleos né. Tinha pouco, o acampamento começou tinha 60 e poucos núcleos de 30 pessoas, aonde tinha o Coordenador, tinha uma Direção, tinha o Executivo, tinham os Coordenadores de Grupo, tinham os Coordenadores de Setor. E aí era feito reunião diariamente e assembleia semanalmente para resolver os problemas do acampamento e muita formação, no qual dessas formações surgiu a formação da cooperativa já no acampamento.

É importante lembrar que o desgaste a que são submetidos os trabalhadores na fase de acampamento é intenso. Primeiro, em função das condições físicas das instalações: não há energia, o acesso à água é precário, geralmente dependem dos rios ou minas mais próximos. Soma-se a isso a insuficiência de alimentos, cuja aquisição depende de trabalhos incertos na região onde é montado o acampamento ou da venda dos poucos bens que a família adquiriu ao longo da vida.

Eu sou natural de Sarandi. Na época era Sarandi ainda, agora virou Nova Boa Vista. Eu sou de origem de família de pequeno agricultor, meu pai tinha lá uns 20 hectares de terra, nós éramos em 5 irmãos. Aí eu acabei quase saindo, tudo assim, da terra por ela ser limitada, aí meu irmão foi que ficou lá. O meu contato com o MST foi lá pelo pessoal por causa da Annoni. Que ali em Sarandi foi a Annoni, tinham uns vizinhos meus que foram acampar na Annoni, e pelo Sindicato, pelo companheiro participar do Sindicato e da Pastoral da Juventude, os dois assim daí. Tem essa questão da Annoni, já descendentes da Annoni me procurou pra também ir lá acampar né, como a gente mantinha esse contato com o pessoal que foi lá, daí também ainda jovens, companheiros saíram de casa pra ir acampar pra lutar por um pedaço de terra. (ENTREVISTADO, A-8, 2020).

A localização da habitação assume papel central na condução da organização do espaço dos assentamentos de reforma agrária. A habitação é uma das prioridades quando se cria o projeto de assentamento. É preciso, portanto, dar condições aos assentados de permanecer na área. De forma interligada com a discussão acerca da necessária cooperação agrícola, tendo em vista a otimização da produção e a continuidade dos ideais do MST após a conquista da terra, foi estimulado a localização das moradias em espaço comum através do *sistema de agrovilas*. Sobre a importância das agrovilas, ressalta o entrevistado A-11 (2020):

Desde o começo se discutiu para morar em Agrovila, por causa da acessibilidade das coisas né, água, luz, segurança, área de lazer né, então, sempre teve esse discurso desde o começo. Quando começou a discutir, de planejar a casa, a gente fez o desenho da Agrovila. Das cem famílias do Assentamento, hoje, nós temos 29 famílias cadastradas que tem lote. Se tu

contar como família construída, são mais, porque nós já temos muitos jovens, filhos de assentados que já construíram família e estão na Cooperativa, inclusive já construíram casa né. Então já são três casas certas, mais os outros que estão querendo construir, então já são mais cinco a seis famílias que construíram depois também, considerar família por família mesmo né, mas assentados que a gente chama, que tem lote são 29. E o resto do assentamento, cada um tem o seu lote e planta de forma individual né.

Outra conquista dos Assentamentos são as escolas reativadas ou construídas dentro ou próximo aos territórios camponeses. Em Nova Santa Rita está localizada dentro do assentamento a *Escola Municipal de Ensino Fundamental Rui Barbosa*⁸³, a escola oferece o Ensino Fundamental. Foi criada em 31 de maio de 1979. Segundo a direção da escola ela atende as séries iniciais do Ensino Fundamental até o 5º ano e a Educação Infantil. A escola atende a 70 estudantes, todos residentes da área rural, desse número apenas 30 estudantes são assentados do MST e 20 não assentados filhos de agricultores e 20 de uma ocupação urbana da região. A escola trabalha com projetos de Educação do campo entre eles: o “Projeto Cooperativo Escolares do Sistema de Crédito Cooperativo (SICREDI) e o Projeto Clube de Ciências”.

A outra escola é a *Escola Estadual de Ensino Médio Nova Sociedade* que se localiza no Assentamento Itapuí ao lado do assentamento Capela. A criação da escola foi em 13 de novembro de 1990. Atualmente a escola atende ao Ensino Fundamental, Ensino Médio e EJA Médio. A escola atende a 338 estudantes, 45 estudantes assentados e 293 não assentados. Destes estudantes 174 vivem na cidade e 164 vivem na área rural. Na escola há o desenvolvimento de alguns projetos entre eles o “Projeto Agrofloresta” em parceria com a UFRGS, “Projeto Clube de Ciência” em parceria com a UFRGS e os projetos em parceria com o SICREDI: “Projeto Motivação e Cooperação” e o “Projeto Saúde e Meio Ambiente Projeto Horta Escolar”.

Embora haja um significativo esforço de ambas as escolas para inserir a proposta educativa a Educação do Campo, é notável a dificuldade que as escolas têm em desenvolver um projeto educativo mais amplo que articule as necessidades reais dos assentamentos, as escolas esbarram em diversas problemáticas com a gestão pública, com a falta de políticas públicas adequadas e também com

⁸³ Os dados sobre as escolas foram levantados no ano de 2019, a partir do Inventário realizado em parceria com MST/Setor de Educação (RS) e TRAMSE- UFRGS.

contradições internas como projetos sobre Cooperativismo construídos pelo SICREDI, quando a proposta de cooperação e Reforma Agrária Popular do MST é absolutamente contrária ao empreendedorismo e ao cooperativismo patronal do SOCREDI. De acordo com uma das professoras que é assentada do MST:

A gente leva a mística do movimento para dentro da escola, leva livros, leva os símbolos, tenta trabalhar articulado ao movimento, leva a proposta dos sem-terra, leva as cartilhas da alimentação saudável, mas é bem difícil porque a maioria dos professores nem do campo é, são urbanos e pouco entendem com profundidade a proposta, muitos são bem sensíveis a proposta, mas não tem um entendimento maior. E aqui, temos hoje uma direção do movimento, mas estamos ocupando poucas direções das escolas da região enquanto movimento, daí fica mais difícil ainda. (ENTREVISTADA, A-12, 2019).

Sobre a relação frágil entre a agroecologia e as práticas cotidianas da escola, os pesquisadores apontam:

Algumas escolas conseguem aproximar os debates da agroecologia do cotidiano pedagógico dos estudantes, mas a maioria das escolas tem dificuldade em realizar esta articulação, um dos fatores se dá porque em algumas das escolas a maioria dos professores não é assentada, nem tem relação com o projeto do MST e os que estão nos assentamentos acabam desenvolvendo trabalhos isolados do contexto geral das escolas. Neste sentido, percebe-se sinais de esforços de tal forma que relações foram realizadas por alguns educadores nas escolas e assentamentos envolvidos, como uma maior problematização sobre os planejamentos e sua execução nas escolas; um avanço na integração entre educadores de escolas localizadas nos assentamentos da região metropolitana; e o reconhecimento do fazer docente. Mas, compreendemos que este processo não está dado e que exige estudos para serem trabalhados e que não são tão simples a serem implementados no contexto de todas as escolas envolvidas. É preciso, no entanto, colocá-las no bojo de um projeto de transformação do modo de produção e a escola que se quer ser transformadora, deverá contribuir nesse processo. (DIAS; RIBEIRO, LOPES, p. 161-162, 2019).

Nesse sentido, para que os jovens sigam seus estudos para além do ensino fundamental e dos espaços convencionais de formação, a cooperativa construiu algumas estratégias para a juventude, conforme salienta a entrevistada A-16 (2020):

Os que trabalham aqui na Cooperativa. E daí as pessoas, que nem têm alunos que estudam em Canoas, daí trabalho até às 16h30min e daí ganham uma hora e meia para sair né porque daí tu tem que cinco e pouco tu tens que se deslocar para faculdade. Daí então a Cooperativa tem incentivo para os estudantes né, porque para eles ter uma ajuda de custo, que vem de lá é muito. A minha guria recebe R\$ 700,00, mas é muito porque tu tens uma faculdade de graça, tu tens casa onde morar, e tu tem ônibus e tu tem ainda a ajuda de custo daqui. Se ela não estivesse recebendo, nós tínhamos que ajudar. A gente ajuda igual né, mas ela se vira com [...], e são todos, não é só ela. Tem um guri que tá na - guri modo de dizer - porque, ele está na Venezuela fazendo medicina.

Sobre as escolas complementa a entrevistada A-21 (2020):

A escola é boa, tem até uns assentados que dão aula lá, mas é difícil muitos professores ainda não entendem o que é o MST e como funciona o trabalho do agricultor. Nós mandamos nossos filhos para o ITERRA pra fazer formação específica lá, Pedagogia da Terra, Técnico em Cooperativismo essas coisas. Outros depois do técnico e do médio conseguem ir para a Universidade também, aqui já teve gurizada que foi pra Cuba, que estudou lá e também na UFPEL, outra em São Paulo.

Molina e Jesus (2010, p. 36) ressaltam que

[...] com a demanda do MST foram sendo priorizados cursos relacionados ao apoio à produção, na perspectiva de contribuir com a mudança da matriz tecnológica das áreas reformadas - incorporando os princípios da agroecologia. A exemplo foram apoiados cursos técnicos no âmbito da agroecologia e da administração de cooperativas tanto nas próprias escolas de formação do MST como nas Universidades e Institutos Federais.

No assentamento a produção é caracterizada pela produção de arroz orgânico e convencional, gado de corte e de leite, suínos, reflorestamento e produção para a subsistência, como: aves, peixes, abelhas, feijão e horta. A Cooperativa de Produção Agropecuária de Nova Santa Rita (COOPAN) foi fundada em 30 de junho de 1995. Sua produção é marcada internacionalmente pela produção de arroz ecológico, além de suínos e produção de leiteira.

No começo assim, nós começamos, nem era cooperativa, era uma associação né, era um grupo. Na verdade, nós já vínhamos desde o Acampamento discutindo grupo coletivo, mas nós começamos assim a trabalhar montando uma associação né. Nós morávamos todos, como tinham poucas casas e coisa, nós nos juntávamos entre duas, três famílias numa casa, morava, e daí fomos começando assim. Daí nós fomos, fomos nos resolvendo até fundar a Cooperativa né. Mas os primeiros anos nós, na verdade, não tínhamos nada né. Nós trabalhávamos e o que fazia pra comer né. Nós chegamos em 94, daí nós tínhamos 4 grupos, 3 grupos eram individual e 1 grupo já queria entrar pra lançar a cooperativa porque já tinha discutido no acampamento que nós queríamos formar a cooperativa. Então a gente se dividiu em quatro grupos, cada um foi tocar a vida deles, os grupos se reuniam mais por interesse e nós fomos tocando a vida da cooperativa, no qual fizemos assembleia, definimos o planejamento da cooperativa do primeiro ano e quais eram as metas que nós tínhamos, como é que nós íamos fazer, como nós íamos nos sustentar, porque nós viemos do zero do acampamento. (ENTREVISTADO A-5, 2020).

Atualmente, a cooperativa conta com 150 sócios. Conforme o entrevistado A-5 (2020):

A Cooperativa de arroz ela, a Cooperativa produz em torno de 20 mil sacas de arroz por ano, mas a agroindústria do arroz tem capacidade máxima para receber até 90 mil sacas. Último ano recebeu em torno de 70 mil sacas, alguma coisa assim, que é a capacidade que a gente tem de

armazenar aqui na agroindústria do arroz. Abate de suínos, a gente tem abatido em média, deixa eu ver. Uns 2 mil suínos por mês, 2,6 mil, alguma coisa assim. Depende do mês né. Aí pega a carne final do ano dezembro, novembro já começa, mas principalmente em dezembro pelas últimas duas semanas ali, vem muita carne.

No MST se desenvolveram, inicialmente, dois tipos de cooperativismo: as Cooperativas de Comercialização e Prestação de Serviços (CCPS) e as Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA's). Esse modelo organizacional proposto pelo MST para os assentamentos rurais, cuja principal referência se encontra na "Teoria da Organização no Campo", apoia-se numa determinada concepção de socialismo, que tem no marxismo-leninismo sua maior expressão, mas obviamente existem outras formas cooperativas de desenvolvimento de produção nos assentamentos. Sobre o *modelo de cooperação dos assentamentos*, o entrevistado A-10 (2020) salienta:

Eu acho que nosso modelo de cooperação se baseia também no modelo cubano de CAPs, mas, bastante eu acho que veio, também não sei como, que tem do País Basco, que lá tem muita cooperativa. Então, alguma coisa veio de lá. Mas nós desde que chegamos aqui, nós tentamos lutar com a nossa cooperativa, do nosso jeito, do nosso modelo, que não vamos copiar tudo dos outros né, tu tens que pegar algumas coisas e adaptar ao que vai dar mais certo na tua cooperativa. Então nós tínhamos muita formação no movimento, muita ajuda. Pegava, o Alvaro da lavoura que é Coordenador da Assistência Técnica, até hoje, no começo foi fundamental. Padre Cerioli com os laboratórios, então nós tivemos muita ajuda de formação, de orientação do movimento.

Quanto aos equipamentos, máquinas e assistência técnica, a assistência que se tinha era da Cooperativa Central dos Assentamentos do RS (COCEARGS). Também havia um apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Já a aquisição dos meios de produção se deu através de projetos governamentais e, posteriormente, a cooperativa passou a fazer investimentos por sócios. Conforme relata o entrevistado A-3 (2020):

A aquisição da maioria dos maquinários se deu via PRONAF teve na época da agroindústria do arroz, que foi negociado com a CONAB um valor para a compra de maquinários da máquina vácuo e se pagava depois em arroz, foi feita essa negociação, mas basicamente a PRONAF. O abatedouro novo é uma parte o BNDS, uma parte INCRA e uma parte financiamento próprio. Né a parte mais difícil e financiar a própria coisa. Eu acho que é isso, nos últimos é isso.

A trajetória da organização do trabalho coletivo na COOPAN inicialmente era orientada à produção para o autoconsumo e comercialização para a região da grande Porto Alegre. Gradualmente, a cooperativa passou a realizar atividades

agroindustriais a partir da produção para autoconsumo, mas com uma orientação comercial, especializando-se na produção e beneficiamento de arroz e na produção e abate de suínos.

O planejamento da produção dá-se pela divisão e organização em setores que reúne a cada 115 dias para avaliação e resolução de algum problema relativo ao processo de trabalho e a produção. Sobre o processo de participação dos trabalhadores que compõe a agrovila a maioria participa ativamente das reuniões e assembleias, no entanto, sempre há uma pequena porcentagem e pessoas que acabam envolvendo-se mais no trabalho prático do que nas decisões políticas. No entendimento do entrevistado A-1 (2020), mesmo em um ambiente de cooperação,

A gente nunca tem uma autonomia total, não podemos controlar o mercado, então a gente faz o que dá dentro do que entendemos que é bom para cooperação, para cooperativa, para nossa auto-organização. Normalmente a gente tenta resolver coletivamente eviando os grupismos e ta, mas tem alguns acamponeses que não gostam de debater evitam. E da assitencia técnica sim, temos de fora e do movimento também, mas quem decide o rumo de onde vai a cooperativa e mesmo a produção é nós. Nos que estamos aqui todos os dias, o técnico ajuda, palpita, constrói, mas ele não é o dono, ninguém é né. (risos...)

Sobre os níveis de autogestão e os aprendizados da cooperação:

depois que tu entra numa cooperativa, numa agrovila, muda bastante coisa, entende, tu como é que eu vou dizer, tu te tornar uma pessoa egoísta individualista, tu tem que aprender a ouvir a opinião do outro, tu não achar só tu que está certo, a dividir as coisas que tu tem, que não é só teu é nosso. Então isso é um desapego que principalmente quem vem da agricultura tradicional é assim, o que é meu é meu, eu que decido, eu que planejo, saio na hora de trabalhar faço o que eu quero, assim como eu decido o que eu quero, sempre eu que decido. Então tu aprendes nesse sentido a conviver com as pessoas né, a decidir as coisas em coletivo, a socializar as coisas e que também tem um crescimento em várias áreas. Com essa abertura tu também tens outra visão de mundo também né, de sociedade, de relações humanas mais justas né, e tu consegue ter uma qualidade de vida boa também, porque essa relação, tu tens uma relação próximo com as pessoas, tu não vives isolado né. Não é como a gente nas cidades, nos apartamentos, cada um vive pra si, ou como é no interior no teu lote tu vive sozinho, a tua família, os filhos têm uma convivência social mais diferente, com uma qualidade muito melhor nesse sentido né. Assim resumidamente né. (ENTREVISTADO, A-8, 2020).

O rodízio das atividades de trabalho na produção normalmente leva em conta a formação técnica e a afinidade com a atividade. O rodízio funciona em quase todos os setores, o rodízio é realizado com adesão da maioria dos trabalhadores e das trabalhadoras da cooperativa. Conforme de um dos sócios entrevistados:

Grande part dos sócios sabe fazer quase tudo de todos os setores, tem umas partes bem técnicas e administrativas que são mais difíceis, mas grande parte conhece, nem todos dominam. Tentamos mesclar nos setores principalmente quem tá aprendendo para saber fazer um pouco de cada função. (ENTREVISTADO A-1, 2020).

No entanto uma das sócias entrevistada A-11 (2020), ressalta que em alguns setores não há rodízio são atividades praticamente realizadas pelas mulheres trabalhadoras do assentamento:

“Os maridos, os homens falam que é tudo igual, mas não é não. Tem a ciranda para deixar as crianças, tem a cozinha coletiva, só que na cozinha quase não tem rodízio masculino, são só mulheres, na ciranda também acho que lá só tem educadoras mulheres que eu me lembro e na cozinha quando tem eventos maiores daí alguns homens ajudam”.

Outra entrevistada salienta que:

É, assim, igualitário, igualitário não é. Porque se a gente tem que seguir fazendo as coisas da casa separado do trabalho, não é igual. Aqui no assentamento tem muitas tarefas que são divididas, é muito coletivo mesmo, praticamente as divisões do trabalho são democráticas, mas essa parte das mulheres nem tanto, e a gente mulher acostuma mesmo, e acaba fazendo todo serviço da casa mais as tarefas da cooperativa, do assentamento e os filhos né. (ENTREVISTADO A-12, 2020).

Neste sentido a Federici (2013), sintetiza que “a consolidação das relações capitalistas de produção implicou o desenvolvimento de uma nova divisão sexual do trabalho *que submete o trabalho feminino e a função reprodutiva das mulheres à reprodução da força de trabalho*” (FEDERICI, 2013, p. 36. Grifos e tradução nossa). Ainda nesta linha de reflexão Saffioti (2013), contribui:

A identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através de atribuições de distintos papéis, que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo. A sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que pode atuar o homem. (SAFFIOTI, 2013, p. 08 Grifo nossos).

Assim, o lugar que ocupa a mulher e o lugar que ocupa o homem na sociedade, portanto, não derivam das determinações das diferenças biológicas entre os sexos, mas das determinações sociais, o lugar a ser ocupado pelas mulheres e seu papel e modo de ser e agir são construídos socialmente e historicamente. Neste sentido a pesquisadora Ferreira (2017), complementa:

Por meio de ideologias reproduzidas pela família, pela Igreja e pelo próprio Estado, o trabalho doméstico realizado pelas mulheres foi socialmente convertido em um dom natural das mulheres; em uma virtude moral e em um atributo da “feminilidade”. Conforme afirma Ângela Davis, com a separação entre produção doméstica e produção industrial, nos EUA, “uma importante ideologia resultante desta radical transformação econômica foi o nascimento da 'dona de casa'. As mulheres começaram a ser redefinidas como guardiãs de uma desvalorizada vida doméstica”. (FERREIRA, 2017, p. 89).

Sobre a divisão social do trabalho, a cooperativa procura não criar a dicotomia entre gestão e execução: *“quem está na direção, na gestão, é um trabalhador como outro, está na lavoura, e no meio tempo faz as reuniões, então nós não criamos essa divisão, hoje todos sabem que tem compromisso e responsabilidade, sem assumir diferenças”* (ENTREVISTADO A-5, 2020). A jornada de trabalho na cooperativa compreende atividades em dois turnos manhã e tarde podendo ser modificados ao longo do processo de trabalho. Sobre as jornadas de trabalho é importante ressaltar as duplas e triplas jornadas de trabalho as quais são submetidas às mulheres para além do trabalho produtivo. A entrevistada A-10 (2020), corrobora com este debate quando explicita:

Em casa? Bah, em casa tem trabalho! Em casa o trabalho segue até muito tarde e eu acordo muito cedo para deixar tudo pronto e vir para a cooperativa. Quando chegamos em casa depois do trabalho ainda tem todas as tarefas da casa para fazer, arrumar, cuidar da comida, das crianças. Isso acontece com quase todas as famílias é bem difícil mudar a cabeça dos homens nesse sentido.

Segundo a pesquisadora Ferreira (2017),

A mediação do trabalho doméstico realizado pelas mulheres na estruturação e reprodução das relações sociais capitalistas não explica sua permanência como uma atribuição majoritária feminina. A permanência deste trabalho como atribuição majoritária das mulheres, realizada de maneira gratuita, não serve evidentemente apenas aos interesses de reprodução do capitalista, este sistema vale-se e reforça as relações de subordinação, apropriação e opressão das mulheres pelos homens no âmbito da família para fins de sua própria reprodução. Até os dias de hoje, como vimos antes, os homens são beneficiados pela realização deste trabalho de maneira quase exclusiva pelas mulheres e constituem, portanto, um grupo social interessado na manutenção da divisão sexual do trabalho. A apropriação deste tempo segue como o enjeux nas relações sociais de sexo. O trabalho doméstico não remunerado conforma, sob o patriarcado capitalista, uma relação de expropriação do tempo de um determinado grupo social, as mulheres. (FERREIRA, 2017, p. 94)

Assim, verifica-se que a intensificação do peso dos trabalhos domésticos e de cuidados sobre as mulheres é imprescindível para a “regeneração global do capitalismo” (HIRATA, 2016), e o quanto a perspectiva da reprodução social na análise sobre as relações capitalistas revela as relações internas entre fenômenos políticos e sociais, aparentemente não relacionáveis (FERREIRA, 2017). Os conflitos e os confrontos em torno dos trabalhos domésticos e de cuidados são centrais no embate entre *capital e trabalho* ainda que estes conflitos estejam em territórios da resistência camponesa e da construção do poder popular.

Ainda que a forma do trabalho e as jornadas sejam as mesmas que os homens, o tempo para o trabalho “não pago” fora do trabalho formal continua acontecendo nos assentamentos pesquisados como identificamos nas entrevistas acima. Bem como o tempo mais restrito das mulheres ao lazer. Conforme explicita a entrevistada A-10 (2020):

“Hoje em dia tem muita coisa aqui né, tem futebol para as mulheres, tem cursos, mas no começo não tinha muita coisa não, pensar em lazer, lazer acho que não tinha era tudo meio misturado com o trabalho. Tuinha umas coisas de grupos de tricô, remédios medicinais essas coisas”.

Nos últimos anos a cooperativa também se tornou um espaço de lazer para os assentados e assentadas, “com uma quadra de futsal, sinuca, bodega e um campo de futebol” (RUBENICH, 2017). Além desses espaços de lazer, a organização do assentamento é bastante coletivizada, há um espaço da ciranda infantil para as crianças e os almoços acontecem todos coletivamente na cooperativa. No ginásio se dá a formação e o lazer para a Cooperativa, quando é Natal, Ano novo, Páscoa, Dia dos Pais, Dia das Mães etc. O momento das férias também é um momento coletivizado pelas famílias assentadas que compõe a agrovila:

Aqui, além do trabalho, por exemplo, agora essa experiência, o pessoal está indo [...] foi na praia né, mas foi na forma cooperada. Aí um ônibus inclusive se vai no lugar, aí faz comida junto, vai metade, a outra metade vai outra semana. Então isso é para o lazer não é pra produção. Então é uma cooperação para o lazer. Que aqui dentro também tem no esporte, aqui tem essa organização. Que por exemplo, o ginásio ali é da Cooperativa não é da comunidade, é da Cooperativa. E a gente tem os horários para os jovens, para as mulheres, e para os idosos, jogo de bola duas vezes por semana. A questão de saúde, a gente também, quando aperta a gente também faz alguma negociação coletiva, inclusive sério, nós sedemos uma casa pra prefeitura botar duas vezes por semana vir um médico ali. (ENTREVISTADO, A-13, 2020).

Quanto aos processos de comercialização, a cooperativa parece já ter um mercado mais consolidado, embora obviamente tenha algumas dificuldades relacionadas à autonomia de vendas quanto ao mercado institucional. Segundo o entrevistado A-5 (2020):

A carne é comercializada em toda a região aqui. Até Porto Alegre agora nós temos uma rota que, mas é, São Leopoldo, Sapucaia, Capela de Santana, Santa Rita, Canoas, Esteio, essa região da grande Porto Alegre. A maior parte do nosso arroz está indo para as escolas. Esse ano passado a gente tinha. Agora eu acho, que vai ter uma outra chamada pública, eles fazem por dois anos né, mas, é que eles renovam por mais dois anos. Nós temos uma conjuntura difícil, a única coisa que nós não sabemos fazer é a comercialização. Então nós temos um grupo dentro da cooperativa que discute a comercialização, nós temos grupo dentro do movimento que discute a comercialização, a gente está tentando implementar, e se especializar e buscar atender nossas necessidades porque é isso né. Mas temos muita dificuldade na questão comercial. O arroz é institucional, o básico, e a carne é mercado comum. Eu acho que nós conseguimos ter tudo na mesma divisão, basicamente é 80%, 90% institucional. É uma política muito boa que não poderia acabar de jeito nenhum. Merenda escolar, e a carne são nos mercados e açougues da região. Estamos negociando com um hospital para fazer pão integral.

Como vimos no começo do capítulo, as experiências de plantio de arroz ecológico nos assentamentos se iniciaram com base no experimento de algumas famílias assentadas no contexto de profunda crise da orizicultura (oriundas do pacto tecnológico para o campo brasileiro). Assim, iniciaram-se as primeiras experiências de plantio de arroz ecológico na região metropolitana de Porto Alegre. Sobre a produção ecológica, o entrevistado A-8 (2020) salienta que:

Nesse sentido as casas também que tem mesmo na agrovila as famílias têm sua hortinha, tem a criação de galinha né, de outros bichos. Não está meio ninguém utilizando nenhum tipo de veneno né na produção, então, o Coletivo tem esse olhar pra tentar manter né, tanto que quando foi discutido essa produção de milho foi a única que veio assim, foi o que usaram, não nós não vamos trabalhar com transgênico se vamos ser obrigado a plantar milho, transgênico não. Nem que seja convencional, mas tentando evitar esse uso. As que trabalham com orgânico têm o incentivo e contato com a cooperativa por saber que se elas produzirem o arroz orgânicos elas vão ter onde entregar a produção também. Mas se não tivesse a cooperativa elas estariam também cada vez mais no convencional né. No assentamento isso aí não tem muito assim.

Outro entrevistado complementa:

Na verdade, o debate da agroecologia nós já tínhamos desde o começo. Porque nós começamos a produzir horta e melão orgânico, porque nós, enquanto estávamos acampados, tinha um pessoal que foi fazer uns cursos, e trabalhou nos Centros do Movimento. Lá que eles tiveram esses contatos com produção mais saudável. Então essa discussão sempre teve desde o começo. Só que, foi mais na área da horta e melão, na área do arroz nós nem sabíamos plantar, arroz nós primeiro tínhamos que dominar

o modo produtivo do arroz pra depois aos poucos, como na região tinha outros grupos, outras Cooperativas que também tinham ideias de produzir orgânico a gente se juntou e começou a trocar as informações, começamos a fazer experimento, logo em seguida começou a nascer o Grupo Gestor do Arroz, que aí que ajudou pra gente se escorar um no outro pra trocar experiência, pra ver e aos poucos ir fazer a transição do convencional pro orgânico né. (ENTREVISTADO A-1, 2020).

Uma das maiores dificuldades do assentamento, sobretudo dos camponeses que compõe a agrovila e a cooperativa, são as questões ligadas à baixa participação das mulheres nos espaços de direção. As relações sociais entre os homens e as mulheres ou relações de gênero são relações desiguais, assimétricas e mantêm a mulher subordinada ao homem. Ou, como mencionaria Saffioti (1987, p.85), “a supremacia masculina na sociedade de classes”.

Atualmente, uma das expressões dessa desigualdade de gênero é a defasagem de salários entre homens e mulheres. Mais do que isso, alguns estudos feministas, segundo Saffioti (1987), apontam para o fenômeno da “feminização da pobreza”. Na cooperativa não há esta disparidade salarial, pois, os valores recebidos por cada cooperado envolvem diretamente o arranjo das horas trabalhadas. Porém, várias entrevistadas relataram as questões de gênero que aparecem sutilmente nas relações de poder do assentamento:

[...] são mais homens, são os homens. A gente tem na direção uma mulher que é a V..., nas coordenações tem aqui por que tem o setor da sede e que inclui, Padaria, Ciranda, Refeitório e Escritório, são esses quatro setores e aí são duas coordenadoras, que aí tem a coordenadora e a vice, e no setor da agroindústria do arroz que tem um jovem que é coordenador e a mulher faz. (ENTREVISTA, A-8, 2020).

Um desafio atual para os assentamentos além da manutenção da juventude no Projeto de Reforma Agrária do MST sem dúvida é a superação das relações de gênero e de poder no interior dos assentamentos no Rio Grande do Sul. Outro espaço fundamental do assentamento é a *Ciranda Infantil*, a partir do momento em que o MST amplia os seus objetivos de luta, ou seja, a luta não apenas pela conquista da terra, mas também pela educação e pela escola, é possível identificar uma nova proposta educativa com características e particularidades próprias do Movimento. Para o MST, a educação se constrói pelos sujeitos que estão nela inseridos, seja em um espaço formal ou informal. A *Ciranda Infantil* vem é uma proposta de educação para as crianças pequenas que possibilite transformação do sujeito e construção de uma identidade política.

Conforme, (LUEDKE, p. 102, 2013):

A primeira Ciranda Infantil Nacional aconteceu em 1997 no Encontro Nacional dos Educadores e das Educadoras da Reforma Agrária, com 80 crianças de todo o país. No ano de 2000, durante o IV Congresso Nacional do MST, participaram 320 crianças na Ciranda Infantil Itinerante, e o encontro tornou-se um marco de referência para organização das Cirandas. Depois do congresso, o MST realizou um processo de valorização e multiplicação das Cirandas. Incluiu-as em todas as atividades e discussões do Movimento, pois há um grande número de crianças participando da luta, das mobilizações, dos encontros etc., o que implica a análise de seus desdobramentos e de um atendimento intencional e de melhor qualidade para as crianças, principalmente pela falta de políticas públicas para infância, no campo. Na organização do MST, há dois tipos de Cirandas, a Ciranda Itinerante e a Ciranda Permanente. A Itinerante é aquela que acontece em cursos, marchas, reuniões, congressos e reuniões diversas, não possui um local fixo. Já a Ciranda Permanente é um espaço educativo organizado nos assentamentos, acampamentos, nas escolas e nos centros de formação, com período permanente.

A Ciranda no Assentamento Capela surgiu surge no ano de 1995 e funciona até os dias atuais. Deacorcó com a pesquisadora Neiva Bihain:

A história da Ciranda Infantil na Coopan está marcada por dois grandes momentos. O primeiro momento é o período do funcionamento da creche no alojamento do Assentamento, e o segundo é o período de funcionamento da creche na agrovila da Coopan, onde foi construída, pela cooperativa, uma casa de madeira, para abrigá-la. A creche iniciou seu funcionamento no ano de 1995, quando um grupo de cinquenta e oito famílias cadastradas, recentemente assentadas, estavam determinantemente convencidas de que iriam organizar a produção de forma coletiva, pois este era o sonho do grupo, desde a época do Acampamento, através de uma associação e posteriormente a fundação da cooperativa – Coopan. Junto à organização coletiva da produção, aparece a necessidade da liberação da mão de obra das mulheres da associação. Surge, então, a creche. (BIHAIN, p, 64, 2001)

Atualmente a Ciranda funciona de forma permanente com quatro crianças e de forma itinerante durante os eventos, formações e cursos. Além de a Ciranda Infantil constituir um espaço educativo organizado, com objetivo de trabalhar as várias dimensões de ser criança, como sujeito de direitos, nos quais as crianças aprendem, em movimento, a ocupar o seu lugar na organização de que fazem parte, promovendo trocas, aprendizados e vivências coletivas. Também é um importante espaço para que as mulheres mães possam trabalhar e participar da vida política e organizativa dos assentamentos.

Por fim, ressaltamos que a experiência do assentamento Capela é um dos mais avançados no Rio Grande do Sul, sem perder a organização cooperativada e a

produção centralizada. O espaço, com a base na agrovila, é uma combinação entre o interesse do coletivo e o interesse pessoal dos sujeitos mesclando cooperação, agroecologia e autogestão.

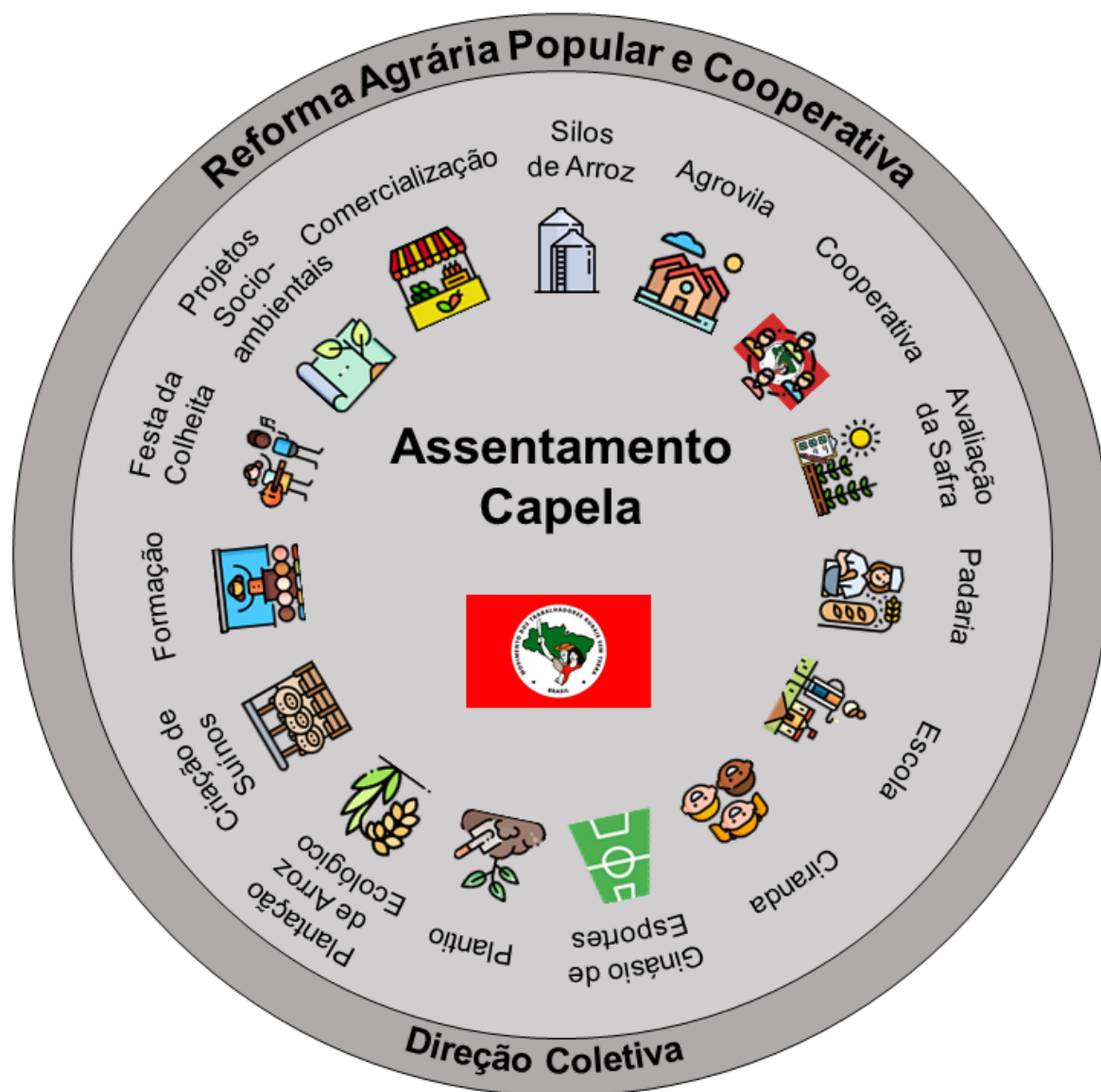
Figura 17 - Imagens da Cooperativa de Produção Agropecuária de Nova Santa Rita



: Elaboração da autora, imagens do campo de pesquisa e da COOPAN. (DIAS; 2020)

A seguir, a Figura 23 apresenta o organograma com o ciclo de coletivização e cooperação do assentamento.

Figura 18 - Ciclo de coletivização do Assentamento Capela



Elaboração da autora (DIAS, 2020).

4.1.2 A experiência do município de Viamão: do acampamento à reserva ecológica

Quando pensamos a interrelação solo-planta-homem, continua valendo o que disseram os índios bolivianos, somos feitos de Sol (energia) Chuva (água) e Terra (minerais). Vocês alteraram a luz (pela poluição do ar) alteraram a água (as chuvas e estão extinguindo os rios,) destruíram a terra (pela aração profunda, suas máquinas pesadas, os adubos químicos, herbicidas, pesticidas e fogo) mudaram as plantas (geneticamente). E agora. O que será de nós?"
(Ana Primavesi, 2020)

Em Viamão, segundo os dados oriundos das entrevistas e diário de campo, o assentamento foi implantado no dia 14 de dezembro de 1998 e tem área territorial de, aproximadamente, 9.478 hectares. Esse é o maior assentamento de Reforma Agrária do Rio Grande do Sul, com 376 famílias. As famílias que constituem o Assentamento Filhos de Sepé são originárias de 115 municípios gaúchos, sendo a maioria desses localizados no Alto Uruguai.

O assentamento é organizado por áreas: 1. A área de moradia (denominada de coxilha); a várzea 1 (área fora do perímetro de irrigação); a várzea 2 (área do perímetro de irrigação); a várzea 3 (perímetro de irrigação, mas sem lavouras de arroz) e áreas de proteção ambiental (integral, APPs, corredores ecológicos, barragem e arroios). (CANZAROLLI, 2018).

Sobre o processo de ocupação, os entrevistados B-35 e B-38 (2018) relatam as diversas dificuldades na luta pela terra:

Bah, nós fizemos ações de ocupações, nós fomos despejados, nós fomos humilhados. Teve uma ação que nós fizemos lá. Nós entramos numa fazenda e lá nós ficamos o que, uns três dias né. Uns três ou quatro dias. Aí veio o batalhão de choque. Mas, para cada um de nós veio três "milico" né, com cachorro, helicóptero, e avião e o diabo a quatro, e vieram pra tirar nós e tiraram nós de lá. E daí nós fomos para a rua. Só que eles não querem nós em cima da terra. O que nós fizemos? Saímos a caminhar de São Luiz Gonzaga e chegamos em Porto Alegre em frente ao palácio. Chegamos ali, com toda aquela gente. Já pensou que loucura?

Da organização do território, a chegada das famílias e a produção inicial no Assentamento Filhos de Sepé:

Aqui era um campo que só tinha pastagem, era só pasto. Não tinha árvore, não tinha nada. A única coisa que nós encontramos aqui eram aquelas árvores lá no meio, que a gente ia lá para se encontrar pra fazer as reuniões na época. Então, a maioria dessas árvores, que hoje tem aqui plantado, o ambiente que está aqui fomos nós que fizemos. Na questão da produção ela era gado e arroz né, e aí ela continuou sendo. Até uns cinco anos atrás ainda era isso que se produzia o assentamento né. E agora nos últimos cinco anos têm mudado bastante com relação às produções do assentamento que é as hortas, questão de frutas, então tendo uma diversificação maior de produção, não é só no arroz e no gado. (ENTREVISTADOS, B-36, 2020).

Sobre o número de famílias a serem assentadas, o entrevistado B-46 (2018) ressalta:

Chegando aqui essas 376 famílias, nós fomos despejados aqui. Sabe o que é pegar aquele resto que sobrou do acampamento ainda, que depois de dois anos o que vai sobrar? Nada. Alguns colchões velhos, rasgado, porque não tem mais o que sobrar. Aí tu juntas todas aquelas tralhas, bota em cima do caminhão e despeja aqui. Nós viemos de ônibus e despejaram aqui - Bom! Vocês queriam terra, agora vocês têm. Agora vocês vão morrer aqui. A proposta era matar nós aqui, acabar com a vida nossa. A imprensa e toda a sociedade em cima de nós – “A os vagabundos estão aí né”. Aqui e em várias casas, todo mundo fazia vigia porque os ladrões chegaram né. Abaixo assinado pra tirar nós daqui. Imagina turma de ladrão. Tudo vinha aqui. Porque a sociedade não queria nós. Não todos né, mas uma parte da sociedade... que nem hoje né, os Sem Terra são bandidos, ladrão né, os marginais chegaram né e aí nós fomos despejados aqui. Sem a divisão de terra, sem saber onde é a horta, sem recurso, sem nada, sem comida, porque no acampamento você tem a solidariedade ainda da sociedade. Agora quando chega na terra eles querem que você: “vá trabalhar vagabundo.

No começo a plantação no assentamento, era convencional, assim como todos os assentamentos da região metropolitana. De acordo com (CANZAROLLI, p. 81, 2018):

O cultivo foi de em torno de 50 ha de lavoura, porém no sistema convencional. Na safra 2000/01 o assentamento inicia o plantio de arroz nas áreas de várzea em parceria com a Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados de Charqueadas (Copac) e a Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre (Cootap), de Eldorado do Sul. Em torno de 300 hectares ao total de áreas foram plantadas em parceria com algumas famílias, onde as cooperativas entravam com as máquinas e recursos e as famílias com a terra, água e mão de obra. O plantio era realizado com manejo convencional, arando e semeando na terra seca, visto que por vários anos que não se plantava e que não havia grande incidência de plantas invasoras. Esta parceria durou apenas dois anos, dando lugar às primeiras áreas arrendadas.

No entanto, o Assentamento Filhos de Sepé foi marcado por um processo emblemático de criação e consolidação numa área de preservação ambiental (APA) após algumas denúncias, os assentados tiveram que readequar-se a um novo modelo de desenvolvimento para o assentamento. Conforme o entrevistado B-49 (2018):

O assentamento de Viamão ele tem uma característica, por ser um dos maiores do estado, quase 9.500 hectares né que tem, ele tem uma área de reserva ambiental dentro dele, ele tem um refúgio dentro dele, além da área ele tem um refúgio que foi formado dentro dele.

A partir destes acontecimentos o assentamento passou a integrar a comissão do Distrito de irrigação. Conforme aponta Canzarolli:

Foi criada assim a comissão do Distrito de Irrigação, que por sua vez firmou convênio com o Incra para ter poderes para gerir os recursos hídricos outorgados para a irrigação no assentamento. O Distrito de 37 Irrigação tem como competência a responsabilidade de gestar os recursos hídricos, tanto para a irrigação quanto para a drenagem. Exerce grande responsabilidade no sucesso e na continuidade do plantio do arroz orgânico no assentamento. Faz o diálogo com os órgãos ambientais, Incra e Ministério Público. Tem aumentado sua importância a cada ano levando em conta o fato de o assentamento estar inserido em um contexto de disputa de água para atender à população crescente na região metropolitana de Porto Alegre. O Distrito de Irrigação, apesar de constar em suas atribuições, não trabalha para atender as demandas de outras frentes produtivas na área do perímetro de irrigação, como seria o caso da drenagem nas áreas não cultivadas para ser possível o trabalho com o gado de corte. (CANZAROLLI, p. 31, 2018).

Há próximo ao assentamento duas escolas a Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora de Fátima, que segundo a direção à escola existe desde o ano de 1999, no entanto, segundo documentos oficiais, a escola já existia anteriormente, foi à antiga João XXIII foi de uma fazenda construída para atender os filhos dos trabalhadores da fazenda. A escola atende a 270 estudantes, todos residentes no campo, desse número apenas 30 estudantes não são assentados do MST.

Já a Escola Estadual de Ensino Fundamental Rui Barbosa, conforme entrevista existe desde 23 de agosto de 1948, atualmente a escola atende ao Ensino Fundamental completo e atende a 295 estudantes, residentes no campo e da cidade (uma vila próxima à escola), desse número apenas 50 estudantes são assentados do MST. Assim, como no município de Nova Santa Rita, as escolas de Viamão também têm grande dificuldade de desenvolver projetos na perspectiva da

Educação do campo, com o agravante que a formação das escolas municipais fica a cargo da SMED que desconhece totalmente o debate da Educação do Campo, da Agroecologia. Já na escola estadual segundo uma das direções entrevistadas:

A escola mais avançou na visão de campo e na visão das concepções da educação do campo. O grupo de professores consegue ter uma visão diferenciada e participa muito de várias formações, é um grupo forte, politicamente falando. O que dificulta a implementação do projeto de Educação do Campo na escola é essa divisão entre a vila e o campo, os estudantes não se compreendem como rurais, há muitos costumes urbanos, pois há uma formação de vilas no entorno da escola. As questões de violência e prostituição também assolam as problemáticas da escola. É complicado dizer você é camponês, se o aluno estuda pela manhã aqui e vai trabalhar na indústria a tarde. Nossas cooperativas em Viamão são fortes, mas, não dão conta de dar trabalho a todos no assentamento e outros também não estão acostumados ao tipo de trabalho cooperativo. É bem complexo, a gente diz que é escola do campo fala abstratamente, mas a formação para o projeto do campo dos alunos seguir no campo com qualidade de vida não se efetiva totalmente. Nós da escola temos entendido a conjuntura e tudo isso que tem acontecido a partir das formações do ITERRA e estamos preparados para as perdas das políticas públicas na educação do campo e esse desatino que é o governo do Bolsonaro. O nosso desafio urgente para formação de professores na escola se coloca como prioridade, a ligação continua entre o movimento, a escola e o projeto da educação do campo. (B-62, 2019).

Neste aspecto o pesquisador Roberto Leher contribui para o sentido da escola pública:

A escola pública somente será pública se os conhecimentos nela trabalhados romperem com a colonialidade do saber e do poder. É preciso, usando a referida metáfora de Walter Benjamin, pensar a contrapelo. É possível pensar uma agricultura que não seja o agronegócio? É possível pensar uma pedagogia que não seja a pedagogia das competências? É possível pensar uma saúde pública que não seja a das corporações e dos planos de saúde? Em suma, precisamos produzir muito conhecimento, muita ciência, pensar perspectivas e manter diálogos interculturais que permitam produzir novos conhecimentos. Perguntas como: O que é a soberania alimentar? Por que o patrimônio genético tem de ser um bem coletivo dos povos? Somente poderão ser desenvolvidos em diálogo com os trabalhadores do campo, os povos originários, os cientistas e os educadores. Esses diálogos pressupõem uma escola com a vibração da vida. Se a escola não for um espaço de produção e de socialização do conhecimento, dificilmente ela será um espaço estratégico de outra hegemonia. Mas essa outra hegemonia não é exclusivamente pedagógica. Envolve lutas que enfrentem os pilares do capitalismo.” (LEHER, 2014, p.177).

Ainda sobre os processos educativos formais acontece na cooperativa aula de EJA no período noturno para que alguns assentados e cooperados tenham a possibilidade de voltar a estudar, a turma tem em média 18 estudantes, em sua

maioria mulheres e a professora responsável é uma assentada do MST. Os módulos são organizados a partir do histórico do assentamento e da leitura atual da luta pela terra e dos impactos do agronegócio nos territórios camponeses. Segundo uma das estudantes da turma de EJA:

Eu estou gostando bastante de estudar, tive que parar de estudar para trabalhar e depois para ter os filhos e nunca mais voltei, agora estou adorando saímos da cooperativa vou em casa tomo um banho e já venho para cá. [...] Sim, os conteúdos são bons e as aulas também até para me atualizar que a luta pela terra de hoje é diferente de quando viemos para vá né? A gente tem que se atualizar e estudar. (ENTREVISTADA, B-42, 2020).

A Cooperativa de Produtores Orgânicos da Reforma Agrária de Viamão (COPERAV) foi fundada em agosto de 2009, com o objetivo de organizar a produção orgânica de alimentos e sua comercialização. Os carros chefes da produção da COPERAV são o panifício, o arroz orgânico e na parte de hortifruti por enquanto são as folhosas, que prevalecem como principais: a alface, a couve, o tempero e a rúcula. Todavia, a cooperativa também está ingressando em um novo processo dos pomares, experimentando os citros, com a uva e o maracujá. Sobre o histórico da cooperativa e aquisição dos equipamentos e maquinaria, o entrevistado B-58 (2019) comenta:

Porque quando abriu o primeiro Pronaf cada assentado tinha direito a 25 mil, só 25 mil. Aí nos juntamos cinco. Nós cinco compramos uma ceifa, primeira máquina que entrou aqui foi uma ceifa não foi trator, porque o trator tu conseguias alugar, mas, na hora de colher ninguém colhia o arroz para ti. E no governo Lula daí nós não tínhamos mais como administrar isso, porque essa máquina eram cinco só que ela tinha um custo, ela tinha que se pagar trabalhando né, tinha que ter operador, tinha que comprar diesel. Daí a associação com a máquina já virou uma cooperativa. Aí nós trocamos de nome, trocamos de associação para a cooperativa. E aí era mais um motivo ainda de contratar as máquinas para fazer as terras, não tinha condições. E aí com a mudança de governo ali teve uns projetos que era o Mais Alimento que era para comprar, adquirir suplementos e maquinários pra produção. E aí foi visto que não tinha como gerenciar... uma associação gerenciar essa estrutura que a gente estava adquirindo. É aí onde que foi formada e fundada a COPERAV.

Atualmente, a cooperativa tem 100 sócios e, além da cooperativa, tem diversos agricultores e famílias no assentamento que comercializam diretamente para a COOCEARGS e para a própria COPERAV. Sobre a participação na cooperativa, os sócios que foram entrevistados relatam que a gestão é bastante horizontal, tendo pelo menos duas assembleias mensais e todos têm acesso às

informações. Sobre o rodízio nas tarefas, isso não ocorre com frequência, somente quando algum dos associados necessita faltar ao trabalho. Conforme B -55 (2019):

Para a gente é bem tranquilo, todo mundo se organiza com as datas de assembleia e as formações internas da cooperativa. Quando alguém falta a maioria sabe o que tem que fazer e o que tocar, quase todos sabemos tocar a produção, comercialização e o administrativo. O administrativo que é o mais chatinho. Como tu viste quando tu chegaste eu tava na padaria ajudando agora to aqui no financeiro, porque uma das moças da padaria não pode vir hoje, a filha ficou doente.

A comercialização é uma grande dificuldade de muitas cooperativas do MST, sobre as formas de comercialização e dificuldades, o entrevistado B-60 (2019) salienta:

A maior dificuldade de comercialização mesmo é que quando chega a época que a gente colhe o produto, por exemplo, tem duas reuniões, uma de encaminhar a planta, que daí faz toda aquela despesa, faz todo aquele montante e chega a época o preço não ajuda. E a dificuldade é que a gente entra com a precisão assim e tem que esperar o preço. Então faz uma conta assim, a questão do dólar e do diesel. O diesel subiu muito, o maquinário subiu muito e essas são as dificuldades que eu tenho que a cooperativa tem, mas para nossa subsistência é isso, se tornou uma política de preço se depender desse governo.

Além da participação em feiras e outros mercados, a cooperativa participa do mercado institucional, conforme conta o entrevistado B-58 (2019):

Participamos de feiras, mas assim, quando a gente trabalha com o mercado institucional, o difícil é a organização com os produtores, porque quando tu participas de uma chamada pública, tu sabes que vai ter a quantidade X, tu estás entrando com tu estas licitando uma quantidade X de produto. Por um determinado tempo, mas se acontece um atraso como eu tinha colocado antes de entrada de verba, não fazem os pedidos, essa é uma das principais, assim que dá dificuldade na venda institucional. Porque as vezes tu não consegues organizar tua cadeia de produção, porque tu não sabes quando eles vão pedir, se de fato uma chamada que é pra sair em Abril vai sair em Abril ou vai sair somente em Junho ou Julho, que já teve caso, e também tem casos que as vezes acontece de tu participar de uma licitação um ano e só entregar no outro. Então essa é uma das dificuldades do mercado institucional hoje em dia. É a organização e produção.

Os desafios colocados para a produção das cooperativas em ambos os assentamentos são semelhantes, como a dificuldade de autonomia na comercialização. As compras institucionais auxiliam nas vendas, no entanto, fora desse escopo os agricultores familiares ficam reféns do comércio formal.

A comercialização das hortaliças e arroz agroecológico ocorrem, principalmente, por intermédio de mercados institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Além desses, nestes últimos anos, em parte devido aos cortes orçamentários que os dois programas estão sofrendo, os assentados estão investindo na construção de mercados camponeses, como feiras agroecológicas, cestas agroecológicas e lojas da reforma agrária. Conforme salienta o entrevistado B-62 (2019):

Assim Vanessa, quando a gente trabalha com o mercado institucional, o difícil é a organização com os produtores, porque quando tu participas de uma chamada pública, tu sabes que vai ter a quantidade x, tu estás entrando com tu estas licitando uma quantidade x de produto. Por um determinado tempo, mas se acontece um atraso como eu tinha colocado antes de entrada de verba, não fazem os pedidos, essa é uma das principais, assim que dá dificuldade na venda institucional. Porque as vezes tu não consegues organizar tua cadeia de produção,, porque tu não sabes quando eles vão pedir, se de fato uma chamada que é pra sair em Abril vai sair em Abril ou vai sair somente em Junho ou Julho, que já teve caso, e também tem casos que as vezes acontece de tu participar de uma licitação um ano e só entregar no outro. Então essa é uma das dificuldades do mercado institucional hoje em dia. É a organização e produção e a diminuída que esse mercado tem tido principalmente nos últimos dois anos.

Conforme o campo da pesquisa, parte significativa dos assentados gaúchos foi contemplada com o PAA entre 2010 e 2015. O programa atingiu o seu auge em 2011 e 2012 e, desde então, o número de beneficiários vem diminuindo drasticamente. Após o desafio da conquista pela terra, os camponeses passam pelo desafio de produzir coletivamente, de superar a divisão social do trabalho e se desafiar a construir e praticar formas organizativas de participação (assembleias ampliadas, prestação de contas abertas, rodízio nos postos de trabalho, atualização da conjuntura, formação permanente etc.) e até mesmo os momentos de lazer propiciados pelos assentamentos.

É exatamente nesse desafio que reside uma das maiores fragilidades do assentamento. Conforme a entrevistada B-56 (2019):

No começo era tudo muito junto, tu viu né pelas fotos para construir o galpão da associação foi bem coletivo, para construir as hortas, as primeiras plantações, a gente tinha muita atividade política também, não parava nunca eu tinha dois filhos pequenos e vivia com eles pendurados, em mobilização em atividade do partido, em assembleia. Hoje não se vê quase nada disso no assentamento, é mais individualizado, somente a cooperativa puxa algumas ações mais coletivas.

E complementa o entrevistado B-52 (2019):

Na grande maioria o envolvimento que tem no assentamento hoje é na certificação, é na parte de planejamento e projeto onde tu vais lá apresentar o projeto para ver se a questão é legal que nem eu te falei com a associação, faz um planejamento de plantio. Daí pois isso, tem com a cooperativa também em um planejamento de safra, que é onde a cooperativa discute a forma de custeio, forma de cobrança, forma de pagamento, de que forma vai fazer avaliação sobre o preço do produto. E daí então é nessa parte que as famílias têm mais envolvimento, é nessa parte mais burocrática, essa parte mais social de fazer essa questão legal né, que precisa de todo um processo né. E daí na parte mais das relações, de formações para discutir essa pouca vergonha que está o país não tem, mas já teve muito. É preciso retomar isso, organizar os assentamentos com mais força e enfrentamento.

Outra crítica que apareceu constantemente nas entrevistas foi em relação à forma como a COPERAV se relaciona com os sócios agricultores:

A importância, é que, é muito importante ter a cooperativa. Só que eu achei assim que, a cooperativa hoje, hoje né, no aprofundamento de hoje ela tinha que mudar daí alguma coisa né. principalmente a relação com os sócios, e chegar mais. Porque ela até ajuda no custeio aí, mas, se não ela afunda bastante daí. Eu acho que a armação dela teria que ser mais socialmente, juntar mais com o sócio mesmo. Porque às vezes até admira um pouco não olhar para o lado do sócio. Então a cooperativa é importante, mas tem que mudar bastante eu acho, a partir da relação com o sócio que faz todo assentamento mudar. (ENTREVISTADO, B-59, 2019).

Outra crítica constante que apareceu nas entrevistas é a forma como o MST e a direção regional não articula as instancias dentro do assentamento, ficando apenas para a cooperativa tocar diversas das ações além da produção e comercialização. De acordo com a entrevistada B-54, (2019):

É preciso vir aqui fazer o trabalho de base, voltar com as formações, perguntar e construir que tipo de agroecologia queremos... Né? Porque a experiencia do arroz é ótima, mas, precisamos expandir só ficar na monocultura do arroz ainda que seja ecológico é muito limitado. A COPERAV corre com o que pode, articula muitas coisas, mas nem sempre damos conta de tudo da totalidade do assentamento que é enorme.

Sobre este debate, a pesquisadora Marlene Ribeiro (2010, p. 121) contribui: “o movimento social precisa superar a mera reivindicação por reforma agrária produtivista para uma luta pela dissolução das relações capitalista de produção”.

o acesso a terra contém o germém da libertação apenas quando coloca em xeque e rompe com o monopólio da propriedade privada burguesa que se apoia politicamente na apropriação da renda da terra através de uma atuação iníqua, retrógada e antidemocrática. (RIBEIRO, 2010, p. 125).

O assentamento é reconhecido pela sua produção agroecológica. Ousando construir novas cadeias produtivas, a cooperativa avança bastante nesta estratégia.

Altieri (2009, p. 23) explica:

A agroecologia fornece uma estrutura metodológica de trabalho para a compreensão mais profunda tanto na natureza dos agroecossistemas como dos princípios segundo os quais eles funcionam. Trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agrônômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo. [...] A produção sustentável em um agroecossistema deriva do equilíbrio entre plantas, solos, nutrientes, luz solar, umidade e outros organismos coexistentes.

Sobre a importância da produção orgânica e da agroecologia, o entrevistado B-59 (2018) ressalta:

Pro agroecológico e você conseguir trabalhar as culturas, fazer a cadeia dela, mas dentro de um todo sabe. Você tem que começar a ver o assentamento como um organismo único, como um todo, e trabalhar braço, cabeça, perna toda a cintura junto pra funcionar ele perfeitamente. E cada um que a gente conseguir fazer isso, a gente faz e vai aprovado: Ó, é o caminho. Porque hoje quando a gente olha pela luta pela terra, tu não consegues mais fazer acampamento como nós fazíamos antigamente, para lutar pela terra, infelizmente. Não que não tenha Sem-Terra, mas a realidade é outra, os tempos são outros, então. Eu acho que esse projeto, acho não, tenho certeza da reforma Agrária Popular para envolver e pra trazer de volta pra terra, pra envolver a sociedade diante disso é um desafio muito grande né.

Além da experiência com a produção de arroz orgânico, a cooperativa tem inovado na produção de uma cadeia produtiva dos citros, conforme o entrevistado B-53 (2018):

Eu acho principalmente aqui no nosso assentamento que é uma das áreas livres de agrotóxico, que não se tem no plantio, então tu ficas meio que “chovendo no molhado” em falar em agroecologia, mas a gente sempre tem que estar dando ênfase nos desafios né, que a gente tem, então a gente tem grandes experiências aí com o arroz, mas a gente está sempre buscando esses novos carros chefes né, então, de botar em prática agora os citros que a gente está se pondo pra fazer toda essa parte dos citros em agro florestas e então esses desafios assim, de sempre estar tentando inovar, de não ficar só no grão né, de ter as hortas também ter mais um processo mais agroecológico não ser aquele convencional orgânico que a gente diz que tu olha e é igual a uma horta convencional, mas é orgânica, então de buscar colocar diversidade nas hortas. Não ser grandes hortas só de alface, só de... Então a gente sempre está propondo para os sócios e colaboradores da cooperativa que de fato atuem com respeito aos princípios da agroecologia e coloquem em prática em seus lotes.

Martinez Alier (1998) parte da prerrogativa da qual o que está no centro das reivindicações dos movimentos camponeses é o questionamento acerca da distribuição dos recursos ecológicos. No caso do MST, é a terra considerada como

um recurso ecossistêmico, que é distribuída de maneira desigual, traduzindo a luta do MST para além de uma luta social, mas também como uma batalha ecológica.

Na análise dos dados coletados, percebe-se que a realidade apresenta dificuldades que, em alguns casos, sobrepõe-se ao que chamamos de consciência de classe, pois, mesmo tendo como horizonte uma perspectiva socialista, o MST está extremamente vulnerável às contradições da sociedade capitalista. Assim, problemas quanto às dificuldades no processo de produção, resquícios da ideologia individualista, são elementos constituidores da realidade estudada. Contudo, estes fatores não omitem o fato de que, no interior da dinâmica do movimento, a realidade está bem mais próxima de uma identidade coletiva.

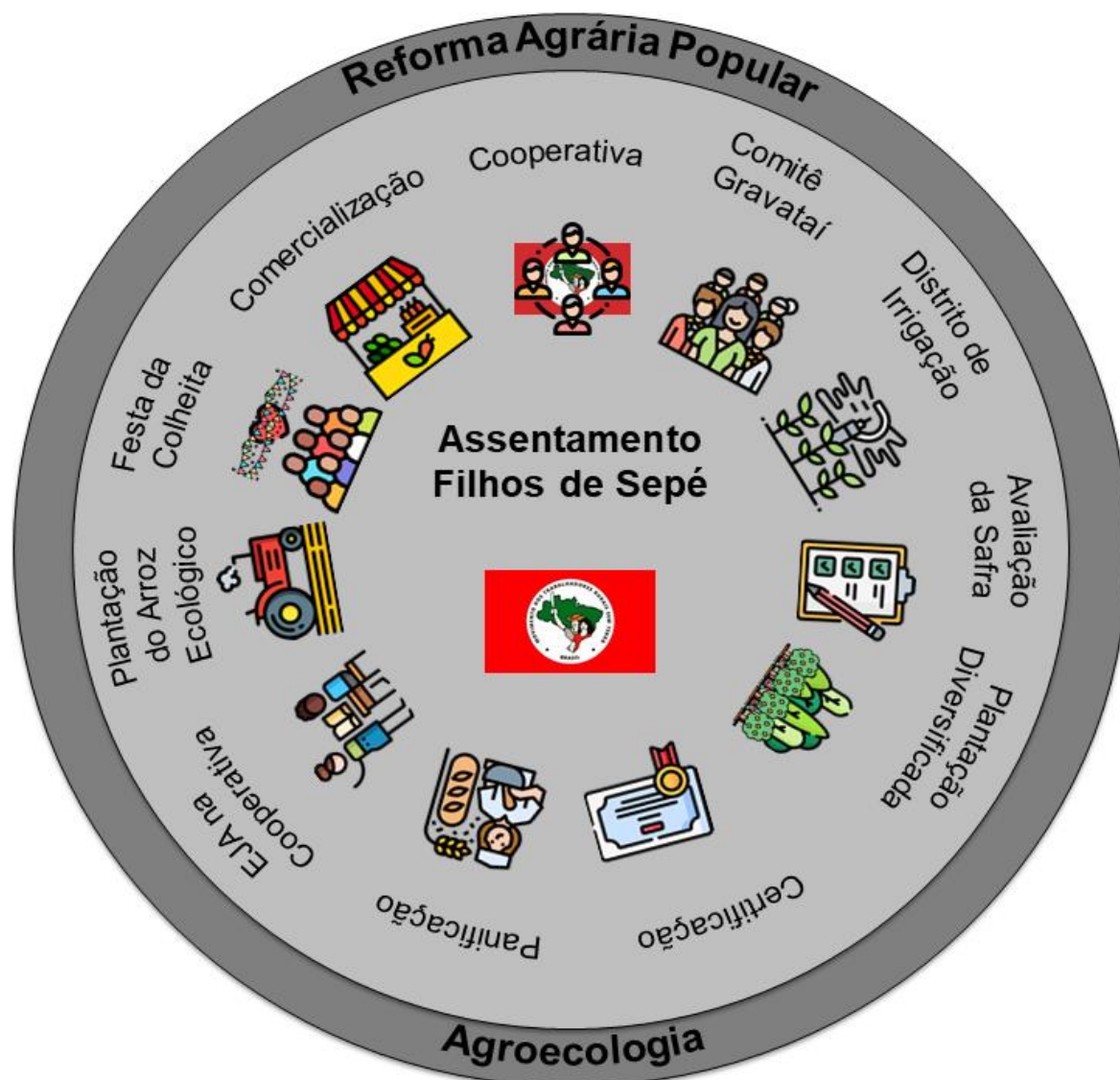
Figura 19 - Imagens da Cooperativa de Produtores Orgânicos da Reforma Agrária de Viamão (COPERAV)



Elaboração da autora, imagens do campo de pesquisa (DIAS, 2020).

A seguir, a Figura 20 apresenta o organograma com o ciclo de organização e produção agroecológica do assentamento.

Figura 20 - Ciclo de coletivização do Assentamento Filhos de Sepé



Elaboração da autora (DIAS, 2020).

4.2. As comunas agrárias bolivarianas: do acúmulo das experiências das desapropriações da propriedade privada à construção do poder popular

*“Oligarcas temblad, ¡Viva la Libertad!”
(Ezequiel Zamora apud Figueroa, 1981).*

A figura de Ezequiel Zamora é uma referência das lutas populares na Venezuela. Em meados do século XIX, o latifúndio colonial passou sem modificações para as mãos dos líderes militares que aumentaram suas terras com os terrenos baldios nacionais e municipais. “No contexto da insurreição camponesa de 1846, Ezequiel Zamora se torna um herói popular, a figura individual mais proeminente na revolução democrática, antiescravidão e anti-feudal” (FIGUEROA, 1981, p. 159).

O nome de Ezequiel Zamora está ligado às lutas pela igualdade em um país que, apesar de sua população urbana acentuada, continua mantendo referências de seu passado agrário. (FIGUEROA, 1981), conforme o autor:

Por sua vez, Ezequiel Zamora se apresenta como o líder que sabe interpretar os desejos dos camponeses em uma sociedade amplamente rural, conseguindo gerar a unidade necessária dentro das diferentes frentes de luta. A união entre as diferentes tendências que formaram a frente federal foi uma condição essencial para a vitória, e Zamora foi quem alcançou e representou essa unidade. Seu assassinato desmantela as frações mais radicais, encerrando a ofensiva insurrecional e levando à acusação de personagens como Antonio Guzmán Blanco e Juan Crisóstomo Falcón, medidos líderes liberais, iniciando as deserções e preparando o fim do movimento. (FIGUEROA, 1981, p. 441-442).

Terra e homens livres! Slogan que resume o histórico da luta contra o latifúndio no modelo de revolução bolivariana. Como vimos no capítulo 3, a Venezuela, com o advento do petróleo, esvaziou o campo e passou a aumentar sua população urbana, restando pequenas comunidades e grandes latifúndios nos territórios agrários. No entanto, com a chegada do presidente Hugo Chavez à presidência, a questão agrária passa a fazer parte estratégica da Revolução Bolivariana no I e II plano socialista.

As comunas receberam terras quando as propriedades foram redistribuídas para longe da elite da Venezuela. Entretanto, apesar da retórica ambiciosa de mudança, o processo de descentralização avançou lentamente. Fatores internos e externos dificultaram o sucesso do sistema cooperativista e das comunas (como

visto no item 3.6.1 e 3.6.2), conforme explicou a entrevistada C-61 (2020): “*muitas comunidades urbanas muitas vezes não conseguiram criar autossuficiência e cooperativas ou então não tinham familiaridade com toda burocracia que é criar e autogerir uma empresa socialista*”.

Embora os camponeses não sejam uma grande maioria no país, atualmente as comunas agrárias têm realizado um papel fundamental na Venezuela – o *abastecimento nacional frente à crise*. Nesse processo, as comunas cresceram e foram tomando autonomia frente ao governo, inclusive avançando na proposta do estado comunal. Em muitos momentos, as desapropriações eram noticiadas no “Programa Alô Presidente”, conforme reportagem do jornal Extra:

O governo venezuelano anunciou neste domingo a desapropriação de 330.796 hectares de propriedades privadas que serão destinadas à criação de gado. O comunicado foi feito pelo presidente Hugo Chávez em seu programa dominical de rádio e televisão "Alô Presidente". De acordo com o governo, as terras dos 16 latifúndios pertencem a 29 grandes proprietários. Autoridades não falaram em indenização. Estamos intervindo nessas propriedades de acordo com a lei e vamos fazê-las produzir para a criação de gado de corte e de leite. Isto passa a partir de hoje a ser propriedade social para satisfazer as necessidades do povo disse Chávez.

Sobre a capacidade da produção comunal, um dos sujeitos entrevistados da pesquisa relata:

A Venezuela chegou a produzir 80%, quase, do que entrega nas Caixas Clap. Produto interno, produção própria. Então por isso que eu digo, que o que resulte desse desentendimento, desse descompasso, dessa correlação entre estado e poder popular, entre comuna, entre partido, o que surja disso aí é o que vai dar o rumo para essa revolução. (ENTREVISTADO C-77, 2020).

Vale ressaltar que é apenas a partir das experiências de organizações populares historicamente constituídas na Venezuela que é possível emergir uma alternativa à ordem burguesa e ao Estado burguês. Por meio da democracia participativa e protagônica, notamos uma transferência do poder estatal para um poder emergente na sociedade venezuelana: o *Poder Popular*. Segundo Abreu (2019, p. 38):

o Estado fomenta a participação popular estruturando o funcionamento dos Conselhos Comunais e das Comunas. Por hora, estes são os espaços onde debates políticos são estimulados, decisões políticas são tomadas, assim como o planejamento e o manejo de recursos advindos do Estado para os bairros e comunidades são feitos desde a base da sociedade.

Dessa maneira, os Conselhos Comunais (CCs) e, sobretudo, as Comunas, que são experiências que já possuem grande relevância no conjunto do *movimento bolivariano*, parecem-nos centrais para o avanço do processo, devem ser capazes de assumir sua dianteira e fazer emergir de si novas possibilidades de enfrentamento ao conjunto do sistema sociometabólico do capital, em suas esferas ideológicas, políticas, institucionais, sociais e de produção material. Conforme a pesquisadora Rodrigues (2012, p. 221):

Nos CCs as decisões são tomadas em Assembleia, instância que busca superar a democracia representativa e a tarefa individual de depositar um voto em urna, através de discussões sistemáticas, da busca pelo consenso e da construção de um coletivo político que seja capaz de deliberar conjuntamente, sem a mediação dos políticos profissionais. As Comunas Socialistas, além de contarem com instâncias de autogestão política, também constroem formas de autogestão produtiva em unidades socioprodutivas sob o controle dos trabalhadores associados. Assim sendo, fomentam a ideologia socialista, ao assumirem as funções políticas e administrativas do Estado e ao delegarem a propriedade e o controle dos meios de produção material aos trabalhadores.

Mas, afinal, o que são as comunas e como elas funcionam? De acordo com Rodrigues (2012, p. 222. Grifos nossos), as comunas são compostas por:

- a) **Conselho Executivo:** instância de execução das decisões do Parlamento Comunal, que deve estar articulado com os Conselhos Comunais e seus respectivos Comitês de Trabalho. É composto por dois *voceros* eleitos pelo Parlamento Comunal e por um *vocero*⁸⁴ eleito pelos representantes das organizações socioprodutivas ante o Parlamento Comunal;
- b) **Conselho de Planificação Comunal:** é responsável pela elaboração de um plano comunal de desenvolvimento em consonância com os planos de desenvolvimento comunitário propostos pelos Conselhos Comunais. É composto por três *voceros* eleitos pelos Conselhos Comunais que fazem parte da Comuna. Os CCs designam também mais um *vocero* que faça parte do Comitê de Trabalho em matéria de ordenação e gestão do território de cada CC. Além desses, compõem o Conselho de Planificação Comunal mais dois *voceros* eleitos diretamente pelo Parlamento Comunal e um *vocero* designado pelas organizações socioprodutivas da Comuna;
- c) **Conselho de Economia Comunal:** instância encarregada de promover o desenvolvimento econômico da Comuna e composto pelos *voceros* pertencentes aos comitês de economia comunal de cada CC. É composto por cinco *voceros* eleitos entre os integrantes dos Comitês de Trabalho em matéria de economia comunal dos CCs que fazem parte da Comuna;
- d) **Banco da Comuna:** busca garantir a gestão e a administração dos recursos financeiros repassados às Comunas ou gerados por elas. O Banco da Comuna é integrado por: a) uma coordenação administrativa, cujos *voceros* são eleitos entre os integrantes das unidades administrativas

⁸⁴ Significa porta-voz, um responsável.

financeiras comunitárias dos CCs que fazem parte da Comuna; e b) um comitê de aprovação, responsável por uma avaliação prévia dos projetos que serão levados para aprovação definitiva ante o Parlamento Comunal. É formado por cinco *voceros* designados:

e) **Conselho de Planificação Comunal:** é parte integrante do Conselho Nacional de Planificação (juntamente com os Conselhos Nacional, Estadual e Municipal de Planificação e com os Conselhos Comunais). A ideia do Conselho Nacional de Planificação é coordenar as ações do Poder Público e garantir espaços institucionais de intervenção do Poder Popular;

f) **Comitê de seguimento e controle:** deve zelar pelo bom andamento e transparência dos projetos, composto por três *voceros* que não possuam nenhum grau de parentesco – até o quarto grau de consanguinidade – com os demais *voceros* do Banco da Comuna. Esses últimos são designados da seguinte maneira: um *vocero* pelos CCs que compõem a Comuna, um *vocero* pelas organizações socioprodutivas e o último *vocero* deve ser designado pelo Parlamento Comunal;

g) **Conselho de Controladoria Comunal:** instância encarregada da vigilância, supervisão, avaliação e controle social sobre os projetos, planos e atividades de interesse coletivo da Comuna. É formado por cinco *voceros* eleitos entre os integrantes das unidades de controladoria social dos CCs que fazem parte da Comuna.

Já as organizações socioprodutivas que compõem o sistema econômico comunal podem ser de quatro tipos:

a) **Empresa de Propriedade Social Direta:** é uma unidade socioprodutiva constituída, gerida e administrada por instâncias do Poder Popular (pela comunidade organizada) em seus respectivos territórios.

b) **Empresas de Propriedade Social Indireta:** são uma unidade socioprodutiva constituída pelo Poder Público no âmbito territorial de uma instância do Poder Popular, como, por exemplo, uma Comuna. Sua gestão e administração ficam a cargo do ente ou órgão do Poder Público que as constitua, sem que isso obstrua a possibilidade de que a gestão e a administração dessas empresas sejam progressivamente transferidas às instâncias do Poder Popular, transformando-se assim em empresas de propriedade social direta comunal.

c) **Unidades Produtivas Familiares:** são organizações cujos integrantes pertencem a um núcleo familiar que desenvolve projetos socioprodutivos dirigidos a “*satisfacer sus necesidades y las de la comunidad; y donde sus integrantes, bajo el principio de justicia social, tienen igualdad de derechos y deberes*”.

d) **Grupos de Intercâmbio Solidário:** conjunto de “*prosumidores y prosumidoras*” organizados voluntariamente, com a finalidade de participar de alguma das modalidades dos sistemas alternativos de intercâmbio solidário. (RODRIGUES, 2012, p. 224. Grifos nossos).

A construção das Comunas Socialistas é o momento onde os esforços e as experiências de mobilização e organização dos trabalhadores/as venezuelanos assumem um novo horizonte: *a necessidade de superar a propriedade privada por meio da consolidação de um modo alternativo de produção*. Ainda que as empresas de propriedade social e o próprio sistema econômico comunal possuam atualmente pequena relevância no montante de riqueza produzido no país e ainda que o

sistema capitalista de exploração do trabalho continue existindo, não é possível negligenciar o avanço que tal proposta traz para o momento histórico atual. Dessa maneira, no próximo item apresentaremos as experiências das comunas pesquisadas: *Comuna Socialista El Maizal* e a *Comuna Socialista Che Guevara Mesa Julia*.

4.2.1 Contra a oligarquia agrária surge a Comuna Socialista El Maizal na defesa da propriedade comunal

[...] a comuna surgiu, vou contar para vocês, todo mundo conta que foi assim: quando o comandante Chávez estava a caminho de uma inauguração na fronteira um grupo de pessoas se aproximou dele quando ele passou gritando e fazendo barulho porque tinham acabado de ocupar... Meses depois ele voltou para El Maizal onde disse que ali deve nascer o socialismo. (Entrevistada, C-74, 2020)

A *Comuna Socialista El Maizal* em espanhol significa “o milharal” e no nome indígena significa “*jojoto*”. A *comuna* nasce da luta contra a oligarquia agrária e no ano de 2019 completou dez anos. Localiza-se no Estado de Lara, no Município de Simón Planas. Sua densidade demográfica é de 44,31 hab/km², com 28.787 habitantes. Conforme os dados do último censo publicado (INE, 2011), os indicadores educacionais são de 57,87% dos estudantes com assistência escolar inicial (3 a 6 anos), 95,98% com assistência escolar primária (7 a 12 anos), 77,28% com assistência escolar secundária (13 a 17 anos) e 31,23% com acesso a assistência escolar superior (18 a 24 anos).

Quanto ao emprego na área rural, os dados demonstram que 26,88% dos trabalhadores se mantêm empregados e apenas 1,10% buscam emprego. Não foram encontrados dados publicados quanto ao produto interno bruto (PIB). A agricultura em Simón Planas está focada na produção de hortaliças, milho, café. E a pecuária: bovinos, cabras, ovelhas, porcos, búfalos, frangos e poedeiras.

A *Comuna Socialista El Maizal* surge no ano de 2009. Segundo entrevistados: “a partir da ocupação dos camponeses e do processo de expropriação de terras promovidas pelo Hugo Chávez na guerra contra o latifúndio e teve sua forma legal

constituída no ano de 2011”. Sobre a paisagem da comuna e suas enormes árvores samán, Maher (2016, p. 99) destaca:

Ancorando história abaixo de suas amplas copas. Venerada por comunidades indígenas, as árvores teriam ganho esse nome após a morte de um xamã Arawak embaixo da copa de uma delas. O próprio Simón Bolívar buscou refúgio debaixo de uma *samán* durante a batalha de Araure em 1813, tendo uma vez visitado sua espécie mais famosa, a lendária Samán de Güere, que diziam ter mais de mil anos, com uma copa chegando a 175 metros, até ser recentemente abatida por um raio. Foi que, em 1982, em meio a crise sem precedentes, o jovem Hugo Chávez jurou lealdade à derrubada de um sistema corrupto e violento de democracia bipartidária. Quase uma década depois, o Movimento Revolucionário Bolivariano tentaria concretizar sua promessa, lançando um golpe fracassado em fevereiro de 1992. Essa área carrega uma longa história de luta pela terra e na terra. Foi nela que a elite do sistema político iniciou suas políticas agrárias e onde campos nesses locais resistiram. Antes da chegada da democracia em 1958, o território tinha sua população espalhada em pequenos lotes de terra, assim como propriedades comunais, em que vizinhos compartilhavam e cultivavam coletivamente. Enquanto a Reforma Agrária de 1961 prometia ajudar o pequeno agricultor ao distribuir terras, na realidade, seu efeito foi o oposto. Ao invés de quebrar os grandes latifúndios, o governo democrático expulsou os camponeses das terras públicas, destruindo formas anteriores de propriedade comunal, enquanto entregava a maior parte do solo fértil aos negócios ligados aos chefes do partido governante, o Acción Democrática.

A sua gênese está no histórico de lutas camponesas em defesa da terra nos tempos da guerrilha nos anos 1960, com a estratégia do Movimento Revolucionário 26 de Julho. No entanto, antes das terras estarem na mão dos comuneros, Chávez, ao desapropriar a comuna, entregou-a diretamente a empresa estatal *Corporation Venezuelana de Alimentos* (CVAL), que supervisionava e coordenava a produção de alimentos em escala nacional.

De acordo com Maher (2016, p. 103), “ao invés de produzir, os portões continuaram trancados para os camponeses, uma vez que os funcionários corruptos do governo desmantelaram e roubaram a empresa”. Logo no início de 2010, os camponeses ocuparam novamente as terras e convocaram uma assembleia com o governo local, recusando-se a abandonar as terras. Ali começou a verdadeira luta autônoma dos camponeses pela construção da comuna e sua produção. Conforme explicita o entrevistado C-74 (2020): “entre 2011 e 2014, apoiados por Chávez, nós conseguimos nos livrar da empresa estatal e tomar as terras para a comuna”.

Do seu processo histórico, Curto, Freitez e Moreno (2019, p. 94) podem destacar quatro dos principais momentos organizativos da comuna.

En una primera fase, de 2009 a 2011, se da la gestación y el nacimiento de la comuna: la ocupación de tierras, la visita de Chávez, el establecimiento de la «sala de batalla»¹ y los primeros contactos entre consejos comunales. A su vez, se fueron gestionando y materializando políticas y proyectos sociales comunitarios apoyados por el gobierno. Fue una época de experimentación e invención, en la que también «se tuvo que lidiar contra antivalores como el individualismo, la corrupción, el ventajismo, el clientelismo». En esos dos años de instalación de la comuna «se dio también una batalla desde lo ético», en lo colectivo, para tratar de gestionar de manera correcta «ese poder que nos estaba dando la revolución» (Prado, 2018). Se hizo «un trabajo ideologizante importante» (Alejo, 2018). En una segunda fase, de 2012 a 2014, se entra en una etapa interesante, ya que la comuna no solo administra recursos del Estado, sino que comienza una etapa de producción propia, «algo nuevo desde el punto de vista colectivo y a gran escala». Además, se consigue «registrar la comuna legalmente con su Carta Fundacional, se conforma el parlamento comunal, se crean las primeras unidades de producción de propiedad directa y se pone el acento en la autogestión como lógica de funcionamiento con recursos propios (Prado, 2018). En una tercera fase, de 2015 hasta 2016, se comienza una nueva etapa que viene desde una reflexión de finales de 2014, cuando se diagnostica «la necesidad de crecer productivamente y de comunalizar el territorio, que todo lo que haya en el territorio debe ser tocado y puesto al servicio de la construcción de la comuna (Prado, 2018). Se experimenta así un crecimiento organizativo y productivo donde se da «la batalla por los medios de producción. A finales de 2014 se ocuparon y tomaron las Casas de cultivo, 2 y ello marcó un precedente. Se tomaron nuevas tierras en una «guerra contra el latifundio privado o público» (Mato, 2018), se ayudó al nacimiento de nuevas comunas alrededor y en verano del 2016 se toma también la empresa del Estado Porcinos del Alba.

Os equipamentos e maquinaria foram adquiridos com os recursos do governo bolivariano. Atualmente, a comuna agrupa 22 conselhos comunais que totalizam em média 20 mil pessoas. A forma organizativa se baseia em Empresas de Produção Social Direta e Indireta, Unidade de Produção Familiar e o Grupo de Intercâmbio Solidário, nas seguintes unidades produtivas: sede administrativa, mecanização, distribuição de alimentos, distribuição de gás, plantação de milho, leguminosas e vegetais de formas coletivas e de unidade familiar, bem como pecuária: gado, leite, queijo e porcos. Conforme dados disponibilizados por Curto, Freitez e Moreno (2019, p. 94): *“Los números de 2018 se produjeron 5.985.000kg de maíz, 500.000kg de caraoas, 470.000kg de vegetales, 25.000kg de café, 9.125kg de queso, 75.300 litros de leche y 36.000kg de carne de res, distribuyó gas a 10.500 familias y a más de 50 instituciones”*.

De acordo com Maher (2016), autoridades confirmam que no que se refere aos dados de produção da *Comuna Socialista El Maizal*, reconhecem que sua produção é duas vezes a média nacional, ou seja, a comuna é a maior e mais produtiva de toda Venezuela. Na parte organizativa da comuna existem núcleos com

ao menos 15 pessoas, responsáveis por se dedicar a temas de *saúde, formação, cultura, finanças da organização e da comuna*. Dessa forma, exercem o que chamam de “vanguarda coletiva”.

A comuna gerenciou recursos estatais relevantes, como a construção de 500 casas pela *Misión Vivienda*, e administrou políticas públicas de saúde e educação para a comunidade local. O entrevistado C-54 (2020) ressalta que “a comuna, além de canalizar recursos de programas estatais e se beneficiar de empréstimos a baixos juros, não depende do governo, os comuneiros contam com sua própria produtividade”.

No âmbito educativo, a comuna propicia e participa de inúmeros processos formativos de âmbito formais e informais. No ano de 2018, conforme relatos de campo a *Comuna Socialista El Maizal*, assume o controle da *Aldeia Universitária Bolivariana a Universidade Bolivariana da Venezuela (UBA)*, para implantar um projeto de Universidade Produtiva e Comunal. “*El Maizal dinamizó la construcción de la propuesta de Universidad Productiva y Comunal y dinamizando la construcción del proyecto*” (CURTO; FREITEZ; MORENO, 2019, p. 99). Conforme os entrevistados C-73; C-74 (2020):

A Universidade tem como objetivo formação para a produção, para currículos formativos que acompanhem os processos de produção da comuna, a universidade tem 11 programas de formação: medicina veterinária, agroalimentação, processamento e distribuição de alimentos, distribuição e logística, segurança alimentar e cultura nutricional, administração, administração agropecuária, gestão social, gestão ambiental, educação inicial e estudos jurídicos.

Para além da Universidade Produtiva e Comunal, há também diversas parcerias com outras instituições: *Universidad Politécnica Territorial Juan de Jesus Montilha*, no Estado Portuguesa; *Universidad Martin Luther King*; *Universidad Bolivariana da Venezuela (UBV)*; *Universidad Campesina*; *Universidad Politécnica Territorial Andrés Eloy Blanco* no Estado de Lara; *Universidad Nacional Experimental de los Lhamos Ezequiel Zamora (UNELLEZ)*.

As decisões na *Comuna Socialista El Maizal* são tomadas por assembleias em conselhos comunitários, formados por cerca de 850 famílias cada. Por sua vez, esses conselhos enviam representantes para um parlamento composto de comunas, onde os representantes devem rotacionar seus papéis a cada dois anos. As comunas dão soberania às pessoas através do autogoverno, participação e

democracia direta. Isso acontece por meio de comitês, por exemplo, enfocando os direitos das mulheres ou fornecendo acesso universal à água. As comunas se fornecem com serviços bancários sociais.

No que se refere à gestão e execução das ações na comuna, ficou evidente que não há dicotomia entre gestão e execução. Durante a pesquisa de campo foi possível entrevistar e conversar informalmente com diversos trabalhadores. E mesmo aqueles trabalhadores que muitas vezes vem trabalhar de outra comuna para a *Comuna Socialista El Maizal*, eles têm noção da totalidade do trabalho e da função social das comunas. Existe um rodízio entre as atividades das empresas socialistas de produção e das cooperativas, onde embora haja responsáveis técnicos, o “poder” não se direciona somente em dois ou três trabalhadores, mas quase todos dominam todas as técnicas e conhecem cada unidade produtiva da comuna. Conforme o entrevistado C-74 (2020):

a comuna, com sua dinâmica de produção e participação, também pode nos ajudar a libertar-nos de nossa dependência do capital privado e do patrocínio do governo. Enquanto as células de comunas forem construídas em todo o país e trabalharmos para desenvolver a consciência política e coletiva das pessoas, uma nova cultura e novas relações entre as comunidades que priorizem o bem comum, então poderá avançar nesse modelo de sociedade que o comandante Chávez propôs. Quando chegamos aqui jamais imaginaríamos que estaríamos construindo uma cidade comunal.

Um dos desafios diz respeito à empresa de semente nacionalizada do país, que não vende sementes para as comunas devido à escassez, ao clientelismo e à burocracia. No entanto, conforme conversas de campo, “a empresa vende para atacadistas ilegais”. Outros desafios encontrados são as constantes queimadas decorrentes da temperatura e a precarização do trabalho de alguns camponeses em produção familiar, por falta de equipamentos de proteção individual (EPIs) e equipamentos que não chegam até as comunas.

A Figura 17 apresenta algumas imagens da Comuna, espaço de produção de milho para venda de farinha de arepa, plantação e produção suína.

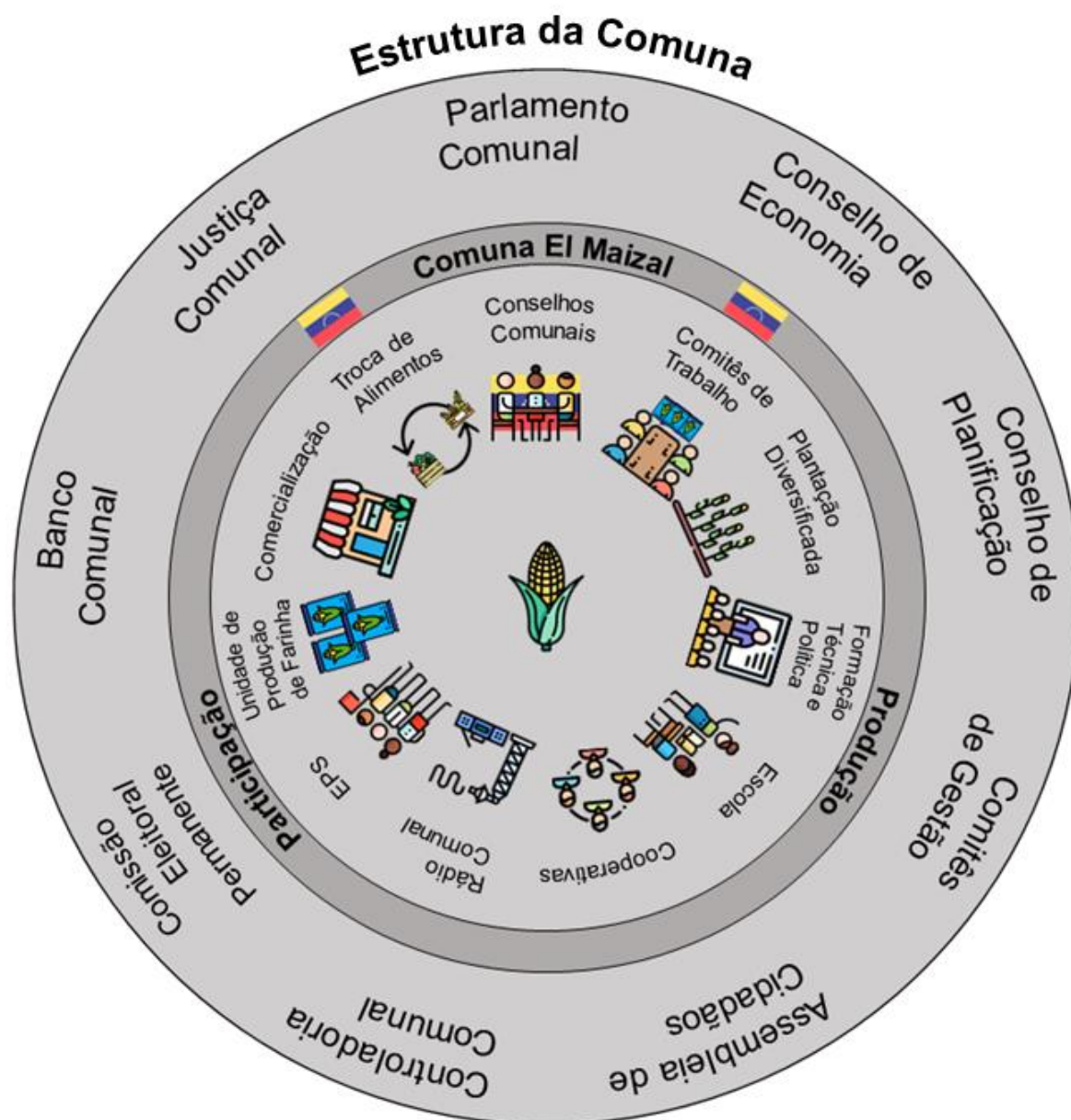
Figura 21 - Imagens das Empresas Sociais e Cooperativas da Comuna Socialista El Maizal (2020)



Elaboração da autora, imagens do campo de pesquisa (DIAS; PALUDO, 2020).

Na figura abaixo demonstramos como funciona o ciclo comunal de El Maizal, passando por todas instancias organizativas e produtivas.

Figura 22 - Ciclo de poder popular da Comuna Socialista Maizal



Elaboração da autora (DIAS, 2020).

A partir do ano de 2017 aumenta a base organizacional da *Comuna Socialista El Maizal*, com o aumento do Movimento Comunitário. Além disso, no ano de 2019, a comuna é caracterizada pela expansão das atividades comunais com outros estados e territórios para aprofundar o caminho para a Cidade Comunal. Conforme o entrevistado C-68 (2020): “a integração regional ajuda as comunas a produzirem mais por menos, trocando alimentos, tecnologias, maquinários, bem como os processos formativos de educação popular”.

Pelos centros agrários e industriais da Venezuela, os/as organizadores/as das comunas da Maizal e arredores estão pensando para além da legislação e de seus territórios locais. Contra a resistência dos governadores de Estado, sejam eles chavistas ou da oposição e do setor privado, as comunas estão começando a construir a unidade regional pela base conhecida como “*corredores político-territoriais*” ou “*ciudades comunais*”. Diversos deles cruzam o Estado de Lara e o país como um todo. De acordo com Maher (2016, p. 165):

Hoje, o corredor Ojeda reúne onze comunas que produzem incríveis 19 milhões de quilos de café por ano e quase o mesmo em bananas, 40% das quais pelas mãos das 442 famílias de Santa Clara. Ao Leste, quatro comunas centradas em Buría formam um corredor homenageando o líder da primeira revolução vitoriosa de escravos da Venezuela, Negro Miguel. Ao Sul, expandindo-se no Vale de Ataroa até Acarigua, encontra-se o corredor Argimiro Gabaldón, cujo nome vem do épico comandante guerrilheiro que circulava pelas montanhas da região, e que inclui áreas do Parque Nacional, com recursos hídricos estratégicos, antes de chegar a *El Maizal*.

Nesses corredores territoriais e cidades comunais, começa a ser possível vislumbrar pela base do movimento comunero o surgimento de um *Estado comunal*, estes corredores comunais podem caminhar em direção a uma integração territorial mais ampla das comunas. As comunas produtoras de café e milho, por exemplo, efetuaram trocas diretas com as que produzem açúcar, bananas ou feijão, permitindo surgir um espaço que se amplia fora do mercado capitalista. Conforme demonstra o organograma abaixo.

Figura 23 - Ciclo de construção da Cidade Comunal



Elaboração da autora (DIAS, 2020).

4.2.2 A produção de cacau e café nos altos da colina de Tucaní: a experiência da Comuna Socialista Che Guevara Mesa Julia

"Si no hay café para todos, no habrá café para nadie".
(Che Guevara apud Manolo Péres, 2001).

Conforme uma liderança da comuna a frase é atribuída a Che, que nos primeiros anos da revolução cubana, é esse o espírito que ajudou a construir a *Comuna Socialista Che Guevara*. Nos altos da colina de Tucaní surge a produção de cacau e café na *Comuna Socialista Che Guevara Mesa Julia*, localizada no Município de Caracciolo Parra Olmiedo no Estado de Mérida. Sua densidade demográfica é de 45,52 hab/km², com 22.524 habitantes, conforme dados do censo (INE, 2011).

Os indicadores educacionais do município são de 50,81% dos estudantes com assistência escolar inicial (3 a 6 anos), 95,25% com assistência escolar primária (7 a 12 anos), 73,16% com assistência escolar secundária (13 a 17 anos) e 30,07% com acesso a assistência escolar superior (18 a 24 anos). Quanto ao emprego, na área rural os dados demonstram que 34,66% dos trabalhadores se mantêm empregados e 0,41% buscam emprego. Não foram encontrados dados publicados quanto ao produto interno bruto (PIB).

Nas colinas de Tucaní vivem em média 2.800 famílias camponesas, organizadas em 12 conselhos comunais, conforme entrevistas realizadas: “os espaços produtivos não foram terras desapropriadas, foram terras compradas com recursos nossos e do governo bolivariano”. Conforme salienta uma das lideranças: “nós nos separamos por comitês de compras durante muito tempo, um mês é uma pessoa, outro mês é outra pessoa e outro para cá, mas todos estão a cabo do que se comprava” (ENTREVISTADO C-62, 2020). Além disso, na *Comuna Socialista Che Guevara Mesa Julia* existem outras empresas familiares. No entanto, mencionaremos as duas principais unidades de produção.

A Empresa de Produção Social Che Guevara 2021 (EPS) é liderada exclusivamente por 14 mulheres com idade entre 18 e 67 anos, as quais relataram sobre o processamento “de mais de 400 quilos diários de cacau”. A EPS é uma das alegrias da comunidade, nela as mulheres produzem chocolates e café em menor escala. E a Cooperativa Colinas del Mirador (COLIMIR) semeia e processa o café,

tem 45 sócios cooperativados com idade entre 19 a 57 anos. Segundo um membro da cooperativa entrevistado (C-55, 2020): “a capacidade de secar 10 mil quilos e tostar 7 mil quilos mensais”. Em ambos os empreendimentos, os equipamentos e maquinários foram adquiridos com os recursos do governo bolivariano e recursos dos próprios empreendimentos que compõe a comuna.

As empresas locais de propriedade social não competem entre si, elas mantêm preços unificados e tem o Grupo de Intercâmbio Solidário com outras comunas, na troca de diferentes alimentos (carnes, massas, arroz) por café e cacau. Até os uniformes escolares são trocados nos dias promovidos pelos diferentes conselhos comunais. Essa prática é tão comum que a COLIMIR utiliza sua própria moeda social para a troca com os produtores associados, o “Cafeto”, equivalente a um quilo de café. Conforme o entrevistado:

[...] as comunas foram pensadas para ter as comunas urbanas e as comunas agrícolas, em que uma é o centro de produção e outro é um centro de acordo, de receber, mas aí tu consegue um grupo na comuna que vai produzir e um grupo na cidade que serão os grupos de consumo, ou seja, desde uma inserção do estado com uma lógica um pouco maior. Por exemplo, Maizal produz uma quantidade de coisas, comunas Auto de Lídice que está dentro de Caracas não produz alimento, produz outras coisas, mas alimento não, comida não. Então eles têm no seu centro de distribuição comunal em que leva os produtos da Maizal diretamente para a Che Guevara. A Che Guevara ela produz café, produz algumas coisas, mas não produz milho por exemplo. Então é daqui para lá que vai, da comuna Maizal, a farinha de milho. Então as comunas foram feitas para isso, a que produz intercambia com a outra ou comercializa, para garantir a rede de distribuição. Isso só na parte de produtividade agrícola, mas aí a organização social. (ENTREVISTADO-C, 2020).

Das entrevistas e observações realizadas, não verificamos dicotomia entre gestão e execução do trabalho nos empreendimentos e nem nos espaços coletivos da comuna. Nos espaços de trabalhos, os trabalhadores e trabalhadoras realizam rodízios e divisões entre as tarefas realizadas. Aparentemente todos os trabalhadores têm domínio total do que envolve o processo produtivo e todos integram o Movimento Comunero.

A *Comuna Socialista Che Guevara Mesa Julia* conta também com o projeto com rebanhos, cria cabras e ovelhas para suprir as necessidades de proteína na comunidade, além das plantações existentes na parte baixa da comuna, como banana, abóbora e mandioca, e na parte alta da colina, como abacaxi, laranja e limão, que aparecem em quantidade – a comuna produz cerca de 15 caminhões de abacaxi (450 toneladas por semana). No âmbito educativo, a comuna promove

inúmeras formações que envolvem desde a qualificação técnica até a formação com as crianças da comuna e inúmeras formações com o Movimento Comunero.

As decisões na *Comuna Socialista Che Guevara Mesa Julia* são tomadas por assembleias em conselhos sobre os processos de participação e autogestão. A comuna tem uma experiência muito interessante de “vanguarda de mulheres”, sendo referência na organização comunitária feminina. A população elege dois representantes por conselho para o parlamento municipal. Mesmo formalizada em 2013, a comuna tem seu histórico construído desde os anos 2008 e 2009, quando, com o movimento social e político *Corriente Revolucionnaire Bolívar e Zamora*, os habitantes estabeleceram o planejamento territorial dos municípios, um plano ainda atual que visa a construção de uma cidade comunal. Conforme explicita o entrevistado C-58 (2020):

As comunas são um dos legados organizacionais mais importantes construídos pela Revolução Bolivariana. A comuna é a organização do povo a partir da expressão mais simples para resolver os problemas da vida cotidiana com o objetivo de avançar na luta pelo poder real na construção de uma nova sociedade. Por isso é tão importante ir avançando para o projeto de cidades comunais e maiores agregações regionais.

A comuna também é referência na sua defesa territorial, que é assegurada pelas brigadas de defesas populares. No ano de 2019, com o ataque das guarimbas, a comuna foi atacada por grupos extremistas da direita venezuelana. O município de Tucaní é um dos legados mais importantes em termos de organização construída pela revolução bolivariana – organização de pessoas com o objetivo de resolver problemas do cotidiano e construir poder para construir uma nova sociedade.

Como explica a entrevistada C-56 (2020):

São as pessoas que dirigem as comunas, que se apropriam do projeto comunitário e trabalham mais nessa direção. Esses esforços e iniciativas trouxeram o que estamos vendo hoje. Queremos destruir o antigo estado. Somos chamados pela realidade capitalista a procurar formas e alternativas. Avançar para o autogoverno não é um desafio fácil. Para isso, precisamos de muita força e consciência.

A seguir, a Figura 20 apresenta algumas das imagens dos espaços investigados:

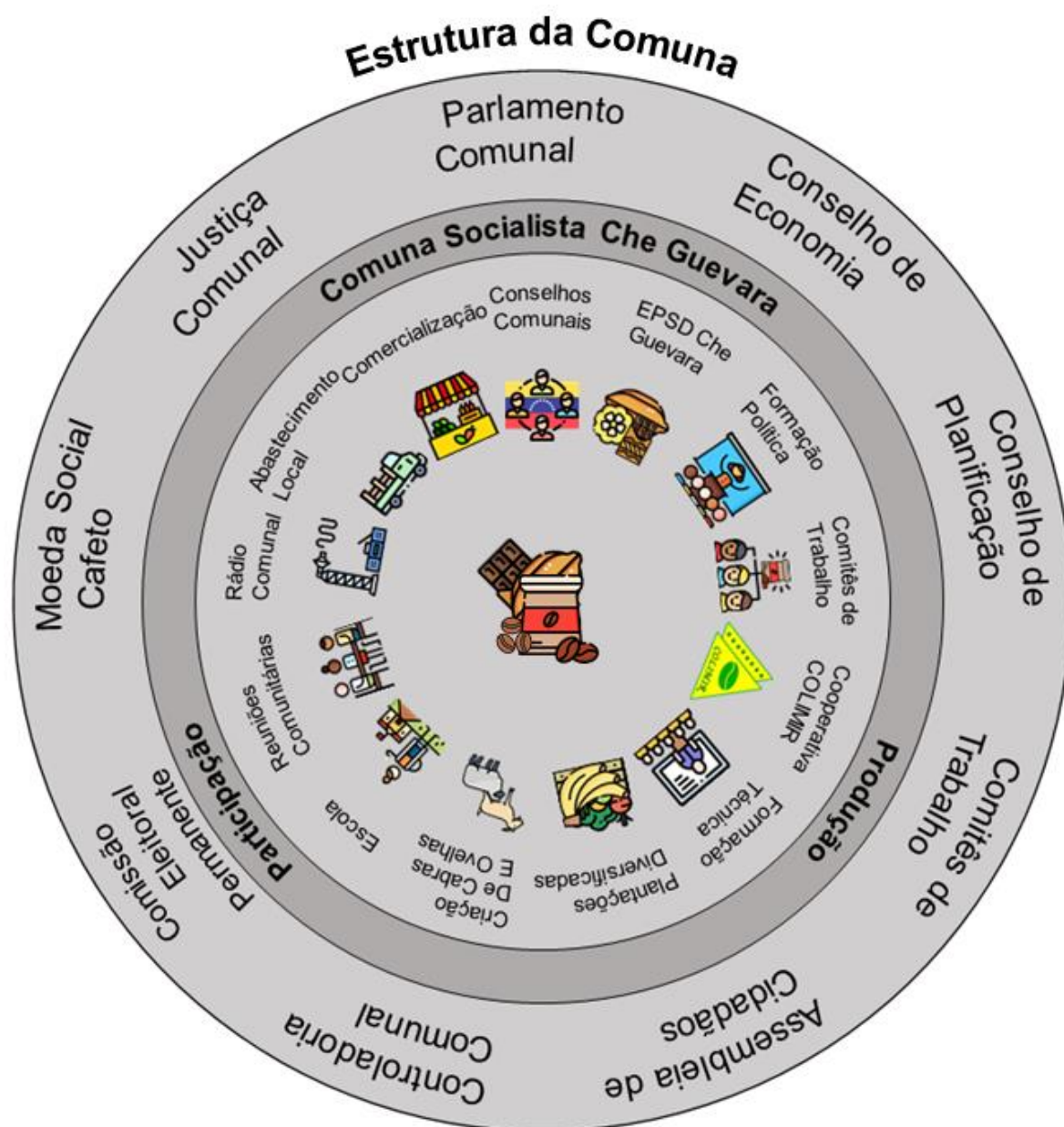
Figura 24 - Imagens da Empresa Social e da Cooperativa na Comuna Socialista Che Guevara Mesa Julia (2020)



Elaboração da autora, imagens do campo de pesquisa (DIAS; PALUDO, 2020).

Na figura 21 demonstramos como funciona o ciclo comunal Comuna Che Guevara, passando por todas instancias organizativas e produtivas.

Figura 25 - Ciclo de poder popular da Comuna Socialista Che Guevara Mesa Julia



Elaboração da autora (DIAS, 2020).

No próximo item, debateremos especificamente os processos organizativos de participação e de poder popular no Brasil, com o caso das experiências do MST nos assentamentos: a) Capela em Nova Santa Rita; e b) Filhos de Sepé em Viamão.

4.2.3. Dos aprendizados nos processos técnico-produtivos e sócio-produtivos de trabalho e educação nos territórios investigados no Brasil e Venezuela

Ao longo desta tese indagamos a necessidade de processos formativos que atendam aos interesses da classe trabalhadora e que, portanto, sejam voltados para a formação humana integral, omlateral, conforme a tradição marxista? De que forma as experiências investigadas tentam romper com a conhecida cisão entre concepção e execução do trabalho? Como a auto-organização dos trabalhadores se relaciona a um projeto de desenvolvimento alternativo ao capitalismo? Logo, a partir da análise das experiências investigadas no Brasil e Venezuela inferimos algumas reflexões relativas aos processos técnico-produtivos e socioprodutivos de trabalho e educação para a construção do poder popular do século XXI:

I. O trabalho enquanto princípio educativo: *a dimensão pedagógica das lutas*

A educação como um dos momentos da formação humana pode incentivar o debate sobre a categoria trabalho e suas diferentes formas nos assentamentos. A educação não-formal, que ocorre no cotidiano da organização política, emerge das conversas nos círculos de debates, das aulas sobre análise de conjuntura, das discussões sobre as possibilidades e limites das formas associativas e cooperativas e da formação técnica oferecida aos assentados. (Maria Antônia, 2006).

A dimensão ontológica do trabalho está no processo que permeia todo ser humano, ou seja, transcende o ser individual e adentra na comunidade como ser genérico com potencialidade de responder às suas necessidades vitais. O trabalho como princípio educativo, então, não é, em Marx e Gramsci, uma técnica didática ou micológica no processo de aprendizagem, “[...], mas um pressuposto ontológico e ético-político no processo de socialização humana” (GRAMSCI, 2004.p 135).

Os seres humanos, diferentemente dos demais seres vivos, para sobreviver necessitam continuamente produzir os meios para sua própria existência. Ao tempo que os demais seres vivos adaptam-se à natureza, os seres humanos, na produção

dos seus meios de vida, necessitam adaptar a natureza a si, ou seja, transformá-la constantemente, o que o faz pelo trabalho.

A introdução do trabalho como princípio educativo em todas as relações sociais, na família, na escola e na educação profissional em todas as suas aplicações [...] supõe recuperar as dimensões da escola unitária e politécnica, ou a formação integral [...] introduzindo nos currículos a crítica histórico-social do trabalho no sistema capitalista e o sentido das lutas históricas dos trabalhadores no trabalho e na educação. (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2012, p. 753).

Assim, os movimentos sociais podem ser também, compreendidos como uma extensão das práticas educativas. Os sem-terra, por exemplo, se educam no próprio contexto do movimento e sua atuação desencadeia uma identidade que lhe é própria. Como explica Caldart (2001, p. 132),

[...] os sem terra se educam participando diretamente, e como sujeitos, das ações da luta pela terra e outras lutas sociais que aos poucos foram integrando a agenda do MST. É esta participação que humaniza as pessoas: primeiro no sentido de que devolve à vida social pessoas que estavam excluídas dela, e segundo, no sentido de que a pedagogia da luta educa para uma determinada postura diante da vida.

A luta pela terra, a construção de novos territórios, a luta por uma educação emancipadora, vão educando um jeito específico de ser humano, que potencializa o principal traço da humanidade, que é a possibilidade de fazer-se e refazer-se a si próprio, enquanto contesta a ordem estabelecida, problematiza e se produz como sujeito da história. (CALDART, 2001). Outrossim, tais experiências auxiliam no avanço da consciência política dos camponeses, a partir do enfrentamento ao *modus operandi* e da construção de novas sociabilidades que vão gerando a transição da *consciência ingênua para a consciência crítica*, e/ou posteriormente ou consciência em si (IASI, 2007).

A consciência de classe do proletariado se constrói na reflexão e na ação, em meio ao enfrentamento de problemas concretos resultantes da estrutura e da dinâmica capitalistas. A consciência de ser desenvolve a vontade política de tornar-se, ou seja, “significa [ter] a *noção exata do próprio* poder e dos meios para expressá-lo na ação” (GRAMSCI, 2004, p. 163-164. Grifos nossos).

Verifica-se este processo educativo também no Movimento Comunero, nas diversas formas de aprendizagens desde as desapropriações, a constituição das comunas e dos conselhos comunais, dos processos formativos, do exercício constante de coletivização da produção e do poder. O Movimento Comunero, a sua maneira constrói cotidianamente processos de formação da *consciência socialista* contra a lógica internalizadora do capital (MÉSZÁROS, 2005), a partir, da elaboração de estratégias que corroboram para a superação desse sistema, a partir da estratégia de desenvolvimento e dos desafios da construção do Estado Comunal.

Sobre as questões de avanço da luta do MST na atualidade tem a ver com o desafio da luta contra o poder do Estado. Diferentemente dos enfrentamentos dos comuneros na Venezuela pela construção do Estado Comunal, no Brasil, o MST tem clareza do que representa o Estado burguês, no entanto, na luta política prática há uma grande dificuldade em confrontar e desenhar uma estratégia mais clara sobre o Estado e as táticas para a sua superação.

Ainda é possível verificar para além, do caráter educativo das lutas em ambas as experiências, a cooperação e o princípio educativo, aparecem fortemente sob a forma de *ajuda mútua e de autosserviço* (PISTRAK, 2000). No interior dos assentamentos e das comunas, é bastante comum trabalhos coletivos ligados à organização e limpeza, mutirões que são realizados quando há algum evento, encontro formativo ou festas. Na Venezuela em específico, o trabalho para o autosserviço aparece em diversos momentos, em detrimento da própria situação de embargo em que vive o país. Com isso faz com que os trabalhadores/as comuneros desenvolvam em grande escala trabalho mútuo para realização de o abastecimento alimentar das comunidades, além do autosserviço para a proteção dos territórios comuneiros nos comitês de defesa local.

II. Trabalho no seu sentido ontológico: (*valor-de-uso*):

Por ser ontologicamente fundante do ser social a centralidade do trabalho está em seu valor-de-uso e não nos valores-de-troca. “o trabalho como riador de valores-de-uso (e encerado abstratamente apenas nesse seu caráter), é uma condição de existência do homem como sujeito de uma atividade humana”. (KONDER, 2009, p. 139). Lukács (1979), salienta que somente o trabalho tem como sua essência ontológica um claro caráter intermediário: ele é, essencialmente, uma

inter-relação entre seres humanos (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (utensílio, matéria-prima, objeto do trabalho, etc.). Conforme afirma Marx (2013):

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [Naturmacht]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio. Não se trata, aqui, das primeiras formas instintivas, animais [tierartig], do trabalho. Um incomensurável intervalo de tempo separa o estágio em que o trabalhador se apresenta no mercado como vendedor de sua própria força de trabalho daquele em que o trabalho humano ainda não se desvencilhou de sua forma instintiva. Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente. (MARX, 2013, p. 188).

Desta maneira, segundo Marx (2013), “os valores-de-uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta”. No entanto, numa sociedade produtora de mercadorias, o *valor-de-uso* só se torna efetivamente útil após a circulação que realiza o valor-de-troca da mercadoria. Por isso, ressalta Marx (2013), na sociedade capitalista os valores de uso constituem, ao mesmo tempo, “os portadores materiais do valor-de-troca”. Neste processo de valorização Marx compreende que:

O produto – a propriedade do capitalista – é um valor de uso, como o fio, as botas etc. Mas apesar de as botas, por exemplo, constituírem, de certo modo, a base do progresso social e nosso capitalista ser um “progressista” convicto, ele não as fabrica por elas mesmas. Na produção de mercadorias, o valor de uso não é, de modo algum, a coisa qu’on aime pour lui-même [que se ama por ela mesma]. Aqui, os valores de uso só são produzidos porque e na medida em que são o substrato material, os suportes do valor de troca. E, para nosso capitalista, trata-se de duas coisas. Primeiramente, ele quer produzir um valor de uso que tenha um valor de troca, isto é, um artigo destinado à venda, uma mercadoria. Em segundo lugar, quer produzir uma mercadoria cujo valor seja maior do que a soma do valor das mercadorias requeridas para sua produção, os meios de produção e a força de trabalho, para cuja compra ele adiantou seu dinheiro no mercado. Ele quer produzir não só um valor de uso, mas uma mercadoria; não só valor de uso, mas valor, e não só valor, mas também mais-valor. (MARX, 2013, p. 194).

Neste sentido destaca-se que as experiências Venezuelanas das comunas investigadas baseiam-se nas relações de trabalho com valor-de-uso, uma vez que os processos que envolvem produção e circulação das mercadorias servem para abastecimento e autoconsumo territoriais, um exemplo disto, são as formas solidárias como ocorrem os processos de comercialização entre as comunas, um exemplo disto é a moeda social, *cafeto* da Comuna Socialista Che Guevara, além das experiências produtivas coletivas e de compartilhamento de tecnologias entre as comunas para a construção das cidades comunais.

As cooperativas e empresas sociais não concorrem entre si, gerando uma lógica competitiva e individualista, as experiências se desenvolvem de forma colaborativa e no formato de autosustento e abastecimento nacional da população, por meio das caixas CLAP (como discutiremos ao longo do terceiro capítulo).

Já as experiências do MST embora envolvam situações de cooperação e produção coletiva através do modelo tecnológico (agroecologia), com uma gestão cooperada que se contrapõe ao modelo do agronegócio (MARTINS, 2019), às experiências cooperativas acabam apresentando elementos indicativos de subordinação ao modo de produção do capital, no momento da cisão entre *produção, circulação, consumo e comercialização*.

É na comercialização que acaba escoando a produção coletiva para o mercado capitalista, incluindo e mesclando formas diferenciadas de comercialização como: feiras, cadeias produtivas de grandes redes de supermercados (concorrência com as mercadorias dos grandes conglomerados de alimentação). Além, da concorrência com outras cooperativas nas chamadas públicas para as vendas institucionais. Sobre o processo de circulação e logo de comercialização assevera Marx:

A esfera da circulação ou da troca de mercadorias, em cujos limites se move a compra e a venda da força de trabalho, é, de fato, um verdadeiro Éden dos direitos inatos do homem. Ela é o reino exclusivo da liberdade, da igualdade, da propriedade e de Bentham. Liberdade, pois os compradores e vendedores de uma mercadoria, por exemplo, da força de trabalho, são movidos apenas por seu livre-arbítrio. Eles contratam como pessoas livres, dotadas dos mesmos direitos. O contrato é o resultado, em que suas vontades recebem uma expressão legal comum a ambas as partes. Igualdade, pois eles se relacionam um com o outro apenas como possuidores de mercadorias e trocam equivalente por equivalente. Propriedade, pois cada um dispõe apenas do que é seu. Bentham, pois cada um olha somente para si mesmo. A única força que os une e os põe em relação mútua é a de sua utilidade própria, de sua vantagem pessoal, de seus interesses privados. E é justamente porque cada um se preocupa

apenas consigo mesmo e nenhum se preocupa com o outro que todos, em consequência de uma harmonia preestabelecida das coisas ou sob os auspícios de uma providência todo-astuciosa, realizam em conjunto a obra de sua vantagem mútua, da utilidade comum, do interesse geral. (MARX, 2013, p. 185)

Deste modo, ao mesmo tempo em que a experiência de produção agroecológica de arroz produz uma alternativa potente para o campesinato no Rio Grande do Sul, produzindo novas culturas do trabalho, matriz produtiva etc., a experiência também produz contraditoriamente subordinação ao mercado quando chega à esfera da circulação, distribuição e consumo.

Assim, as cooperativas do MST e as cooperativas em geral, enfrentam um dilema diante da fragmentação entre as esferas da produção, já que o cooperativismo popular busca unir a produção ao controle, bem como a produção à distribuição e ao consumo. Ainda, dentro desta reflexão, Mészáros (2011) traz uma importante questão: “*é preciso reconhecer que há limites claros à propriedade de trabalhadores*”. A tomada do controle de produção é apenas um pré-requisito, não significando quase que nenhuma alteração naquilo que é essencial – *a necessidade do controle global do processo de trabalho pelos produtores associados*. (NOVAES, 2011). Ainda conforme Mészáros (2011):

O poder do capital não pode ser superado no domínio material sob seu controle, por nenhum tipo de ação econômica espontânea, mesmo que o conhecimento econômico seja suficientemente desenvolvido e difundido na sociedade como um todo (o que está fora de questão, dada a novidade qualitativa das tarefas que devem ser empreendidas, e o fato de o conhecimento necessário a elas não poder ser legitimado pelo sistema do capital herdado e suas “personificações”). O primeiro passo vital exige uma mudança radical do modo de regular a produção e alocação do excedente econômico. Isto é possível em primeiro lugar apenas pelo processo político autônomo – e socialmente sustentável no curso da revolução que se desdobra – tanto nos países subdesenvolvidos como naqueles de capitalismo mais desenvolvido. Em todos os lugares, é necessária uma verdadeira “mudança de ventos” que permita tomar a rota que conduzirá ao novo “sistema orgânico” (MÉSZÁROS, 2011, p 738).

Assim, as cooperativas e associações de trabalhadores/as são importantíssimas de auto-organização e criação dos trabalhadores/as que podem ser potencializadas numa conjuntura de transformação social que tenha em vista a *superação do trabalho alienado*. Como debatemos no capítulo 3 desta tese.

III. Autogestão, Divisão social do Trabalho e Politecnicia:

Embora Marx e Engels não tenham sistematizado escritas especificamente sobre a educação, é possível encontrar em vários excertos e obras o tratamento do tema como uma das consequências da realização de uma teoria crítica da economia e sociedade capitalista daquele período histórico. Marx (1983) trata de uma educação para a formação do ser humano *onilateral*, em negação ao homem unilateral, produto da divisão do trabalho e fragmentação das tarefas que se tornam parciais (MANACORDA, 1991).

Ainda conforme Manacorda (1991, p. 96), “a onilateralidade é, portanto, a chegada histórica do homem a uma totalidade de capacidades produtivas e, ao mesmo tempo, a uma totalidade de capacidades de consumo e prazeres, sobretudo, o gozo daqueles bens espirituais, além dos materiais”. Além disso, para a formação do ser humano onilateral não basta o acesso ao conhecimento tecnológico, deve haver uma *formação integral* e, portanto, deve se dar junto à formação intelectual, como Marx coloca nas Instruções aos Delegados do Conselho Central Provisório acerca de diversas questões:

A sociedade não pode permitir nem aos pais, nem aos patrões, o emprego de crianças e adolescentes para o trabalho, a menos que se combine o trabalho produtivo com a educação. Por educação nós entendemos três coisas: 1) educação mental, 2) educação corporal, tal qual é produzida pelos exercícios ginásticos e militares; 3) educação tecnológica, compreendendo os princípios gerais e científicos de todos os processos de produção e, ao mesmo tempo, iniciando as crianças e os adolescentes no manejo dos instrumentos elementares de todos os ramos industriais. (MARX, 2004, p. 23).

Nas Instruções aos Delegados do Comitê Provisório Londrino do I Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores em Genebra, Marx afirma ser o trabalho de crianças e adolescentes, nas indústrias modernas, um processo legítimo e saudável, porém, somente se este estiver adequado às forças infantis⁸⁵. Dessa maneira, nos escritos de Marx e Engels, a união entre trabalho e educação é apresentada como um elemento de superação e contraposição à forma que o trabalho assume na sociedade capitalista.

⁸⁵ Para Marx (1983), a criança deve se inserir no mundo do trabalho, como trabalhador produtivo, a partir dos nove anos de idade. Sua proposta divide em três categorias a educação das crianças e dos jovens trabalhadores. Cada categoria compreende três grupos: o primeiro de 9 aos 12 anos; o segundo de 13 aos 15 anos; e o terceiro de 16 aos 17 anos; distribuídos em horários diários de trabalho na fábrica ou no domicílio, compreendendo 2, 4 e 6 horas, respectivamente.

Devido a isso, o trabalho como princípio educativo em seu caráter formativo é expressão do trabalho como “[...] ação humanizadora mediante o desenvolvimento de todas as potencialidades do ser humano” (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2012, p. 749). É também a partir dessa compreensão que Marx apresenta ao longo dos seus escritos a necessidade da formação e da educação politécnica. Isso porque a afirmação do *trabalho como princípio educativo está diretamente relacionada com a formação politécnica*.

Sobre o trabalho como princípio educativo, Chiarello (2015, p. 185), salienta a importância da “educação dos trabalhadores para o trabalho, no capitalismo, poderia ser um *elemento de insurreição dos trabalhadores*, ampliando a possibilidade de sua autonomia”. De acordo com Chiarello (2015, p. 183): “a própria politecnicia, revela-se enquanto parte de um processo de recuperação da integralidade do homem, que fora comprometida pela divisão técnica do trabalho no capitalismo”. Ainda, conforme autor:

Podemos inferir que a politecnicia, para além de uma formulação teórica, adquire status de potencializador da transformação social, conduzida pela crítica à alienação do trabalhador em relação ao processo capitalista de produção, em relação ao produto de seu trabalho e alienação para com os próprios homens, um processo histórico desencadeado pelo modo de produção capitalista (MARX, 2006). Historicamente, a politecnicia, enquanto conceito crítico em relação à divisão técnica do trabalho, postulando a formação omnilateral do trabalhador, esteve presente no debate histórico do socialismo utópico, científico e mesmo na efetivação do socialismo real, como um instrumento para superação da exploração do homem pelo homem. (CHIARELLO, 2015, p. 184).

Quanto à relação da politecnicia e a autogestão Chiarello (2012), ressalta que:

No uso do conceito de politecnicia, na prática da organização do trabalho em empreendimentos autogestionários, surge o questionamento se é possível dotar os trabalhadores associados de um instrumental teórico-científico que, somado ao saber-fazer da sua experiência empírica, permita acionar o processo de trabalho sob autogestão diferentemente da forma com que este é acionado sob a heterogestão. Nas cooperativas populares oriundas de movimentos sociais, a propriedade coletiva dos meios de produção se coloca como premissa para o trabalho associado. Essas cooperativas, em sua maioria, mantêm laços estreitos com os movimentos sociais, atuando como empreendimentos econômicos coletivos mas, também, como empreendimentos que pretendem apresentar-se como uma resistência à lógica observada nas empresas de capital, resistência, portanto, ao capitalismo enquanto sistema hegemônico. Porém, essas cooperativas estão imersas na dinâmica do modo de produção capitalista e dialogam com as estruturas deste modo de produção, produzindo para o mercado tradicional, mas valendo-se de uma lógica interna que rejeite seus ditames na totalidade. (CHIARELLO, 2015, p.192-193).

Da formação técnica e política dos trabalhadores associados podemos inferir que em ambos os países investigados a perspectiva de formação dos trabalhadores associados *caminha no sentido da emancipação humana*. Chiarello (2012) sinaliza:

A autogestão, estabelecerá uma hegemonia do trabalho sobre o capital, em que a racionalidade econômica ficaria submetida à racionalidade social. Por isso a educação tem um importante papel no processo de constituição da autogestão. Ela deve dispensar aos trabalhadores-educandos uma formação politécnica que favoreça a rotatividade entre os diversos postos de trabalho, o que, a termo, contribui para a abolição da especialização fragmentada. (CHIARELLO, 2012, p. 120).

Na Venezuela, como já se analisou os processos formativos compõe um multifacetado complexo de influências e, é possível afirmar que os processos de educação formal e informal estão mais vinculados aos **processos de libertação nacional e da soberania popular**, pelo próprio histórico do país e as influências de Simón Rodríguez, Simón Bolívar, Ezequiel Zamora. Já no caso brasileiro a formação dos trabalhadores assentados está mais diretamente relacionada aos processos de formação humana que tem como horizonte **a Politecnicidade⁸⁶ e a agroecologia**. Como se verifica nos itens 4.2.1 e 4.2.2 as cooperativas inseridas nos assentamentos do MST caminham para direção de uma formação politécnica ainda que com inúmeras contradições e debilidades.

Saviani (2007) enfatiza que a adoção da politecnicidade como pilar da formação do trabalho associado, autogestionário, recupera a tradição socialista da unidade do trabalho, demarcando uma visão educativa distinta em relação àquela correspondente à concepção burguesa dominante. Mas, segundo o autor, para efetivação do “choque da politecnicidade”, para sua aplicação, deve-se ter em conta que “a união entre trabalho intelectual e trabalho manual só poderá se realizar sobre a base da superação da apropriação privada dos meios de produção, *colocando todo o processo produtivo a serviço da coletividade, no conjunto da sociedade.*” (SAVIANI, 2007, p.15). Portanto, a própria autogestão sugere que, pela coletivização dos meios de produção, todo conhecimento relativo tanto ao planejamento quanto à execução das atividades seja compartilhado entre o corpo de trabalhadores, combinando múltiplas técnicas de maneira a reafirmar sua autodeterminação. (CHIARELLO, 2015).

⁸⁶ As escolas de Formação do MST: Escola Nacional Florestan Fernandes, Escola Técnica Josué de Castro.

Em sua grande maioria as experiências investigadas mantêm larga rotatividade no trabalho além de formação e processos formativos que visam romper com a lógica hegemônica do “pensar separado do fazer” como vimos nos itens acima. Além de procurar mesclar a formação técnica com a formação empírica, valorizando a conhecimento tácito adquirido diretamente no processo de trabalho da mesma forma como se valoriza o conhecimento teórico propiciado pelas escolas de formação.

As experiências fundamentadas na produção agroecológica e no trabalho cooperado, constituem uma experiência inovadora tanto em termos tecnológicos quanto nas dimensões socioeconômica, cultural, educativa e ambiental. Isso porque ao participarem da cadeia produtiva as famílias camponesas rompem não apenas com um padrão de produção agrícola dependente de insumos externos, mas constroem novas relações econômicas, políticas e socioespaciais. (MARTINS, 2017). Portanto, as experiências nos assentamentos e nas comunas pressupõem territórios que buscam a *unidade entre teoria e prática*, não apenas nos locais de trabalho, mas bem como em toda a atividade social que compõe as vidas coletivizadas dos trabalhadores e trabalhadoras associadas.

IV. Das alternativas ao Desenvolvimento capitalista

Como vimos mais especificamente no capítulo 3 desta tese diante das formas renovadas de superexploração da classe trabalhadora na América Latina, os anos últimos anos foram tempos de palcos para experiências latino-americanas de governos progressistas. Entre os anos de 1999 a 2013, foi o marco mais importante para o povo venezuelano e para a população latino-americana em geral.

A Venezuela que passava por quarenta anos (1959 a 1999) de um modelo político impopular em nome da manutenção dos privilégios das burguesias nacionais e estrangeiras, conhecido como “Pacto del Punto”, a partir de 1999 passa uma ampla mudança institucional, dando início a um ciclo de “refundação” da República. (PEDROSO, 2014).

As primeiras mudanças implantadas foram inicialmente denominadas de “Revolução Bolivariana” como a constituição de 1999 que consagrou o direito de participação da população bolivariana não somente nos processos eleitorais, mas principalmente na elaboração, execução e controle das políticas sociais.

No caso brasileiro com a ascensão de Lula da Silva também teve forte impacto no cenário latino-americano, pela primeira vez o maior país da região elegeu um exoperário. Portanto, conforme Pedrosa (2014, p.16), “o presidente brasileiro encontrou um cenário regional mais amigável para a instalação de um projeto político do que Chávez, que foi o primeiro sul-americano a apresentar uma agenda antineoliberal”. No entanto, os governos de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff marcaram o início de uma nova etapa no desenvolvimento do capitalismo brasileiro com enfoque na inclusão social e na cidadania dos consumidores, com cadeias agroalimentares de produção (commodities). Conforme salienta Schneider, (2010), as novas estratégias para o rural ligado a Economia Solidária (ES) foi à criação da União das Cooperativas da Agricultura Familiar e de Economia Solidária (UNICAFES), ligados a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES).

As políticas públicas de Economia Solidária e da Agricultura Familiar no Brasil diferentemente das políticas criadas na Venezuela não criaram um projeto alternativo ao desenvolvimento capitalista, tão pouco as experiências resistiram às trocas ministeriais dos últimos governos. Os principais programas que envolveram diretamente a agricultura familiar não auxiliaram na organização dos trabalhadores camponeses, mas, sim, desenvolveram políticas específicas que acentuaram ainda mais as formas de estranhamento do trabalho camponês, o adiamento da reforma agrária e o fortalecimento do agronegócio.

De modo geral, tentando desenhar os dois processos analisados de “desenvolvimento progressistas” para a América Latina, pode-se evidenciar que as mudanças mais profundas foram postas em prática na Venezuela, ainda que em contextos acirrados. A Venezuela é um país que avança pondo em prática as reformas estruturais como a reforma agrária e as novas formas de representação política que estão para além da democracia liberal, a exemplo das Comunas e os Conselhos Comunais, posturas a favor da classe trabalhadora.

A exemplo disto é a ofensiva liderada pelo Movimento Comunero para construção do Estado Comunal. O Brasil, em graus diversos, avançou de forma tímida nas políticas sociais para trabalhadores do campo, a partir de políticas que reforçaram a dependência da trajetória vinculada ao modelo primário-exportador. A partir de políticas públicas de generalização da assistência social para amenizar a pobreza anulando o debate de fundo “das alternativas anti-sistêmicas” e aumentando as disputas do poder dos mercados e do Estado, entretanto, o MST,

em graus diversos, consegue se colocar como alternativa real de “resistência ativa” para o campesinato gaúcho. A partir da experiência do “conglomerado de produção ecológica”, o MST desmistifica a “crença” de que agroecologia só se viabiliza em pequenas escalas e ainda, rebate a tese defendida pela burguesia nacional ligada à cadeia produtiva do agronegócio que a produção de arroz só se viabiliza em grandes e médias escalas, que a agricultura camponesa não é capaz de abastecer e manter a população.

V. Poder Popular, Soberania e Participação Protagônica

De modo geral o controle dos meios de produção por parte dos trabalhadores na Venezuela, sob o regime de propriedade social, é uma realidade em construção no país. É uma experiência que, apesar de ainda ser incipiente, vem ganhando grande amplitude e força política ao longo dos últimos anos a qual a própria experiência das Comunas. A construção de instâncias de autogestão produtiva faz parte de um processo de atribuição de funções de comando e direção às comunidades organizadas, iniciado com as experiências de autogestão política.

O que notamos em termos de autogestão política é que o movimento bolivariano se propôs a semear desde 2003 novas formas de organização política que carregam consigo gérmenes da autogestão, que estejam sob o controle popular das comunidades organizadas. Na prática, por hora as comunas ainda não chegaram a apresentar um suficiente volume para impulsionar a instauração do Estado Comunal. As iniciativas mais bem-sucedidas ainda são poucas, geralmente no meio rural, onde se desenvolveram de forma bastante abrangente como foi possível averiguar ao longo deste capítulo 4, como a capacidade produtiva da Comuna Socialista El Maizal e da Comuna Socialista Che Guevara.

Os projetos comunitários inseridos na proposta das comunas e dos conselhos comunais demonstram a potência produtiva e educativa das comunas agrárias em colocar em funcionamento empresas públicas ou privadas (desapropriações) e colocar em movimento muito além da construção de pequenas comunas, mas a soberania alimentar a partir de bairros, cidades e estados comunais com autodireção e *participação protagônica* dos camponeses na criação e execução de políticas públicas para o território rural. Conforme explicita entrevistado:

Num processo revolucionário é diferente do pensar o papel da política pública do que onde existe um governo que é de direita, então num governo de direita a política pública ela sempre vai ser compensatória ou ela vai fazer a relação da mediação entre capital e trabalho, mas no processo revolucionário a política pública ela tem que estar a serviço da organização e do avanço na consolidação do poder popular. E não há poder popular se não tiver autonomia da produção. (ENTREVISTADO-C, 2020)

Os pesquisadores venezuelanos Obdiente e Arenas (2017, p.34), apontam o caráter dos espaços de resistência desenvolvidos nas comunas:

“y nas comunas estão aquellas actúen como espacios de resistencia al capitalismo donde dominen la propiedad social y también la cultura socialista, donde los valores socialistas sean el modelo de la vida comunal, donde la ideología y la educación actúen como determinantes de la calidad de las relaciones sociales, incluyendo las de producción, de los procesos de distribución, cambio y consumo para que el pueblo asiente su poder punitivo sobre los monopolios de comerciantes y usureros burgueses”.

No entanto, ainda há inúmeras dificuldades e desafio na construção do Estado Comunal proposto por Chávez e articulado pelo Movimento Comunero. As comunas ainda são dependentes do Estado e diversas organizações comunais atuam em situações precárias, alguns trabalhadores/as sofrem com a falta de equipamentos de proteção individual (EPIS), além da falta de acesso a ferramentas, maquinários e insumos devido ao bloqueio econômico promovido pelos EUA. Algo que tem prejudicado inclusive os projetos de desenvolvimento sustentável energéticos e as produções agroecológicas.

El Maizal depende de los insumos de Agropatria (abonos, fertilizantes, semillas...) y de sus silos, ya que no es capaz de almacenar toda la producción y necesita de los silos del Estado. En 2013 se elaboró un proyecto de una planta de procesamiento de maíz, y el Gobierno prometió la construcción de esa planta como una manera de transferir recursos a la comuna, pero hasta la fecha actual eso no se ha llevado a cabo. En mayo del 2018, Prado, Pineda y Rojas fueron detenidos por la Guardia Nacional por comprar semilla bacheada de Agropatria, única manera de adquirir dicha semilla, ya que debido a la corrupción en ciertos sectores de la distribución de insumos, no se podía conseguir por los cauces legales. (CURTO; FREITEZ; MORENO, 2019, p. 105).

Embora a experiência nos dê muitas pistas para a construção desta alternativa anticapitalista, ainda não foi possível desenvolver a *atividade autodeterminada dos produtores livremente associados* tanto na política como na produção material, como apontava Marx, conforme descrito no capítulo 3. As

experiências das comunas também tiveram diversas dificuldades de autonomia perante o partido que está na direção do atual governo.

“Muitas comunas no começo ainda seguiam a lógica partidarista e acabam sendo um braço, uma extensão do PSUV (maior partido da Venezuela). O partido é uma maquinaria eleitoral, não é um partido criado, ainda que eles criaram a revolução, mas não é o partido que faz a transformação social, ele é uma ferramenta que te leva até um certo ponto, que dali pra frente precisa ser renovado. O PSUV está chegando no seu limite. Ele é importante, continua sendo estratégico, ou seja, ele é tático, ele é a ferramenta que mantém. Como aqui a revolução é um processo, uma disputa eleitoral, tu precisas dessa ferramenta, e isso parece que falta um pouco pra engrenar, que é entre comuna e partido. Eles não são antagônicos, ou seja, o que tem aí é que um é uma maquinaria eleitoral, que precisa garantir isso e precisa existir, pra garantir as condições a partir das concepções políticas do voto pra ter o controle do estado, pra garantir que as comunas avancem no processo de transformação”. (ENTREVISTADO, C-66, 2020).

Neste interím, ao mesmo tempo em que as comunas ainda não desenvolvam atividades **autodeterminadas pelos produtores livremente associados**, como sinalizava Marx, elas **apontam caminhos alternativos e se mostram práticas concretas de poder popular e do futuro Estado Comunal**, um dos exemplos disto é o avanço e a dimensão que tem tomado a experiência da Comuna Maizal, com a ampliação da comuna por via dos corredores territoriais e cidades comunais.

Por sua vez, como também já se analisou o MST em escala reduzida desenvolve como vimos ao longo desta tese importantes experiências de trabalho e educação, principalmente no “**conglomerado democrático ecológico**”, (MARTINS, 2017) e sinaliza com alguns caminhos para um projeto alternativo ao campesinato brasileiro. No entanto, o movimento necessita “reconciliar-se” com a perspectiva da *revolução brasileira* para voltar a apostar em formas menos institucionalizadas de construir as experiências de *poder popular* – “*desde baixo*”. Embora o Projeto de Reforma Agrária Popular avance na produção de alimentos saudáveis, a luta pela ocupação de terras tem se tornado cada vez mais fora da tática do movimento, por isto indagamos será que a reforma agrária popular proposta pelo MST e a resistência ativa se colocam enquanto alternativas anticapitalistas ou desenvolvimentistas na atualidade?

VI. O protagonismo das mulheres para o desenvolvimento do Poder Popular

*“Apenas junto com as mulheres proletárias o socialismo será vitorioso”⁸⁷.
(Clara Zetkin, 1986)*

O protagonismo do gênero feminino é atualmente uma força importante para a construção do *poder popular* ao desafiar as forças destrutivas do capitalismo, do patriarcado e da destruição ecológica, as mulheres estão construindo novas formas de existência na produção da solidariedade classista e do poder popular como evidenciamos nas experiências investigadas.

Nos assentamentos do MST, por exemplo, verificamos que a participação permanente das mulheres nos assentamentos, na liderança das frentes produtivas de panificação e a comercialização nas feiras agroecológicas, têm contribuído para o avanço do protagonismo feminino. A mulher no espaço de trabalho produtivo cooperativo e ecológico auxilia na construção de uma cultura solidária e comunitária rompendo com a padronização do trabalho homogêneo no modelo agrário do agronegócio.

Já na Venezuela a participação das mulheres nas experiências de produção social é muito ativa. Conforme dados de Obdiente e Arena (2017, p. 171): “en la construcción del Poder Popular interviene mayoritariamente un género: las mujeres; más del 60% de los consejos comunales están integrados e impulsados por mujeres, dentro de los cuales ellas constituyen entre el 60 y 75% de sus miembros”. O que podemos verificar nas comunas investigadas, é que na Venezuela as mulheres destacam-se tanto nas atividades produtivas, como por exemplo, (na Empresa Social Che Guevara onde todo trabalho produtivo é realizado por mulheres), quanto, nas atividades políticas de construção do poder popular das comunas, a maioria das direções das cooperativas, empresas sociais e movimentos sociais são liderados e auto-organizados por mulheres.

⁸⁷ Discurso ao congresso do Partido da Social Democracia da Alemanha, Gotha, 16 de Outubro de 1896. Berlim.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Ao longo desta investigação buscamos averiguar se as experiências investigadas possuem um potencial emancipador na medida em que a luta política travada pelos trabalhadores e trabalhadoras, desenvolve consciência de classe, auto-organização e experiência na organização política na perspectiva da emancipação humana. A partir desta hipótese levantamos diversas indagações, tais como: De que forma tais experiências e estudos tentam romper com a cisão entre concepção e execução do trabalho? Como a auto-organização dos trabalhadores se relaciona a um projeto de desenvolvimento alternativo ao capitalismo?

Eis que, portanto, é chegada a hora de responder a principal interrogação que permeou de maneira geral as análises transcorridas nesse trabalho: se as alternativas ao desenvolvimento capitalista, baseadas nos princípios da cooperação, auto-organização, agroecologia e do poder popular propostas pelas experiências do Brasil e Venezuela estão gerando processos educativos de resistência popular que caminhem na direção da “educação para além do capital” vislumbrando romper com a cisão entre os núcleos de execução e concepção dos trabalhadores associados?

Pois bem, as análises que realizamos nesse estudo nos permitem concluir que no Brasil o modelo neodesenvolvimentistas implementado pelos governos Lula e Dilma não constituíram para uma nova inflexão organizativa da classe trabalhadora. Pelo contrário os movimentos sociais recuaram durante o período destes governos, entretanto, é evidente a força organizativa que ainda tem o MST e meio a diversas contradições consegue se colocar como alternativa real para o campesinato brasileiro. É inegável que a experiência tem construído bases reais de poder popular nos assentamentos rurais. A partir da experiência do “conglomerado agroecológico” a experiência de produção ecológica vai dando outro tom para os processos de formação humana. Conforme sinaliza:

como horizonte e se propõem a desenvolver uma nova técnica e uma nova ciência necessárias à ruptura com o modo de produção capitalista. Para o autor, nesses espaços se desenvolvem experiências que constituem um movimento de ‘resistência ativa’ ao capital, pois, ao criar as condições políticas e materiais, para que no ato de trabalho singular de cada família assentada, em seu processo de objetivação, a alternativa da produção de

alimentos de base agroecológica, com trabalho familiar cooperado, com gestão democrática. (MARTINS, 2017, p. 102).

Por outro lado, o modelo venezuelano sinaliza outras possibilidades: no escopo do projeto de sociedade em curso, a Venezuela apresenta uma Ofensiva Socialista liderada por diversos movimentos sociais, tendo como vanguarda o Movimento Comunero e alguns partidos políticos, cuja centralidade é o impulso a *participação protagônica e a construção do popular pela construção do Estado Comunal*.

No âmbito do trabalho educação as experiências de produção ecológicas de arroz do MST e as Comunas Agrárias República Bolivariana da Venezuela têm produzido processos educativos que geram novas culturas do trabalho (GRAMSCI, 2004), novas matrizes produtivas (MARTINS, 2017) forjam na práxis da produção coletiva novas relações de organização, produção, cultura e educação para a insubordinação, para a construção do poder popular. A partir das desapropriações de terras e fábricas, no fomento de uma “acumulação solidária” (CRUZ, 2011), nos espaços de constituição das comunas e dos conselhos comunais, nas cooperativas ecológicas, dos processos formativos, do exercício constante de coletivização da produção e do poder sem cendir o político do econômico.

Partimos do entendimento de que a educação tem um papel fundamental, tanto para estratégias para mudança das condições objetivas de reprodução, quanto para a automudança consciente dos indivíduos chamados a criar uma nova ordem social radicalmente diferente. Para Mézáros (2004), as relações sociais de produção reificadas pelo capitalismo não se perpetuam automaticamente, elas necessitam de uma constante interiorização dos indivíduos dos valores e comportamentos da sociedade de mercadorias.

É diante dessas questões que entendemos os processos, como as Comunas Socialistas e os Assentamentos do MST, como processos educativos que rompem com a ideologia da ordem vigente, trazendo novas relações de produção, jurídicas, políticas, culturais, formas de consciência e costumes que possam vir a construir uma experiência de contra-internalização com horizonte na recuperação da integralidade humana, de liberdade plena em oposição à formação unilateral. (MANACORDA 1991; PISTRÁK 2000; CALDART, 2001; KUENZER, 2002; MÉSZÁROS, 2004; FRIGOTTO; CIAVATTA, 2012).

Assim, concluímos que as experiências analisadas não rompem com a lógica de desenvolvimento capitalista, uma vez que a produção dos trabalhadores está subordinada aos imperativos reprodutivos do sistema do capital. O real poder de decisão dos trabalhadores só pode se realizar com o deslocamento e a eliminação do poder do capital. Não há possibilidade de coexistência pacífica entre poderes hegemônicos em confronto, pois não há coincidência de interesses de classe, nem espaço para colaboração de classes.

Para a construção de uma sociedade emancipada (socialista), a participação só adquire um real significado **"se os poderes de decisão forem realmente transferidos aos produtores livremente associados em todos os níveis e em todos os domínios."** Os "produtores associados" devem adquirir o **"controle do processo sociometabólico em sua integridade e em todos os níveis"** e reassumir a função de "sujeito real do poder" (MÉSZÁROS, 2007, p. 230-231. Grifos nosso). A questão fundamental é que o capital só pode funcionar com êxito instituindo um modo de controle metabólico social incontrolável, porquanto, orientado para a expansão contínua de acumulação, provocado pela crise estrutural como vimos ao longo dos quatro capítulos desta tese. Portanto, a superação do sistema do capital implica na **recuperação pelo trabalho do real poder de decisão em todas as esferas da produção e reprodução sociais**. Ou seja, a alternativa hegemônica do trabalho ao domínio pelo capital é inconcebível sem a erradicação completa do capital do processo sociometabólico. (MÉSZÁROS, 2007).

No entanto, as experiências investigadas, inovam ao invocar na práxis do trabalho cooperativo, a agroecologia o poder popular e a auto-organização dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade. As experiências revelam o caráter essencialmente contraditório do capital, demonstram a possibilidade da construção de resistências ao modelo do agronegócio e ao rentismo petrolífero, bem como engendram processos educativos que sinalizam saltos qualitativos no âmbito da formação humana e da autogestão, pelos processos de coletivização dos meios de produção, que envolvem múltiplas técnicas e o conhecimento relativo tanto ao planejamento quanto à execução das atividades contribuem para a construção do poder popular nos territórios investigados.

Embora não eliminem a alienação do trabalho que caracteriza a sociedade capitalista, a propriedade e a posse dos meios de produção, o trabalho em seu sentido ontológico, a educação politécnica e a matriz agroecológica, trazem para os

trabalhadores e trabalhadoras a possibilidade de articular os saberes que a organização capitalista do trabalho fragmentou.

Deste modo, a hipótese lançada no início desta tese se confirma, os processos educativos como mediação e ao mesmo tempo, como elementos da cultura do trabalho vão forjando no cotidiano da produção coletiva novas relações de organização, produção e educação sendo tais experiências embriões do poder popular do século XXI, e o campesinato, como trouxemos na introdução desta tese apresentam-se enquanto “sujeito histórico construtor da fabulação comunitária do futuro”, pois, como anunciou IANINI (2020), **“é o campesinato na sua fabulação entre presente e futuro que carrega os gérmenes da sociedade comunitária e livremente associada”**.

REFERÊNCIAS

Fontes imagens do mapa contracapa: Imagens do campo de pesquisa e imagens cedidas pela pesquisadora e da jornalista do MST/RS Catiane de Medeiros.

Fonte imagens: Imagens do campo de pesquisa da pesquisadora e imagens cedidas dos arquivos pessoais da Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita.

ABREU, Beatriz dos Santos. A Revolução Bolivariana e a ascensão do Poder Popular durante o governo de Hugo Chávez (1999-2013). **Trabalho de Conclusão de Curso** de Relações Internacionais e Integração – Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA, Foz do Iguaçu, 2019.

ALMEIDA, J. **Educação e Luta de Classes:** a experiência da educação na Comuna de Paris (1871). Campinas: Editora Alínea, 2016.

ALTIERI, M. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista Nera**, ano 16, n. 06, 2010.

ALVES, G. **Trabalho e neodesenvolvimentismo:** choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil. Bauru: Práxis, 2014.

AMARAL, M.; CARCANHOLO, M. D. Superexploração da força de trabalho e transferência de valor: fundamentos da reprodução do capitalismo dependente. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. S. (Orgs.). **Padrão de reprodução do capital:** contribuições da Teoria Marxista da Dependência. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

ANTUNES, R. **A Dialética do Trabalho.** São Paulo: Expressão Popular, 2004.

_____. **O caracol e sua concha:** ensaios sobre a nova morfologia do trabalho, São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **O continente do labor.** São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. Fenomenologia da crise brasileira. **Lutas Sociais**, São Paulo, v.19 n. 35, p. 09-26, jul./dez. 2015.

ARCE, A. SILVA, M. Revolução e Bolivarianismo na Venezuela da Era Chávez. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 3, n. 1, 2015.

AUMENTA, N. **A guerra de Hugo Chávez contra o colonialismo.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

AZZELLINI, D. **Economía Solidaria, formas de propiedad colectiva, nacionalizaciones, empresas socialistas, co- y autogestión en Venezuela.** Revista Economía solidaria e formas de propiedades coletivas. ORG & DEMO, Marília, v.10, n.1/2, p. 5-30, jan./dez., 2009.

_____. **“Democracia Participativa y Protagónica” en Venezuela:** La búsqueda de una nueva democracia, la construcción de dos lados y los Consejos Comunales como mecanismo de autogobierno local. 2010 Tese (Doutorado) - Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, Puebla, 2010.

_____. **Construyendo utopías concretas: el movimiento comunero en Venezuela.** Electrónico Convergencia Revista de Ciencias Sociales, UAEM, núm. 76, enero-abril 2018, pp. 119-214.

BAIANASYSTEM. **Sulamericano.** Composição: Roberto Barreto, José-Manuel Thomas Arthur Chao, Roosevelt De Carvalho, Marcelo Seko Sulamericano. 2019. Disponível em: <https://www.spotify.com/br> Acessado em: 20 de nov. de 2020.

BAMBIRRA, V. **Teoria de la Dependencia:** una anticrítica. Cidade do México: Era, 1978.

_____. **O capitalismo dependente latino-americano.** 2 ed. Florianópolis: Insular, 2013.

BANCO MUNDIAL. Brazil: the management of agriculture, rural development and natural resources. **Report nº 11783-BR**, v. I, 1994.

BAPTISTA, M. B. G. **A “Democracia Participativa y Protagónica”, o Povo e o Líder:** A Experiência dos Consejos Comunales na Parroquia 23 de Enero. 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

BERGAMASCO, S. M. P. P.; NORDER, L. A. C. Os impactos regionais dos assentamentos rurais em São Paulo (1960-1997). In: MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. (Orgs). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas.** Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. Universidade/UFRGS/CPDA, 1999.

BERLAN, J. “Ele semeou, outros colheram”: a guerra secreta do capital contra a vida e outras liberdades. In: ZANONI, M.; FERMENT, G. (Orgs.). **Transgênicos para quem?** Brasília: MDA, 2011.

BONENTE, B. **Desenvolvimento em Marx e na teoria econômica por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista.** Niterói: Rio de Janeiro, Editora da Universidade Federal Fluminense, 2016.

BENEDETTI, M. **Porque cantamos.** Disponível em: http://portal.mpc.rs.gov.br/portal/page/portal/noticias_internet/textos_diversos_pente_fino/poemamb.pdf Acessado em 25 de nov. de 2020.

BORGES, V. Comuna e Estado Comunal: a estratégia territorial de construção do Socialismo na Venezuela. **Revista Boletim DATALUTA**, n. 143, nov. 2019.

BORGES, G.; Carneiro, M.E. **O Programa Nacional da Educação na Reforma Agrária - PRONERA em “desmonte”:** 20 anos de lutas e conquistas ameaçados pelo elitismo fundiário no cenário de 2016 a 2020. Revista Brasileira de Educação do Campo, 2020.

BÓRON, A. América Latina na atualidade: contexto e desafios para a educação das classes trabalhadoras do campo e da cidade. In: **Educação do Campo**: campo e cidade buscando caminhos comuns. Pelotas, Editora Ufpel, 2014.

BRASIL. **Constituição da República de 1988**. Título VII - Da ordem econômica e financeira. Capítulo III - Da política agrícola e fundiária e da reforma agrária. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm Acesso em: 10 nov. 2017.

_____. **Orçamento e Gestão. Plano Plurianual**. Brasil de todos: inclusão e participação. Brasília: Presidência da República; Ministério do Planejamento, 2002.

BRASIL. **Plano Brasil de Todos, Participação e Inclusão Orientação Estratégica de Governo**: Crescimento Sustentável, Emprego e Inclusão Social. Brasília: Governo Federal, 2003.

_____. **Discursos selecionados do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

BRASIL DE FATO. Amazônia legal concentra 79% dos assassinatos por conflitos no campo divulga CPT. **Brasil de Fato**, 28/09/2017. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/09/28/amazonialegal-concentra-79-dos-assassinatos-por-conflitos-no-campo-divulga-cpt> Acesso em: 08 dez. 2017.

_____. Quais são os impactos da guerra econômica contra a população da Venezuela? **Brasil de Fato**, 25/03/2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/03/25/artigo-or-quais-sao-os-impactos-da-guerra-economica-contr-a-populacao-da-venezuela> Acesso em: 10 nov. 2019.

BARROS, I. O agronegócio e a atuação da burguesia agrária: considerações da luta de classes no campo. *Revista Serviço Social*, São Paulo, 2018.

BRAZ, M. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. **Revista Serviço Social**, São Paulo, 2017.

BRECHT, B. **Teatro Completo**. V. 10. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

BIHAIN, N. A trajetória da educação infantil no MST: de ciranda em ciranda aprendendo a cirandar. (**Dissertação de Mestrado**), Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2001.

BRICS. Centro de Estudos e Pesquisas. **BRICS**, 2017. Disponível em: <http://bricspolicycenter.org/homolog> Acesso em: 08 set. 2017.

BOGO, A. **Lições da luta pela terra**. Salvador, Memorial das Letras, 1999.

BRUCE, M. Movimentos Sociais e Bolivarianismo. **Boletim do Tempo Presente**, n. 07, 2013.

BRUM, A. **Modernização da agricultura**: trigo e soja. Petrópolis: Vozes, 1988.

CANZAROLLI, R. Integração lavoura-pecuária para diversificar a produção de arroz orgânico no Assentamento Filhos de Sepé (Viamão-RS): desafios e potencialidades da ocupação da várzea. (**Dissertação de Mestrado**), Programa de Pós-Graduação – Mestrado Profissional em Agroecossistemas. 2018

CASTRO, F. **La Historia me absolverá**. Havana: Editora Política, 1966.

CARCANHOLO, R. Capital fictício e lucros fictícios. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 24, p. 41-65, jun. 2009.

_____. Dependência e superexploração da força de trabalho no desenvolvimento periférico. In: MARTINS, C. E.; VALENCIA, A. S. (Orgs.). **América Latina e os desafios da globalização**: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: PUC, 2009.

CARCANHOLO, M. Conteúdo e forma da crise do atual do capitalismo: lógica, contradições e possibilidades. **Crítica e Sociedade: Revista de Cultura Política**, v. 01, n. 03, dez. 2011.

CARUSO, D. Decifrando a Revolução Bolivariana - Luta de classes na Venezuela contemporânea. 2017. **Tese (Doutorado em História)** – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2017.

CALDART, R. **O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo**. Revista Estudos Avançados, 2001.

_____. **Pedagogia do movimento Sem Terra**. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

_____. **Escolas do Campo e Agroecologia: uma agenda de trabalho com a vida e pela vida!** Porto Alegre, 2015a. Disponível em: https://www.unioeste.br/portal/arq/files/GEFHEMP/0Escolas_do_Campo_e_Agroecologia.pdf. Acesso em: 20 abr. 2017.

CASANOVA, P. (Org.). **América Latina**: história de meio século. Vol. 2. Brasília: Editora da UnB, 1973.

CHAVÉZ, H. Programa Alô presidente. **PSUV**, 2004. Disponível em: <http://www.formacion.psuv.org.ve/biblioteca/alo-presidente-teorico-n-1-lascomunas-y-los-cinco> Acesso em: 15 mai. 2020.

_____. Programa Alô presidente. **PSUV**, 2007. Disponível em: <http://www.formacion.psuv.org.ve/biblioteca/alo-presidente-teorico-n-1-lascomunas-y-los-cinco> Acesso em: 15 mai. 2020.

CHÃ, A. **Agronegócio e Indústria Cultural**: estratégias das empresas para a construção da hegemonia. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHELOTTI, M. C. A estância metamorfoseou-se: (re) configurações territoriais e expressões da reterritorialização camponesa na Campanha Gaúcha (1990-2007). 2009. **Tese (Doutorado em Geografia)** – Instituto de Geografia, UFU, Uberlândia, 2009.

CHIARELLO, C. Politecnia e polivalência na organização do trabalho em cooperativas populares e tradicionais. 2012. **Tese (Doutorado)** - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

_____. Politecnia e trabalho associado em cooperativas populares: estudo de caso em uma cooperativa no RS Redes. **Revista do Desenvolvimento Regional**, vol. 20, núm. 3, septiembre-diciembre, 2015.

CHRISTOFOLLI, P. **O desenvolvimento de cooperativas de produção coletiva de trabalhadores rurais no capitalismo**: Limites e possibilidades. 2000. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2000.

_____. **O processo produtivo capitalista na agricultura e a introdução dos organismos geneticamente modificados**: o caso da cultura da Soja Roundup Ready (RR) no Brasil. 2009. Tese (Doutorado) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

_____. A cooperação agrícola nos assentamentos do MST: desafios e potencialidades. In: RODRIGUES, F. C.; NOVAES, H. T.; BATISTA, E. L. (orgs.) **Movimentos sociais, trabalho associado e educação para além do capital**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

COELHO, C. 70 anos de política agrícola no Brasil (1931-2001). **Revista de Política Agrícola**, Brasília, ano 10, n. 3, p. 3-58, 2001.

COGGIOLA, O. A Primeira Internacional Operária e a Comuna de Paris. **Novos Temas: Revista de debate e cultura marxista**, n. 04, Ano III, set. de 2011.

CONCRAB. Sistema Cooperativista dos Assentados. **Caderno de cooperação agrícola**, n. 5. São Paulo: Concrab, 1997.

CORTÉS, W. **La reforma agraria en Venezuela durante el gobierno de Hugo Rafael Chávez Frías**: ideas y realidades. 2016. (Maestría) - Universidad Nacional de Colombia Facultad de Derecho, no Programa de Ciencias Políticas y Sociales, Bogotá – Colombia, 2016.

CORONIL, F. **El Estado mágico Naturaleza, dinero y modernidad en Venezuela**. Editorial Nueva Sociedad, Caracas, 2002.

COUTINHO, C. N. A democracia como valor universal. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 9, mar. 1979.

COPTec - Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos Ltda; ATES - Assessoria Técnica Social e Ambiental. **Gestão Comunitária de Recursos Hídricos na Produção Agroecológica de Arroz no Assentamento Filhos de Sepé**. Viamão/RS: COPTec/ATES, 2013.

CRUZ, A. **A diferença da igualdade** – a dinâmica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul. 2006. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2006.

_____. **A acumulação solidária – os desafios da economia associativa sob a mundialização do capital**. In: Revista Cooperación & Desarrollo, n.99. Bogotá, Indesco/UCC, 2011.

CUEVA, A. **O desenvolvimento do capitalismo na América Latina**. São Paulo: Global, 1986.

CURTO, S.; FREITEZ, M.; MORENO, M. Comuna El Maizal. Diez años de construcción comunal. In: **Repensar la Economía desde lo Popular aprendizajes colectivos desde América Latina**. Barcelona: Icaria Antrazyt Política, 2019.

DAAL, U. ¿Donde está la couna em la Constitución bolivariana? **Ediciones de Asamblea Nacional de la República Bolivariana de Venezuela**, 2013.

DAGNINO, R. **Neutralidade da ciência e determinismo Tecnológico: um debate sobre a tecnociência**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.

DATALUTA. **Banco de Dados da Luta pela Terra: Relatório Brasil**. Presidente Prudente, São Paulo: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária; FCT/UNESP, 2015.

DELGADO, G. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 157-172, dez. 2001.

_____. Especialização primária como limite ao desenvolvimento. **Revista Desenvolvimento em Debate**, v. 1, n. 2, 2010.

_____. **Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

_____. Heranças e perspectivas de desenvolvimento da agricultura brasileira. **Revista Retratos de Assentamentos**, v. 19, n. 2, p. 26-36, 2016.

DE LA ROSA, Francisco J. U. **La Alianza Bolivariana para las Américas – Tratado de Comercio de los Pueblos (ALBA-TCP): análisis de un proyecto de**

integración regional latinoamericana con una fuerte dimensión altermundista. *Estudios Políticos*, n.25, jan. 2012.

DEL ROIO, M. T. **Lênin e a transição socialista.** *Revista Lutas & Resistências*, Londrina, n.3, v.2, p. 67-82, 2º sem. 2007.

DIAS, V; MARTINEZ, D; DO NASCIMENTO, D. **Brincar, sorrir, lutar por reforma agrária popular: a experiência de auto-organização das crianças Sem -Terrinha do MST/RS.** *Revista Trabalho Necessário*, v.17, nº 34, dez, 2019.

_____; RIBEIRO, J. LOPES, D. **Cultura Camponesa e a construção da agroecologia nos processos formativos da Educação do Campo.** *Revista Expressa Extensão*, V. 24, N. 1 (2019).

DUAYER, M. **Mercadoria e trabalho estranhado: Marx e a crítica do trabalho no capitalismo.** *Margem Esquerda – ensaios marxistas*, São Paulo, Boitempo, n. 17, nov. 2011.

DRUCK, G. Os Sindicatos, os Movimentos Sociais e o Governo Lula: Cooptação e Resistência. **Observatório Social da América Latina**, CLACSO, 2006.

DUSSEL, E. **O encobrimento do outro.** A origem do mito a modernidade. São Paulo: Vozes, 1992.

EHLERS, E. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma.** 2. ed. Guaíba: Agropecuária, 1999.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** Editorial Presença, Portugal, 1980.

EMATER/RS. Ações em conservação do solo são colocadas em prática na região de Porto Alegre. **EMATER/RS**, 2000. Disponível em:

http://www.emater.tche.br/site/noticias/detalhenoticia.php?id=30945#.X_YqcdhKjIU

Acesso em: 10 dez. 2018.

ESCOBAR, A. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, E. (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Colección Sur Sur. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2005. p.133-168.

ETAR. **Histórico e Missão da Escola.** Disponível em: <http://etasimonbolivar.blogspot.com/> Acessado em 20 de mar. de 2020.

FABRINI, J. **Os camponeses e a práxis da produção coletiva.** São Paulo: Expressão Popular: UNESP, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2010.

FAZZIO, G. O Poder Popular: Gramsci e a dualidade de poderes no “Ocidente”. **LavraPalavra**, 2019. Disponível em: <https://lavrpalavra.com/2019/12/02/o-poder-popular-gramsci-e-a-dualidade-de-poderes-no-ocidente> Acessado em: Outubro, 2020.

FAGNANI, E. Mudança na previdência prejudica trabalhadores para favorecer capital. **Carta Maior**, São Paulo, 2016. Disponível em: <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/Mudanca-na-Previdencia-prejudica-trabalhadores-para-favorecer-capital/7/36221> Acesso em: 12 out. 2016.

FANON, F. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2010.

FAO. **The State of Food and Agriculture**. 1998.

FERNANDES, F. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

_____. **Nova República?** Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

_____. **A revolução Burguesa no Brasil**. Ensaio de interpretação sociológica. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1976.

_____. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 4. Ed. São Paulo: Global, 2009.

FERNANDES, B. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

FERNANDES, B. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. **Observatorio Social de América Latina**, v. 16, 2005.

_____. A reforma agrária que o governo Lula fez e a que pode ser feita. In: SADER, E. (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

_____. M.; CLEPS JUNIOR, J.; SOBREIRO FILHO, J.; LEITE, A. Z.; SODRÉ, R. B. A questão agrária no primeiro ano do governo Bolsonaro. **Boletim DATALUTA**, jan. 2020.

FERRARO, A. Quantidade e qualidade na pesquisa em educação, na perspectiva da dialética marxista. **Pro-Posições**, Campinas, v. 23, n. 1 (67), p. 129-146, jan./abr. 2012.

FERREIRA, C. A classe trabalhadora no Processo Bolivariano da Venezuela. Contradições e conflitos do capitalismo dependente petroleiro-rentista (1989-2010). 2012. **Tese (Doutorado em História)** - IFCH-PPGHIST, UFRGS, Porto Alegre, 2012.

FIGUEROA, B. **Historia económica y social de Venezuela**: una estructura para su estudio. Caracas: UCV, 1981.

FIRMINO, F. A lógica destrutiva da mineração em Paracatu-MG. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 23, n. 53, p. 47-65, mai./ago. 2020.

FRANCO, M. Estudos comparados em educação na América Latina: uma discussão teórica metodológica a partir da questão do outro. In: FRANCO, M. C. (org.).

Estudos comparados e educação na América Latina. São Paulo: Livros do Tatu: Cortez, 1992.

_____. **Quando nós somos o outro:** Questões teórico-metodológicas sobre os estudos comparados. *Educação & Sociedade*, ano XXI, nº 72, agosto/2004.

_____. Estudos comparados: sua epistemologia e sua historicidade. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7, suplemento, p. 129-151, 2009.

FRANK. A. **Acumulação dependente e subdesenvolvimento repensando a teoria da dependência.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

FEDERICI, S. La reproducción de la fuerza de trabajo en la economía global y la inacabada revolución femenina. In: FEDERICI, Silvia. **La inacabada revolución feminista: mujeres, reproducción social y lucha por la común.** Bogotá: Ediciones desde abajo, 2013.

FERREIRA. V. Apropriação do tempo de trabalho das mulheres nas políticas de saúde e reprodução social: uma análise de suas tendências. **Tese de doutorado** - apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco Recife, 2017.

FREITAS, L. A luta por uma pedagogia do meio: revisitando o conceito. In: PISTRAK, M. (org.). **A escola-comuna.** Tradução Luiz Carlos de Freitas e Alexandra Marenich. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. Trabalho como princípio educativo. In: SALETE, R.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.). **Dicionário da educação do campo.** Rio de Janeiro: Escola Politécnica Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FOSTER, J. **A ecologia de Marx – materialismo e natureza.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FURTADO, F. **Ambientalismo de espetáculo:** a economia verde e o mercado de carbono no Rio de Janeiro. Fundação Rosa Luxemburgo: 2012.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GARCÍA, N. **Modelos operacionales de reforma agraria y desarrollo rural en América Latina.** San José de Costa Rica: IICA, 1985.

GASPARIN, G. A formação política como necessidade da classe trabalhadora: a experiência do MST Guararema. 2017. **Dissertação (Mestrado)** Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (Territorial), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), 2017.

GOMES, O. **Lenin e a Revolução Russa.** 2 ed São Paulo: Expressão Popular, 2006.

GOHN, M. **Sociologia dos Movimentos Sociais**. 2 ed. São Paulo: Editora Cortez, 2014.

GOLDAR, M. Educação Popular na América Latina e Caribe: buscas e desafios para uma alternativa de educação para a transformação social, política, educacional e a educação dos trabalhadores. In: **Educação do Campo: campo e cidade buscando caminhos comuns**. Pelotas, Editora Ufpel, 2014.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

_____. **Escritos políticos**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, edição e tradução Carlos Nelson Coutinho; co-edição Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira, VOL.I, 2004.

_____. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, edição e tradução Carlos Nelson Coutinho; co-edição Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira, VOL. III, 2004.

GUDYNAS, E; ACOSTA, A. La renovación de la crítica al desarrollo y el buen vivir como alternativa. **Revista Utopía y Praxis Latinoamericana**, p. 71-83, 2011.

_____; HONTY, E. **CAMBIO CLIMÁTICO Y TRANSICIONES AL BUEN VIVIR Alternativas al desarrollo para un clima seguro**. Neva Studio S.A.C. Calle Tomas Ramsey N° 762. Lima, Diciembre de 2014.

GUERRERO, E. **Venezuela sob ataque: resistência, contradições e perspectivas**. São Paulo: Usina Editorial, 2019.

GOVERNO BOLIVARIANO. **Pensamiento Petrolero del Comandante Chávez**. Caracas: PDVSA, 2013.

GRZYBOWSKI, C. **Caminhos e descaminhos dos Movimentos Sociais do Campo**. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1987.

GUDYNAS, E. La renovación de la crítica al desarrollo y el buen vivir como alternativa. **Revista Utopía y Praxis Latinoamericana**, 2011.

_____. Más allá del nuevo extractivismo: transiciones sostenibles y alternativas al desarrollo. In: WANDERLY, F. (coord.). **El desarrollo en cuestión**. La Paz: CIDES y Plural, 2011.

HARNECKER, M. **Venezuela: una revolución sui géneris**. In. Ponencia para el seminario de LAC (Foro Social Mundial III). Enero de 2002.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. 2 ed. São Paulo: Editora Loyola, 2005.

HINTZE, S. La política es un arma cargada de futuro: La Economía Social y Solidaria en Brasil y Venezuela. **Cuadernos del Pensamiento Crítico Latinoamericano**, n. 41, mai. 2010.

HIRATA, H. O cuidado em domicílio na França e no Brasil. In: ABREU, A. R. P.; HIRATA, H.; LOMBARDI, M. R. **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Boitempo: 2016.

HOBBSAWM, E. **A era dos extremos: o breve século XX – 1914/1991**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1995.

_____. **A Era do capital: 1848 – 1875**. 2. ed rev. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

_____. **Tempos Fraturados: cultura e sociedade no século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

IANNI, O. **A luta pela terra**. Rio de Janeiro: Editora Petrópolis, 1978.

_____. **Pensamento Social no Brasil**. Bauru: EDUSC, 2004.

_____. Neoliberalismo. In: **Capitalismo, violência e terrorismo**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004.

_____. Da utopia camponesa a sua fabulação de futuro In: **Questão Agrária no Brasil, Interpretações sobre o camponês e o campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

IASI, M. **As Metamorfoses da Consciência de Classe, o PT entre a negação e o consentimento**. São Paulo, Expressão Popular, 2006.

_____. **Ensaio sobre Consciência e Emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. Outubro ou nada. **Blog da Boitempo**, 2012. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2012/10/17/outubro-ou-nada/m> Acesso em: 23 de set. de 2017.

_____. **Outros Tempos**. Rio de Janeiro: Mórula, 2017.

_____. A crise do PT: o ponto de chegada da metamorfose. Blog da Boitempo. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/03/10/a-crise-do-pt-o-ponto-de-chegada-da-metamorfos> Acessado em: 11 de dezembro de 2020.

IBGE. **Estatísticas históricas do Brasil: Séries econômicas demográficas e sociais de 1550 a 1988**. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

IBGE. Nova Santa Rita. **IBGE Cidades**, 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/nova-santa-rita/panorama> Acesso em: 24 mai. 2020.

IBGE. Viamão. **IBGE Cidades**, 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/viamao/panoramam> Acesso em: 24 mai. 2020.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Assentamentos. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/pt/assentamentos.html> Acesso em: 15 mar. 2020.

INE - INSTITUTO NACIONAL DE ESTATISTICA. Censo de 2011. INE, 2011. Disponível em: http://www.ine.gov.ve/index.php?option=com_content&view=category&id=95&Itemid=26 Acesso em: 05 mar. 2020.

INEP. Censo Escolar. **INEP**, 2018. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/busca?_3_keywords=cenco+escolar+2018&_3_formDate=1441824476958&p_p_id=3&p_p_lifecycle=0&p_p_state=normal&p_p_mode=view&p_p_col_id=column-2&p_p_col_count=1&_3_struts_action=%2Fsearch%2Fsearch&_3_groupId=0&_3_cur=1&_3_format Acesso em: 10 mar. 2019.

KATZ, C. **Neoliberalismo, Neodesenvolvimentismo, Socialismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

_____. **A Teoria da Dependência 50 anos depois**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

_____. Controversias sobre el desarrollo. **Revista da Faculdade de Serviço Social - EM PAUTA**, Rio de Janeiro 1o Semestre de 2015 - n. 35, v. 13, p. 80 – 98.

_____. **Teoria da dependência e o sistema-mundo, 2016**. Disponível em: <http://www.odiario.info/teoria-da-dependencia%20-%20e-o-sistema> Acessado em de outubro de 2020.

KONDER, L. **A questão da ideologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

KUENZER, A (Org.). Ensino médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **O ensino médio no plano nacional de educação 2011-2020: superando a década perdida?** Educação & Sociedade, Campinas: CEDES, v. 31, n. 112, p. 851-873, jul./set. 2010.

KRUPSKAYA, N. **A construção da Pedagogia Socialista**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

LAMARRA, N.; MOLLIS, M.; RUBIO, S. La Educación Comparada em América Latina: Situación y desafíos para su consolidación académica. **Revista Española de Educación Comparada**, n. 11, p. 161-187, 2005.

LEHER, R. O público como expressão das lutas sociais: dilemas nas lutas sindicais e dos movimentos sociais frente ao desmonte neoliberal da educação pública. **Experiências de Educação Popular**, Projeto de Análise da Conjuntura Brasileira, 17/10/2005. Disponível em: <http://www.formacaocontinuada.libertar.org/wp-content/uploads/2011/09/O-publico-como-express%C3%A3o-das-lutas-sociais.doc> Acesso em: 10 nov. 2017.

_____. Atualidade da política pública educacional e desafios da educação dos trabalhadores. In: **Campo e Cidade em busca de caminhos comuns I Sifedoc**. Org. Conceição Paludo. Pelotas, Ufpel, 2014.

LEITE, S. Estado, padrão de desenvolvimento e agricultura: O caso brasileiro. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, 2006.

LÊNIN, V. **Em Memória da Comuna**. V. I. Lenine 28 de Abril de 1911. Disponível em: <https://www.marxists.org/> acessado em 20 de mar. de 2020.

_____. **O Estado e a Revolução A doutrina do Marxismo sobre o Estado e as Tarefas do Proletariado na Revolução**, 1917. Disponível em: <https://www.marxists.org/> acessado em 28 de mai. de 2018.

_____. **Sobre o Estado Conferência na Universidade Sverdlov 1919**. Disponível em: https://www.marxists.org acessado em 28 de fev. de 2021.

_____. Dos tácticas de la socialdemocracia em la revolucion democrática. In: LÊNIN, V. **Obras Escogidas**. Moscú: Progreso Tomo III, 1976.

_____. As tarefas imediatas do poder soviético. In: **Lênin: obras escolhidas**. V. 2. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980a.

_____. Discurso no I Congresso das Comunas Agrícolas e Artéis Agrícolas. In: **Lênin: obras escolhidas**. V. 3. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980b.

_____. Sobre a Cooperação. In: **Lênin: obras escolhidas**. V. 3. São Paulo: Alfa-Ômega, 1981.

_____. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. **Democracia e a luta de classes**. São Paulo: Boitempo, 2019.

LOMBARDI, José Claudinei. A Educação e a comuna de Paris: notas sobre a construção da escola pública, laica, gratuita e popular. In: WILLIARD, Claude... [et al] (org). **A Comuna de Paris de 1871: história e atualidade**. São Paulo. Ícone, 2002.

LÓPEZ, E. **As veias do Sul continuam abertas debates sobre o imperialismo do nosso tempo**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

LOPEZ-MAIA, M. **Luta hegemônica na Venezuela: a crise do puntofijismo e a ascensão de Hugo Chávez**. 2 ed. Caracas: Alfadil, 2005; versão e-book, 2009.

LOVATTO, A. A corrente autonomista no Brasil e a classe operária: apontamentos críticos sobre a revisão do marxismo nos anos 1980. **Revista Lutas Sociais**, 2016.

_____. **Hacia el socialismo del siglo XXI: los consejos comunales, sus cambios conceptuales y las percepciones de participantes en Caracas**. In: CHERENSKY, Isidoro (Org.). Ciudadanía y legitimidad democrática en América Latina. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2011.

LOYODA, C. Análisis del Cooperativismo Agrícola en Venezuela a partir de 1960: Una Modalidad para elevar el Bienestar Social del Productor Agrícola. **ÁGORA-Trujillo**, Venezuela, n. 17, ene. /jun. 2006.

LÖWY, Michael. Nem decalque, nem cópia: o marxismo romântico de José Carlos Mariátegui. In: MARIÁTEGUI, J. C. **Por um socialismo indo-americano Ensaios Escolhidos**. Seleção e introdução de Michael Löwy. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2011.

LUCE, M. A superexploração da força de trabalho no Brasil. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, São Paulo, n. 32, p. 119-141, jun. 2012.

_____. Brasil: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora? **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11 n. 1, p. 169-190, jan./abr. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tes/v11n1/a10v11n1.pdf> Acesso em: 10 mai. 2020.

_____. **Teoria Marxista da Dependência: problemas e categorias uma visão histórica**. São Paulo, Expressão Popular, 2018.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

LUEDKE, A. A formação da criança e a Ciranda Infantil do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). **(Dissertação de Mestrado)** - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de PósGraduação em Educação.2013.

LUKÁCS, G. **História e consciência de classe: estudos de dialética marxista**. 2 ed. Rio de Janeiro: Elfos Ed.; Porto, Portugal: Publicações Escorpião, 1989.

_____. **O trabalho**. 2005. Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/6973967/Gyorgy-LukacsTrabalho-Para-uma-Ontologia-do-Ser-social> Acesso em: 15 out. 2019.

LYOTARD, J-F. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013.

MAESTRI, M. A aldeia ausente: índios, caboclos, cativos, moradores e imigrantes na formação da classe camponesa brasileira, In: STEDILE, J. P. **A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda: 1960-1980**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 217-275.

MAGALHÃES, M. **Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MAHER, G. **Construindo a Comuna: Democracia radical na Venezuela**. Verso Books: 2016.

MAINGON, T. Política social em Venezuela: 1999-2003. **Cuadernos del Cendes**, v. 21, abr. 2004.

_____. Los consejos locales de planificación pública: ¿nuevos espacios para la participación ciudadana em Venezuela? In: CENDES. **Venezuela visión plural: una mirada desde el Cendes**. Caracas: bid & co.editor, 2005.

MANACORDA, M. **Marx e a pedagogia moderna**. São Paulo: Cortez, 1991.

MANDEL, E. **O Capitalismo Tardio**. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MANOEL, J. A luta de classes pela memória: raça, classe e Revolução Africana. In: MANOEL, J.; LANDI, G. (orgs.). **Revolução Africana: uma antologia do pensamento marxista**. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

_____. Lênin, a ruptura anticolonial do comunismo e o marxismo africano. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 12, n. 2, p. 50-68, out. 2020.

MASCARO, A. **Crise e golpe**. São Paulo: Boitempo, 2018.

MARIÁTEGUI, J. **Mensaje al Congreso Obrero**. Disponível em: https://www.marxists.org/espanol/mariateg/oc/ideologia_y_politica/paginas/mensaje%20al%20congreso.htm Acessado em: 20 de setembro de 2020.

_____. **Sete ensaios de interpretação da realidade Peruana**. São Paulo: Expressão Popular: CLACSO, 2008.

MARINI, R. Dialética da Dependência. **Marxists**, 1973, Disponível em: <http://www.marxists.org/portuques/marini/1973/mes/dialetica.htm> Acesso em: 14 mai. 2013.

_____. La acumulación capitalista mundial e el subimperialismo. **Cuadernos Políticos**, Ediciones Era, n. 12, abr./jun. 1977. Disponível em: http://www.marinescritos.unam.mx/006_acumulacion_es.htm Acessado em: 25 jun. 2020.

_____. **Dialética da dependência**: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

MARTÍ, J. Nuestra América. **Centro de Estudios Martianos**, Texto original em Espanhol de 1891, publicação de 2005.

MARTINS, J. **O cativo da terra**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 1979.

_____. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. São Paulo, Editora Hucitec, 1991.

_____. **O poder do atraso**. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **Reforma agrária**: o impossível diálogo. São Paulo: EDUSP, 2009.

MARTINS, A. Elementos para compreender a história da agricultura e a organização do trabalho agrícola. **Caderno de Formação nº 40**, São Paulo, MST, 2011.

_____. Produção ecológica de arroz dos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre: um caso de gestão participativa e geração de conhecimentos. **Revista Nera**, ano 20, n. 35, jan./abr. 2017.

_____. **A produção ecológica de arroz nos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre**: apropriação do espaço geográfico como território de resistência ativa e emancipação. 2017. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Porto Alegre, 2017.

_____. **A produção ecológica de arroz e a Reforma Agrária Popular**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MARTINS, C. **Criminalização dos Movimentos Sociais: Leis de Organizações Criminosas e Antiterrorismo**. Revista Transgressões: ciências criminais em debate, v. 8, n. 1, julho de 2020.

MARX, K. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1964.

_____. Cooperação. In: MARX, K. **O Capital**: O processo de produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2013. Edit. 1981, 1º vol.

_____. Maquinaria e grande Indústria. In: MARX, K. **O Capital**: O processo de produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2013. Edit. 1981, 1º vol.

_____. **Manifesto Inaugural da 1ª Associação Internacional dos Trabalhadores**. Obras Escolhidas em 3 tomos. Ed. Progresso: 1982.

_____. Instruções para os delegados do Conselho Geral Provisório. As diferentes questões. In: MARX, K; ENGELS, F. **Obras escolhidas**. Lisboa: Editorial Avante, 1983.

_____. **Marx e Engels textos sobre educação e ensino**. São Paulo: Centauro, 2004.

_____. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Crítica do Programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **A Guerra Civil na França**. 2016. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/marx/1871/guerra_civil/index.htm Acesso em: 02 ago. de 2016.

_____. **18 Brumário de Luís Bonaparte**. Versão para E-book de Néelson Jahr Garcia, 2002. Disponível em: <https://neppec.fe.ufg.br/up/4/o/brumario.pdf> Acesso em: 21 mai. de 2018.

_____; ENGELS, F. **O capital**. Livro I cap. IV (inédito). São Paulo: Editora e Livraria Ciências Humanas, 1978.

_____. **Textos sobre educação e ensino**. São Paulo: Centauro, 2004.

_____. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MASCARO, A. **Crise e golpe**. São Paulo: Boitempo, 2018.

MATTEI, L. A política agrária e os retrocessos do governo Temer. **Revista OKARA: Geografia em debate**, v. 12, n. 2, p. 293-307, 2018.

MAZZEO, M. **El sueño de una cosa (Introducción al Poder Popular)**. El Perro y la Rana. Venezuela: 2007

MEDEIROS, E. **Cooperação e hegemonia na dinâmica do capitalismo contemporâneo**: a cooperação agrícola e organização política dos trabalhadores rurais na Lagoa do Mineiro/Ceará. 2011. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, 2011.

MELCHER, D. Cooperativismo en Venezuela: Teoría y praxis. **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**, v. 14, n. 1, jan./abr. 2008.

MELLO, J. M. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo editorial, 2002.

_____. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MINEC - Ministerio del Poder Popular para la Economía Comunal. Disponível em: <http://www.minec.gov.ve> Acesso em: 28 jan. 2017.

MOLINA, M.C.; JESUS, S.M. Contribuições do Pronera à educação do campo no Brasil: reflexões a partir da tríade: campo-política pública-educação. In: SANTOS, C.A. dos; MOLINA, M.C.; JESUS, S.M. dos S. **A memória e história do Pronera**. Brasília: Pronera/Incra/MDA, 2010.

MOREIRA, E; MORO, M. Da carta aos brasileiros à ponte para o futuro: das promessas não cumpridas ao golpe de morte na reforma agrária. **Revista Questão Agrária e Serviço Social**, 2018.

MUNHOZ, P. **Canção da Terra**. 2013. Disponível em: <https://www.spotify.com/br> Acessado em: 25 de nov. de 2020.

MST. **A luta contínua: como se organizam os assentados**. Caderno de Formação nº. 10. São Paulo: MST, 1986.

_____. **Manual de Cooperação Agrícola I**. São Paulo: MST, 1988.

_____. **Caderno de formação: política fundiária do governo**. Caderno de Formação n. 21. São Paulo: MST, 1997.

_____. **A Reforma Agrária que precisamos**. São Paulo: Ed. Peres, 2003.

NASCIMENTO, C. **O princípio da autogestão comunal: as experiências históricas das lutas pela autogestão**. 2007. Disponível em: <https://claudioautogestao.com.br/wp-content/uploads/2014/04/Tomo-2-.historia-exp-autog-mundo-Reparado.pdf> Acesso em: 10 nov. 2018.

NEVES, R. Perfil: Nicolás Maduro Moros e Diosdado Cabello Rondón. **Boletim do Tempo Presente**, n. 07, 2013.

NOGUEIRA, M. **Educação, saber, produção em Marx e Engels**. São Paulo: Cortez, 1990.

NOVAES, H. (org.) **O retorno do caracol à sua concha: alienação e desalienação em associações de trabalhadores.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____.; SANTOS, L.; PIRES, H. A economia política da “revolução verde”, a agroecologia e as escolas de agroecologia do MST. In: NOVAES, H.; MAZIN, A. D.; SANTOS, L. (orgs.). **Questão agrária, cooperação e agroecologia.** São Paulo: Outras Expressões, 2015.

OBEDIENTE, M.; ARENA, I. **Del rentismo al socialismo comunal bolivariano: ensayos reunidos.** Caracas: Fundación Editorial El perro y la rana, 2017.

ORTH, M. Breves notas sobre a história da educação comparada. **Coleção Programa de Pós-Graduação.** Porto Alegre, vol.3, nº 8 e 9, p. 74-84, set/dez, 1996.

OLIVEIRA, A. Campesinato e agronegócio: uso da terra, movimentos sociais e transformações no campo. In: FEITOSA, A. M. A; ZUBA, J. A. G.; JUNIOR, J. C. (Orgs.). **Debaixo da lona: tendências e desafios regionais da luta pela posse da terra e reforma agrária no Brasil.** Goiânia: UCG, 2006.

_____. **A Mundialização da Agricultura Brasileira.** São Paulo: Iandé Editorial, 2016.

ORIGUÉLA, C. **Território e territorialidades em disputa: da subordinação ao capital ao sistema alimentar camponês.** Revista Caminhos de Geografia. Uberlândia, v. 21, n. 73, Mar/2020.

OSORIO, J. **O Estado no centro da mundialização.** A sociedade civil e o tema do poder. São Paulo: Ed. Outras Expressões, 2014.

OURIQUES, S. **O colapso do figurino francês.** Crítica às ciências sociais no Brasil. Florianópolis: Ed. Insular, 2014.

PAIVA, B.; OURIQUES, N. O Poder popular na Venezuela e a práxis bolivariana. In: OURIQUES, N. (org). **Raízes no libertador: Bolivarianismo e poder popular na Venezuela.** 2. ed. rev. Florianópolis: Insular, 2005.

PALUDO, C. Educação popular como resistência e emancipação humana. **Cadernos CEDES**, v. 35, p. 219-238, 2015.

_____. BEATRICI, Rodrigo Ferronato. Sistematização de experiências de trabalho popular. Ronda Alta: FUNDEP (**Cadernos Práticas Educativas Populares, 1**), 2007.

_____.; MACHADO, R. Reflexões sobre os Movimentos Sociais Latino-americanos e a Educação Escolar. **Ideação** (Unioeste. Impresso), v. 15, p. 46-62, 2013.

PAULINO, E. Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais. **Revista Nera**, Presidente Prudente, sno 9, n. 8, p. 52-73, jul./dez. 2006.

_____. Mundo do trabalho e os desafios da educação dos trabalhadores urbanos. In: RUMMERT, S. **Educação do Campo: campo e cidade buscando caminhos comuns**. Pelotas, Editora UFPel, 2014.

PEREIRA, T. **O MST e as políticas de Reforma Agrária no governo Lula: relatos orais da luta pela conquista e pela permanência na terra no Acampamento Argentina Maria e Assentamento Reunidas**. 2016. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe) - Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2016.

PERLMAN, J. **O mito da marginalidade**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1977.

PERÉZ, M. **Che Guevara: Contribuição ao pensamento revolucionário**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

PRIMAVESI, A. **Meio ambiente, solo, nutrição de plantas e sustentabilidade agrícola**. Disponível em: https://anamariaprimavesi.com.br/wp-content/uploads/2019/06/MEIO_AMBIENTE-SOLO-NUTRIC%CC%A7A%CC%83O-DE-PLANTAS-E_SUSTENTABILIDADE.pdf. Acessado em 22 de nov. de 2020.

PEÑA, C. **Venezuela y su tradición rentista: visiones, enfoques y evidencias**. compilado por Carlos Peña. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Caracas: Universidad Central de Venezuela. Facultad de Ciencias Económicas y Sociales. Instituto de Investigaciones Económicas y Sociales Dr. Rodolfo Quintero, 2017.

PISTRAK, M. **Fundamentos da escola do trabalho**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

_____. **A Escola-Comuna**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

POMAR, V. A revolução cem anos depois. In: CALDART, R.; BOAS, R. V. (orgs.). **Pedagogia Socialista: legado da revolução de 1917 e desafios atuais**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

RAMALHO, Z. **Sem-Terra**. 1998. Disponível em: <https://www.spotify.com/br> Acessado em: 20 de nov. de 2020.

RANGEL, J. **De Yare a Miraflores, el mismo subversivo. Entrevistas al Comandante Hugo Chávez Frías (1992-2012)**. Ediciones Correo del Orinoco. Tercera Edición (aumentada), Marzo de 2013. Caracas, Venezuela.

RECH, D. **Cooperativas: uma alternativa de organização popular**. RH: FASE, 1995.

REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA. **Constitución de la República Bolivariana de Venezuela**, 1999.

_____. **Escuelas Técnicas Robinsonianas**. Caracas: Ministerio de Educación y Deportes, 2006.

_____. **Consejos Comunales:** combustible de los cinco motores constituyentes. Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2007. Disponível em: www.minci.gob.ve Acesso em: 20 nov. 2017.

_____. **Documentos Fundamentales:** Libro Rojo PSUV. Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2010a. Disponível em: www.minci.gob.ve Acesso em: 20 nov. 2017.

_____. **Ley orgánica de las Comunas.** Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2010b.

_____. **Ley orgánica del sistema económico comunal.** Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2010c.

_____. **Proyecto Nacional simón Bolívar Primer Plan Socialista - Desarrollo Económico Y Social de la Nación 2007-2013.**

_____. **Compendio de Leyes Del Poder Popular.** 2012.

_____. **La transición demográfica en la República Bolivariana de Venezuela, 2000-2050.** Instituto Nacional de Estadística (INE), 2014.

_____. **Plan de la Patria, Segundo Plan Socialista de Desarrollo Económico y Social de la Nación, (2013-2019).** 2013. Disponível em: <https://observatorioplanificacion.cepal.org/es/planes/plan-de-la-patria-2013-2019-de-venezuela> Acesso em: 10 mai. 2020.

RIBEIRO, M. **Movimento camponês, trabalho e educação** – liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

RIEDL, M.; NAVARRO, Z. Reforma Agrária na Região Rul. In: SCHMIDT, B. V. et al. **Os assentamentos de reforma agrária no Brasil.** Editora UnB, Brasília, 1998.

ROCHA, S. **Açorianos no Rio Grande do Sul – Brasil.** Porto Alegre: Caravela, 2007.

RODRIGUES, N. **Revolução Bolivariana e Ofensiva Socialista na Venezuela.** 2012. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Ciências e Letras, Unesp, Araraquara, 2012.

RODRIGUES, L. M.; FIORE, O. **Lênin: Capitalismo de Estado e Burocracia.** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2010. Disponível em: <http://books.scielo.org> Acesso em: 18 set. 2016.

ROCA, S. Territorios Comunes: Insurgencias y desafíos del estado comunal a partir de la experiencia de la Comuna Batalla Santa Inés de Maturín, Venezuela. 2018. **Trabajo de conclusión de curso (Graduación em Arquitectura y Urbanismo)** - Universidad Federal de la Integración Latinoamericana. Foz do Iguaçu, 2018.

ROSA, F. **O Movimento operário na Venezuela do século XXI**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

RUBENICH, I. **A sustentabilidade socioeconômica e os desafios da inserção da juventude na cooperativa de produção Agropecuária Nova Santa Rita (COOPAN)**. 2017. Monografia (Curso de Ciências Econômicas) - Universidade Federal da Fronteira Sul, 2017.

RUMMERT, S. Mundo do trabalho e os desafios da educação dos trabalhadores urbanos. In: PRADO JÚNIOR, C. **Educação do Campo: campo e cidade buscando caminhos comuns**. Pelotas: Editora Ufpel, 2014.

SAFFIOTI, H. **A mulher na Sociedade de Classes**. Mito e Realidade. 3 ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013.

SALÓN, P. **Alternativas sistêmicas**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

SANTANA, P. **Dependência e superexploração do trabalho no capitalismo contemporâneo**. Org. Pedro Marques Santana. - Brasília: Ipea: ABET, 2013.

SANTOS, B. S. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

_____. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

SANTOS, F. **Trabalho educação e formação humana no MST: tensionando a forma histórica escolar à luz da pedagogia socialista**. 2016. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.

SANTOS, S. **Germens de trabalho associado no MST**. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2016.

SAUER, S. Dinheiro público para o agronegócio. **Le Monde Diplomatique Brasil**, ano 3, n. 33, p. 8-9, abr. 2008.

SAUER, S.; LEITE, A.; TUBINO, N. Agenda política da terra no governo Bolsonaro. **Revista da ANPEGE**, v. 16. n. 29, p. 285-318, 2020.

SAMPAIO, P. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Revista Serviço Social**, São Paulo, n. 112, p. 672-688, out./dez. 2012.

SAVIANI, D. História comparada da educação: algumas aproximações. **Revista História da Educação**, v. 5, 2001.

_____. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas, São Paulo, Autores Associados, 2007.

SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e pluriatividade. Porto Alegre: PPGS/UFRGS, 1999. **(Tese de doutorado)**.

_____. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

_____. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

_____.; MATTOS, E. J. de. A pluriatividade no meio rural gaúcho: caracterização e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. **Extensão Rural e Desenvolvimento Sustentável**, Porto Alegre, v. 2, n. 1/2, jan./ago. 2006.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 3 (119), p. 511-531, jul/set. 2010.

SEABRA, R. L. **A via venezuelana ao socialismo**. Curitiba: CRV, 2012.

SEN, A. On the Status of Equality. **Sage Journals**, 1996.

_____. **Sobre Ética e Economia**. Companhia das Letras: São Paulo. 1999.

_____. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia da Letras, 2000.

SHIVA, V. **Biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. Mau Desenvolvimento. In: SÓLON, P. et al. (eds.). **Alternativas sistêmicas: bem Viver, Decrescimento, Comuns, Ecofeminismo, Direitos da Mãe Terra**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

SHULGIN, V. **Rumo ao politecnismo** (artigos e conferências). São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SILVA, G. **O que é questão agrária**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

_____. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: HUCITEC, 1981.

SILVA, L. **A fábrica como agência educativa**. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2004.

_____. Carta ao povo brasileiro. 2002. Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br/uploads/cartaaopovobrasileiro.pdf> Acesso em: 10 mar. 2019.

SILVA, B. **A educação escolar bolivariana da Venezuela e o chamado socialismo do século XXI nos governos Chávez (2005-2012)**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2015.

SILVA, A. **Foco nos futuros consumidores**: a influência da ideologia do consumo na valorização do “mundo das coisas” na infância. 2017. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Economia, Universidade Federal da Bahia, 2017.

SOUZA, M. **Educação e Cooperação nos Assentamentos do MST**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2006.

SOCORRO, P.; RUÍZ, S.; SANTOS, A.; NUNES, C. Políticas públicas educativas campesinas en el contexto de América Latina: apontamentos sobre Brasil y Venezuela. **Cad. Pesq.**, São Luís, v. 25, n. 4, out./dez. 2018.

SKOCZEK, M. La reforma agraria y las transformaciones de la agricultura en Colombia y Venezuela. **Revista Estudios Latinoamericanos**, 1978.

STÉDILE, J. (org.). **A Questão Agrária no Brasil**. O debate tradicional 1500-1960. São Paulo: Expressão popular, 2005.

_____; FERNANDES, B. M. **Brava gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2012.

TEIXEIRA, G. Os rumos atuais da Reforma Agrária. **Boletim DATALUTA**, jan. 2013.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

TOMMASINO, H. A questão agrária na América Latina. In: **Educação do Campo: campo e cidade buscando caminhos comuns**. Pelotas: Editora Ufpel, 2014.

TORTOSA, M. **El juego global**. Maldesarrollo y pobreza en el capitalismo global. Icaria, Barcelona: Uzeda V. A., 2001.

TRASPADINI, R. Dependência e luta de classes na América Latina. **Revista Argumentum**, v. 6, n. 2, p. 29-43, 2014.

_____. **Questão agrária, imperialismo e dependência na América Latina**: a trajetória do MST entre novas-velhas encruzilhadas. 2016. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, FAE, Belo Horizonte, 2016.

_____. Questão agrária e América Latina: breves aportes para um debate urgente. **Revista Direito Práx.**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 1694-1713, 2018.

_____; STEDILE, J. P. (Orgs.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

TRIVIÑOS, A. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

VALENTE, L. A política externa da Venezuela entre Punto Fijo e Hugo Chávez: rupturas e continuidades. **Boletim do Tempo Presente**, n. 07, 2013.

VILA, E. **El desarrollo Endógeno de Venezuela: conceptos y criterios** In: La construcción de las industrias básicas en el Desarrollo Endógeno. Caracas: MIBAM, 2005.

VENDRAMINI, C. Educação e trabalho: reflexões em torno dos movimentos sociais do campo. **Caderno Cedex**, Campinas, v. 27, n. 72, p. 121-135, mai/ago. 2007.

_____. **A educação, o trabalho e a emancipação humana: uma análise das pesquisas sobre o MST**. Anped 2009.

VIEITEZ, C; DAL RI, N. **Mudança Social na América Latina, trabalho associado e educação**. São Pulo: Junqueira e Marin editores, 2009.

WERLANG, R; MENDES, J. Pluriatividade no meio rural: flexibilização e precarização do trabalho na agricultura familiar. **Revista EM PAUTA**, Rio de Janeiro - 2o Semestre de 2016.

ZIBECHI, R. Considerações sobre o Poder Popular. **Fundação Dinarco Reis**, 2014. Disponível em: <https://fdinarcobreis.org.br/fdr/2014/04/12/consideracoes-sobre-o-poder-popular/> Acesso em: 20 abr. 2020.

ZUCK, D. V. **A integração da América Latina expressa na educação venezuelana dos governos Chávez: 1999-2009**. 2011. 305f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação - UNIOESTE, Cascavel, 2011.

APÊNDICE A – Termo de Consentimento



Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Pesquisa: **Embriões do Poder Popular? Um estudo comparado das experiências agrárias de trabalho e educação no Brasil e Venezuela**

Doutoranda: Vanessa Gonçalves Dias Professora Orientadora: Conceição Paludo.

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a), desta pesquisa que tem como finalidade investigar os elementos capazes de compreender se a alternativa de desenvolvimento baseada nos princípios da cooperação, autogestão, agroecologia e ecossocialismo proposta pelas experiências do Brasil e Venezuela, estão gerando processos educativos de resistência popular.

Participarão desta pesquisa em torno de 60 pessoas que são integrantes e dirigentes das cooperativas populares do Brasil e Venezuela. A pesquisa será construída através de grupos focais e respostas do questionário que ocorrerá de forma livre e espontânea e abordará as experiências e especificidades do trabalho em cooperativas em cada país e seus processos de desenvolvimento.

A participação nesta pesquisa não traz complicações legais de nenhuma ordem e os procedimentos utilizados obedecem aos critérios da ética na Pesquisa com Seres Humanos conforme a Resolução nº 196/96 do Conselho Nacional de saúde. Nenhum dos procedimentos utilizados oferece riscos à sua dignidade.

CONFIDENCIALIDADE: Todas as informações coletadas nesta investigação são estritamente confidenciais. Acima de tudo interessam os dados coletivos e não aspectos particulares de cada um.

BENEFÍCIOS: Ao participar desta pesquisa, você não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que futuramente os resultados deste estudo sejam usados em benefício das experiências de cooperativas populares latino-americanas.

PAGAMENTO: Você não terá nenhum tipo de despesa por participar deste estudo, bem como, não receberá nenhum tipo de pagamento por sua participação. Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para que participe desta pesquisa. Para tanto, preencha os itens que se seguem:

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, autorizo minha participação desta pesquisa.

Nome Completo:

(Assinatura)

Local e data:

Agradecemos a sua autorização e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais. A pesquisadora responsável por esta pesquisa é a Profa. Vanessa Gonçalves Dias do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da FACED/UFRGS.

TÉRMINO DE CONSENTIMIENTO LIBRE Y ESCLARECIDO

INVESTIGACIÓN: Estudio comparativo de los procesos de desarrollo latinoamericanos en experiencias cooperativas en Brasil y Venezuela.

COORDINACIÓN: Prof.^a Dr.^a Conceição Paludo (supervisor de tesis);
Vanessa Gonçalves Dias (acosejada)

Usted está siendo invitado a participar, como voluntario, en esta investigación que tiene como objetivo investigar los elementos capaces de comprender si la alternativa de desarrollo se basa en los principios de cooperación, autogestión, agroecología y ecosistemas propuestos por las experiencias de Brasil y Venezuela, están generando procesos educativos de resistencia popular.

Alrededor de 50 personas participarán en esta investigación, que son miembros y líderes de cooperativas populares en Brasil y Venezuela. La investigación se desarrollará a través de grupos focales y respuestas al cuestionario que se realizarán de manera libre y espontánea y abordarán las experiencias y las especificidades del trabajo en las cooperativas en cada país y sus procesos de desarrollo.

La participación en esta investigación no conlleva complicaciones legales de ningún tipo y los procedimientos utilizados obedecen los criterios de ética en Investigación con seres humanos de acuerdo con la Resolución N ° 196/96 del Consejo Nacional de Salud. Ninguno de los procedimientos utilizados presenta riesgos para su dignidad.

CONFIDENCIALIDAD: Toda la información recopilada en esta investigación es estrictamente confidencial. Sobre todo, los datos colectivos son importantes, no los aspectos particulares de cada uno.

BENEFICIOS: Al participar en esta encuesta, no tendrá ningún beneficio directo. Sin embargo, esperamos que en el futuro los resultados de este estudio se utilicen para beneficiar las experiencias de las cooperativas latinoamericanas populares.

PAGO: Usted no tendrá ningún gasto para participar en este estudio y no recibirá ningún pago por su participación. Después de estas aclaraciones, solicitamos su consentimiento gratuito para participar en esta investigación. Para hacerlo, complete los siguientes elementos:

CONSENTIMIENTO GRATUITO Y CLARIFICADO

En vista de los elementos presentados anteriormente, yo, de manera libre e informada, autorizo mi participación en esta investigación.

Nombre completo: -

(Suscripción)

Lugar y Fecha

Agradecemos su autorización y estamos a su disposición para cualquier aclaración. El investigador responsable de esta investigación es Profa. Vanessa Gonçalves Dias del Programa de Posgrado en Educación de la Facultad de Educación de FACED/UFRGS.

APÊNDICE B – Roteiro de Entrevistas

1. INSTRUMENTOS BRASIL

1. **Caracterização dos entrevistados (nome, idade, escolaridade, origens etc.):**

- a) Nome Completo:
- b) Idade:
- c) Sexo:
- d) Nível de escolaridade:
- e) Etnia:
- f) Comente sobre a região de onde vem, o que produziam como produziam diferenças de hoje.
- g) Como era o contato com uso de agrotóxicos e adubos?
- h) Comente sobre o acampamento: os espaços de discussão e vivência, os projetos de como iriam produzir, diferenças de hoje.

2. **Do processo de luta pela terra ao assentamento (sobre a chegada ao assentamento: as questões produtivas, dificuldades, assistência técnica, lideranças):**

- a) Qual era a Infraestrutura social e produtiva anteriormente? (água, luz, esgoto, moradia, máquinas e equipamentos etc.).
- b) Comente o ano e o processo de chegada ao assentamento.
- c) Quando começam as discussões sobre a produção?
- d) Como era a relação com as instâncias? (direção, assentamento, região).
- e) Quantas famílias começaram?

- f) Quais instituições estavam envolvidas? (assist. técnica?) Recursos (havia?).
- g) Quais cursos, formações? - Dificuldades encontradas no começo.
- h) Comércio / mercado. - O que era produzido? Como? (De forma geral)
- i) Quais foram as principais motivações para a constituição da cooperativa?
- j) Qual a importância da produção cooperativa para o MST?

3. Dos processos produtivos: caracterização geral da cooperativa (meios de produção, convênios, capacidade produtiva, cadeia produtiva, comercialização):

- a) Comente sobre o histórico da constituição da cooperativa.
- b) Qual modelo de cooperação que a cooperativa e o assentamento se baseiam?
- c) Qual o número de sócios? Número de homens e de mulheres.
- d) Como se deu a aquisição dos meios de produção da cooperativa?
- e) O que produzem atualmente?
- f) Qual a composição por gênero nos postos de trabalho?
- g) Qual o faturamento médio mensal da cooperativa?
- h) Como se dá a divisão das sobras da cooperativa?
- i) A cooperativa acessa ou depende de algum crédito rural ou programas. Se sim, quais?
- j) Há complementação de rendimentos de recursos recebidos de programas assistenciais? Ou complementação de aposentadorias ou pensões dos cooperados?
- k) Quais são as estratégias de comercialização da cooperativa na atualidade?

- l) O que se modificou no âmbito das políticas públicas dos governos Lula e Dilma para o governo Bolsonaro?
- m) Quais principais dificuldades de comercialização?
- n) Há redes de colaboração de comercialização solidária? Nacionais? Internacionais?
- o) Quais são as formas de comercialização?

4. Entendimentos: Reforma Agrária Popular, Cooperação, Poder Popular, Estratégias da produção do Arroz Ecológico:

- a) Onde entra a discussão sobre agroecologia nos assentamentos? O que motivou, quem?
- b) O que compreende por desenvolvimento ecológico e soberania popular?
- c) O que seria a Reforma Agrária Popular?
- d) Como a proposta de Reforma Agrária Popular se relaciona com o Poder Popular?
- e) Como avaliam a proposta de produção e comercialização do arroz? Orgânico?
- f) Qual avaliação do assentamento sobre o MST hoje? Quais avanços e os desafios?

5. Dos processos sociopolíticos de trabalho (participação, cooperação níveis da apropriação coletiva para autogestão):

- a) Qual a periodicidade das assembleias? Quem participa?
- b) Como se deu a formação da composição diretiva da cooperativa?
- c) Como se dá a relação entre os conselhos e os demais cooperados?

- d) Como é a divisão das tarefas e as formas de organização da produção?
- e) Há rodízio das funções e atividades de trabalho no ambiente da produção?
- f) Como se dá a participação na gestão (planejamento geral, decisões e controle da produção)?
- g) Qual é o grau de acesso, domínio e circulação das informações sobre as decisões e modificações na cooperativa?
- h) Como se dá a participação e inserção dos jovens nas cooperativas? A partir de qual idade envolvem-se nos processos produtivos?

6. Das relações com o trabalho e educação (processos formativos, cursos, escolas, relações no assentamento):

- a) Como e onde se dão os processos formativos para a capacitação do trabalho cooperativo? Com qual periodicidade? (cursos, seminários, etc).
- b) A cooperativa prioriza espaços para os tempos educativos formais aos associados? (cursos técnicos, graduação, especialização, pós-graduação).
- c) Como é a divisão sexual das tarefas amplas do assentamento? Que atividades são atribuídas as mulheres e quais atividades atribuídas aos homens?
- d) Como são pensadas as relações de trabalho-educação entre a cooperativa e os outros espaços educativos do assentamento (ciranda e escola)?
- e) Quais as principais dificuldades encontradas pela cooperativa com relação à educação?
- f) Como se dá a cooperação no assentamento: Como ela acontece? Caso aconteça.

2. INSTRUMENTOS VENEZUELA

1. Caracterização do campesinato venezuelano: sujeitos entrevistados (nome, idade, escolaridade, origens etc.):

- a) Nome Completo:
- b) Idade:
- c) Sexo:
- d) Nível de escolaridade:
- e) Etnia:
- f) Comente sobre a região de onde vem, e sua experiência com a agricultura.
- g) Pertence algum movimento social e/ou partido político?

2. Sobre a Venezuela:

- a) Conte um pouco sobre o histórico da Venezuela.
- b) Quem foi Simón Bolívar e qual sua importância para o país?
- c) Como a Venezuela passa de um modelo agrário exportador para um modelo rentista petrolero?
- d) Qual a importância de Hugo Chávez para a Venezuela? Pode apontar alguns dos legados e limites de seu governo?
- e) Comente sobre os recentes ataques à Venezuela.
- f) Como avalia o governo de Nicolás Maduro.
- e) Quais as principais diferenças entre os governos de Maduro e Chávez?
- f) Como funcionam e se organizam os partidos na Venezuela? Eles se relacionam com os movimentos sociais?
- e) O que entendes por Socialismo do Século XXI?

3. Dos processos produtivos: O histórico e a atualidade da cooperativa/ e ou Empresa Social:

- a) Comente sobre o histórico da constituição da cooperativa.
- b) Qual modelo de cooperação que a cooperativa e o assentamento se baseiam?
- c) Qual o número de sócios? Número de homens e de mulheres.
- d) Como se deu a aquisição dos meios de produção da cooperativa?
- e) O que produzem atualmente?
- f) Qual a composição por gênero nos postos de trabalho?
- g) A cooperativa acessa ou depende de algum crédito rural ou programas. Se sim, quais?
- h) Há complementação de rendimentos de recursos recebidos de programas assistenciais? Ou complementação de aposentadorias ou pensões dos cooperados?
- i) Quais principais dificuldades de comercialização?
- j) Há redes de colaboração de comercialização solidária? Nacionais? Internacionais?
- k) Quais são as formas de comercialização atuais?
- l) Onde entra a discussão sobre agroecologia? O que motivou, quem?
- m) O que compreende por desenvolvimento ecológico e poder popular?
- n) Qual relação das cooperativas com o estado comunal? Há alguma legislação específica? Quais?

4. Dos processos sociopolíticos de trabalho (participação, cooperação níveis da apropriação coletiva para autogestão):

- a) Qual a periodicidade das assembleias? Quem participa?
- b) Como se deu a formação da composição diretiva da cooperativa/empresas sociais?
- c) Como é a divisão das tarefas e as formas de organização da produção?
- d) Há rodízio das funções e atividades de trabalho no ambiente da produção?
- e) Como se dá a participação na gestão (planejamento geral, decisões e controle da produção)?
- f) Qual é o grau de acesso, domínio e circulação das informações sobre as decisões e modificações na cooperativa?
- g) Como se dá a participação e inserção dos jovens nas cooperativas/empresas sociais?
- h) Como e onde se dão os processos formativos para a capacitação do trabalho cooperativo? Com qual periodicidade? (cursos, seminários etc.).
- i) O que são os conselhos comunais?
- j) Como a cooperativa relaciona-se com os conselhos comunais? Quais as principais dificuldades e avanços?
- k) Como o trabalho das comunas e das cooperativas/empresas sociais se articula com a educação formal nas escolas?

5. Sobre as Comunas:

- a) O que são as comunas? E como surgem?
- b) Quem pode participar das comunas?

- b) Há algum acúmulo anterior as comunas? Experiências que levaram as comunas?
- c) Qual a diferença da Comuna para o Conselho Comunal?
- d) Como as comunas aparecem na constituinte?
- e) Qual a contribuição das comunas para o poder popular na atualidade?
- f) Quais os maiores desafios das comunas?
- g) Qual panorama das comunas agrárias hoje?
- h) O que entendes por Estado Comunal? Ele existe? Como se dá a disputa em torno desse projeto de estado?

6. Com Direções e Lideranças:

- a) Cite, alguns aspectos da formação social do país (complexo do modelo rentista-petrolífero).
- b) Comente, um pouco do histórico agrário da Venezuela.
- c) Qual papel a agricultura desenvolve no país do petróleo?
- d) Quais os dilemas atuais da Venezuela?
- e) Como a Venezuela radicaliza o seu modelo 'alternativo' ao desenvolvimento capitalista no sentido do poder popular?
- f) Como as experiências venezuelanas articulam a agroecologia e o conselho comunal ecosocialista?
- g) O que estes trabalhadores criaram de novo nestas experiências das comunas? O que colocam como novas problemáticas?
- h) O que a experiência comunal avança ou rompe em relação ao atual regime de produção?

- i) Como os processos de educação popular relacionam-se com o poder popular?
- j) Qual seu entendimento sobre o Estado Comunal.

ANEXO B – Documentos referentes aos campos investigados

Documento 1 –

Declaracion de El Maizal

74 comunas provenientes de Apure, Táchira, Barinas, Lara, Yaracuy, Portuguesa y Mérida, nos hemos reunido este sábado 25 de agosto en tierras de El Maizal. El encuentro organizado por El Maizal y la Corriente Revolucionaria Bolívar y Zamora, donde se acercó una delegación de la Marcha Campesina Admirable, La Red Nacional de Comuneros y Comunereras, el Movimiento de Trabajadores sin Tierra de Brasil y el Movimiento Patria Grande de Argentina, fue el primer paso para avanzar en un reimpulso del movimiento comunal nacional.

La actividad se dio en el contexto nacional marcado por las iniciativas económicas tomadas por el gobierno, así como por las amenazas provenientes de los Estados Unidos y sus aliados internacionales y nacionales. En ese contexto respaldamos al gobierno, la iniciativa para estabilizar y relanzar la economía, así como nos pronunciamos en defensa unitaria de nuestra patria.

El objetivo de reimpulsar el movimiento comunero se da dentro de la necesidad de avanzar hacia objetivos postergados, así como nuevas metas: insumos para la producción, adjudicación de tierras comunales, transferencia de competencias, servicios, así como un espacio de diálogo con el gobierno para acercar propuestas políticas y planes productivos. Vemos que se han hecho mesas de negociación con empresarios, banqueros, importadores, pero no con comuneros y comuneras, ni con otros sectores de nuestra gente organizada. El plan económico del gobierno no puede dejar de lado en su diseño a quienes producimos, organizamos y avanzamos en el horizonte socialista que proyectó Chávez.

Salir del momento de quietud requiere construir una agenda propia, que nazca desde el encuentro comunal con comunas de todo el país, que se establezcan objetivos a alcanzar, para lo cual tendremos necesariamente que luchar, estar movilizados(as) en los estados y a nivel nacional. No lograremos obtener insumos, apoyos, transferencias, sin un proceso de movilización, organización, cuestionamiento de los errores, lucha contra las mafias, la corrupción, que son parte central para explicar la situación actual.

Damos este primer paso desde la aldea universitaria recuperada por el movimiento comunero de Simón Planas porque creemos que ese es el camino: avanzar en comunalizar los espacios, recuperar lo que fue mal llevado por quienes rifaron logros de la revolución, defender las conquistas, proyectar nuevos avances como son las ciudades comunales y demás formas de agregación de comunas, de gobierno comunal, democracia participativa.

Debemos inventar, tomar la iniciativa, construir pasos que dependan de nuestras propias fuerzas y desde allí dar la disputa por lo nuestro. Desde aquí convocamos a profundizar este camino de articulación, unidad, construcción de una alianza comunera que incorpore a otros actores, como son los campesinos y las campesinas, que, muchas veces, también somos nosotros(as) mismos(as) en nuestros territorios. Existe una agenda de lucha dispersa, debemos unirla, planificar victorias, avances en este contexto de dificultades, amenazas, a la vez que oportunidades que nacen de este pueblo que libra una inmensa batalla contra la guerra y contra quienes buscan terminar con el proceso revolucionario desde dentro. Con la certeza de Chávez: comuna o nada.

Firman:

Comuna Socialista El Maizal, Corriente Revolucionaria Bolívar y Zamora, Ciudad Comunal Campesina Socialista Simón Bolívar (conformada por ocho comunas), Ciudad Comunal Juan Pablo Peñaloza (conformada por cinco comunas), Comuna Socialista Sarare, Comuna Socialista Lanceros de Ature, Comuna Río Cenizo, Comuna Andillana, Comuna Patria De Bolívar, Comuna Ezequiel Zamora, Comuna Moliturística Riveras Del Río Acequias, Comuna Pedro Briceño Méndez, Comuna Los Sueños De Bolívar Y Zamora, Comuna Herederos De Chávez, Comuna Pie De Monte, Comuna Ezequiel Zamora I, Comuna San José, Comuna Cordillera Andina, Comuna El Portal Bolivariano, Comuna La Machiri, Comuna Juan Pablo Peñaloza, Comuna Simón Bolívar Vive, Comuna Simón Bolívar 200, Comuna Eli Gerardo Medina, Comuna Cacique Guaicaipuro, Comuna Alí Primera II, Comuna Espada De Bolívar, Comuna Estero De María La Gorda, Comuna Cuartel De La Montaña 4F, Comuna Chávez Vive, Comuna Guerreros De Azua, Comuna Juan Milla, Comuna Orimiquire, Comuna Unión De Los Pueblos Socialistas, Comuna Árbol De Las Tres Raíces, Comuna Quebrada Del Guayabal, Comuna Simón Rodríguez Comuna Juan De Los Santos Contreras, Comuna Jesús De Nazaret, Comuna Brisas Del Río Sarare, Comuna Riveras De Periquera, Comuna La Periquera, Comuna Gran Samario, Comuna Unión Del Llano, Comuna Montaña E La Puerta, Comuna Antonio José De Sucre, Comuna Che Guevara, Comuna Jesús Romero Anselmi, Comuna El Carmen, Comuna Espada De Bolívar, Comuna Manuelita, Comuna Vencedores De Monte Bello, Comuna Cuatro De Febrero, Comuna Negro Primero, Comuna Julián Mellado, Comuna Cuatro Raíces, Comuna Trinidad 1913, Comuna Las Colonias Del Viento, Comuna La Revolución En Progreso, Comuna Monte De Sinaí, Comuna Paraíso Del Llano, Comuna Caño Los Pájaros, Comuna Socioproductiva Libertadores Del Sur, Comuna Libertadores de la Patria, Comuna Guardianes de La Patria.

Documento 2 –**Carta Introducción La Red Nacional de Comunerás y Comuneros**

La Red Nacional de Comunerás y Comuneros nace en marzo de 2009, como producto de la inquietud revolucionaria de un grupo de compañeras y compañeros que, vinculados a las organizaciones territoriales y a su promoción, nos planteamos, en primer lugar, la necesidad de romper con la dispersión de los trabajadores, vistos inicialmente desde el territorio (Comuneros y Comunerás), pero también desde lo sectorial (trabajadores y Trabajadoras), en la fábrica, y en segundo término, avanzar en la gigantesca tarea de la construcción de la sociedad socialista desde la organización comunitaria.

Hugo Chávez nos decía y repetía con frecuencia, arengándonos, que había que planificar lo político, para darle mayor factibilidad al nacimiento de una idea a la cual había llegado su hora. Para subvertir, cual maldición de Sísifo (empezar consecutivamente desde el principio), aquel precepto gramsciano que nos orienta, sobre “algo que debía morir y algo que debía nacer”, refiriéndose al viejo Estado Capitalista dominante que debía morir, y el Estado de Transición de los Trabajadores que debía nacer: El Estado Socialista. La primera tarea de la sociedad de los trabajadores unidos, rumbo a la sociedad sin clases, es construir una poderosa organización de la clase trabajadora para:

Derrotar a la burguesía en todos los campos que esta lo plantease. II. Vencer la superestructura ideológica de la dominación y el metabolismo del capital. III. Desarrollar la democracia revolucionaria, participativa y protagónica, desde todos los ámbitos de la vida cotidiana, vale decir, en lo político, social y económico. En ese sentido, claros y conscientes de nuestro compromiso revolucionario, aprobamos en el IV Encuentro Nacional Comunero en Carora 2011, ratificado en el 1er Congreso Nacional Comunero en Macanillas 2012, avanzar en la construcción del Consejo Nacional Comunero, como propuesta que abra posibilidades ciertas al nacimiento vigoroso del Estado Socialista Comunal, considerando para ello el camino que nos planteó el Comandante Supremo Hugo Chávez, de transitar en paz el largo y duro camino de la construcción socialista en Venezuela, con la mirada puesta en la Patria Grande que vislumbró El Libertador Simón Bolívar.

¡A esta propuesta política central le falta algo! La necesaria participación de los trabajadores conscientes, comprometidos y organizados desde lo sectorial. ¿De qué estamos hablando? De los Consejos Socialistas de Trabajadores, con la cual se pretende construir la democracia revolucionaria en la fábrica, en los espacios del trabajo, hoy bajo las formas explotadoras de organización del capitalismo, la alienante división social y técnica del trabajo. Ambos planteamientos, los trabajadores organizados desde lo territorial y desde lo sectorial, nos van configurando una República de Consejos, cuyo diseño y desarrollo concreto es bastante difícil y complejo, lleno de riesgos, marchas y contramarchas, como nos alertaba Argimiro Gabaldón y su práctica revolucionaria desde la serranía donde confluyen Lara, Portuguesa y Trujillo. Construirlo desde y con el pueblo trabajador, como sujeto protagónico, desarrollando a plenitud la democracia revolucionaria, el gobierno del pueblo. Integrando en un todo las competencias ejecutivas, legislativas, electorales, de control y judiciales, que hoy “implementa” el estado burgués para sojuzgar al pueblo trabajador y explotarlo “legalmente”.

En esta nueva organización política del pueblo estas competencias se ejercerían para el vivir viviendo, para alcanzar con Bolívar la “mayor suma de felicidad de posible, la mayor suma de seguridad social y mayor suma de estabilidad política” Hay quienes defienden una tesis que apuesta al desarrollo inicial de un Capitalismo de Estado, desde donde un Gobierno Popular se va apropiando de los bienes necesarios para la producción, y va socializando progresivamente estos al pueblo, en la medida que este, el pueblo, va adquiriendo la organización, capacidades y liderazgos que la sociedad capitalista excluyente y alienante les negó. Otros apuestan a que un Gobierno Popular socialice de una vez y de manera acelerada los bienes necesarios para la producción, con lo cual ese gobierno tendría una efímera duración, imponiéndose la necesidad de construir aceleradamente el Nuevo Estado Socialista. Evidentemente no hay receta, tampoco es a lo Eudomar Santos.

Hay que conocer a profundidad el monstruo capitalista para derrotarlo y construir el socialismo comunal. Debemos planificar al mayor detalle posible la construcción y desarrollo pleno de la Sociedad Socialista; mediante un proceso popular constituyente de carácter permanente; con la democracia revolucionaria como elemento central en la construcción de una sociedad de y para todos los trabajadores; con la formación liberadora para el desarrollo del hombre y la mujer

nueva, el sujeto social e histórico de cambio desde el compromiso individual y en colectivo; con el uso empeñoso de la planificación participativa para que las ideas y proyectos sean “colectivas” por buenas o malas que sean o parezcan; con un sistema de vocerías y decisiones de carácter participativo y protagónico; con un sistema de distribución de excedentes de la producción para satisfacer las necesidades del pueblo trabajador que las genera, para la satisfacción de necesidades de la gente y no de las necesidades del mercado, por mas “comunitario” que parezca; con desarrollos tecnológicos de respeto profundo a lo que nos enseña nuestra gran diversidad biológica y climática; avanzando firme y progresivamente en el rompimiento de la división del trabajo mediante la formación revolucionaria liberadora y rotación de funciones; comprendiendo que para construir la sociedad de todos, todos debemos trabajar individual y colectivamente; el trabajo libre y asociado, donde tiene cabida el trabajo individual pero se privilegie lo colectivo; con planificación nacional partiendo desde la planificación local comunal; con pensamiento nacional estratégico que parte del pensamiento comunal territorial o sectorial y además, desarrollar un poderoso sistema de seguridad y defensa integral del pueblo de amenazas de cualquier tipo, naturales, sociales, políticas y hasta militares.

A la competencia oponer el apoyo mutuo y el trabajo colectivo. Al egoísmo oponer la solidaridad colectiva. A la riña oponer el acuerdo y el consenso. Con crítica y autocrítica revolucionaria. Con conciencia del compromiso revolucionario y el reconocimiento que debemos desmontar el aparato ideológico explotador y alienante, en el hogar, en la comunidad, en la fábrica, en nuestra mente. Para todo ello decidimos avanzar en la siguiente propuesta:

El Consejo Nacional Comunero Propuesta central de la RNC para el pueblo trabajador comunalizado Esta propuesta de organización política nacional, construida con rigurosidad y conciencia colectiva militante, para avanzar a la sociedad sin clases debe cumplir con los principios arriba expuestos, con un sistema de vocerías y decisiones desde la comunidad hasta lo nacional, que desarrolle la gestión de la economía de transición al socialismo, que subvierta la actual “división política territorial” y se organice para construir el socialismo desde las comunas territoriales y sectoriales. En este sentido debemos desarrollar procesos medulares en seis consejos, que nos ubiquen en la perspectiva integral e integradora de lo cotidiano, para desde ahí desarrollar el Plan de la Patria que nos legó el

Comandante Eterno Hugo Chávez. Estos son el Consejo Nacional de Organización Política, el Consejo Nacional de Formación Comunal, el Consejo Nacional de Economía Productiva Socialista, El Consejo Nacional de Comunicación Comunal, el Consejo Nacional de Seguridad y Defensa Integral y el Consejo Nacional de Jóvenes. En la perspectiva estratégica, los mismos deben desarrollarse desde las comunas hasta lo nacional (por ahora). Con un nivel regional, de acuerdo a nuestra realidad social, política, histórica y fisiográfica y entre ellos, niveles de agregación que se identifiquen y construyan, hoy llamados ejes territoriales, corredores territoriales, ciudades comunales, entre otros, que nos permita mirarnos de acuerdo a nuestros intereses más legítimos, y no desde la perspectiva impuesta por la actual División Política Territorial, segmentadora de la realidad.

En la perspectiva táctica, debemos desarrollar los Consejos Estadales, con la actual División Política Territorial, pero conscientes de lo estratégico, conscientes de lo provisional de ello, para desde ahí construir los Consejos Regionales y los Sistemas de Agregación que las organización de los comuneros identifique y apruebe en colectivo, sin dejar de mirar el proyecto nacional del Consejo Nacional Comunero, como elemento para la construcción, junto a los Consejos Sectoriales de Trabajadores (Consejos Socialistas de Trabajadores o Comunas Sectoriales) del Nuevo Estado Socialista Comunal. El Consejo Nacional de Organización Política, así como sus expresiones desarrolladas a partir de las comunas y los sistemas de agregación, deben organizar todo este proceso de construcción del Estado Socialista Comunal, sus funciones, el sistema de vocerías desde las comunas hasta lo nacional, la elección de estos de manera realmente democrática, el sistema de decisiones.

La identificación, debate, aprobación nacional y desarrollo de los mecanismos de gestión de todo lo concerniente a la vida comunal. El Consejo Nacional de Formación Comunal, así como sus expresiones desarrolladas a partir de las comunas y los sistemas de agregación, deben organizar una propuesta formadora para el trabajo, la libertad, el desarrollo pleno del ser y el género, la felicidad, las artes, la búsqueda permanente de lo legítimo, la protección de la naturaleza para esta y las futuras generaciones, la investigación para resolver los problemas que nos plantea el vivir bien y en colectivo, para el desarrollo pleno individual y colectivo, para el cambio y crecimiento espiritual, para lo local y nacional en armonía, para los valores del socialismo, para la inconformidad, para la autocrítica, para la verdad

colectiva, para la democracia revolucionaria. El Consejo Nacional de Economía Productiva Socialista, así como sus expresiones desarrolladas a partir de las comunas y los sistemas de agregación, deben organizar un sistema de Producción y Distribución de Bienes y Servicios para la satisfacción de las necesidades del pueblo trabajador, del pueblo que los produce, bajo gestión protagónica comunera, con especial atención a la producción agrícola de alimentos sanos, libres de venenos, que atienda el reciclaje de desechos orgánicos, metales, plásticos, madera, cartón y papel, entre otros, que desarrolle mecanismos de intercambio socialistas, bajo la premisa socialista “de cada quien según sus capacidades, a cada quien según su trabajo”, promoviendo así la cultura del trabajo, con la excepción de la población con necesidades especiales, cuya atención debe ser preferencial.

El Consejo Nacional de Comunicación Comunal, así como sus expresiones desarrolladas a partir de las comunas y los sistemas de agregación, deben organizar un sistema que nos permita convocarnos para la unidad, para la solidaridad y el apoyo mutuo, para el encuentro y el acuerdo, para el consenso, para socializar lo que hacemos e interesa, para democratizar el conocimiento y la vida, para integrar lo que el capitalismo dividió, incluso para descolonizar nuestras mentes.

El Consejo Nacional de Seguridad y Defensa Integral, así como sus expresiones desarrolladas a partir de las comunas y los sistemas de agregación, deben organizar un sistema para la protección de la vida, de la comunidad, de la comuna, del pueblo trabajador, desde lo político, social, cultural, ambiental y militar. El Consejo Nacional de Jóvenes, así como sus expresiones desarrolladas a partir de las comunas y los sistemas de agregación, deben organizar a la juventud para el reto que deben enfrentar, para el socialismo, para la organización, para la nobleza, para lo importante, para lo estratégico, para el largo plazo, para lo sublime, para gobernar, para el relevo. ¿Cómo se constituye el Consejo Nacional Comunero?

Está conformado por todas las comunas de la Red Nacional de Comuneros y Comuneras a nivel nacional, a su vez, por todas las comunas y movimientos sociopolíticos que voluntariamente deciden en su seno participar de manera orgánica en el CNC. Se plantea que cada comuna se organice (además de los comités) en los seis consejos y que designe por elecciones o por consenso a dos voceros o voceras por cada uno de esos consejos, por lo cual, cada comuna tendría 12 vocer@s. El carácter de los dos voceros no se corresponde con la visión

burguesa de un principal y un suplente, se refiere a la complementariedad, por lo cual sugerimos, que se considere la equidad de género. Asimismo, se deben constituir transitoriamente, los consejos estatales comuneros, que son una instancia de agregación que permite articular e integrar a todas las comunas de ese espacio, en el entendido que estamos llamados a trascender esa instancia estatal, creando progresivamente nueva geometría del poder desde el proceso popular constituyente, configurada por el espacio regional. Sin embargo, comprendemos que debemos seguir debatiendo los espacios de agregación.

El consejo estatal comunero debe reunirse antes de la celebración del V Encuentro y designar su vocería que serian igualmente 12 comuneros/as definidos, tratando de que la participación exprese la diversidad, el perfil del vocero/a y por su puesto su compromiso con la construcción del estado socialista comunal. Los 12 comuneros/as de cada estado se constituyen en la vocería del CNC. Los Movimientos Sociopolíticos sectoriales, como los consejos socialistas de trabajadores, sistema de trueque, movimiento ecologista, entre otros, se incorporan con dos (2) voceros/as cada uno, al consejo de organización política. Asimismo, son miembros del CNC los compañeros y compañeras de la Red que conforman la Coordinación Política Nacional. En síntesis, la conformación del Consejo Nacional Comunero contempla: 1. Vocería Orgánica de cada Consejo Estatal Comunero 2. Vocería de Movimientos Sociales hermanos 3. Vocería de los Consejos Socialistas de Trabajadores 4. Coordinación Política Nacional de la Red Nacional de Comuner@s.

Documento 3 –**Estatuto da COOPAN**

COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUARIA DE NOVA SANTA RITA
LATD.

COOPAN

ESTATUTO SOCIAL

Capitulo I – DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, AREA DE AÇÃO, PRAZO DE DURAÇÃO E ANO SOCIAL.

Artigo 01º. – COOPAN, **COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUARIA DE NOVA SANTA RITA LTDA**, rege-se pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais em vigor, tendo:

- a) Sede e administração no Assentamento Capela, no município de Nova Santa Rita, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, como foro jurídico na Comarca de Canoas, Estado do Rio grande do Sul.
- b) Área de ação, para efeito de admissão de associados, abrange o Estado do Rio Grande do Sul.
- c) Prazo de duração indeterminado e ano social compreendido de 1º de Janeiro a 31 de Dezembro,

Capitulo II – DA INTERCOOPERAÇÃO

Artigo 02º. – A Cooperativa, para fazer parte do Sistema Cooperativista dos Assentados, se filiara a Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul Latd., COCEARGS, cujas orientações seguirá..

Artigo 03º. – A Cooperativa poderá se filiar ainda a:

- a) Todas as demais Cooperativas e Associações que estão filiadas ou vinculadas com a COCEARGS.
- b) Outras cooperativas com vista de defender os interesses dos seus associados.

Capitulo III – DAS CARACTERISTICAS E DOS OBJETIVOS

Artigo 04º. – A Cooperativa, além dos princípios cooperativistas terá as seguintes características especiais:

- a) Propriedade coletiva dos meios de produção;
- b) Organização cooperativada do trabalho;
- c) Participação nos resultados e nas sobras proporcionalmente ao aporte de trabalho quantitativo e qualitativo de cada associado;
- d) Repasse mensal aos sócios, a título de antecipação de sobras, na proporção do trabalho aportado, seja em espécie, em bens de consumo e/ou em serviços;
- e) Promoção social e educacional de todos os associados;
- f) Educação para o trabalho dos filhos associados, desde que haja autorização, por escrito, dos pais, respeitando o período escolar.
- g) Período de estágio para os primeiros seis (6) meses da vida cooperativa.



Nivia Piovesan Flores
Advogada
OAB/RS 72.324

Artigo 05º. – A Cooperativa tem por objeto principal proporcionar aos sócios acesso a produção coletiva, para produzirem de forma coletiva bens e serviços para si e para terceiros, em vista da melhoria das condições de vida dos seus associados, através do desenvolvimento da produção agropecuária, abate de suínos, industrialização de arroz, produção de derivados de trigo, padaria, confeitaria, serviços e da agroindústria, desenvolvendo as seguintes atividades para a consecução de seu objetivo

- a) Coordenar o planejamento coletivo da produção e organização cooperativa do trabalho;
- b) Comercializar a produção e adquirir os bens necessários para a consecução de seu objetivo;
- c) Garantir o transporte dos bens e produtos;
- d) Implementar atividades produtivas, agroindustriais e comerciais;
- e) Realizar operações de repasse de crédito para os associados;
- f) Prestar serviços aos associados e a terceiros;
- g) Garantir a capacitação dos associados e a assistência técnica para a Cooperativa;
- h) Educação para o trabalho dos filhos dos associados.

Artigo 06º. – A Cooperativa poderá arrendar e utilizar as terras dos associados ou de terceiros, bem como possuir terras próprias, para alcançar os seus objetivos.

Artigo 07º. – A Cooperativa promoverá convênios com outras entidades e organismos públicos nacionais e internacionais para melhor consecução de seus objetivos.

Artigo 08º. – A Cooperativa apoiará as iniciativas relacionadas com o desenvolvimento e a realização da Reforma Agrária.

Artigo 09º. – A Cooperativa, por decisão da Assembléia Geral, se organizará em setores de Produção e ou de Serviços para a melhor consecução de seus objetivos.

Capítulo IV – DOS ASSOCIADOS

Artigo 10º. – Poderão ingressar na Cooperativa todas as pessoas físicas maiores de vinte e um (21) anos, homens e mulheres, com ou sem terra, domiciliados na área de ação da Cooperativa e que comprovem a possibilidade de contribuírem com os objetivos da mesma.

Parágrafo Primeiro: Poderão ingressar também as pessoas com idade igual ou maiores de dezoito (18) anos, desde que emancipados.

Parágrafo Segundo: Poderão ingressar também os filhos menores dos associados, a pedido por escrito de seus pais ou responsáveis legais, com idade igual ou superior a catorze (14) anos, para que a Cooperativa possa contribuir no seu processo de educação para o trabalho, não podendo ser eleitos para nenhum cargo de direção ou administração.

Artigo 11º. – O ingresso será solicitado mediante Cadastro Especial, abonado por dois (2) sócios, encaminhado ao Conselho Diretor que o submeterá para ser considerado pela Assembléia Geral.

Artigo 12º. – Os Candidatos a sócios deverão, antes de serem aprovados definitivamente, fazer um período de estágio, não superior a seis (6) meses, cujos procedimentos serão definidos em Regimento Interno.

Artigo 13º. – São Direitos dos associados:

- a) Participar de todas as Assembléias Gerais e Reuniões da Cooperativa.
- b) Votar e ser votado, a não ser que esteja impedido para tal.
- c) Exigir do Conselho Administrativo e do Conselho Diretor qualquer informação e esclarecimento sobre a Cooperativa.
- d) Ter acesso a produção coletiva.
- e) Participar de todas as atividades da Cooperativa
- f) Demitir-se da Cooperativa quando se convier.
- g) Receber mensalmente um adiantamento de sobras, conforme o seu trabalho.

Artigo 14º. – São Deveres dos associados:

- a) Subscriver e integralizar as quotas-partes que lhes corresponde.
- b) Cumprir com os Estatutos Sociais e o Regimento Interno.
- c) Cumprir as decisões das Assembléias Gerais e do Conselho de Administração da Cooperativa.
- d) Estar inserido em um dos Setores de Produção ou de Serviço.
- e) Cumprir o planejamento da produção e com a organização do trabalho aprovados pela Assembléia.
- f) Estar em dia com a Cooperativa.
- g) Zelar pelo bom funcionamento da Cooperativa.
- h) Responder subsidiariamente pelos compromissos da Cooperativa, em face de terceiros, até o valor de suas quotas-partes subscritas.

Artigo 15º. – A eliminação de associado será feita pelo Conselho de Administração, com direito de recorrer a Assembléia Geral, nos casos de infração Estatutária ou legal.

Artigo 16º. – A exclusão de associado será feita por:

- a) Morte do associado;
- b) Incapacidade civil não suprida;
- c) Deixar de atender os requisitos estatutários, de ingresso ou de permanência na Cooperativa;

Artigo 17º. – A demissão ou saída voluntária de um sócio de dará por escrito, através de uma carta de demissão do respectivo sócio dirigida ao Conselho de Administração.

Artigo 18º. – Nos casos de demissão, eliminação ou exclusão a Assembléia Geral deliberará, num prazo não superior a um (1) ano, sobre a devolução, parcelada, de suas quotas-partes a partir do parecer do Conselho de Administração, sempre baseado no balancete patrimonial do mês de afastamento.

Capítulo V – DO CAPITAL SOCIAL

Artigo 19º. – O Capital Social mínimo da Cooperativa será de R\$ 632,00 (Seiscentos e Trinta e Dois Reais), equivalente a Cem (100) sacas de milho, preço mínimo do Governo, dividido em quotas-partes a serem subscritas pelos associados.

Artigo 20º. – O valor da quotas-partes será de 6,32 (seis reais e trinta e dois centavos), ou equivalente a uma (1) saca de milho pelo preço mínimo do Governo.

Parágrafo Primeiro: Cada associado deverá subscrever pelo menos cinco (5) quotas-partes.

Parágrafo Segundo: A integralização das quotas-partes subscritas deverá ser: vinte por cento (20%) no ato de subscrição, quarenta por cento (40%) após um ano e quarenta por cento (40%) após dois anos, da data de subscrição.

Artigo 21º. – O associado poderá integralizar suas quotas-partes em dinheiro, bens ou produto no valor correspondente.

Artigo 22º. – A Cooperativa poderá receber doações em dinheiro ou bens, de pessoas ou entidades ou organismos públicos nacionais e internacionais, para a consecução de seus objetivos e os mesmos são indivisíveis, se não houver impedimento do doador.

Artigo 23º. – As quotas-partes deverão ser corrigidas monetariamente pelo índice oficial e a Cooperativa deverá pagar juros de seis por cento (6%) ao ano.

Capítulo VI – DA ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 24º. – A Assembléia Geral ordinária se realizará obrigatoriamente uma (1) vez por ano, no decorrer dos três (3) primeiros meses, após o término do exercício social, e deliberará sobre os seguintes assuntos:

- a) Avaliação do exercício social anterior.
- b) Análise do Balanço Anual.
- c) Parecer do Conselho Fiscal.
- d) Destinação das Sobras ou das Perdas.
- e) Análise do Plano de Metas para o novo ano.
- f) Eleição do Conselho Fiscal.
- g) Eleição do Comitê de Educação.

h) Plano de Metas para o novo período.

- i) Eleição do Conselho Diretor.
- j) Outros assuntos, de interesse dos associados.

Parágrafo Único: A Cooperativa deverá ter uma Assembléia Geral Ordinária Mensal e deliberará os seguintes assuntos:

- a) Aceitação ou exclusão de sócios.
- b) Análise do Plano de Trabalho.
- c) Prestação de contas do mês.
- d) Parecer do Conselho Fiscal.
- e) Aprovação ou reformulação do Regimento Interno.
- f) Filiações em outras cooperativas.
- g) Ratificação do Conselho de Administração.
- h) Outros assuntos, de interesse dos associados.

Artigo 25º. – A Assembléia Geral extraordinária realiza-se-á sempre que necessário para deliberar sobre os seguintes assuntos:

- a) Reforma dos Estatutos;
- b) Fusão, incorporação ou desmembramento;
- c) Dissolução voluntária e nomeação do liquidante;
- d) Prestação de Contas do liquidante;
- e) Outros assuntos de interesse dos associados;

Artigo 26º. – As Assembléias Gerais, Ordinárias e Extraordinárias, deverão ser convocadas com antecedência mínima de dez (10) dias, por Edital afixado no Mural da Cooperativa e por Circular a cada associado, por uma das seguintes instâncias:

- a) Por um membro do Conselho Diretor;
- b) Pelo Conselho Fiscal;
- c) Por dez por cento (10%) dos associados em pleno gozo de seus direitos, após solicitação não atendida pelo Conselho Diretor.

Parágrafo primeiro: Deverá constar no Edital a data, a hora, o local, a ordem do dia e o número de sócios aptos a votar.

Parágrafo segundo: O quorum para a instalação será de dois terços (2/3) dos associados em primeira convocação e pela metade mais um (50%+1) dos associados em uma segunda convocação, sessenta (60) minutos após a primeira.

Parágrafo terceiro: Caso não haja quorum a Assembléia esta automaticamente transferida para o dia seguinte, na mesma hora e local e com a mesma ordem do dia.

Artigo 27º. – O funcionamento das Assembléias seguirá as seguintes normas:

- a) Abertura com quem convocou;
- b) Escolha do Presidente da Mesa e do Secretário;
- c) Escolha de três (3) delegados para assinarem a ata;
- d) Leitura e aprovação do Edital;

Parágrafo primeiro: Todas as deliberações se darão pela maioria absoluta dos presentes (50%+1).

Parágrafo segundo: A votação será aberta a não ser que a maioria decida para ser secreta.

Parágrafo terceiro: A votação será secreta para a eleição do Conselho Diretor e do Conselho Fiscal.

Parágrafo quinto: E vetado o voto por procuração.

Capítulo VII – DO CONCELHO DIRETOR

Artigo 28º. – A Cooperativa será administrada por um Conselho Diretor composto por cinco (5) diretores, para um mandato de dois (2) anos, sendo um (1) Presidente, um (1) Vice Presidente, um (1) Secretário, um (1) Tesoureiro e um (1) Vice Tesoureiro eleitos em Assembléia Geral.

Parágrafo primeiro: A cada eleição deverá ser renovado no mínimo um (1) dos cinco (5) diretores.

Parágrafo segundo: Nenhum diretor receberá remuneração específica para exercer esta função, mas receberá pelas horas trabalhadas.

Parágrafo terceiro: Havendo cargo do Conselho Diretor vacante, efetuar-se-á a eleição do respectivo substituído, em Assembléia Geral, e o eleito permanecerá no cargo até o final do mandato do atual Conselho.

Artigo 29º. – Compete ao Conselho Diretor, de forma coletiva:

- a) Convocar as Assembléias Gerais;
- b) Convocar as reuniões do Conselho Administrativo;
- c) Propor Projetos e Investimentos.
- d) Prestar todos os esclarecimentos para os associados.
- e) Realizar convênios e acordos com entidades e organismos.
- f) Contratar operações de todo tipo no mercado financeiro;
- g) Propor a Assembléia Geral um Regimento Interno para a Cooperativa;
- h) Propor a Assembléia Geral punições ou penalidades a associados;
- i) Zelar pelas decisões e encaminhamentos da Assembléia Geral.

Artigo 30º. – Compete ao Presidente:

- a) Representar social, política, jurídica e economicamente a Cooperativa;
- b) Motivar as Contas Financeiras em conjunto com o Tesoureiro;
- c) Dirigir as Reuniões do Conselho de Administração.

Jéva Piovesan Flores
Advogada
OAB/RS 72.324

Artigo 31º. – Compete ao Vice-Presidente substituir o Presidente em caso de impedimento deste.

Artigo 32º. – Compete ao Secretário providenciar a elaboração das atas e zelar pelos livros e documentos da Cooperativa.

Artigo 33º. – Compete ao Tesoureiro:

- a) Zelar pela ordem financeira e contábil da Cooperativa;
- b) Movimentar as Contas Financeiras em conjunto com o Presidente;
- c) Controlar o responsável pela tesouraria;
- d) Fazer a prestação de contas para a Assembléia Geral.

Artigo 34º. – Compete ao Vice Tesoureiro substituir o Tesoureiro em caso de impedimento deste.

Capítulo VIII – DO CONSELHO ADMINISTRATIVO

Artigo 35º. – A Cooperativa será administrada por um Conselho de Administração formado pelo Conselho Diretor em por um representante de cada Setor da Cooperativa.

Parágrafo Primeiro: Os representantes dos Setores serão indicados pelos respectivos Setores e ratificados pela Assembléia Geral.

Parágrafo Segundo: Não poderão ser representantes dos Setores os membros do Conselho Diretor e do Conselho Fiscal.

Parágrafo Terceiro: Os membros do Conselho de Administração não receberão remuneração e nem poderão se creditar das operações por esta função.

Artigo 36º. – É competência do Conselho de Administração:

- a) Garantir a aplicação racional das decisões da Assembléia Geral.
- b) Administrar a organização cooperada do trabalho.
- c) Concretizar o planejamento da produção e do trabalho na Cooperativa.
- d) Consultar através dos setores os associados para garantir agilidade administrativa.

Capítulo IX – DO CONSELHO FISCAL

Artigo 37º- A administração da cooperativa será fiscalizada por um Conselho Fiscal composto de três (3) titulares e três (3) suplentes, com ordem de suplência, eleitos anualmente, no primeiro trimestre.

Parágrafo Primeiro: Não poderá haver grau de parentesco, de primeiro e segundo graus, entre membros do Conselho Diretor, os membros do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração.

Parágrafo Segundo: Em cada eleição é obrigatório a renovação de dois terços (2/3) de seus componentes.

Parágrafo Terceiro: Os membros do Conselho Fiscal respondem coletivamente por suas funções e seus membros podem ser automaticamente substituídos por seus suplentes, respeitando a ordem de suplência, na impossibilidade de um ou mais titulares.

Parágrafo Quarto: Os seis membros do Conselho Fiscal deverão escolher um coordenador e um secretário entre os titulares.

Parágrafo Quinto: Em caso de omissão do Conselho Fiscal o Conselho Diretor deverá providenciar uma nova eleição que durará até o final do mandato dos membros anteriores.

Parágrafo Sexto: Os membros do Conselho Fiscal não receberão nenhuma remuneração por esta função.

Artigo 38º. – Compete ao Conselho Fiscal:

- a) Se reunir ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que necessário.
- b) Estabelecer uma sistemática de trabalho que permita a fiscalização permanente das contas e atividades da Cooperativa.
- c) Apresentar o seu parecer sempre que houver Assembléia Geral Ordinária e ou quando solicitado.
- d) Contratar assessoria e auditoria externa, caso assim achar necessário para o cumprimento de suas atividades

Parágrafo único: o conselho fiscal além de examinar as contas, deverá analisar as operações dos associados, o cumprimento das decisões da assembléia e a gestão e a gestão e os resultados da cooperativa.

CAPITULO X - COMITÊ DE EDUCAÇÃO

Artigo 39º - a assembléia elegerá três (3) sócios com a finalidade de coordenar o processo educativo na cooperativa, por um mandato de um ano, no primeiro trimestre.

Artigo 40º. – compete ao comitê de educação :

- a) acompanhar a escolarização e a educação para e pelo trabalho dos filhos dos associados.
- b) Promover a educação cooperativa entre os associados
- c) Promover a capacitação técnica dos associados, dentro e fora da cooperativa.
- d) Promover a formação política e humana dos associados.
- e) Propor uma política de escolarização em cursos técnicos para os associados.

- f) Procurar superar o analfabetismo entre os associados.

Capítulo XI – CAPITULO DAS ELEIÇÕES

Artigo 41º. – AS eleições serão presididas por uma comissão eleitoral, de três (3) membros, escolhidas pelo conselho de administração, após indicação de nomes pelos setores , trinta (30) dias antes da assembléia eletiva.

Parágrafo primeiro: OS membros da comissão eleitoral não poderão ser candidatos.

Parágrafo segundo: A comissão eleitoral deverá encaminhar amplo debate entre o quadro social em buscar uma chapa de consenso.

Parágrafo terceiro: A comissão eleitoral deverá aceitar inscrições de outras chapas , até cinco (5) dias antes da assembléia eletiva.

Parágrafo quarto: Deverá ser feita a inscrições separada para oi conselho diretor e o conselho fiscal.

Artigo 42º.- Qualquer membro da assembléia poderá impugnar nomes das chapas baseando-se no estatuto e neste caso o nome deverá ser substituto sem prejuizo da respectiva chapas, até uma (1) hora antes da assembléia eletiva.

Artigo 43º.- Todos associados em dia com os seus deveres e obrigações poderão concorrer a cargos eletivos na cooperativa salvo os sócios previsto no artigo 10º,parágrafo segundo.

Artigo 44º.- AS eleições serão realizadas durante e assembléia geral , conforme edital e este estatuto.

Parágrafo primeiro: SE elegerá uma instância de cada vez, na seguinte ordem: conselho fiscal e comitê de educação.

Parágrafo segundo: A votação será na forma do artigo 27º, parágrafo terceiro, e será proclamada eleita a chapa que obtiver a maior votação.

CAPITULO XII – DOS FUNDOS

artigo 45º.- são fundos indivisíveis da cooperativa , constituído a partir das sobras liquidas mensais.

- a) O fundo de reserva , com dez por cento (10%) , destinado a reparar perdas e atender o desenvolvimentos da cooperativa.

- b) O fundo de assistência técnica, educacional e social , fates, com cinco por cento(5%) , destinados a escolaridades , capacitação e formação e a assistência ao associado.

Artigo 46°.- e fundo divisível da cooperativa:

- a) O fundo de investimentos , constituídos a partir das sobras liquidas mensais, com quinze por cento(15%).
- b) O fundo de auxilio habitacional, constituídos a partir das sobras liquidas mensais, com dez por cento (10%), destinado a ser um fundo rotativo para empréstimo aos sócios, visando a construção de suas casas.

CAPITULO XIV - DA RENDA DA TERRA E DO PROCERA

Artigo 47°.- A cooperativa pagará aos associados que repassaram a sua terra na forma de contrato de arrendamento o valor de dez por cento (10%) das sobras liquidas mensais , após deduzidos todos os fundos .

ARTIGO48°.- A cooperativa poderá receber o PROCERA e outros empréstimos em nome dos sócios e efetuar o devido pagamento.

Parágrafo único: A capitalização se dará pelas sobras apuradas em balanços Patrimonial e demonstração, utilizando o critério de rateio segundo as horas de produção coletiva correspondente a cada associado.

Capitulo XIV- DOS LIVROS E DA CONTABILIDADE

Artigo49°.- A cooperativa deverá ter os seguintes livros:

- A) livro de matricula dos sócios.
- B) Livro de presença nas assembléias.
- C) Livro de atas das assembléias.
- D) Livro de atas do conselho diretor.
- E) Livro de atas co conselho de administração.
- F) Livro de atas do conselho fiscal.
- G) Todos os livros e registro contábeis estabelecido em lei.

Parágrafo único: A cooperativa poderá utilizar fichas ou sistema informativo que ocupem os mesmos objetivos dos livros.

Artigo 50°.- Mensalmente deverá ser apresentado a cada sócio um ou mais onde conste: suas dividas, adiantamentos , sobras, horas de produção coletiva mensais , anuais e históricas: valor dos fundos: parte

no fundo de investimento: e demais informações necessárias para o esclarecimento do sócio e que sejam, obrigatoriamente, compatíveis com o balanço patrimonial mensal.

Capitulo XV – DAS SOBRAS OU PERDAS.

Artigo 51º.- As sobras serão definidas pela assembléia, após descontados os fundos e a renda da terra.

Parágrafo único: As sobras que serão distribuídas deverão ser feitas pelas horas trabalhadas na produção nos setores da cooperativa, acompanhadas do controle de horas, controle este aprovado pela direção mensalmente e pelo coordenador do setor eleito em assembléia geral, no respectivo ano agrícola, não sendo admitida outra forma de distribuição de lucros se não as horas trabalhadas internamente na cooperativa,

Artigo 52º . – Se as perdas forem maiores que o fundo de reserva as mesmas deverão ser rateadas entre os associados , inversamente proporcional ao total de horas de produção coletiva, descontadas as antecipações mensais.

Capitulo XVI – DA FORMA JURIDICA E DISSOLUÇÃO

Artigo 53º.- A cooperativa poderá alterar a sua forma jurídica pela fusão, incorporação ou desmembramento por deliberação de assembléia geral extraordinária , convocada para tal fim , com deliberação de dois terços (2/3) dos presentes , que devem representar quatro quinto(4/5) dos associados em dia com as suas obrigações.

Artigo54º.- Além dos motivos de direito, a cooperativa poderá ser dissolvida voluntariamente por assembléia geral extraordinária , desde que não haja o número legal de sócios dispostos a assegurar a sua continuidade.

Capitulo XVII- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 55º.- A cooperativa deverá ter um regimento interno , para garantir a sua funcionalidade e a consecução de seus objetivos, que deverá ser aprovado por dois tercios (2/3) dos presentes na assembléia geral.

Neiva Piovesan Flores
Advogada
OAB/RS 72.324

Artigo 56º.- OS casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela assembleia geral, levando em conta a lei e os princípios da COCEARGS e da cooperação.

Artigo 57º.- AS alterações deste estatuto social deverão ser feitas assembleia geral, por dois terços(2/3) dos presentes, que devem representar dois terços (2/3) dos associados em dia com suas obrigações

Artigo 58º.- ESTE estatuto social entra em vigor imediatamente após sua aprovação. O presente estatuto social foi aprovado pela assembleia geral de constituição da cooperativa de produção agropecuária nova santa Rita Ltda ., em 30 de julho de 1995.

ASSINAM OS SÓCIOS QUE APROVAM O PRESENTE ESTATUTO



Neiva Piovesan Flores
Advogada
OAB/RS 72.324

**COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA NOVA SANTA RITA LTDA
- COOPAN**

CNPJ 00.861.664/0001-45 NIRE 43.400.009.141

ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de maio do ano de dois mil e onze, às Dez horas em terceira convocação, **apresentando quorum legal**, conforme assinatura no livro de presença, realizou-se a assembléia geral extraordinária da cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita Ltda, O Senhor **Julcemir Fernando Marcon**, assumiu a presidência da mesa, dando início aos trabalhos, solicitou que a Assembléia indicassem um associado para secretariar, sendo escolhido a Senhor **Nilvo Fernando Bosa**, em seguida procedeu-se a leitura do Edital de Convocação que foi amplamente divulgado e publicado no Jornal de Fato do dia 06 maio 2011, para que os Associados se inteirassem mais uma vez da ordem do dia. **1º alteração no objeto social da Cooperativa; 2º Outros assuntos de interesse social**, O Sr. Presidente colocou em pauta o primeiro ponto da ordem do dia. **alteração no objeto social da Cooperativa** sendo que após a apresentação foi aprovada a alteração no objeto da cooperativa, onde consta no estatuto social, Artigo 05º. – A Cooperativa tem por objetivo principal proporcionar aos sócios acesso a produção coletiva, para produzirem de forma coletiva bens e serviços para si e para terceiros, em vista da melhoria das condições de vida dos seus associados, através do desenvolvimento da produção agropecuária, dos serviços e da agroindústria, desenvolvendo as seguintes atividades para a consecução de seu objetivo: após aprovação o caput do artigo 5º passa a ter a seguinte redação, Artigo 05º. – A Cooperativa tem por objeto principal proporcionar aos sócios acesso a produção coletiva, para produzirem de forma coletiva bens e serviços para si e para terceiros, em vista da melhoria das condições de vida dos seus associados, através do desenvolvimento da produção agropecuária, abate de suínos, industrialização de arroz, produção de derivados de trigo, padaria, confeitaria, serviços e da agroindústria, desenvolvendo as seguintes atividades para a consecução de seu objetivo: logo após o sr presidente chamou o segundo ponto da ordem do dia **Outros assuntos de interesse social**, que foi apresentado mais uma vez a situação da cooperativa, apresentado a forma de rateio das sobras, assim como o planejamento das atividades, logo após o sr presidente solicitou se mais alguém teria algo a discutir, como nada mais havendo a tratar foi suspensa a Assembléia para que se lavrasse a presente ata que lida e achada conforme, vai assinada por **Mim Nilvo Fernando Bosa** na condição de secretário da Mesa e pelo senhor **Julcemir Fernando Marcon** na condição de Presidente da mesa. Declaramos que esta é copia fiel da lavrada no livro próprio.

Nilvo F. Bosa

Nilvo Fernando Bosa
Secretario da mesa

Julcemir F. Marcon

Julcemir Fernando Marcon
Presidente da Mesa

Neiva Piovesan Flores
Advogada
OAB/RS 72.324

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	
CERTIFICADO DE REGISTRO EM: 22/08/2011 SOB N°. 3481077	
Protocolo: 11/161141-5, DE 31/05/2011	<i>José Tadeu Jacoby</i>
Empresa: 43 4 0000914 1	JOSÉ TADEU JACOBY
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO	SECRETÁRIO GERAL
AGROPECUÁRIA NOVA SANTA RITA	
LTDA-COOPAN	